



NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

A POLÍTICA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO, O AVANÇO DA FOME E O ANTIAMBIENTALISMO

Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

O AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O DISCURSO DA FRAÇÃO DE CLASSE REINANTE

Jéssyca Tomaz de Carvalho e Adriano Rodrigues de Oliveira

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO PNLD CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA PELA TERRA

Felipe Moretto Moura e Sandra de Castro de Azevedo

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO: O PROJETO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NA VIDA DOS JOVENS CAMPONESES

Rosane Rosa Dias Fernandes e Danielli Calabrez Martins

AGROEXTRATIVISTAS E AS CONTROVÉRSIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO DE MARACÁ, NO ESTADO DO AMAPÁ

Maria Geralda de Almeida

A PRODUÇÃO CAMPONESA NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: DESAFIOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Ademir Terra e Francisco de Oliveira Viana

SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA: AS IMPLICAÇÕES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP

Rodolfo de Souza Lima e Ricardo Pires de Paula

CAMPESINATO E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: NOTAS PARA SE PENSAR DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO

Ayolse Andrade Pires dos Santos e Joelson Gonçalves de Carvalho

LAS IZQUIERDAS Y LAS LIGAS AGRARIAS DEL NORDESTE ARGENTINO (1970-1976). UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA EXISTENTE Y UNA PROPUESTA DE INVESTIGACIÓN

Guido Lissandrello

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA ALAGOANA: ANÁLISE DO USO DE AGROTÓXICOS E A ALTERNATIVA ORGÂNICA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Rafael Navas (*in memoriam*), Wanda Griep Hirai e Maria Alice Araújo Oliveira

RESENHA: CONTINUUM COLONIAL

Régia Cristina Alves dos Santos, Márcio José Celeri



Revista NERA nº. 58

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2021**

Revista NERA (RNERA) nº. 58

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Acácio Zuniga Leite – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Cassio Arruda Boechat – UFES (Vitória, ES, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Erick Gabriel Jones Kluck – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Leandro Vieira Cavalcante – UFRN (Natal, RN, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marco Antonio Mitidiero Junior – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Roni Mayer Lomba – UNIFAP (Amapá, AP, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UFABC (São Bernardo do Campo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – Brandon University (Brandon, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Indexada por

Distribuída por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 29
1999 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº31
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2003 – interrompida	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº35
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº37
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº 40
2007 – ano 10, nº. 10	2018 – ano 21, nº 41
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 43
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 44
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 15	2019 – ano 22, nº 46
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 49
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, nº. 20	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 53
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 54 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 55
2014 – ano 17, nº. 24	2021 – ano 24, nº 56
2014 – ano 17, nº. 25	2021 – ano 24, nº 57 – Dossiê
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	2021 – ano 24, nº 58
2015 – ano 18, nº 27	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 28, Dossiê	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

A POLÍTICA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO, O AVANÇO DA FOME E O ANTIAMBIENTALISMO

08 AGRARIAN POLICY IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: CONTRADICTIONS BETWEEN THE EXPANSION OF AGRIBUSINESS, ADVANCE OF HUNGER AND ANTI-ENVIRONMENTALISM

POLÍTICA AGRARIA EN EL GOBIERNO DE BOLSONARO: CONTRADICCIONES ENTRE LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO, EL AVANCE DEL HAMBRE Y EL ANTI-AMBIENTALISMO

Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

O AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O DISCURSO DA FRAÇÃO DE CLASSE REINANTE

28 AGRIBUSINESS IN BRAZIL: THE PREVAILING DISCOURSE OF CLASS FRACTION

L'AGROBUSINESS AU BRÉSIL: LE DISCOURS D'UNE FRACTION DE LA CLASSE DIRIGEANTE

Jéssyca Tomaz de Carvalho e Adriano Rodrigues de Oliveira

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO PNLD CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA PELA TERRA

56 RURAL SCHOOLS, THE EDUCATION FOR AND BY THE COUNTRYSIDE AND GEOGRAPHY TEXTBOOK

ESCUELAS RURALES, EDUCACIÓN DEL CAMPO Y EL LIBRO DIDÁCTICO DE GEOGRAFÍA

Felipe Moretto Moura e Sandra de Castro de Azevedo

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO: O PROJETO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NA VIDA DOS JOVENS CAMPONESES

81 PEDAGOGY OF ALTERNANCE IN THE ESPIRITO SANTO: THE PROFESSIONAL PROJECT AND THE IMPACTS ON THE LIFE OF YOUNG PEASANTS

PEDAGOGÍA DE ALTERNANCIA EN EL ESPÍRITU SANTO: EL PROYECTO PROFESIONAL Y LOS IMPACTOS EN LA VIDA DE LOS JÓVENES CAMPESINOS

Rosane Rosa Dias Fernandes e Danielli Calabrez Martins

	AGROEXTRATIVISTAS E AS CONTROVÉRSIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO DE MARACÁ, NO ESTADO DO AMAPÁ
100	AGROEXTRACTIVISTS AND CONTROVERSIES IN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICIES IN PAE - MARACÁ, AMAPÁ AGROEXTRACTIVISTAS Y LAS CONTROVERSIAS DE LAS POLÍTICAS SOCIALES Y AMBIENTALES EN EL ASENTAMIENTO DE MARACÁ, EN EL ESTADO DE AMAPÁ Maria Geralda de Almeida
	A PRODUÇÃO CAMPONESA NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: DESAFIOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
125	PEASANT PRODUCTION IN THE LENÇÓIS MARANHENSES NATIONAL PARK: CHALLENGES AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS LA PRODUCCIÓN CAMPESINA EN EL PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: DESAFIOS E CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES Ademir Terra e Francisco de Oliveira Viana
	SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA: AS IMPLICAÇÕES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP
146	SUBORDINATION AND RESISTENCE: THE IMPLICATIONS OF THE AGRARIAN COUNTER-REFORM OF MARKET IN PONTAL DO PARANAPANEMA – SP SUBORDINACIÓN Y RESISTENCIA: LAS IMPLICACIONES DE LA CONTRARREFORMA AGRARIA DEL MERCADO EN PONTAL DO PARANAPANEMA - SP Rodolfo de Souza Lima e Ricardo Pires de Paula
	CAMPESINATO E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: NOTAS PARA SE PENSAR DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO
168	PEASANTRY AND SUBSISTENCE AGRICULTURE IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE: NOTES FOR THINKING ABOUT DEVELOPMENT AND INCLUSION CAMPESINOS Y AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA EN SANTO TOMÉ Y PRÍNCIPE: NOTAS PARA PENSAR SOBRE EL DESARROLLO Y LA INCLUSIÓN Ayolse Andrade Pires dos Santos e Joelson Gonçalves de Carvalho
189	LAS IZQUIERDAS Y LAS LIGAS AGRARIAS DEL NORDESTE ARGENTINO

(1970-1976). UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA EXISTENTE Y PROPUESTA DE INVESTIGACIÓN

AS ESQUERDAS E AS LIGAS AGRÁRIAS DO NORDESTE ARGENTINO (1970-1976). UMA REVISÃO DA LITERATURA EXISTENTE E UMA PROPOSTA DE PESQUISA

THE LEFTS AND THE AGRARIAN LEAGUES OF THE ARGENTINE NORTHEAST (1970-1976). A REVIEW OF THE EXISTING LITERATURE AND A RESEARCH PROPOSAL

Guido Lissandrello

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA ALAGOANA: ANÁLISE DO USO DE AGROTÓXICOS E A ALTERNATIVA ORGÂNICA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

212

AGROECOLOGICAL PRODUCTION IN THE "ZONA DA MATA" OF ALAGOAS: ANALYSIS OF PESTICIDE USE AND THE ORGANIC ALTERNATIVE IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENT

PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA EN LA ZONA DA MATA DE ALAGOAS: ANÁLISIS DEL USO DE PESTICIDAS Y LA ALTERNATIVA ORGÁNICA EN EL ASENTAMIENTO DE LA REFORMA AGRARIA

Rafael Navas (*in memoriam*), Wanda Griep Hirai e Maria Alice Araújo Oliveira

RESENHA: CONTINUUM COLONIAL

229

Régia Cristina Alves dos Santos, Márcio José Celeri

COMPÊNDIO DE AUTORES

236

COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

271

COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Resumo

O agronegócio nunca saiu de cena e, nas últimas décadas, nem retrocessos apresenta, está em franca expansão em direção ao Cerrado, a Amazônia e ao Pantanal. Sempre desmatando e eliminando aquilo que impede e questiona o seu crescimento desenfreado. Afinal, para haver expansão é necessária a existência de territórios *disponíveis* (muitas vezes tratados como ociosos, vazios) para serem apropriados. Foi assim nos anos áureos dos ditos governos progressistas, que usufruíram do *boom* das *commodities* e continua assim hoje em pleno um momento de crise econômica, política, sanitária e social. Contudo, vivemos um momento particular: a pandemia da COVID-19, que desde o início de 2020 assola todo o globo e que é utilizada pelo governo brasileiro para “passar a boiada”. Assim, o objetivo deste artigo é apontar elementos que permitam a reflexão sobre como o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em tão pouco tempo de mandato tem fortemente impactado a questão agrária e ambiental. Este texto compreende a apresentação do número 58 da Revista NERA, que conta com dez importantes contribuições acerca da complexidade e multiescalaridade da questão agrária.

Palavras-chave: Governos progressistas; políticas públicas; questão agrária; Estado.

Agrarian policy in the Bolsonaro government: the contradictions between the expansion of agribusiness, the advance of hunger and anti-environmentalism

Abstract

Agribusiness has never left the scene and, in recent decades, there are no setbacks, it is expanding towards the Cerrado, the Amazon and the Pantanal. Always deforesting and eliminating what prevents and questions its unrestrained growth. After all, for there to be expansion it is necessary to have available territories (often treated as idle, empty) to be appropriated. This was the case in the heyday of the so-called progressive governments, which benefited from the commodity boom and continues today in the midst of a time of economic, political, health and social crisis. However, we live in a particular moment: the COVID-19 pandemic, which has been plaguing the entire globe since the beginning of 2020 and which is used by the Brazilian government to “passar a boiada”. Thus, the objective of this article is to point out elements that allow reflection on how the government of Jair Messias Bolsonaro (without a party) in such a short term has strongly impacted the agrarian and environmental issue. This text comprises the presentation of number 58 of Revista NERA, which has ten important contributions on the complexity and multiscale nature of the agrarian question.

Keywords: Progressive governments; public policy; agrarian question; State.

Política agraria en el gobierno de Bolsonaro: las contradicciones entre la expansión del agronegocio, el avance del hambre y el anti-ambientalismo

Resumen

El agronegocio nunca ha salido del escenario y, en las últimas décadas, no hay retrocesos, está en auge hacia el Cerrado, la Amazonía y el Pantanal. Siempre deforestando y eliminando lo que impide y cuestiona su desenfrenado crecimiento. Después de todo, para que haya expansión, es necesario tener territorios disponibles (a menudo tratados como ociosos, vacíos) para apropiarse. Este fue el caso en el apogeo de los llamados gobiernos progresistas, que se beneficiaron del boom de las *commodities* y continúa hoy en medio de una época de crisis económica, política, sanitaria y social. Sin embargo, vivimos en un momento particular: la pandemia de COVID-19, que asola al mundo entero desde principios de 2020 y que es utilizada por el gobierno brasileño para “*passar a boiada*”. Así, el objetivo de este artículo es señalar elementos que permitan reflexionar sobre cómo el gobierno de Jair Messias Bolsonaro (sin partido) en tan corto plazo ha impactado fuertemente el tema agrario y ambiental. Este texto comprende la presentación del número 58 de la Revista NERA, que cuenta con diez importantes aportes sobre la complejidad y escalas de la cuestión agraria.

Palabras clave: Gobiernos progresistas; políticas públicas; cuestión agraria; Estado.

Introdução

Não é preciso retornarmos aos primórdios para evidenciar a centralidade da questão agrária no processo de formação econômica, espacial e social do Brasil, autores como Caio Prado Jr. (1969 e 2011) e Ruy Moreira (2018, 2019 e 2020) já muito bem fizeram este resgate. Hoje, no século XXI, a questão agrária não deixou de ser um elemento estrutural da nossa sociedade, que embora seja considerada urbano-industrial, nunca deixou de ter sua economia pautada na exploração dos recursos naturais e na produção agropecuária. Ocorre que em cada momento histórico há características particulares. Assim, a questão agrária se renova cotidianamente, porém sem perder os seus elementos fundantes, a sua tríade estrutural: latifúndio, monocultura e exploração do trabalho.

No século XXI, além do avanço do neoliberalismo, os países do dito Sul global passaram por transformações que geraram impactos na questão agrária. Dentre estes é possível citar o *boom* das *commodities*, que compreende a inflação dos preços das mercadorias agrícolas e minerais no mercado internacional (FLEXOR e LEITE, 2017). O *boom* das *commodities* promoveu o avanço do agronegócio (especialmente transnacional), pautado sobretudo na expansão das fronteiras agrícolas, como MATOPIBA¹ e Amazônia, no Brasil

¹ Região composta por 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A regionalização foi estabelecida pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da EMBRAPA. O MATOPIBA adquiriu maior projeção no período no qual Kátia Abreu estava a frente no MAPA, refletindo interesses pessoais da senadora,

(PEREIRA, 2019); Chaco, na Argentina e no Paraguai (PEREIRA, 2020; FUNDAPAZ, 2021) e Bosque Chiquitano, na Bolívia (GRAIN, 2020).

As consequências do processo de expansão das fronteiras do agronegócio todos sabemos e vivenciamos cotidianamente: o avanço do desmatamento, mudanças climáticas, alterações no uso do território, perda da segurança e soberania alimentar, utilização indiscriminada de agrotóxicos e sementes transgênicas, criminalização de movimentos sociais, guerra cultural contra os povos do campo (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020), aumento dos conflitos, da violência e da despossessão, que resultam na acentuação da pauperização da população (especialmente rural) e na concentração de terra e de renda.

Contudo, concomitantemente, os governos aproveitaram deste *megaciclo das commodities* para promover políticas de caráter social, porém, sem romper com o padrão de acumulação de capital pautado no neoliberalismo, ou seja, foi uma onda progressista e neoliberal. Estes governos iniciaram na América do Sul a partir da eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, em 1999, e são conhecidos como progressistas (SANTOS, 2019), pós-neoliberais (SADER, 2009). Segundo Santos (2018, p. 13-14):

Como resultado, os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado (...) *O crescimento econômico insuflado pela alta dos preços das commodities facilitou políticas focalizadas que mitigavam a pobreza, enquanto os negócios prosperavam como sempre, resultando em relativa pacificação social* (Grifo nosso).

O Brasil não está a parte desta realidade. Entre 2003 e 2016 o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, dentre as diversas políticas públicas em diferentes esferas, promoveu a expansão das instituições de ensino superior; a criação e/ou expansão de programas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); pautou a reforma agrária por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA) e instituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “responsável por todas as ações de política agrária, agrícola e de desenvolvimento rural do país nos governos subsequentes, particularmente no tocante aos temas da reforma agrária e da política agrícola para os agricultores familiares” (MATTEI, 2018, p. 295). Ao mesmo tempo, no que se refere à reforma agrária, à desapropriação de terras, desde a metade do segundo mandato de Luís Inácio Lula

que possui latifúndios no estado do Tocantins. O número 47, ano 22 (2019) da Revista NERA é dedicado a análise da questão agrária no MATOPIBA. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA>. Acesso em: 30 abr. 2021.

da Silva (2003-2009) é pautada como uma reforma agrária considera conservadora (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

O governo PT também investiu na implantação de projetos de infraestrutura em todos os rincões deste país de dimensões continentais, especialmente no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todavia, ao mesmo tempo, o PT atuou fortemente na expansão dos megaempreendimentos e do agronegócio não somente no território brasileiro, mas em direção à América Latina e ao continente africano, especialmente nos países lusófonos, projetando o país no cenário geopolítico internacional por meio da integração regional e da cooperação Sul-Sul, o conhecido “Brasil Potência” (ZIBECHI, 2012)².

Porém, o progressismo não conduziu a mudança que, não apenas o Brasil necessitava e continuou na promoção de um modelo de desenvolvimento baseado no *extrativismo*, intitulado na sua face progressista de *neoextrativismo*³, “negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias econômicas, sociais, ambientais ou territoriais proporcionadas pela exportação de matérias-primas em grande escala” (SVAMPA, 2019, p. 17). Com o fim do *megaciclo das commodities* a direita avançou e junto com ela vieram os golpes e o fascismo. O primeiro a ter esta experiência foi o Paraguai, onde em 2012 o então presidente Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança/2007-2010 e Frente Guasú/2010 até o presente), foi deposto por meio de um golpe⁴. Em 2016 foi a vez do Brasil, onde a então presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), eleita democraticamente em 2014, foi deposta por meio de um golpe político/parlamentar/jurídico/midiático (MITIDIERO JUNIOR, 2017) no qual a bancada ruralista teve um importante papel.

O vice-presidente, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assume o posto de presidente do Brasil e inicia imediatamente a implantação de um projeto de país baseado no retrocesso das políticas sociais, no avanço do neoliberalismo e do fascismo pautado, especialmente no uso institucionalizado da violência contra as minorias: mulheres, negros, população LGBTQIA+, camponeses, indígenas e demais povos tradicionais, que juntos conformam a maioria deste país. Esse projeto é consolidado nas eleições presidenciais de 2018, na qual Jair Messias Bolsonaro (sem partido) é eleito após uma campanha baseada em discursos de ódio, no negacionismo da ciência e em uma série

² No livro, datado de 2012, Raúl Zibechi defendia que o Brasil era um dos poucos países do mundo que estava escapando da condição de periferia justamente pelo desenrolar do progressismo no país. Hoje, quase uma década depois, não é possível realizar tal afirmação.

³ Corresponde a face do extrativismo nos governos progressistas (SVAMPA, 2019).

⁴ No Paraguai o impeachment ocorreu após o episódio conhecido como *Massacre de Curuguaty*, no qual 17 pessoas (onze camponeses e seis policiais) foram assassinadas em um conflito ocorrido nas terras de Marina Kue, em Curuguaty, departamento de Canindeyú. Com a deposição de Lugo, o liberal Federico Franco assumiu a presidência, inserindo ainda mais o Paraguai na rota do neoliberalismo (PEREIRA, 2020).

de posicionamentos que desde sempre evidenciam o desconhecimento desta pessoa acerca da realidade do Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é apontar elementos que permitam a reflexão de como o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em tão pouco tempo de mandato tem fortemente impactado a questão agrária em consonância com a pauta ambiental, aproveitando todas as fragilidades expostas pela pandemia da COVID-19 para “passar a boiada”⁵, aliás, o governo Bolsonaro nega a amplitude da pandemia⁶. A hipótese confirmada é que, mais do que nunca, as dimensões agrária e ambiental estão conectadas em prol de um projeto de país que visa a manutenção da tríade latifúndio, monocultura e exploração do trabalho. Outra conjectura é que a atualidade da questão agrária e ambiental não foi iniciada após as eleições de 2018, mas sim parte de um processo em curso desde o fim do *megaciclo das commodities*, no qual não é possível negar que a onda progressista Sul-Americana se beneficiou do período áureo promovido pelo *boom das commodities*.

Um ponto é fato: o agronegócio nunca saiu de cena. Nas últimas décadas, nem retrocessos apresenta, está em constante expansão em direção ao Cerrado, a Amazônia, ao Pantanal, aos territórios camponeses, quilombolas, indígenas e de outros inúmeros povos tradicionais. Sempre desmatando e matando aquilo que impede e questiona o seu crescimento desenfreado. Afinal, para haver expansão é necessária a existência de territórios *disponíveis* (muitas vezes tratados como ociosos, vazios) para serem apropriados. Foi assim nos anos áureos dos ditos governos progressistas, que usufruíram do *boom das commodities*, continua assim hoje em pleno um momento de crise econômica, política, sanitária e social.

Neste sentido, o texto está organizado em três seções, além da introdução. Primeiramente são abordadas as políticas agrárias no governo Temer (2016-2018), focando nos desmontes já anunciados neste breve mandato. Em seguida partimos para a reflexão acerca do desmantelamento das pastas relacionadas a questão agrária e ambiental no governo Bolsonaro. Por fim, é posta uma breve exposição dos artigos que compõem o número 58 da Revista NERA. É importante registrar a dificuldade de encontrar um “fio condutor” entre artigos com contribuições tão amplas acerca da realidade agrária não somente brasileira, contudo, todas as contribuições desta edição nos permitem explorar a diversidade dos desmontes relacionados ao campo, relacionando a questão educacional, ambiental, extrativista, cultural, econômica, dentre tantas outras.

⁵ Na reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020 o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o período da pandemia seria ideal para “passar a boiada”, ou seja, aproveitar o período em que a sociedade estaria com todas as atenções voltadas para a questão da saúde para passar reformas que necessitam de um amplo debate, sobretudo em relação a pasta ambiental (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021).

⁶ Até o dia 1º de maio de 2021, 404.000 brasileiros perderam a vida em decorrência da COVID-19.

Governo Temer e o início dos desmontes das políticas agrárias (2016-2018)

Como pontua Alentejano (2018), a reforma agrária no Brasil é constantemente anunciada e não realizada, Temer apenas “joga a pá de cal na reforma agrária”. Michel Temer assume provisoriamente a presidência do Brasil em 12 de maio de 2016 e permanentemente em 31 de agosto de 2016. Já no mandato provisório, ainda em 12 de maio, Temer assinou a medida provisória n. 726, convertida na Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016, que alterou e revogou os dispositivos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e extinguiu o MDA, transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que representou um tamanho retrocesso para a conservadora reforma agrária levada a cabo no Brasil, visto que o MDA era responsável por políticas públicas de fortalecimento do campesinato e da agricultura familiar.

O desmonte atingiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio dos cortes orçamentários, o que resultou no enfraquecimento da atuação do órgão. Ademais, como são necessárias novas terras para a exploração e assim garantia da acumulação do capital, as políticas que visavam a liberalização e a mercantilização de terras foram postas em centralidade, como a emissão massiva de títulos de lotes nos projetos de assentamentos do INCRA, pauta frequentemente debatida por movimentos de luta pela terra, e a ampliação do Programa Terra Legal, que “resultaram não apenas na Emenda Constitucional 95, mas na edição de várias Medidas Provisórias, levando a transferência de patrimônio público (terra) para privados e desresponsabilizando o Estado de interferir no campo” (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018, p. 247). Concomitante a titularização massiva, o número de assentamentos criados foi praticamente nulo. Na realidade, os governos petistas já apresentavam uma redução desta política, porém Temer a selou de vez. De acordo com os relatórios DATALUTA Brasil⁷, a partir de dados disponibilizados pelo INCRA, entre 2016 e 2018 foram criados em âmbito federal 136 assentamentos rurais, totalizando 11.790 famílias assentadas e em uma área de 681.267 hectares. Apenas uma pequena parte desses assentamentos teve origem na desapropriação de terras, sendo mais comum o uso de políticas que não causam impacto na estrutura fundiária como a regularização e o reconhecimento.

O Brasil ocupa as primeiras posições no *ranking* dos maiores consumidores de agrotóxicos (e sementes transgênicas) e isso não é exclusividade do período atual. Contudo, seguindo as tendências posta após o golpe de 2016, a situação se agrava. Um dos casos

⁷ Desde 2005 o Rede DATALUTA publica anualmente o Relatório DATALUTA Brasil, sistematizando dados referentes à questão agrária brasileira. Maiores informações disponíveis em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

emblemáticos é a aprovação da Lei n. 13.301. de 27 de junho de 2016⁸, ainda quando Temer estava em mandato provisório, que, dentre as suas disposições, permite a pulverização de inseticidas em áreas urbanas e habitadas (FRIEDRICH et al., 2018). Outro retrocesso foi em relação ao Programa de Análise Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)⁹, onde os resultados do monitoramento dos alimentos *in natura* foram minimizados no relatório anual de 2016.

Também se destaca negativamente o Projeto de Lei n. 6.299/2002, comumente conhecida como PL do Veneno, que visa flexibilizar a legislação dos agrotóxicos criada em 1989, especialmente o sistema normativo regulatório de agrotóxicos no Brasil (FRIEDRICH et al., 2018). O PL foi apresentado ainda em março de 2002 por Blairo Maggi (Partido Progressista), um dos maiores sojicultores do Brasil e responsável pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante o governo Temer. Em consulta na Câmara dos Deputados é possível verificar que o PL ainda está em tramitação, porém pareceres favoráveis já foram emitidos por diferentes comissões. A pauta da flexibilização do comércio e uso dos agroquímicos atinge a vida, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) publica periodicamente o Dossiê ABRASCO¹⁰, alertando a partir de evidências científicas os impactos dos agrotóxicos na saúde.

No âmbito da estrangeirização da terra, o governo Temer buscou avançar na pauta da flexibilização da apropriação de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, muito pressionado pela banca ruralista, especialmente daqueles com o interesse no MATOPIBA. Em meados de 2017 foram anunciadas por meio de reportagens os avanços desta flexibilização, inclusive o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou que o governo pretendia liberar nos até o final do mês de março 2017 (PEREIRA, 2017). A pauta não avançou e, apenas em 2020, a questão voltou no cerne do debate agrário e econômico. Este ponto é interessante porque evidencia as relações de poder e interesses em torno de uma legislação. No governo Dilma Rousseff, quando Kátia Abreu estava à frente do MAPA as atenções estavam direcionadas para o MATOPIBA e para a revogação do Parecer LA 01/AGU, de agosto de 2010. Contudo, quando Temer assume o posto e Blairo Maggi se torna ministro da agricultura, os rumos mudam, o MATOPIBA deixa de ser foco e Maggi, inclusive, realiza declarações favoráveis a uma maior restrição da legislação referente a

⁸ É interessante este caso porque, segundo Friedrich et al. (2018) pretexto utilizado para a aprovação da lei foi o de “combater” o vetor transmissor dos vírus da dengue, *chikungunya* e *zika*, o que de fato aparece na disposição geral da referida legislação., mesmo com o Ministério da Saúde sendo contrário a tal marco jurídico.

⁹ Desde 2001 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) realiza tal monitoramento. Segundo a página eletrônica oficial da ANVISA, o último relatório é de 2017/2018, seguindo a tendência do governo Bolsonaro de diminuir as pesquisas científicas e a não realizar a divulgação de dados atualizados. Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>. Acesso em: 30 mai. 2021.

¹⁰ Maiores informações disponíveis em: <https://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

estrangeirização, no sentido de evitar a especulação com terras e cultivos temporários, ou seja, atuou na defesa de seus interesses.

As políticas de combate à fome foram desmanteladas por diferentes frentes. Desmontes, sobretudo por meio dos cortes orçamentários, em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tornaram-se uma realidade cada vez mais presente. Tais programas foram fundamentais para que o Brasil saísse do mapa da fome. Ademais, é inegável o protagonismo brasileiro nas relações agroalimentares globais (LIMA, PEREIRA e BARBANTI, 2018), que colocou o Brasil em posição de destaque no cenário internacional, uma vez que políticas públicas como o PAA serviram de inspiração para outros países, como Moçambique (CLEMENTS, 2015). Segundo Souza (2018, p. 672) a estratégia de Temer não foi “extinguir sumariamente a política, mas ir diminuindo paulatinamente os recursos de sustentação até que o PAA morra de inanição”.

A educação do campo, pauta histórica de luta dos movimentos sociais, foi fortalecida nos governos progressistas e se tornou alvo de ataques após o golpe de 2016. De modo geral, a educação/ensino em sua totalidade foi e vem sendo profundamente impactada em múltiplas escalas (educação básica, ensino médio e superior) com as recorrentes reformas nos currículos (como a reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular), com as ameaças a profissão docente, que caminham rumo a neoliberalização da educação, ou seja, a transformação da educação em mercadoria. Em nível da educação do campo os desmontes ocorrem através de cortes em políticas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e fechamentos de escolas do campo. Santos (2018) chama a atenção ao decréscimo do número de escolas e de matrículas na área rural e crescimento na área urbana. A temática da educação do campo é abordada em dois artigos do número 58 da Revista NERA: “Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia” e “Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses”.

Ao mesmo tempo a violência seguiu o seu fluxo contínuo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicados anualmente através do Caderno de Conflitos no Campo, entre 2016 e 2018 ocorreram 160 assassinatos, 222 tentativas de assassinatos, 592 ameaças de morte. A violência no campo é uma característica estrutural do modo de produção capitalista, afinal, a primeira etapa para garantir a acumulação de capital é a separação – por meio do emprego de práticas violentas – do trabalhador do meio de produção, a assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1970). Os mecanismos se renovam e a violência se torna institucionalizada. De acordo com Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 225) “a conjuntura política golpista, na qual a bancada ruralista foi partícipe fundamental, criou um sentimento de “tudo pode” a esse setor”, estando assim *autorizada* a promover a violência.

Os números referentes ao trabalho escravo foram expressivos, totalizando 220 denúncias, 2.744 trabalhadores envolvidos e 1.875 trabalhadores libertos entre 2016 e 2018. O governo Temer atuou vigorosamente nesta questão por meio de medidas que tentaram enfraquecer o combate ao trabalho escravo no Brasil, tais como a suspensão da publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo, os cortes de verbas aos órgãos públicos responsáveis pelas fiscalizações do trabalho nas empresas/propriedades rurais e a emissão da Portaria n. 1.129, de 13 de outubro de 2017 que, dentre tantas medidas alterava o entendimento jurídico acerca dos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo. Assim, só seria considerado trabalho escravo casos nos quais os trabalhadores necessariamente estivessem impedidos de usufruir do seu direito de ir e vir através da imposição de dívidas e retenção de documentos pelos patrões, isolamento geográfico e presença de segurança armada (SANTANA, 2018).

Estes ataques nas pautas relacionadas ao campo são apenas uma fatia de tantos outros retrocessos iniciados no governo de Michel Temer. Além dos impactos da questão agrária articularem várias dimensões e afetar a sociedade na sua totalidade, todas as outras pastas sofreram desmontes. Não são políticas aleatórias, o sentido é justamente criar um ambiente favorável para a acumulação do capital em tempos de crise, garantir que a classe dominante continue no poder e fazer ruir a jovem democracia brasileira. Temer deu o pontapé inicial e Bolsonaro continua.

Bolsonaro e a continuidade dos desmontes das políticas agrárias (2019-atual)

A agenda ultra neoliberal consolidada no governo Bolsonaro é caracterizada pelo desmonte e descaracterização do aparelho estatal (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020) não apenas nas políticas econômicas, mas também trabalhista, ambiental e fundiária. A mercantilização dos recursos naturais, especialmente por meio do neoextrativismo ultra liberal e marginal pautado na mineração (WANDERLEY, FERNANDES e MILANEZ, 2020) e no extrativismo agrário (SOYER e BARBOSA JR, 2020), caminha passo-a-passo com as políticas de incentivo ao agronegócio e criminalização do campesinato, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Grande parte do Temer implementou em desde 2016, Bolsonaro (sem partido) simplesmente deu continuidade. Como já destaca Kluck (2020), em muitos momentos as ações do atual governo se assemelham com uma “bagunça generalizada”, porém está é a estratégia que:

Esconde atrás dos escombros deixados por ela mesma a cada dia, um perverso modus operandi, envolvendo políticos e empresários organizados em bancadas ou grupos, na proposição e reelaboração de leis (medidas provisórias, projetos, revogações de leis, entre outros), voltadas às questões

fundiárias e ambientais, com potencial de efetivar uma grande dilapidação do “patrimônio” público (KLUCK, 2020, p. 683).

Um dos exemplos são os drásticos cortes orçamentários em todas as pastas, inclusive em tempos de pandemia. São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. Isso tem resultado diretamente na flexibilização de políticas de controle do desmatamento.

Além disso, a militarização começa a fazer parte do cotidiano destes órgãos, justamente com o objetivo de promover o avanço radical do agroextrativismo (FURTADO, 2021). Um caso emblemático é a nomeação de Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), para secretário de Assuntos Fundiários. Há constantes ataques a pesquisa e ao conhecimento científico, um exemplo é a Portaria n. 51, publicada em 10 de março de 2021 no Diário Oficial da União, que coloca ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao ICMBio a “*competência para autorizar previamente a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos produzidos no âmbito e para este Instituto em periódicos, edições especializadas, anais de eventos e afins*”. Ou seja, impõe a censura acadêmica aos seus servidores.

A pasta ambiental é um destaque, porque a política do “passar a boiada” se faz presente cotidianamente. A questão ambiental nunca antes foi tão primordial, o mundo está debatendo as mudanças climáticas, que são decorrentes do desmatamento, da emissão de gases poluentes e demais práticas predatórias. E o Brasil de Bolsonaro está no cerne da discussão internacional, justamente por suas políticas, a maioria de forma infralegal¹¹, de destruição do meio ambiente, medidas estas que beneficiam o agronegócio, a bancada ruralista, os latifundiários, os grileiros, os madeireiros e os garimpeiros. Todo o território nacional está sob ataque, mas as fronteiras do extrativismo mineral e agrário são o Cerrado e Amazônia que, junto com o Pantanal, foi palco de queimadas sem precedentes em 2020. Segundo carta¹² publicada no âmbito da articulação “Agro é Fogo!” e assinada por aproximadamente 100 organizações, o aumento do desmatamento e das queimadas é reflexo do desmonte e militarização de órgãos ambientais em conjunto com a flexibilização das

¹¹ Segundo o Observatório do Clima (2021, p. 04), “a receita para o desmonte ambiental, neste primeiro momento, consiste em fazer todas as mudanças possíveis de forma infralegal, sem precisar passar pelo Congresso”.

¹² Carta intitulada “Diante de mentiras que ninguém acredita, é preciso reafirmar o óbvio: As queimadas são culpa do agronegócio!”, publicada em 25 set. 2020 após o discurso de Bolsonaro na Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://www.agb.org.br/nota-publica-de-denuncia-a-destruicao-no-pantanal-cerrado-e-amazonia/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

políticas de controle do desmatamento. Assim, o governo Bolsonaro é cúmplice da devastação por ação e omissão.

Na pasta fundiária os retrocessos foram múltiplos. Já no primeiro dia de mandato ocorreu a edição da Medida Provisória n. 870, que alterou a estrutura administrativa do governo e que dentre diferentes ações deu fim a Secretaria Especial de Agricultura Familiar¹³ e tentou subordinar toda a agenda fundiária e ambiental à agenda agrícola (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020; FERNANDES et al., 2020). A farra da grilagem continuou (e continua) mais viva do que nunca, especialmente com a edição da Medida Provisória n. 910, conhecida como MP da Grilagem, proposta pelo governo Bolsonaro no final de 2019 (ALENTEJANO, 2020). Mediante as dificuldades impostas pela pandemia, o governo não conseguiu “passar a boiada” neste caso e a MP da Grilagem “foi transformada no Projeto de Lei n. 2.633/2020 e seguem as pressões do agronegócio pela sua aprovação” (ALENTEJANO, 2020, p. 382).

Em números, a reforma agrária sofreu a maior retração da história. Em 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins de reforma agrária, superando os três assentamentos criados em 1985 (FERNANDES et al., 2020). No período apenas dois territórios quilombolas foram reconhecidos, ambos com áreas delimitadas em governos anteriores (FERNANDES et al., 2020). Ao mesmo tempo, se mantem as narrativas de titulação de lotes nos assentamentos de reforma agrária (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020). Isso ocorre porque o agronegócio necessita de novos territórios para garantir a sua expansão e as terras da reforma agrária são uma das possibilidades.

Para além da violência institucionalizada, a violência nos conflitos do campo, materializadas em assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, expulsões, despejos e destruição de bens de populações camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais continuam ocorrendo a passos largos. Segundo dados da CPT, apenas em 2019 foram 32 assassinatos, 30 tentativas de assassinato e 201 ameaças de morte. A frequente criminalização de movimentos sociais também é uma face desta violência. Os contínuos discursos de ódio jorrados pelo presidente em exercício e por toda sua corja legitimam o uso da violência contra os povos do campo, das águas e das florestas.

Ruralistas e integrantes do governo, especialmente o próprio presidente Bolsonaro, disseminam abertamente discursos discriminatórios contra essas populações, classificando-as como inferiores, “que nem para procriar servem mais”, ou porque “sufocam o agronegócio”. Sendo assim, é preciso “dar armas e fuzis para os fazendeiros”. Nesse processo, recupera-se um discurso colonial que afirma que essas populações são as causas dos problemas ambientais e, portanto, obstáculos ao desenvolvimento e inimigas da nação (FURTADO, 2021, p. 43).

¹³ Que concentrava o restante das competências do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já citado na seção acima.

Mesmo com a pandemia e com as todas as crises instauradas e com o agronegócio se expande a todo vapor (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). Uma das medidas que possibilita este avanço é a flexibilização da legislação que controla a estrangeirização da terra. A Lei n. 13.986, de 07 de abril de 2020, popularmente conhecida como Lei do Agro, dentre as inúmeras alterações em marcos jurídicos relacionados a questão agrária, modificou o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971, que até a atualidade é a legislação de visa regulamentar a estrangeirização da terra no Brasil. A Lei n. 13.986/20 declara que as restrições estabelecidas na legislação de 1971 não se aplicam aos casos de sucessão legítima; às hipóteses de constituição de garantia real, nacional ou estrangeira e; aos casos de recebimento de imóvel em liquidação de transação com pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, ou pessoa jurídica nacional da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior, por meio de realização de garantia real, de dação em pagamento ou de qualquer outra forma.

Segundo Fernandes et al. (2020) a aprovação da Lei n. 13.986/20 abre lacunas que permitem a apropriação de terras rurais por empresas estrangeiras ou brasileiras controladas por estrangeiros. Em dezembro de 2020 a pauta novamente tomou o cenário nacional quando foi aprovado no “saldão de final de ano”¹⁴ do Senado o Projeto de Lei n. 2.963/19, de autoria de Irajá Abreu (PSD/TO). Logo em seguida Bolsonaro se posicionou contrário ao PL, afirmando que irá vetar a venda de terras à estrangeiros se o Congresso aprovar (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 25 dez. 2020). Até o momento da conclusão desta apresentação não houveram avanços na pauta.

Em 2020, mesmo com todas as crises que assolaram (e ainda assolam) o Brasil, o agronegócio foi o único setor da economia que apresentou lucro no país. De acordo com a Exame (01 dez. 2020), a estimativa de crescimento do PIB do agronegócio para 2020 é 9%, impulsionado pelo aumento da produção e dos preços (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). Além disso, a exportação de produtos agrícolas atingiu seu recorde em 2020, onde de janeiro a novembro foram exportados 131,5 milhões de toneladas por US\$61,2 bilhões, o que corresponde a 9,2% a mais do que no mesmo período de 2019 (FORBES, 06 dez. 2020).

A contradição disso tudo é que preços dos alimentos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira vêm apresentando contínuo aumento (PEREIRA, COCA e ORIGUÉLA, 2021). O par “aumento do preço dos alimentos e elevação do desemprego” foi um dos motivos para que em abril de 2021 mais de 50% da população brasileira estivessem em estado de insegurança alimentar grave. Assim, são 116.800.000 pessoas em situação de

¹⁴ Expressão utilizada pelo Canal Rural (18 dez. 2020) para se referir a sessão que aprovou o Projeto de Lei em questão em apenas 44 minutos.

insegurança alimentar, os resultados são da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Os desmontes, os ataques a democracia e a vida aqui citados são apenas uma ínfima parcela de uma gama complexa de cortes, de políticas públicas, de marcos jurídicos e de discursos que visam promover um modelo de desenvolvimento pautado na concentração de renda e terra, na exploração da natureza e do trabalho para assim garantir a continuidade da acumulação de capital e que este pequeno grupo continue no poder. Bolsonaro não ocupa o cargo de presidente da República por acaso, foi eleito e, mesmo diante de tantos episódios que evidenciam a sua incapacidade de governar o país, se mantém no poder. Se ele continua é porque tem grupos que estão se beneficiando com as suas ações.

Sobre este número

Como as demais edições da Revista NERA, o número 58 é caracterizado pela multiplicidade de olhares sobre a questão agrária mundial, evidenciando que mesmo com a tendência de incorporação dos territórios rurais pelo capital, os mesmos não são homogêneos. Esta edição traz temas que nos permite analisar e refletir sobre os diferentes desmontes acima citados em múltiplas escalas, desde a narrativa do agronegócio, passando pela educação do campo e chegando no extrativismo, na apropriação na natureza e nos conflitos socioambientais.

O número 58 é iniciado com o artigo “O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante”, no qual os autores Jéssyca Tomaz de Carvalho e Adriano Rodrigues de Oliveira analisam, a partir do caso do Brasil, as estratégias político-discursivas, empreendidas pelo agronegócio, procurando demonstrar as características hegemônicas e a unidade de discurso como campo conceitual de persuasão-convencimento da sociedade. A temática abordada por Carvalho e Oliveira é extremamente urgente, especialmente neste momento em que a política de “passar a boiada” se faz presente. Os autores evidenciam as estratégias em do Governo Bolsonaro, para acelerar a marcha de apropriação dos *territórios bloqueados* ao processo de acumulação ampliada do capital via agronegócio e mineração.

Em seguida, é introduzido no número 58 a temática da educação do campo através do artigo “Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia”, de autoria de Felipe Moretto Moura e Sandra de Castro de Azevedo. Por meio da compreensão da educação no campo como uma frente de luta pela terra e no marco do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo), Moura e Azevedo analisam os conteúdos de Geografia presentes no material do Ensino Fundamental I do ano de 2016, adotados no município de Alfenas, na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Os autores concluem

que o conteúdo dos livros didáticos de geografia do PNLD Campo atende à proposta de Educação do Campo, evidenciando assim a potencialidade dessa política.

Dando continuidade ao debate da educação do campo, as autoras Rosane Rosa Dias Fernandes e Danielli Calabrez Martins, no artigo intitulado “Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses”, apresentam os resultados do Projeto Profissional do Jovem, atividade de conclusão do Curso de Técnico em Agropecuária da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Bley, localizada no município de São Gabriel da Palha, na mesorregião Noroeste Espírito-Santense. O objetivo do artigo é a identificação dos impactos que o projeto profissional do curso proporcionou na autonomia e na emancipação econômica e social do jovem camponês, concluindo que o Projeto Profissional aplicado nas unidades produtivas possibilita autonomia financeira ao jovem camponês e transformação da sua realidade.

As temáticas relacionadas à educação do campo são de suma importância, especialmente em um contexto no qual observa-se uma diversidade de desmontes no âmbito das políticas educacionais e a orientação em direção a neoliberalização do ensino, onde a educação do campo, luta histórica dos movimentos sociais, tende a ser mais afetada. Exemplos são a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Outro assunto que se faz presente no número 58 da Revista NERA é questão ambiental e a sua interlocução e conexão com a questão agrária. O primeiro artigo neste tema é o “Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá”. A autora, Maria Geralda de Almeida, a partir da criação de Projeto de Assentamento de Agroextrativista (PAE) no sul do Amapá por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), analisa se a parceria causou o empoderamento dos assentados ou se foi uma estratégia para o autoritarismo do INCRA. A modalidade PAE¹⁵ foi criada pelo órgão justamente a partir do reconhecimento da existência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza, se materializando por meio da gestão conjunta, atribuindo às associações do PAE a participação na gestão.

Na mesma vertente, porém focando em outras formas de (re)produção do espaço agrário e sua relação com a natureza, o artigo intitulado “A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais”, de autoria de Ademir Terra e Francisco de Oliveira Viana traz para o debate a territorialização do

¹⁵ Segundo o INCRA (2020), as características da modalidade PAE são: obtenção da terra, criação de um projeto e seleção dos beneficiários é responsabilidade da União por meio do INCRA; aporte de recursos de crédito “Apoio Instalação” e de crédito de produção de responsabilidade da União; infraestrutura básica e titulação (Concessão de Uso) também são responsabilidade da União; presença de atividades ambientalmente diferenciadas e beneficiários, geralmente, são oriundos de comunidades extrativistas.

campesinato Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado na mesorregião Norte-Maranhense. O objetivo de Terra e Viana é analisar os principais desafios da produção e reprodução camponesa frente à política restritiva do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que limita as atividades das comunidades instaladas em seu interior. Os autores também focam nos conflitos socioambientais que emergem nesse cenário.

Na sequência, o artigo “Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP”, de Rodolfo de Souza Lima e Ricardo Pires de Paula, tem como objetivo, a partir do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do estado de São Paulo), a analisar o processo de territorialização das políticas da chamada Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM), proposta no âmbito do Banco Mundial. Lima e Paula apontam que a expansão da CRAM na região foi um processo articulado pelos fazendeiros e ruralistas como mais uma tática para contrapor o avanço da luta pela terra. Ademais, observam a existência de uma distância entre o discurso do Banco Mundial e a realidade dos empreendimentos, cujos resultados se materializam numa lógica dialética de subordinação e resistência. É interessante ressaltar que o Pontal do Paranapanema é marcado pela expressiva extensão de terras griladas materializadas em latifúndios (hoje cultivado com cana-de-açúcar) e com intensa atuação de movimentos de luta pela terra, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O sétimo artigo do número do número 58 traz um tema bastante explorado em edições anteriores da Revista NERA, porém com uma escala de análise antes não abordada, São Tomé e Príncipe, país insular localizado na África Central. Na contribuição intitulada “Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão”, os autores Ayolse Andrade Pires dos Santos e Joelson Gonçalves de Carvalho, a partir do estudo de caso da comunidade agrícola de Monte Café, objetivam lançar luz à realidade concreta dos camponeses de São Tomé e Príncipe. Santos e Carvalho indicam que em São Tomé e Príncipe na atualidade é caracterizado como um país agroexportador com um baixo grau de desenvolvimento, especialmente no território rural, onde a população está em um nível de vida marcada pela pobreza.

Extrapolando a escala do Brasil, o artigo “Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación”, de autoria de Guido Lissandrello, insere no debate as relações entre a esquerda e as Ligas Agrárias na Argentina ainda na década de 1970. O texto em questão é uma revisão da literatura existente, buscando propor uma agenda de trabalho que visa delinear linhas de pesquisa a serem futuramente desenvolvidas. A partir da observação das reflexões sobre as práticas políticas da esquerda, Lissandrello indica que os estudos da década de 1970 não contemplaram em profundidade o problema agrário. Na conclusão é

apresentada uma diversidade de objetivos e hipóteses que podem ser exploradas para começar a preencher a lacuna no conhecimento atual.

Neste número da Revista NERA conta com a publicação de uma homenagem ao professor e pesquisador-militante Rafael Navas, que nos deixou em dezembro de 2020. Navas era docente do curso de Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e muito contribuiu para o debate da produção agroecológica, segurança e soberania alimentar, atuando junto aos movimentos sociais. A homenagem é o artigo “Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária”, que foi submetido em março de 2020 pelos autores Rafael Navas, Wanda Griep Hirai e Maria Alice Araújo Oliveira.

O artigo em questão objetiva analisar a produção agrícola e o uso de agrotóxicos no assentamento Dom Helder Câmara, localizado no município de Murici, na Zona da Mata alagoana. Navas, Hirai e Oliveira concluem que mesmo diante da falta de efetivação de políticas públicas e ausência de incentivo no acesso às tecnologias e informações voltadas às técnicas sustentáveis de produção, o assentamento Dom Helder está passando por uma transição de produção, onde a maioria dos agricultores tem adotado a produção agroecológica e com baixo uso de agrotóxicos. Rafael Naves presente!

Por fim, na seção resenhas, consta a resenha do livro “Continuum colonial”, redigida por Régia Cristina Alves dos Santos e Márcio José Celeri. O livro “Continuum colonial”, de autoria do sociólogo Bartolomeu Rodrigues Mendonça, foi publicado em 2019 pelas editoras Paco Editorial e EDUFMA, esta última da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O livro é uma análise sobre os territórios vividos e em constante conflitos entre os *herdeiros da colônia* e os *escravos da república*, reverberado nos grandes projetos desenvolvimentistas atuais e alargado pela transnacionalidade de instituições e empresas que visam o uso do território de comunidades tradicionais no Maranhão.

Desejamos a todas(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A políticas agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

BRASIL. Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de outubro de 1971

BRASIL. Medida Provisória n. 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de maio de 2016.

BRASIL. Lei n. 13.301, de 27 de junho de 2016. Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus Chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 27 de junho de 2016.

BRASIL. Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispões sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória n. 717. De 16 de março de 2016. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 29 de setembro de 2016.

BRASIL. Portaria n. 1.129, de 13 de outubro de 2017. Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à escravidão, dentre outras disposições. **Diário Oficial da União**, Ministério do Trabalho. Brasília, 13 de outubro de 2017.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.963, 20 de maio de 2019. Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília – DF.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Brazilian Polices and Strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South Cooperation and the case of ProSAVANA and PAA**. Presidente Prudente, 2015, 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Ameaçados de morte**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/15-ameacados-de-morte>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Assassinatos**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/5-assassinatos>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Tentativas de Assassinatos**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/11-tentativa-de-assassinato>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Tabela Trabalho Escravo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/12-trabalho-escravo>. Acesso em: 28 abr. 2021.

EXAME. PIB do agronegócio do Brasil terá alta recorde em 2020, prevê CNA. **Exame**, caderno Economia, publicado em 01 dez. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/pib-do-agronegocio-do-brasil-tera-alta-recorde-em-2020-preve-cna/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio Pereira. Mercado de terras, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 20-38.

FORBES. Nem a pandemia de Covid-19 para o agronegócio brasileiro. **Forbes**, caderno Principal, publicado em: 06 dez. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FRIEDRICH, Karen et al. Agrotóxicos: mais venenos em tempos de retrocessos de direitos. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 326-347, 2018.

FUNDAPAZ. **Reporte 2020**. Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz, Argentina, 2021.

FURTADO, Farbina. Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia. PAIM, Elisangela Soldateli (Org.). **Resistências e Re-existências**. Mulheres, território e meio ambiente. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 39-68.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 8, p. 73-98, 2008. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i8p73-98.

GRAIN. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. **Grain**. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INCRA. **Modalidades de assentamentos**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2020. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Terra e floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 681-711, 2020.

LEITE, Acácio Z.; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 247-274, 2018.

LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale; BARBANTI, Olympio. O agrogolpe e a política externa: desmatelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 396-421, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, n. 114, p. 1-23, jun. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 218-258, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**. Os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário. São Paulo: Consequência, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Bolsonaro diz que vai vetar venda de terras para estrangeiros se aprovada pelo Congresso. **Notícias Agrícolas**, caderno Política e Economia, publicado em: 25 dez. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/276739-bolsonaro-diz-que-vai-vetar-venda-de-terras-para-estrangeiros-se-aprovada-pelo-congresso.html#.YI3Z3rVKjIU>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “**Passando a boiada**”. O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, janeiro de 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. Liberação na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e o controle de terras. **Boletim DATALUTA**, n. 112, p. 1-18, abr. 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019. DOI: [10.47946/rnera.v0i47.6284](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6284).

PEREIRA, Lorena Izá. Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 362-382, 2020. DOI: [10.47946/rnera.v0i55.7403](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.7403).

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021. DOI: [10.47946/rnera.v0i56.8314](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i56.8314).

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: <http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009. SANTANA, Aurelane Alves. Legitimar a escravidão no Brasil? As políticas do governo de Michel Temer para o trabalho escravo contemporâneo. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 467-476, 2018.

SANTOS, Clarisse Aparecida dos. O golpe e a cassação do direito fundamental dos camponeses à educação do campo. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 422-433, 2020.

SANTOS, Clarisse Aparecida dos. Educação do Campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 393-425, 2020.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma histórica da onda progressista Sul-Americana**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. A política de aquisição de alimentos na mira do golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2018.

SOYER, Gabriel; BARBOSA JR., Ricardo. O extrativismo agrário do Governo Bolsonaro a partir das relações Estado-Sociedade. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 522-554, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo Editora Elefante, 2019.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potência**. Entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2012.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis F.; MILANEZ, Bruno. O interesse é o minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 555-599, 2020.

Sobre os autores

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (biênio 2020/2022). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Camila Ferracini Origuéla – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>

Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). <https://orcid.org/0000-0001-9424-9699>

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.

O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante

Jéssyca Tomaz de Carvalho

Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia,
Goiás, Brasil.
e-mail: jessyca.geo@gmail.com

Adriano Rodrigues de Oliveira

Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia,
Goiás, Brasil.
e-mail: adriano.ufg@gmail.com

Resumo

O modelo econômico hegemônico pautado na *commoditização* do Brasil tem submetido os povos do campo e das florestas a processos de expropriação e violência. Diante da apropriação dos bens comuns, da concentração de terras e da químico-dependência, torna-se fundante desvelar a construção ideológico-conceitual do agronegócio centrada nos indicadores econômicos que se ancora na manutenção de subsídios propiciados por um Estado burguês, facilitador da subsunção da renda da terra e da vida pelas *corporações de commodities*. Analisamos as estratégias político-discursivas, empreendidas pelo agronegócio, demonstrando as características hegemônicas e a unidade de discurso como campo conceitual de persuasão-convencimento da sociedade. Por fim, demonstramos as estratégias em marcha, no Governo Bolsonaro, para acelerar a marcha de apropriação dos *territórios bloqueados* ao processo de acumulação ampliada do capital via agronegócio e mineração.

Palavras-chave: Agronegócio; análise do discurso; territórios bloqueados.

Agribusiness in Brazil: the prevailing discourse of class fraction

Abstract

The hegemonic economic model based on commodity extraction has subjected the people of the countryside and forests to processes of expropriation and violence in Brazil. The appropriation of common goods, the concentration of land, and agrochemical dependence, make unveiling the ideological-conceptual construction of agribusiness centered on economic indicators that are anchored in the maintenance of subsidies provided by a bourgeois state – which facilitates the commodity corporations' subsumption of land rent and life – essential. We analyzed the political-discursive strategies undertaken by agribusiness, identifying the hegemonic characteristics and unity of discourse as a conceptual site to persuade society. Finally, we assess the Bolsonaro administration's ongoing strategies to enable the appropriation of *protected territories* in provisioning expanded capital accumulation via agribusiness and mining.

Keywords: Agribusiness; discourse analysis; protected territories.

L'agrobusiness au Brésil: le discours d'une fraction de la classe dirigeante

Résumé

Le modèle économique hégémonique du supercycle des « commodities » au Brésil soumit leur paysans à une expropriation et violence inégale. Face à cette condition, marqué par la concentration de la propriété de la terre et la dépendance chimique de la production, il est inévitable dévoiler la construction idéologique sur une économie qui base l'agrobusiness et ses subventions par l'État bourgeois, lequel facilite la subsomption du revenu des terres et de la vie des sociétés « fermières ». Une analyse est proposée sur les stratégies politique-discursive de telles sociétés, que démontre ces caractéristiques hégémoniques et une remarquable unité discursive en visant la persuasion et le convaincre. Enfin, cette analyse démontre les stratégies en courant dans le sein du gouvernement Bolsonaro pour débloquent l'occupation des *territoires protégé* et amplifier l'accumulation du capitale par l'agribusiness et l'extraction minière.

Mots-clé: Agrobusiness; analyse de discours; *territoires protégé*.

Introdução

A análise das estratégias de legitimação dos discursos do agronegócio como ferramenta de positivação da territorialização das *corporações de commodities* se constitui em centralidade para a compreensão do processo de acumulação contemporânea do capitalismo no território brasileiro. A noção de *corporações de commodities* é apresentada como estratégia semântica para desvelar os mecanismos de controle econômico e territorial das corporações capitalistas via pilhagem promovida no agronegócio e na mineração.

A compreensão deste processo está ancorada em revisão bibliográfica acerca da estruturação de semas¹ que auxiliam no discurso ideológico-político do agronegócio no conjunto da sociedade brasileira. Inicialmente apresenta-se a discussão semântica do agronegócio no campo da linguagem, bem como a sua perspectiva teórico-metodológica como ferramenta conceitual-explicativa das transformações decorrentes do paradigma da Revolução Verde.

Posteriormente, são analisadas as estratégias do governo Bolsonaro para flexibilizar/enfraquecer o marco regulatório que mantém *territórios bloqueados* às investidas das *corporações de commodities*. Tal atualidade evidencia a base material do discurso do agronegócio a medida que estes territórios, como as reservas indígenas, inviabilizam o processo de acumulação dessas corporações.

Além do aporte teórico, as análises estão fundamentadas em dados e informações obtidos em órgãos oficiais, organizações não-governamentais, organismos de mídia e pesquisas empíricas acumuladas na agenda de pesquisa, que evidenciam a materialidade dos discursos.

A articulação de semas na positivação dos discursos favoráveis ao agronegócio, por meio de um campo conceitual, oculta os efeitos socioambientais do projeto hegemônico de

¹ A discussão semântica perpassa o entendimento sobre as possibilidades de significação de uma palavra: as relações que as palavras estabelecem com os contextos e discursos. Quando falamos em articulação de semas, demarcamos de forma estratégica os discursos que corroboram na positivação das ideologias.

agricultura eminentemente capitalista. A pilhagem ambiental, os conflitos no campo, o aniquilamento de *saberes e fazeres* dos povos do campo no cenário político atual tornam ainda mais complexas a reprodução das condições materiais de existência dos povos nos campos e nas florestas.

O campo crítico das Ciências Humanas, especialmente nas pesquisas realizadas no Cerrado e na Amazônia, tem revelado as determinações da formação do território brasileiro, constituída a partir da imagem de celeiro de produção de alimentos para o mundo, que na prática corresponde ao movimento do capital, protagonizado pelas *corporações de commodities* em consonância com os interesses do latifúndio. Estamos diante de um processo de pilhagem dos territórios, que no cenário atual ultrapassa a apropriação da terra e da água e se estende ao subsolo via mineração, se constituindo como a face “moderna” de uma *colônia de exploração*.

A partir da ascensão do paradigma da Revolução Verde na década 1950 e a sua consequente incorporação no Brasil, a partir dos anos 1960, no bojo do projeto de modernização da agricultura do governo ditatorial, a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade.

Ainda que apartados das condições materiais deste modelo de agricultura, muitas vezes ameaçados e desterritorializados, parcela significativa dos sujeitos pobres do campo, se sentem contemplados e seduzidos pelo “discurso agro”. Inadvertidamente se convertem em agentes de defesa e reprodução do modelo de desenvolvimento que provoca efeitos deletérios em suas vidas. O campo conceitual que sustenta a centralidade destes discursos é responsável pelo ponto cego da ideologia, que não permite que os sujeitos percebam à serviço do quê e de quem estão os discursos reproduzidos.

O Estado, hegemonizado por frações da classe dominante que controlam as leis, possui papel fundante na manutenção do controle dos meios de produção, possibilitado pelo domínio político-ideológico, o qual garante a reprodução ampliada do capital monopolista (POULANTZAS, 1977). Assim, enquanto instituição de “conciliação” e arrefecimento dos conflitos subjacentes aos interesses de classes, o Estado se constitui como “ancoradouro” da classe reinante da sociedade.

A compreensão da natureza burguesa do Estado brasileiro, que após o golpe político-jurídico-midiático de 2016 intensifica o domínio de uma fração de classe ainda mais autoritária e mais conectada com o processo de territorialização das *corporações de commodities*, torna o país mais suscetível a alianças políticas que levam ao processo de fascitização em sua transição de movimento ideológico à sua concretude (POULANTZAS, 1977).

Delgado (2012) ao analisar o processo de transição da <<modernização da agricultura>> para o <<agronegócio>>² identifica uma tríplice aliança: Estado, academia e mídia, responsável pela sedimentação do agronegócio como a principal matriz (i)material de desenvolvimento rural no Brasil. Contudo, o desenvolvimento rural tem sido orientado por uma proposta prioritariamente, se não, exclusivamente, economicista, como bem enfatizado por Ribeiro (2005).

É evidente o protagonismo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), como força política incontestada no Congresso Nacional, para capitanear uma agenda recheada de instrumentos legislativos para dar segurança jurídica à classe reinante. A roupagem aparentemente nova do agronegócio, abre caminhos para que a velha burguesia avance no “desbloqueio” de territórios até então indisponíveis ao processo de acumulação, como as terras indígenas, unidades de conservação e demais territórios passíveis de delimitação para os povos quilombolas e assentados de reforma agrária.

Torna-se fundante esmiuçar as implicações dos discursos de posituação da territorialização do agronegócio, apontando demandas de políticas públicas próprias voltadas à justiça social quanto à produção agrícola vigente e a crítica à histórica posição de serventia do território brasileiro.

Conceptualização do agronegócio no Brasil e a âncora do Estado burguês

A formulação de conceitos possibilita a reinvenção simbólica pela influência na visão de mundo e, por conseguinte, a reconfiguração territorial pelas transformações no uso e apropriação do espaço. Se as (re)construções conceituais e os projetos vinculados às suas intencionalidades, viabilizam as reinvenções espaciais, torna-se importante para a Geografia o estudo das disputas (i)materiais existentes, que influenciam dialeticamente nos arranjos espaciais.

Os aportes teóricos, políticos e ideológicos, são abstrações que servem como chaves de interpretação da realidade e podem influenciar a dimensão material, mas, são as experiências reais que revelam as especificidades do espaço. O valor conceitual está sempre alocado na possibilidade de sua aplicação na realidade.

Para entender os mecanismos e etapas de conceituação, Barbosa (2001) evidencia que a conceituação está associada à interpretação de fatos: naturais ou culturais; “[...] conceituar é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida de escolha/engendramento da estrutura léxica [acervo de palavras] que

² Usaremos esses signos “<<...>>” para demarcar a discussão dos campos conceituais.

pode manifestá-lo de maneira mais eficaz.” (BARBOSA, 2001, p. 76 - 77). Portanto, os conceitos são funcionais nas construções discursivas geradas no tempo e no espaço.

Já os discursos se apresentam como estratégias de controle *ideológico*, e por conseguinte, *econômico*, *político* e *territorial*. A análise do campo semântico atento à significação ou sentido das palavras constitui-se como ferramenta de compreensão dos caminhos de posituação do agronegócio perante a sociedade. Por isso, é fundamental desvelar as intencionalidades que fazem morada nas concepções político-ideológicas que resultam na consolidação dos conceitos.

Com base na análise de Bezerra (2009), buscamos em Barbosa (2001; 2004) a base para reconstituição do percurso político-discursivo do agronegócio no Brasil, a partir da compreensão do processo de conceptualização. A autora estabelece três níveis deste processo de estruturação de um conceito:

1) nível do *arquiconceito* – possui como característica principal a natureza mais universal e explicativa, que é o conceito *stricto sensu*. Neste nível o agronegócio é “simpliciter” entendido como “negócio do campo”. Trata-se da percepção dos fatos, sendo identificados, por exemplo, os semas [+campo]³ [+negócio] [+monocultura];

2) nível do *metaconceito* – define-se pela identificação dos contrários e opostos, a partir dos traços culturais (noemas) de cada língua. Neste nível o agronegócio é associado às novas percepções, podendo ser questionado. Essas nuances culturais acentuam também alguns semas conceptuais, [+produtividade], [+dinheiro], [+defensivos agrícolas], [+tecnologia] e outros. Por outro lado, há a compreensão de outros modos do “se fazer agrícola” delineados pela prática e os *saberes e fazeres* camponeses, e pela interpretação teórica de alguns sociólogos, biólogos, geógrafos dentre outros, que apontam as ineficiências e que reforçam outros semas para esse conceito [-vida], [-bio], [-alimento], [-soberania], [-igualdade social], [-natureza], [-tradição], correspondentes ao oposto e contraditório legível;

3) nível do *metametaconceito*: é a fase mais elaborada, que se constitui como fim do processo de conceptualização. Aqui já é possível a identificação dos processos manipulatórios e engendramento de escolhas por quem pauta o conceito – este é o nível *lato sensu*, no qual a conceptualização está cristalizada e consolidada perante a sociedade, do fato ao conceito, trazendo os discursos favoráveis ou contrários e carregando semas conceptuais intencionais em seu campo conceitual, exemplo: [+modernidade], [+desenvolvimento], [+tech], [+pop], [+tudo].

Deste modo, Barbosa (2004) enfatiza que na análise do discurso, é possível detectar as tensões e conflitos em jogo. Ao se considerar o **metametaconceito** central, ou seja, o campo conceitual dorsal do discurso entende-se os semas carregados naquele contexto.

³ Os símbolos dos colchetes [...] são utilizados para indicar os possíveis semas que compõem determinado campo conceitual <<...>>.

O processo de conceptualização corresponde ao próprio percurso da cognição: da apreensão e construção de uma visão de mundo. Sendo a conceptualização um processo cognitivo, cabe identificar os contrários e contraditórios e sua importância. Nesse sentido, **um conceito liga-se necessariamente a outro conceito** gerando um microsistema conceitual. O conceito *lato sensu* é então um **campo conceitual**. O discurso produzido a partir de determinado campo conceitual revela então um **projeto–projétil**, que no caso do agronegócio se lança pelo movimento do capital e se sedimenta como ideia-força na sociedade brasileira.

Bezerra (2009), evidencia que o geógrafo que se dispõe a este diálogo sobre os níveis da conceptualização deve ter clareza de que “[...] as palavras guardam um conteúdo histórico e social em constante movimento” (p. 118). As transformações do ser humano e da realidade são então peças-chave, já que se busca a compreensão da linguagem - o que é falado pelo ser humano, enquanto um ser social.

As palavras em movimento chegam aos sujeitos carregadas de sentido e que significam nos sujeitos e para os sujeitos em um dado contexto socioespacial. Orlandi (2005) explica que o sujeito a partir da linguagem possui uma prática inconsciente e influenciada pela memória e pela ideologia. Os efeitos de sentido se manifestam de acordo com as condições e posições de quem diz.

A memória constitutiva corresponde ao interdiscurso, configurando-se em pressupostos. Considera-se então que “o dizer não é propriedade particular. As palavras [...] significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2005, p.32). A produção de sentido é, todavia, influenciada pelas relações de poder - eis aqui a importância da posição de quem diz. Os sentidos não se restringem às palavras em si, conforme salienta a autora.

As Organizações Globo ao encampar o projeto de campanha publicitária “Agro: a indústria riqueza do Brasil⁴”, apresentado na abertura do 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), com o *slogan* ancorado na máxima “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, sendo a maior emissora da televisão brasileira, se posiciona de forma contundente ao lado da classe reinante⁵ do campo brasileiro, positivando o campo conceitual “agro”.

Para a construção do discurso, o *esquecimento* é tão estruturante quanto a *memória*. A incompletude é a condição da linguagem que não se esgota nem pelos sujeitos, nem pelos

⁴ No vídeo institucional da campanha publicitária apresentado na abertura do 15º Congresso da ABAG em 2016, a Rede Globo se propõe a “deixar claro a noção de cadeias produtivas, ou seja, mostrar que além do próprio agricultor e do consumidor final, o campo gera emprego e riqueza para o transporte, para a indústria, para o comércio, para os serviços, para toda a sociedade [...] temos a pretensão de estar jogando, unidos, no mesmo time”.

⁵ Martuscelli (2018) evidencia os alcances e limites do conceito de classe ou fração de classe reinante, a respeito das categorias de análises da formação social capitalista propostas por Poulantzas à luz das contribuições de Althusser sobre os aparelhos de Estado. O conceito de fração de classe reinante designa a fração da classe cujo partido político ocupa um lugar dominante na cena política, não correspondendo necessariamente a classe detentora do aparelho de Estado.

sentidos. É preciso estar atento ao que é esquecido, desvelando a sua intencionalidade. (ORLANDI, 2005)

Ao se resumir a palavra <<agronegócio>> ao <<agro>>, esquecendo-se do “negócio” enquanto sema principal, estruturante do conceito, a peça publicitária, convida o espectador (de qualquer fração de classe) à uma aproximação, e reforça, por diferentes adjetivações e repetições, outros semas a serem imediatamente associados ao conceito de agronegócio: **tecnologia, popularidade e totalidade**, sedimentando o **metametaconceito**. Qualquer modo de organização da produção no campo que extrapole esse modelo hegemônico, pode ser assim facilmente reduzido e confundido como **atrasado, impopular e particular** (ou residual!).

Por esse motivo, atinge a todos: campo, cidade, sujeitos, imaginários, convertendo o agronegócio em uma **necessidade** ou **modelo único** a ser seguido. O discurso e a verdade são práticas de poder disseminadas no tecido social por meio dos micropoderes (FOUCAULT, 1978).

Poulantzas (1980) demarca o papel do Estado na leitura sobre o poder, afirmando que este materializa as técnicas de exercício que moldam os sujeitos. Logo, se Foucault (1969;1975;1978) trazia a noção de docialização dos corpos por meio da disciplina, Poulantzas (1980) explica que estes sujeitos são moldados por meio do exercício de poder que é empregado até mesmo em sua corporeidade, mas cujo Estado possui um papel organizacional em que o seu discurso é o da ação que se efetua na junção saber-poder.

Assim, como foi na formulação do conceito de <<agribusiness>> nos Estados Unidos (DAVIS e GOLDBERG, 1957), no Brasil também os efeitos de sentido da tradução final <<agronegócio>>, significou novos hábitos e padrões de produção e de consumo, como apresentado por Mendonça (2013) que também evidencia o papel da academia, da mídia e do Estado.

Diferentes leituras e interpretações se manifestaram sobre a capilaridade do processo de acumulação ampliada no campo brasileiro. Com o tempo foram se reconfigurando, a partir das demandas teóricas inerentes à complexidade da realidade, sobretudo com a influência da incorporação da lógica industrial à agricultura.

Uma das matrizes conceituais que sustentam o conjunto de análises sobre as relações agrícolas de produção no Brasil corresponde ao conceito de <<agribusiness>> (DAVIS e GOLDBERG, 1957). De origem estadunidense o conceito foi primeiramente traduzido no Brasil como <<complexo agroindustrial>> por Alberto Passos Guimarães em 1976, em artigo de opinião intitulado **O complexo agroindustrial no Brasil**, publicado no *Jornal Opinião* no qual apresenta uma análise crítica da modernização e consequentes transformações na agricultura brasileira.

Na década de 1980, Geraldo Müller, também incorporou a tradução em suas pesquisas acadêmicas, no campo da Economia. Para Müller (1989) era possível identificar as transformações na regulação das atividades agrícolas brasileiras, com o estreitamento das relações entre agricultura e indústria, associado a manutenção de um padrão agrário historicamente determinado, notadamente marcado pela manutenção da estrutura fundiária concentrada. A ênfase será dada a discussão acerca da pobreza, como componente do padrão de desenvolvimento imposto no país, indicando a compreensão de desenvolvimento como tragédia e pautando em questões como: desenvolvimento às custas *do quê* e de *quem*, evidenciando outras significações para <<desenvolvimento>> e para <<complexo agroindustrial>>.

No início da década de 1990, Ney Bittencourt, a cargo da Agrocerec – empresa de sementes constituída no Brasil no final da 2ª Guerra Mundial -, empreende uma ampla difusão da noção por meio do livro intitulado **Complexo Agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro**. Na obra temas como a interação entre o setor de bens de produção e insumos, a produção e distribuição agropecuária e a constituição de um “sistema agroalimentar” associado ao *marketing* são basilares para a positivação imagética de um campo moderno e integrado à cidade e à indústria, que na virada do século 21 serão incorporadas ao discurso do <<agronegócio>>.

Graziano da Silva e Kageyama (1987) estruturam suas análises dos chamados <<complexos rurais>> aos <<complexos agroindustriais>>, dimensionando as novas complexidades da relação agricultura-indústria, do uso de máquinas no campo às articulações de produção.

Page (1996) elucida que a <<agroindústria>> envolve aspectos que perpassam a racionalização do trabalho, a mecanização e o controle dos produtores pelo processo de produção no campo em que submerge a lógica industrial. Trata-se de um modo de organização produtiva que sai da fábrica e vai ao campo, superando uma das barreiras da industrialização do campo enunciada por Kautsky (1986).

Para Marafon (2014) a relação agricultura e indústria se dá de maneira intersetorial, de modo que a absorção de inovações tecnológicas na agricultura ocorre à montante e à jusante. O setor a montante seria aquele fornecedor de bens e insumos para a agricultura, ou seja, da indústria para a agricultura; já o setor a jusante, corresponderia à agroindústria: indústria processadora de matéria-prima. Juntas, estas formam o <<complexo agroindustrial>>.

Com a integração da análise de mercado, distribuição, processamento, política, consumo, para além da agricultura e indústria, chegou-se nos anos 2000 ao termo enfim traduzido/projetado <<agronegócio>>. Delgado (2012) analisa que esta década com a

antecedente crise cambial do final da década de 1990, foi importante oportunidade para o agronegócio ser lançado discursivamente como possibilidade de superação da crise.

Mendonça (2013) entende que o conceito de <<agribusiness>> diz respeito a um modo de produzir e consumir, pautado na lógica capitalista que hoje fundamenta o conceito de <<agronegócio>> e envolve aspectos materiais e imateriais. A autora considera que a construção conceitual se deu de forma tão efetiva que se propagou no meio acadêmico, na mídia e no âmbito político.

Nota-se, portanto, a diferença nas etapas de conceptualização da <<agroindústria>> ao <<agronegócio>>. De um lado há a relação da agricultura com a indústria e de outro, um todo que envolve, sobretudo, a força política para além da dimensão produtiva do <<complexo agroindustrial>>, que se dá pelo conjunto de relações que se estabelecem a partir da indústria.

Percebe-se que as discussões sobre as questões técnicas, produtivas, econômicas e de poder, não são recentes e fundamentaram ao longo dos anos o que hoje é colocado nos meios de comunicação para legitimar o projeto capitalista de produção agrícola. Tudo isso, apoiado por um Estado portador e viabilizador dos mecanismos de corporações no Brasil.

O <<agronegócio>>, considerando o seu microssistema conceitual a partir da sua compreensão enquanto um conceito *latu sensu* ou **metametaconceito** na sociedade brasileira é relativamente atual e em um primeiro nível refere-se ao “negócio no campo”. Contudo, a hegemonização do agronegócio refletiu-se em marcos práticos e ideológicos com a valorização dos monocultivos, as alterações nas relações de produção e consumo, a mudança de hábitos, as ressignificações de tradições e outros aspectos.

No bojo desta análise, percebe-se o conceito de <<agricultura familiar>> como um sema funcional e não categoria analítica no âmbito dos discursos científicos. Isso porque o seu uso na lei nº 11.326/06, do ponto de vista prático, possibilitou a demarcação de políticas públicas, estatísticas e outros avanços específicos aos sujeitos contemplados em sua proposta, mas discursivamente o termo passou a se configurar enquanto sema do <<agronegócio>>.

Em outras palavras, sob o domínio de um Estado burguês, a <<agricultura familiar>> enquanto signo e significante passou a ser interpretada como um menor, ou etapa a ser superada (para se alcançar os benefícios da fração de classe do agronegócio). Ou seja, apesar de um conceito de reverberações transformadoras, pelo reconhecimento político e econômico de uma fração social, não se constitui como um conceito contra-hegemônico. Logo, é nos discursos científicos mais funcional ao projeto do agronegócio do que analítico à realidade do campo brasileiro: heterogêneo, plural e contraditório.

Como analisavam Marx e Engels (2007) como era no caso do dinheiro, o “bom burguês volta a transformar ‘os trabalhadores’, que estão espalhados por todo o mundo civilizado, numa sociedade coesa que só precisa tomar uma decisão para se livrar de todas

as suas dificuldades”. Ideologia essa atualmente, comumente reverberada pelo campo conceitual da <<meritocracia>> por exemplo.

Por esse motivo é relevante a leitura sobre a <<agricultura camponesa>>, vista como outro conceito *lato sensu* que designa uma outra fração de proprietários de terra entendida por dentro do modo de produção capitalista. Contudo, seus semas, não são os mesmos do <<agronegócio>>. Enquanto para a classe dos latifundiários se reforça o sema [+negócio] associado à terra, para os camponeses o sema [+trabalho] possui centralidade, configurando o campesinato enquanto um campo conceitual oposto, contra-hegemônico, que se define pela lógica da resistência.

O agronegócio revela os semas do projeto de agricultura eminentemente capitalista. Tal projeto possui vínculos políticos, revelados pela bancada ruralista que impõe uma agenda nacional, em consonância com as demandas do mercado externo e o processo de acumulação do capital⁶. Legitima-se tais ações, dando relevo à questão alimentar, geração de emprego e renda, além das supostas inovações tecnológicas que colocam o campo brasileiro na vanguarda mundial.

Em um cenário de expropriação no campo e automação dos processos, no bojo da concentração dos meios de produção cabe a pergunta: que sociedade está sendo construída? Se como resposta são concebidas as ideias de desenvolvimento e modernização, o caminho está sendo trilhado. Afinal, os estudos sobre o processo de *conceptualização* têm evidenciado que <<modernização>> e <<desenvolvimento>> são essencialmente conceitos a serviço do processo de acumulação ampliada do capital.

O conceito de modernização também carrega os pares contraditórios, manipulatórios e modalizadores. Por essa razão, têm-se a partir dos noemas culturais os opostos moderno/atrasado que promovem a confusão no senso comum entre os conceitos de <<modernização>>, <<avanço>>, <<progresso>> e <<inovação>>, como se fossem sinônimos e pertencentes a um mesmo campo lexical (palavras que pertencem a mesma área).

O “não dito” nos discursos em que se emprega este microssistema conceitual é o fato de que sendo a modernização a territorialização do próprio modo de produção capitalista, esta é, por conseguinte, carregada de contradições e desigualdades. São aspectos esses da ausência necessária do discurso. São a pobreza e a concentração, portanto, componentes da própria modernização. Trata-se de esquecimentos estruturantes.

⁶ Evidencia-se nas ações da Frente Parlamentar da Agropecuária (Bancada Ruralista) a operacionalização do conceito de fração de classe reinante. Segundo a FPA (2020) o objetivo é “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.” Apesar da posição na cena política, nota-se a existência de outras frações hegemônicas no bloco no poder (na prática política) que capilarizam de fato o domínio dos aparelhos de Estado, como as corporações de commodities, notadamente oriundas do capital transnacional.

Percebe-se então a perda do sentido teórico do conceito, que leva a uma ideologização tornando-o uma palavra de *marketing*, ao colocá-lo como sinônimo de melhoria, desconsiderando-se, por exemplo, as profundas alterações das relações de trabalho intrínsecas a esse projeto, a construção de um novo comportamento e de um modo de vida baseado no consumo. Para Marcuse (2015) as intervenções no mundo moderno estão permeadas pela esfera do consumo; pela ideologia da sociedade industrial, ensina-se a auto percepção enquanto consumidores e não como cidadãos.

Berman (1986) inspirado no Manifesto Comunista de Marx (MARX e ENGELS, 1998), já explicava a partir da análise da modernidade que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. O autor pondera que essa unicidade que se quer parecer inerente ao que é moderno, promove uma desunidade por seu caráter paradoxal. Desse modo, ao passo que a modernidade e seu caráter industrial transforma conhecimento científico em tecnologia criando novos espaços humanos, ela também destrói e anula espaços já criados.

A vida moderna, como problematizam Marx e Engels (1998) e Berman (1986) é radicalmente contraditória e precisa ser enxergada de maneira crítica, para que a captura dos lugares por um modelo burguês e a imposição das relações sociais por essa classe não sejam entendidas como efeitos sem causa. Graziano da Silva (1982) faz essa leitura do campo brasileiro denominando de <<modernização dolorosa>> da agricultura identificando como esse processo mantém intacta a concentração fundiária. É o velho se reinventando para reprodução de seus interesses, como bem analisa Martins (1999) em **O Poder do Atraso**.

Se para ser alcançado o desenvolvimento é necessário seguir um receituário concebido pelos países imperialistas (ESCOBAR, 2014), as etapas do desenvolvimento não foram possíveis no Brasil, pois as modernizações foram se atropelando em suas diferentes fases (FAORO, 1992). Tão logo a posição do <<desenvolvimento>> no Brasil, não é a mesma dos Estados Unidos da América, por exemplo, nem enquanto prática, nem enquanto microsistema conceitual⁷.

Diante disso, observa-se que as políticas macroeconômicas voltadas ao projeto de modernização, sempre foram forjadas de maneira setorial para beneficiar o setor agrícola capitalista, que corresponde à uma determinada fração de classe. De tal modo que se entende, as razões pelas quais em estudos encomendados, como é o caso das “7 teses sobre o mundo rural brasileiro” (BUAINAIN, 2013), a pauta agrária é entendida como superada e várias questões são desconsideradas (não ditas), como por exemplo, a permanência da violência no processo de apropriação da água e do subsolo - remetendo-nos a pensar os territórios e não “apenas” a terra.

As condições análogas à escravidão, a exploração e expropriação da natureza, a concentração de terras e a produção de *commodities* para exportação ganham notoriedade em

⁷ Movimento muito semelhante, observa-se no Brasil atualmente com o esvaziamento teórico sobre os conceitos de esquerda, direita, liberalismo, comunismo, fascismo, utilizado por muitos nos discursos midiáticos, científicos e políticos, desconsiderando-se todo o microsistema conceitual (também histórico e material) em que se inserem.

pleno século 21. Trata-se de uma pseudomorfose das oligarquias agrárias: o passado, por vezes, se esconde mal por trás do discurso do moderno (MARTINS, 1999). E os discursos, portanto inscritos nos sujeitos e para os sujeitos que compõem esses territórios, são estruturalmente contraditórios.

Esse desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988) retroalimenta as desigualdades espaciais. Segundo o IBGE (1982) em uma abordagem crítica sobre a modernização da agricultura, cabe ponderar que a modernização tem sido assimilada à introdução da mecanização e de insumos que possibilitaram a incorporação de áreas antes improdutivas. Outra característica da modernização é o incentivo de produção de lavouras específicas, atreladas as políticas de créditos e os respectivos tipos de estabelecimentos que tem acesso à esse incentivo.

Os interesses do capital, em grande medida como alude Foucault (2014), discursivamente se manifestam em relações de desejo e poder, que mascaram o que poderia ser dito e não foi. Todavia a superestrutura e os aparelhos ideológicos e aparelhos de Estado mediam as relações de classe criando verdades. Portanto, o questionamento sobre os mecanismos e posicionamentos dos poderes jurídicos e políticos, dos meios de comunicação, educação, religião, família, arte e outros que reforçam a positividade sobre o que é moderno, se torna fundante.

O projeto do agronegócio e sua expansão traduzida na territorialização, não ocorre em um espaço vazio de significado. Algumas cidades brasileiras foram, de certo modo, portadoras desse projeto. Elias (2011) caracteriza essa marcha como a constituição de “cidades do agronegócio”. Tal processo inerente à expansão da fronteira se deu em regiões que corresponderam às demandas do movimento do capital. São os casos de cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no oeste baiano; Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Primavera do Leste em Mato Grosso e também com Chapadão do Céu, Jataí, Rio Verde, Mineiros em Goiás.

Em síntese, mudanças estruturais quanto ao uso e apropriação do Cerrado, por exemplo, resultaram em alterações da paisagem, do solo, do manejo, mudanças genéticas e outros aspectos que correspondem à “erosão” da sociobiodiversidade diante do pacote modernizante. A suposta positividade do agronegócio negligencia os (des)envolvidos no processo. Ou seja, aqueles que deixaram de ser envolvidos, como bem sustentam Porto-Gonçalves (1990) e Montenegro Gómez (2006). O conflito, portanto, deixa de ser revelado.

O conflito é inerente ao processo de desterritorialização da agricultura camponesa e dos povos da floresta, que ao reivindicar a manutenção de seus territórios e a conquista de novos, entram em rota de colisão com os interesses das *corporações de commodities*. Como **metametaconceito** que é, o agronegócio consegue silenciar até mesmo as experiências bem-sucedidas da agricultura camponesa, como é o caso do ocultamento do noticiário da grande mídia da doação de alimentos em diversos formatos como produtos *in natura*,

marmitas, cestas básicas e álcool gel por entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, diante da Pandemia da Covid-19 em 2020⁸. A mesma mídia que esconde os êxitos, não hesita em apresentar os assentamentos de reforma agrária como ineficazes e improdutivo.

Neste mesmo sentido, observa-se a tentativa de esvaziamento da discussão conceitual da <<sociobiodiversidade>> constituinte dos povos tradicionais, notadamente das terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. O não dito sobre estas estratégias encontra-se na disponibilidade dos territórios habitados e protegidos por estes povos em relação ao processo de espoliação e acumulação do capital.

Territórios legalmente protegidos, reservados e de direito destes povos, portanto, bloqueados ao processo de acumulação por espoliação, estão agora sob ameaça crescente diante dos ataques para flexibilização do marco regulatório que outrora os protegiam. No governo Bolsonaro, como se não bastasse o conflito direto e o genocídio histórico, está em marcha a investida para a deslegitimação do direito legal destes povos sobre os seus territórios.

Os territórios bloqueados para as corporações de commodities

A delimitação de territórios para reservas indígenas, unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, territórios quilombolas, assentamentos de reforma agrária por meio de marcos regulatórios que vão da Constituição Federal de 1988 aos Decretos e Legislações anteriores e posteriores a esta carta magna, se constituem como um marco regulatório que impede o avanço indiscriminado do capital para estas frações do território nacional. Em outras palavras, há a delimitação de ***territórios bloqueados*** ao processo de acumulação ampliada do capital, que se constitui como um “estorvo” aos interesses das ***corporações de commodities*** nacionais ou estrangeiras. É justamente o rompimento deste “bloqueio” que se constitui como agenda fundamental do governo Bolsonaro, como veremos na análise dos discursos e narrativas que perpassaram a reunião governamental que veio a público em maio do ano de 2020.

Em 22 de maio de 2020 o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a divulgação do vídeo da reunião ministerial ocorrida em 22 de abril do mesmo ano entre o presidente da república Jair Messias Bolsonaro, seu vice Hamilton Mourão e outras 23 autoridades do governo.

Na ocasião o então ministro da educação Abraham Weintraub afirmou:

⁸ Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>>

Odeio o termo 'povos indígenas'! Odeio esse termo! Odeio! O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer? Sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. (WEINTRAUB, REUNIÃO MINISTERIAL, 2020).

São inúmeros os debates possíveis a partir deste discurso. Todos importantes, mas alguns que não são a centralidade desta análise. Pensando-se especificamente na questão mais superficial ou óbvia da afirmação “o termo povos indígenas” ou “o termo povos ciganos” e a insatisfação do ex-ministro. É notável o seu reconhecimento acerca do papel linguístico na prática social, como evidenciado como importante pelo então ministro da educação.

Para o ex-ministro a demarcação conceitual do termo <<povos indígenas>> ou <<povos ciganos>> fora de uma totalidade almejada <<povo brasileiro>> garante ou reforça o que o mesmo chama de “privilégios”, enquanto prática. Sem entrar na discussão teórico-conceitual sobre “privilégios”, nota-se a defesa de Weintraub sobre a ideia de um bloco monolítico que corresponde ao <<povo brasileiro>> e que qualquer distinção, abre caminhos para “privilegiar” os povos tradicionais brasileiros. Aqui cabe a consideração sobre as reservas legais e os direitos territoriais garantidos na constituição federal sobre estes povos.

“Quer, quer. Não quer? Sai de ré.” afirma Weintraub denunciando o seu próprio autoritarismo. Logo, completa “Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô!”. Nota-se novamente, a preocupação em demarcar importantes conceitos sobre a população brasileira, enquanto semas de um microsistema conceitual <<brasilero>>, semas esses: menores, generalizantes e passíveis de diferentes significações.

Além de reforçar a sua intenção de autoridade sobre os territórios no Brasil, o ex-ministro manifesta sua leitura museificada sobre o que são os povos indígenas. Nesta manifestação está subjacente a necessidade de flexibilização e integração dos “povos indígenas” ao “povo brasileiro”, esvaziando, por conseguinte, a necessidade de “bloqueio” de territórios destinados a reprodução sociocultural destes povos. Eis uma das estratégias para “liberar” os territórios indígenas para as *corporações de commodities* tanto do agronegócio, quanto da mineração.

Nota-se o uso de “descendente de índio” em contraste com os termos “preto, branco, japonês”, como se “índio” (sem entrar na discussão <<índio>> *versus* <<indígena>>) só fosse possível enquanto descendência e não como realidade concreta e existência atual, por isso demandando a adjetivação “descendente”.

Sobre este aspecto percebe-se no Brasil como os semas [+antigo], [+atrasado], [+ultrapassado], [+improdutivo], [+preguiçoso], são associados ao microsistema conceitual de <<índio>> ou de outros termos que designam os povos tradicionais. Discurso muito

parecido que reforça este processo de construção de estereótipos ou modulações no nível **metametaconceitual** a partir dos noemas culturais, foi apalavrado pelo presidente da república Jair Messias Bolsonaro, na época pré-candidato, em palestra à comunidade judaica no Rio de Janeiro, em 2017:

Eu fui em um Quilombo em El Dourado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador serve mais. [...] Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola. (BOLSONARO, CLUBE HEBRAICA, 2017).

Weintraub ou Bolsonaro em narrativas diferentes sobre um mesmo discurso preenchido de campos conceituais próximos usam destas estratégias ideológicas, muitas vezes negligenciadas ou colocadas como vazias de intencionalidades, justificadas com “é apenas o jeito deles de falarem”, para legitimarem suas ações práticas sobre o uso e domínio dos aparelhos de Estado para disponibilização dos territórios legais às corporações de commodities.

Estes territórios, como frisamos, garantidos constitucionalmente aos povos tradicionais são considerados territórios bloqueados ao processo de acumulação ampliada dessas corporações. São bloqueados, pois, pela limitação legal, quanto ao acesso ao que as corporações entendem por <<recursos>> e os povos tradicionais por <<natureza>>, impede-se a possibilidade de apropriação e subsunção da renda e da vida.

Logo, a escalada do interesse minerário associada ao agronegócio, na Amazônia e em outros biomas, visualiza como “bloqueio” a destinação de territórios aos povos indígenas, populações quilombolas, assentamentos de reforma agrária e unidades de conservação, já que se colocam como um “estorvo” ao capital, não pelo fato das corporações estarem perdendo algo, mas sim por aquilo que estão deixando de ganhar.

Para Poulantzas (1980) a matriz espacial (territorial) é essencialmente política diante da tendência do Estado em monopolizar os meios de organização do espaço, a partir de sua materialização e suas técnicas de exercício do poder ou dos aparelhos de Estado. Na mencionada reunião ministerial, o ministro do meio ambiente Ricardo Salles, explicita tal fato com a seguinte colocação:

Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva, quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado. Mas não é isso que eu quero falar! A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo, cobrou da Tereza, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo, a segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e

norma dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente. E que são muito difíceis, nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil, de passar qualquer mudança infralegal em termos de infraestrutura, é instrução normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no Judiciário, no dia seguinte. [...] Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir aprovar. [...] Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, para simplificar. Não precisamos de Congresso. [...] Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana! Então, isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer (SALLES, REUNIÃO MINISTERIAL, 2017).

Após a divulgação da gravação da reunião o ministro do Meio Ambiente em uma de suas redes sociais afirmou que sempre defendeu a desburocratização e simplificação de normas em todas as áreas e acrescentou: “O emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil”. Apesar do uso do termo infralegal, que pode ser definido como aquilo que não se encontra em perfeita consonância com os aparatos legais, Salles defendeu em suas redes apostar na desburocratização sem ferir os limites da lei. Mas cabe lembrar que em um regime democrático toda decisão política, em tese, deveria passar pela discussão na esfera pública, garantindo-se a legibilidade e transparência das decisões e processos aos cidadãos.

Em um momento tão desafiador da história, com o enfrentamento da pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, a ampla divulgação das informações, garantida às massas pela imprensa, deveria ser pauta de defesa e não de ataque. É demasiado preocupante em um regime democrático, que o empenho da imprensa em veicular a situação de calamidade da saúde pública, possa ser lido por um ministro como “alívio” ou distração sobre as intenções, discussões e decisões, tomadas pelo governo federal sobre demais assuntos.

“Estar distraído” neste momento da história mais se aproxima da experiência da dor, do luto, do sofrimento, da doença e da morte. E é neste contexto que se percebe a aprovação de normativas e outras “flexibilizações” aprovadas, que endossam empiricamente o discurso do ministro. Assiste-se de forma indiscriminada a escalada de ações para “desbloquear” os territórios que estão indisponíveis ao agronegócio e à mineração, conforme pode ser evidenciado no Quadro 01, a seguir, que retrata tão somente o ano de 2020.

Quadro 01: Caminhos para desbloqueios dos territórios no Brasil pelo governo Bolsonaro.

Documentos	Data de publicação	Flexibilização
Ofício nº 0044/2020 - TEX da Superintendência do Ibama no Pará	03/02/2020	Autorização especial de exportação de madeira para Tradelink Ltda.
Portaria interna do Ibama	05/03/2020	Restrição de contato de servidores do Ibama com a imprensa. Nenhuma informação pode ser passada a imprensa sem autorização da assessoria de comunicação.
Instrução Normativa nº 9 de 20 de março de 2020 do Ibama	23/03/2020	Alteração na declaração de reconhecimento de limites. Flexibilização da regularização de propriedades rurais em terras indígenas.
Instrução Normativa nº 13 de 08 de abril de 2020 do Ibama	09/04/2020	Diminuição da distância entre áreas povoadas e aquelas em que ocorrem pulverização de agrotóxico.
Demissão do diretor de proteção ambiental do Ibama e servidores que chefiavam as fiscalizações de garimpo ilegal no Pará	13/04/2020	Demissão levanta suspeita de improbidade administrativa de Salles quanto a megaoperação sobre garimpo ilegal na Amazônia.
Portaria nº 439, de 11 de maio de 2020 do ICMBio	13/05/2020	Redução de 11 para 5 no número de servidores responsáveis por 335 unidades de conservação em todo Brasil por meio da proposta de gestão integrada. Flexibilização sobre a ocupação dos cargos por pessoas fora do órgão como por exemplos policiais militares sem carreira ambiental.
Decreto publicado no Diário Oficial da União	14/05/2020	Concessão de florestas públicas em âmbito federal e definição do plano anual de outorga florestal: competência transferida do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Portaria nº 2.843 de 6 de julho de 2020	13/07/2020	Governo demite coordenadora do Inpe responsável por monitorar desmatamento.

Fonte: Brasil de Fato (2020) Ibama (2020) O globo (2020) The Intercept Brasil (2020) ICMBio (2020). Diário Oficial da União (2020). Organização: autores.

Em levantamento realizado pelo Jornal **Folha de São Paulo** em parceria com o **Instituto Talanoa**, disponibilizado no dia 28 de julho de 2020⁹, foi demonstrado que entre o período de março a maio deste ano, foram publicados 195 atos do poder executivo federal – portarias, instruções normativas, decretos e outras normas – relacionados ao tema ambiental. Isso demonstra que a matriz discursiva subjacente ao discurso de empreender reformas infralégais do ministro Ricardo Salles tem sido empreendida de forma ágil e eficaz, no sentido de modificar o entendimento da legislação vigente e desmontar o marco regulatório que dá proteção ambiental e sociocultural às Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental. Como estratégia de “cortina de fumaça” – já que as ações do Ministério do Meio Ambiente são recorrentemente mais “monitoradas” pela mídia e sociedade civil organizada -, os atos têm sido protagonizados por outros ministérios e pelo próprio poder executivo:

Entre março e maio deste ano, dos 195 atos sobre meio ambiente, **somente 16 vieram do Ministério do Meio Ambiente** — que havia publicado apenas dois atos no mesmo período do ano passado. **Os líderes na publicação de atos são os ministérios da Economia e da Agricultura: 50 e 46,**

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-acelerou-canetadas-sobre-meio-ambiente-durante-a-pandemia.shtml>

respectivamente. Em seguida, quase empatado com a pasta de Salles, vêm os atos do Poder Executivo, como os decretos, que de diversas pastas e assinados pela Presidência da República. (AMARAL *et. Al.*, 2020, s.p.).

O Instituto Socioambiental (ISA) no monitoramento de Terras Indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) na Amazônia em 2016, ano do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, já denunciava a escalada de mais de 17,5 mil processos de mineração, conforme o quadro 02:

Quadro 02: Número de processos de liberação de explorações minerais em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil – até 2016.

Fases dos processos	Terras Indígenas	Unidades de Conservação federais	Unidades de Conservação estaduais
Interesse em pesquisar	3854	957	1419
Em pesquisa	177	1087	1098
Solicitação de extração	131	8108	653
Autorização para extração	19	534	220
Total	4181	10686	3390

Fonte: ISA (2016)

A Agência Pública (2020) em reportagem investigativa enfatiza que a SMD Recursos Naturais Ltda., criada em 2012 e com sede em São Paulo está entre as empresas que mais registraram processos de requerimento de exploração mineral em terras indígenas no primeiro ano do governo Bolsonaro. Entre o quadro de sócios da empresa, encontra-se o ex-governador do Amazonas, Amazonino Armando Mendes, e o ex-vice-governador e ex-secretário de Estado da Fazenda, Samuel Assayag Hana, que possui um longo histórico ligado à mineração.

De acordo com a Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas, plataforma utilizada pelo ISA para o monitoramento de mineração ilegal na Amazônia, nota-se 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais, como ouro, diamantes e coltan. Além disso, mapeia-se 30 rios afetados pela mineração ou rotas para a entrada de máquinas, insumos e a saída de minerais. No Brasil são 321 pontos em 132 áreas comprometendo comunidades ribeirinhas e indígenas.

De acordo com Apone (2020), do canal Mídia Ninja, às vésperas do dia mundial do meio ambiente, Apoena Mineração e Comércio Ltda. e Maria de Lourdes Hlebanja foram responsáveis pelo desmatamento do equivalente a 1.000 hectares de Cerrado no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), na Chapada dos Veadeiros em Goiás. De acordo com a jornalista e denúncias da comunidade, a intenção do desmatamento se circunscreve aos objetivos da atividade de mineração e monocultivo da soja.

Azevedo *et. al.* (2019) apontam que o Cerrado e a Amazônia juntos correspondem a 96,7% da área desmatada no Brasil em 2019. De acordo com o relatório do MapBiomass:

Ao cruzar os dados com imóveis com desmatamento autorizado, que respeitam a Reserva Legal, APP e nascentes, e que não sobreponham com áreas protegidas (UC e TI), apenas 105 dos 56.867 alertas, ou 0,2% (0,5% em área), atendem as regras para legalidade. Estes índices apontam um nível de irregularidade do desmatamento no Brasil acima de 99% (AZEVEDO et. al. 2019, p. 6).

Os autores destacam que 12% das áreas desmatadas sobrepõem-se integralmente ou em partes com UC, 3,6% das áreas com Terras Indígenas (TI) e 65% com imóveis rurais inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹⁰.

O ISA tem evidenciado em suas últimas pesquisas vinculadas às pautas ambientais, principalmente aquelas que envolvem as terras indígenas na Amazônia, que as investidas de Bolsonaro nestes territórios têm levado parte do seu eleitorado a rejeitar seu governo. Diante disso, entende-se que o esvaziamento teórico dos conceitos é estratégico na limitação da interpretação dos semas que compõem o campo conceitual estruturante dos discursos políticos do atual governo, orientado por uma *necropolítica* (MBEMBE, 2018).

Sauer (2017) em uma análise dos desafios dos movimentos camponeses (e acrescentamos os povos indígenas) apresenta uma série de estratégias utilizadas para desmobilizar a (re)existência destes sujeitos, dentre as quais se destaca a criminalização, como uma violência simbólica. Ao mesmo tempo, demonstra a conquista daquilo que designa como “arranjos territoriais” diretamente relacionados à luta pela terra e o território.

Tabela 01: Territórios bloqueados à acumulação de capital no Brasil.

Arranjos territoriais	N. de áreas	Hectares	Percentual do território brasileiro (%)
Assentamentos de reforma agrária	8.695	42.352.122,62	4,9
UC's de uso sustentável	171	39.944.100	4,7
UC's de proteção integral	137	33.514.700	3,9
Terras indígenas	690	112.984.701	13,3
Territórios quilombolas	124	988.356	0,11
Total	9.817	229.783.979,62	27,0

Fontes: ISA (2014), INCRA (2012, 2014, 2020) SNUC (2010), MMA (2014). Concepção e organização original: SAUER (2017). Adaptação e atualização: AUTORES (2020).

A análise da tabela 01 nos permite entender a construção do discurso de que os povos indígenas se constituem como um “estorvo” ao desenvolvimento nacional em geral e da Amazônia em particular, já que ocupam 13,3% do território nacional. Os dados também nos permitem compreender o pacto que resultou no golpe que depôs a presidenta Dilma em 2016. Afinal de contas, 27,0% do território nacional está “bloqueado” aos interesses do capital, essencialmente das *corporações de commodities*. Em outras palavras, em que pese o histórico processo de concentração das terras e da renda, um terço do território nacional está em alguma medida à disposição dos povos

¹⁰ É válido ressaltar o caráter autodeclaratório do CAR, em que as informações são declaradas pelos proprietários e a veracidade atestada pelo órgão público (IBAMA).

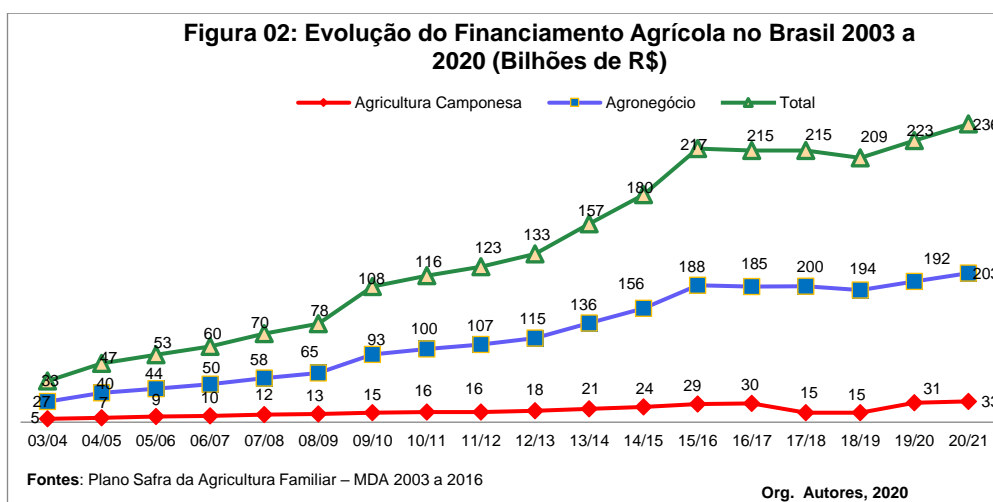
originários, das frações da classe historicamente marginalizada – camponeses, quilombolas, ribeirinhos etc. - e da sociobiodiversidade. É sintomático que a bancada ruralista em suas várias nuances distribuídas pelo território nacional e politicamente organizada na FPA tenha aderido vorazmente ao movimento golpista, conforme pode ser elucidado em *outdoors* como o da figura 01.

Figura 01: Outdoor disposto na cidade de Goiânia/GO. Mar/2016.



Fonte: Adriano Rodrigues de Oliveira.

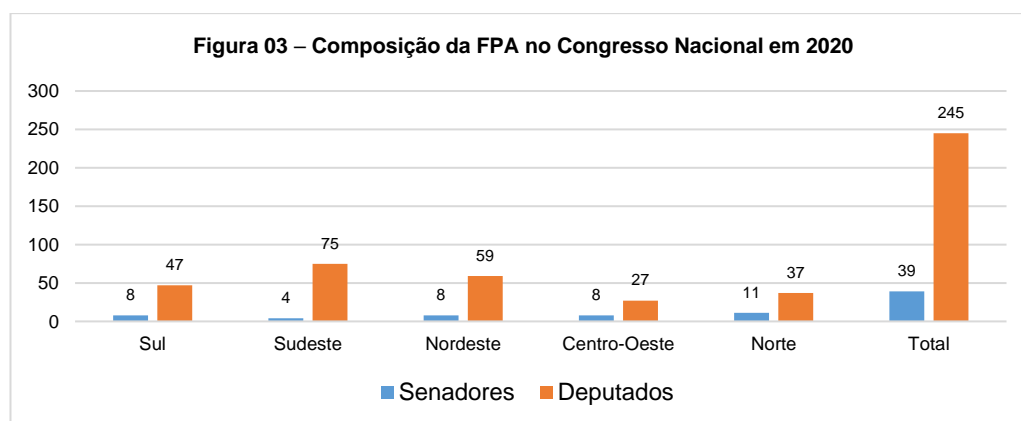
Seria incompreensível a análise dos dados do gráfico da figura 02, se estivesse dissociada da forma como as frações da classe hegemônica, controlam o Estado. Isso porque em uma rápida observação do gráfico, diríamos que “nunca antes na história deste país”, o agronegócio recebeu tantos subsídios! Senão vejamos: em valores nominais, o financiamento destinado para a agricultura familiar evoluiu de 5 bilhões de reais no Plano Safra da Agricultura Familiar em 03/04 para 30 bilhões de reais no Plano Safra de 16/17 (apresentado pela ministra da agricultura, Kátia Abreu poucos dias antes da votação do Impeachment). Por outro lado, o volume de recursos destinado ao agronegócio evoluiu de 27 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário de 03/04 para 185 bilhões em 16/17. Ou seja, o volume total dos recursos destinados à agricultura familiar, nas gestões de Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016), sempre esteve em torno dos 15% do volume global, tendo seu ápice no Plano Safra de 2007/08, chegando a 17%. Outrossim, em que pese a composição de um governo de esquerda, o agronegócio manteve a sua hegemonia intocada.



É fundamental evidenciar o protagonismo da FPA no processo que desencadeou o golpe de 2016, já que a ascensão de Michel Temer ao poder põe em marcha um conjunto de ataques em relação à agricultura camponesa, começando com a dissolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário, reduzindo-a uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil.

A abertura da “Caixa de Pandora” resulta na eleição de Bolsonaro em 2018, que vai mais longe: extingue a SEAD e nomeia Nabhan Garcia - liderança histórica da União Democrática Ruralista, a UDR - como secretário de Assuntos Especiais Fundiários. Além disso, a **FUNAI** (Fundação Nacional do Índio) é desvinculada do Ministério da Justiça e passa a ser desestruturada, tendo a sua principal competência, constituída pela identificação, demarcação e licenciamento de terras indígenas, transferida para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O **CONSEA** (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) –, criado em 1993, tendo contribuído decisivamente na formulação de políticas de superação da fome e criação de mercados institucionais – foi extinto pela Medida Provisória 970/19. (LEITE *et. al.*, 2019).

Na atual legislatura (2020) a FPA conta com 245 deputados (47,8 % do total) e 39 senadores (48,1%), totalizando uma bancada de 284 parlamentares que corresponde a 47,8% do Congresso Nacional, que é composto por 513 deputados e 81 senadores. Essa expressividade de representação evidencia a capacidade de influência da bancada na estruturação repressiva de leis (POULANTZAS, 1980) e nos ataques aos *territórios bloqueados*.



Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária (2020). Atualizado em 10 de julho de 2020
Elaboração: Autores

Pompeia (2018), destaca que a década de 2010 é marcada pelo aumento da institucionalização das relações entre as empresas do agronegócio, as associações do patronato rural e os parlamentares da FPA. O cenário em que se orquestra essa organicidade é marcado de um lado, pela manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal e o consequente canal de diálogo com os sujeitos das distintas frações de classe da sociedade, incluídos os sujeitos que reivindicam a manutenção e ampliação dos *territórios bloqueados*; por outro lado, os atores hegemônicos que integram ou coadunam com os interesses das *corporações de commodities*. Nesse campo de disputas, instaura-se os conflitos decorrentes de pautas diversas: ambientais, indígenas, agrárias e trabalhistas.

Neste íterim, a ascensão de Bolsonaro ao poder atrelada a composição conservadora do Congresso Nacional, com a presença marcante da FPA, impõe um grande desafio: o crescente ataque aos direitos de existir dos povos hegemonzados pelo modelo de desenvolvimento, que agora encontra terreno fértil na composição governamental. Reiteramos a necessidade de desvelar os discursos e estratégias das *corporações de commodities*, vislumbrando a construção de contra hegemonias a partir dos *lutadores do povo* e da *comunidade acadêmica* que se coloca no campo progressista de pesquisa e de ação.

Considerações finais

A centralidade deste artigo foi circunscrita à compreensão de como a construção e o uso de um determinado conceito (nível **metametaconceitual** ou engendramento de semas em um campo conceitual) pode ser fundante na defesa ideológica do projeto hegemônico.

Entendendo a ideologia enquanto a materialidade histórica ou a consolidação do pensamento, das frações de classe reinantes, para justificar/legitimar a materialização dos interesses destas classes, percebe-se como a construção do conceito de agronegócio no

Brasil, é funcional aos interesses dos latifundiários e da burguesia ligada às **corporações de commodities** no país.

Sendo a ideologia a cristalização das ideias das classes hegemônicas, nota-se que os sujeitos diretamente atingidos pelas ações territoriais destas classes, ora defendem o projeto que as sustentam, sem perceberem que o fazem. Isso porque o campo conceitual do agronegócio, positiva a imagem dos discursos em que se contextualiza, silenciando conflitos, contradições e inviabilizando o reconhecimento das estratégias de dominação das frações de classe que os oprimem. Em outras palavras, criando pontos de comprometimento sobre a consciência de classe.

A ideologia hegemônica está assegurada na medida em que os projetos das classes reinantes estão em consonância com as *corporações de commodities*, facilitando a abertura de novos caminhos em territórios bloqueados ao processo de acumulação ampliada, principalmente diante da conjuntura de um governo deliberadamente comprometido com a pauta de retirada dos direitos historicamente conquistados.

Para compreender as estratégias do processo de territorialização das *corporações de commodities* no Brasil é premente circunscrever os mecanismos de controle, subordinação e disputas que se situam no bojo de funcionamento do Estado capitalista e as contradições da sociedade de classes.

As noções de saber e poder, são sugestivas na análise das estratégias de controle que se inserem no âmbito da correlação de diferentes forças as quais promovem a dominação, pela violência, manifestada na lei, na ciência e na força física institucionalizada.

O posicionamento no âmbito da comunidade acadêmica e científica, contribuindo para a construção da contra hegemonia a partir dos interesses dos *lutadores dos povos* pode contribuir para uma perspectiva de construção coletiva da ciência da vida e de um paradigma de emancipação.

As leituras sobre a questão agrária brasileira, e nelas as concepções de desenvolvimento rural prescindem de aprimoramento teórico-conceitual, mas também político. O avanço que a noção de agricultura familiar trouxe a esta fração da sociedade do campo brasileiro são inquestionáveis. A noção contribuiu para o desenho da categoria funcional e garantiu a institucionalidade necessária para o direcionamento de uma miríade de políticas públicas. Contudo, é fundante reconhecer os limites desta perspectiva funcional, na medida em que sua construção é carregada por um caráter linear, evolucionista e atrelado ao **metametaconceito** de agronegócio.

Por sua vez, o conceito de <<campesinato>> permite avançar na dimensão política da construção da contra hegemonia dos povos do campo e das florestas, na medida em que aglutina experiências organizativas como a Via Campesina na escala

mundial – também se constituindo como **metametaconceito**. As trajetórias de lutas, aproxima os sujeitos dos centros de decisões e os seus saberes de outros sujeitos oprimidos no campo, nas florestas e na cidade, sendo um caminho para a emancipação do pensamento e na defesa dos *territórios bloqueados*, que se constituem efetivamente em *territórios de (re)produção da sociobiodiversidade*.

É preciso avançar na desestruturação da unidade discursiva da classe reinante. A fabricação de imagens constituídas nos moldes da campanha publicitária do *Agro é pop, agro é tech, agro é tudo* legitima o modelo predatório e a pilhagem territorial, envolvendo a tudo e a todos na agenda destrutiva do governo Bolsonaro, que tem como um dos alvos centrais os *territórios bloqueados*. Se torna premente a construção de categorias analíticas e contra hegemônicas capazes de desnudar e evidenciar as contradições da fração de classe reinante.

Os discursos do agronegócio, são portadores de alguns semas que compõem seu campo conceitual que ocultam os efeitos da sua territorialização e a consequente subsunção da renda da terra e da vida às *corporações de commodities*. Essa estratégia conceitual-ideológica é utilizada para o controle dos sujeitos, a partir de uma narrativa universal que fragiliza a capacidade de se estabelecer a contra hegemonia com semas que evidenciem a ineficiência e entreguismo que circunscreve essa dependência econômica da *comoditização* do território brasileiro.

O Estado, de caráter relacional, opera portanto, na entrega dos territórios a grupo de capitais vinculados às *corporações de commodities* e as decisões políticas viabilizam a apropriação de novos territórios ao processo de acumulação. Urge a construção de (re)existências!

Referências

ALMEIDA, A. FUTADA, S. KLEIN, T. UCs e TIs na Amazônia são afetadas por mais de 17,5 mil processos de mineração. **Instituto Socioambiental**. Altamira, 19 jan. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/ucs-e-tis-na-amazonia-sao-afetadas-por-mais-de-175-mil-processos-de-mineracao>. Acesso em: 01 set. 2020.

AMARAL, A. C. *et al.* Governo acelerou canetadas sobre meio ambiente durante a pandemia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-acelerou-canetadas-sobre-meio-ambiente-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

APONE, D. Mais um crime branco na Chapada. **Mídia Ninja**. São Paulo, 25 de jun. de 2020. Disponível em: https://midianinja.org/danieleapone/mais-um-crime-branco-na-chapada/?fbclid=IwAR0J-P47ogDmQljxL0Rh80R91_ehFTFtl01UPnyEdisEgh_iv3NmbDJ3fv4. Acesso em: 01 set. 2020.

Relatório Anual de Desmatamento 2019 – São Paulo, SP – MapBiomas, 2020 – 49 páginas. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatorios/MBI-relatorio-desmatamento-2019-FINAL5.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BARBOSA, M. A. Estrutura e formação dos conceitos nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte:v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982004000100006>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BARBOSA, M. A. Sistema Conceptual e Sistema Terminológico. **TradTerm**. São Paulo, USP: 7, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49143>> . Acesso: 13 dez. 2017.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Tradução: MOISÉS, Carlos Felipe e IORIATTI, Ana Maria L. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**. Ano 12, Nº. 14. P. 112-124. Jan/Jun, 2009.

BRASIL. IBGE. **Modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro, IBGE: 1982.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 25 de julho de 2006.

BRASIL. Instrução Normativa nº 9, de 09 de março de 2020. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 23 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-9-de-20-de-marco-de-2020-249243190>. Acesso: 01 ago. 2020.

BRASIL. Instrução Normativa nº 13, de 08 de abril de 2020, Dispõe sobre a aplicação de fungicidas e óleo mineral com uso de aeronaves agrícolas na cultura da banana. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 09 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-13-de-8-de-abril-de-2020-251908947>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Portaria nº439, de 11 de maio de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Cruzeiro do Sul, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02070.002801/2020-63). **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 13 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-439-de-11-de-maio-de-2020-256528221>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Portaria nº 2.843, de 06 de julho de 2020. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 13 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.843-de-6-de-julho-de-2020-266361776>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121. 2013.

CARVALHO, J. T. **Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no Centro-Norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

COLETTA, R. D. MACHADO, R. Governo demite coordenadora do Inpe responsável por monitorar desmatamento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-demite-coordenadora-do-inpe-responsavel-por-monitorar-desmatamento.shtml>. Acesso em: 01 set.2020.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Harvard (EUA): Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista **Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ENGELMANN, S. FERREIRA, J. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Brasil, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 01 set. 2020.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FAORO, R. A questão da modernização. Estudos Avançados, vol.6 nº.14 São Paulo: Jan./Apr, 1992.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio 24 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

_____. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1975.

_____. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

Frey, J. Salles demite diretor do Ibama após operação contra garimpeiros ilegais. **Uol, Congresso em Foco**. São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/salles-demite-diretor-do-ibama-apos-operacao-contra-garimpeiros-ilegais/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, v. 21, n. 3, p.5-34, 1991.

LEITE, A. *et. al.* Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: LEITE *et. al.* **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 3, p.7-21, jun., 1998.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. - São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTUSCELLI, D. E. Alcance e limites do conceito poulantziano de fração reinante. In.: **Anais IX Colóquio Marx e Engels**. São Paulo: Unicamp, jul. 2018. Disponível em: <https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/alcances-e-limites-do-conceito-poulantziano-de-frac3a7c3a3o-reinantes-danilo-enrico-martuscelli-uffs.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 10. ed. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. ed. MEW—Marx-Engels Werke, v. 3 (Berlin, Dietz Verlag, 1969). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, R.; *et al.* **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 44p.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NEVES, R. MARTINS, R. ANDRADE, E. G. PM colocado por Salles no Ibama atropela norma para legalizar exportações irregulares de madeira. **The Intercept Brasil**. Brasil, 26. fev. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/26/aliado-salles-exportacao-irregular-madeira/>. Acesso em: 01 set. 2020.

NICOLAV, V. O que passou na “boiada” de Ricardo Salles durante a pandemia? **Brasil de Fato**. São Paulo, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 01 set. 2020.

OLIVEIRA, E. Amazônia tem 23% de floresta em terras públicas não destinadas registradas ilegalmente como propriedades privadas, aponta levantamento. **Globo (G1)**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/06/24/amazonia-tem-23percent-de-floresta-em-terras-publicas-registradas-ilegalmente-como-propriedades-privadas-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso - Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PAGE, B. Across the great divide: agriculture and industrial geography. **Economic Geography**. V. 72, n. 4, p. 376-397, 1996.

POMPEIA, C. R. N. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Harvard University, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAISG: Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/>. Acesso em: 01 set. 2020.

Ribeiro, D. D. **Agricultura “caificada” no sudeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socio-ambiental**. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

SAUER, S. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Sobre os autores

Jéssyca Tomaz de Carvalho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6491-5320>.

Adriano Rodrigues de Oliveira – Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor Associado da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, campus Samambaia de Goiânia/GO. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6477-5364>.

Como citar este artigo

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Jéssyca Tomaz de Carvalho** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e procedimentos técnicos; o segundo autor **Adriano Rodrigues de Oliveira**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise, pela tradução do artigo.

Recebido para publicação em 02 de setembro de 2020.
Devolvido para a revisão em 05 de fevereiro de 2021.
Aceito para a publicação em 23 de fevereiro de 2021.

O livro didático de geografia do PNLD Campo e suas contribuições na luta pela terra¹

Felipe Moretto Moura

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: femoretto.fm@gmail.com

Sandra de Castro de Azevedo

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: sandrinhacaz@gmail.com

Resumo

A luta pela terra é realizada por meio de várias frentes. A Educação do Campo é uma delas e resultou em vários marcos legais que definem suas especificidades em defesa das populações rurais. Dentre esses marcos destacamos o Programa Nacional do Livro Didático do Campo, que possibilitou às escolas rurais acesso a livros didáticos adequados aos modos de vida e trabalho do campo. O objetivo deste artigo é a análise dos conteúdos de geografia presentes no material do Ensino Fundamental I do ano de 2016, buscando apontar se os conteúdos estão adequados à proposta de construção da Educação do Campo. A análise da política que resultou no livro didático pautou-se no Ciclo de Política de Ball e Bowe, e a análise do conteúdo do livro na perspectiva da Geografia Crítica. A pesquisa embasou-se em revisão bibliográfica e de leis e análise do material dos livros que compõem a coleção adotada no município de Alfenas - MG. A pesquisa diagnosticou que o conteúdo dos livros didáticos de geografia do PNLD Campo atende à proposta de Educação do Campo, evidenciando assim a potencialidade dessa política e indica também possíveis adequações dos conteúdos de forma a fortalecer a proposta e endossar que o conteúdo de geografia pode contribuir de forma fundamental à emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação no campo; escolas rurais; livro didático de geografia; PNLD – Campo.

Rural schools, the education for and by the countryside and geography textbook

Abstract

The struggle for land is carried out by several fronts. The Education for and by the countryside is one of those that resulted in several legal frameworks that define some specificities of it in defense of the rural population. Among these milestones, we highlight the National Textbook Program of Countryside (NTPC), which allowed the rural schools to access appropriate textbooks of their own ways of living and working. This article aims to analyse the geography content included in the material of the elementary school (2016), seeking to point if the contents are adequate to the proposal of construction of the Rural Education. The analysis of the policy that results in the textbooks guides on Ball and Bowe Policy Cycle, and the analysis of the textbook content at critical geography perspective. The research was based on bibliographic reviews, laws and analysis of the contents of the books that compose the didactic collection adopted in municipality of Alfenas-MG. The research diagnosed that the geography content from the National Textbook Program of Countryside (NTCP) attends the Rural Education proposal, thus evidencing the potentiality of this policy and also indicating possible adaptations

¹ Pesquisa financiada pela FAPEMIG.

of the contents in order to strengthen the proposal and endorse that the geography contents can fundamentally contribute for the emancipation of the individuals.

Keywords: Rural Education; geography textbook; The National Textbook Program of Countryside (NTPC)

Escuelas rurales, educación del campo y el libro didáctico de geografía

Resumen

La lucha por la tierra es realizada por medio de diversas frentes. La Educación del Campo es una de estas y ha resultado en muchos marcos legales que definen a las especificidades para la Educación del Campo en defensa de las poblaciones rurales. Entre estos marcos destacamos el Programa Nacional del Libro Didáctico del Campo que ha posibilitado a las escuelas rurales acceso a libros didácticos adecuados a los modos de vida y trabajo del campo. El objetivo de este artículo es el análisis de los contenidos de geografía presentes en el material de Enseñanza Fundamental I del año de 2016, buscando apuntar si los contenidos están adecuados a la propuesta de construcción de una Educación del Campo. El análisis de la política que resultó en el libro didáctico se ha firmado en el Ciclo de Política de Ball y Bowe, y el análisis del contenido del libro en la perspectiva de la Geografía Crítica. La investigación se ha embazado en la revisión bibliográfica, en leyes y en el análisis del material de los libros que componen la colección adoptada por el municipio de Alfenas - MG. La investigación diagnosticó que el contenido de los libros didácticos de geografía del PNLD Campo atienden a la propuesta de la Educación del Campo, evidenciado así la potencialidad de esta política, e indica también posibles adecuaciones de los contenidos de manera a reforzar la propuesta y endosar que el contenido de geografía puede aportar de forma fundamental en la emancipación de los sujetos.

Palabras clave: Educación en el campo; escuelas rurales; libro didáctico de geografía; PNLD Campo.

Introdução

A Educação do Campo é uma importante conquista na luta pela terra, pois por meio da educação é possível valorizar o espaço rural, evidenciar as contradições do sistema que levam à expropriação de terra e reforçar a necessidade da reforma agrária. No entanto, muitas escolas em zonas rurais não praticam uma educação do campo por não possuírem professores formados dentro dessa concepção, assim como não possuem material didático que possibilite uma abordagem a partir da realidade do campo.

Os avanços da Educação do Campo muitas vezes são garantidos por meio de leis. Dessa forma, as políticas públicas têm papel fundamental desde a gênese até o funcionamento das escolas no Brasil, pois são estas que indicam forte preocupação do Estado com a educação, e que garantem o projeto de educação proposto pelo governo. Desse modo, podem ser analisadas em dois sentidos, um que busca por uma educação humana integral, que valoriza os diferentes sujeitos e propicia sua emancipação, e outro com o objetivo de controle, para a manutenção de interesses, portanto, conceito conflitantes (CALDART, 2008).

As políticas educacionais voltadas para a população do campo geralmente são resultantes das lutas e pressões dos movimentos socioterritoriais. No entanto, existe todo um processo entre a discussão da lei, em que se destaca a disputa de influências e ideias, o texto da lei, que será o resultado dessa disputa, a consolidação da lei e sua prática. Nesta pesquisa buscamos entender o processo de elaboração das leis que originaram o Programa Nacional do Livro Didático do Campo bem como o produto dessa lei, por meio do livro de geografia que está inserido nesta política. Dessa forma, tomamos os livros adotados nas escolas rurais de Alfenas-MG por meio do PNLD Campo como objeto de análise dos conteúdos de geografia contidos na coleção, que conta com livros dos anos iniciais do ensino fundamental I, do 2º ao 5º ano. O livro é um importante instrumento em sala de aula que pode influenciar o trabalho do professor e o processo de ensino aprendizagem, nesse contexto essa pesquisa teve o objetivo de compreender se o livro aprovado no PNLD Campo atende aos princípios da educação do campo.

Após análise do referencial teórico, leis sobre a educação do campo, o livro didático e avaliação minuciosa dos quatro livros de geografia, que compõem a Coleção Novo Girassol, foi possível evidenciar a potencialidade dessa política na valorização dos sujeitos e do processo de ensino aprendizagem na construção dos indivíduos do campo e indicar possíveis melhorias.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa teve como objeto de análise o livro didático de geografia do PNLD Campo. Essa escolha foi pautada na possibilidade de o livro didático ser um instrumento que pode contribuir no fortalecimento da luta pela e na terra, por meio de uma educação articulada com a realidade do campo, pois,

Os Livros Didáticos têm presença expressiva no dia a dia das salas de aula nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil e fazem parte do trabalho cotidiano do professor; além de terem se tornado um dos principais direcionadores do currículo das disciplinas escolares. Os Livros Didáticos de Geografia são um dos materiais que marcam as aulas de Geografia nas escolas brasileiras e o exercício docente (GONÇALVES; MELATTI, 2017, p. 39).

De acordo com Munakata (2012), podem ser objetos de pesquisa nos livros didáticos cada momento do ciclo da produção, circulação, distribuição e consumo do livro didático, sempre levando em conta as especificidades que marcam essa mercadoria, bem como suas funções referencial, instrumental, ideológica, cultural e documental.

Nesta pesquisa procuramos entender o processo legal que resultou no PNLD Campo por meio do Ciclo de Política de Ball e Bowe e também buscamos identificar se o conteúdo

do livro de geografia atende aos interesses dos movimentos socioterritoriais que lutaram por essa política. Segundo Mainardes (2006, p. 50)

Os autores indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas.

Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou seqüencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe et al., 1992).

Com base no Ciclo de Política de Ball e Bowe analisamos o contexto de influência da lei que resultou no PNLD Campo e os conteúdos dos livros de geografia da coleção adotada no Município de Alfenas–MG para contextualizar o texto, de modo a compreender as contradições existentes no material elaborado, que emerge de uma proposta política dos movimentos socioterritoriais, ao mesmo tempo que atende às necessidades mercadológicas de uma política extremamente lucrativa ao mercado editorial.

Na análise do conteúdo de geografia do livro didático buscou-se compreender se o mesmo atendia aos objetivos do ensino de geografia e da educação do campo.

Para a definição do que ensinar, para que ensinar, para quem ensinar, o professor tem múltiplas referências, entre as quais as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto da Geografia acadêmica quanto da Didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar, já estruturada pela escola ao longo do tempo. Portanto, ensinar conteúdos geográficos, com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados para os alunos (CAVALCANTI, 2010, p. 3).

O objetivo era verificar se os conteúdos e propostas de atividades dos livros possibilitam o desenvolvimento de uma geografia crítica visando contribuir com a educação do campo.

Como procedimento metodológico, a pesquisa partiu de um levantamento e revisão bibliográfica acerca das temáticas, Educação do Campo, PNLD, análise de livros didáticos e importância do ensino de geografia nas séries iniciais. Dessa forma, foram consultados livros, artigos publicados em anais, revistas e eventos científicos, teses, dissertações e outras fontes de informação. Tal revisão se fez fundamental na compreensão da temática discutida ao longo do trabalho.

Como segundo passo, deu-se a análise da organização e dos conteúdos de geografia contidos na Coleção Novo Girassol, saberes e fazeres do campo, Editora FTD, nos

quatro livros. Após a construção da análise do material didático, fez-se o diagnóstico dos livros correlacionado ao referencial teórico levantado.

A Educação do Campo, as políticas educacionais e o ensino de geografia

Por muitos anos as escolas rurais tinham como matrizes os conteúdos dos currículos e livros didáticos urbanos. Os movimentos socioterritoriais entendem e lutam contra uma cultura escolar urbana nas escolas rurais, esta que distancia os alunos da luta pela terra. “O Movimento da Educação do Campo é uma ação protagonizada pelos Povos do Campo em torno da luta pelo direito à Educação, que se faz indissociada da luta pela terra, como território de vida e de trabalho” (BRASIL, 2016, p. 10). Em um contexto relativamente novo, dá-se então a partir do Governo Federal uma série de marcos normativos como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002), que reconhece:

[...] o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2002, p. 1).

Posteriormente às Diretrizes Operacionais, houve a aprovação da Resolução CNE/CEB Nº 1, de 02 fevereiro de 2006, que se relaciona com a aplicação da Pedagogia da Alternância, a Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, que são diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, em defesa do modo de vida do campo para a constituição de uma educação própria.

O surgimento da expressão “educação do campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada educação do campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p. 259).

Dentro desse movimento foram conquistadas várias políticas de fortalecimento do campo como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 2010, além do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) em 2013. Todas essas políticas educacionais surgem com objetivo de fortalecer a Educação do Campo. Dentre esses programas destaca-se aqui o PRONACAMPO,

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, que consiste em um conjunto articulado de ações de apoio

aos sistemas de ensino para a implementação da política de educação do campo, conforme disposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2013, n.p.).

O livro didático para o campo foi instituído pela Resolução nº 40, de 26 de julho de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo: “Art. 1º - Prover as escolas públicas de ensino fundamental que mantenham classes multisseriadas ou turmas seriadas do 1º ao 5º ano em escolas do campo com livros didáticos específicos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo)”, no entanto na Portaria do PRONACAMPO essa ação é ressaltada,

Art. 5º - O eixo Gestão e Práticas Pedagógicas compreende as seguintes ações:

- disponibilização às escolas públicas do campo de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, e de materiais complementares no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE; (BRASIL, 2013, n.p.).

A importância de uma política de material didático para o campo tem relação direta com a concepção de educação que se defende para o campo. As diferentes concepções de educação colidem com as diferentes concepções ideológicas do mundo em que vivemos. Pensar a perversa realidade brasileira, na qual uma elite hegemônica capitalista passa a dominar as relações sobre a vida do campo, faz com que a libertação dos sujeitos seja iminente, desta forma Caldart (2008, p. 69) afirma: “O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes”.

Caldart (2008) nos chama a atenção para a concepção de educação que “pode também nos fazer cair na armadilha da visão liberal de educação. A chamada ‘educação rural’ já foi isso: uma visão pragmática e instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento de campo” (CALDART, 2008, p. 72). A autora enfatiza a relação entre campo e educação, de forma que sem um projeto de educação não há a concepção de Educação do Campo da qual tratamos aqui.

Dessa forma, Caldart (2008) descreve a educação rural como uma forma reprodutora da lógica dominante, tratando o campo através de uma visão setorial econômica, pensando apenas na obtenção do lucro. Cabe neste trabalho investigarmos se tal lógica não se faz presente nos conteúdos abordados pelos livros didáticos, uma vez que a política emerge da necessidade das populações do campo, mas também enfrenta embates que destoam de seu objetivo, portanto, pensar a concepção de Educação do Campo se faz fundamental nesta discussão.

Já é possível identificar muitas questões importantes na discussão conceitual da Educação do Campo. Nesta exposição, vamos pontuar três que nos parecem merecer destaque porque sinalizam tensões que podem nos revelar

contradições importantes. Primeira: A materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo – Política Pública – Educação. É a relação, na maioria das vezes, tensa, entre esses termos que constitui a novidade histórica do fenômeno que batizamos de Educação do Campo (CALDART, 2008, p. 70).

O Ciclo de Política de Ball e Bowe é um importante caminho para se entender como se comporta a disputa ideológica na política educacional e como essa reflete diretamente o trabalho na escola. Neste contexto é que trazemos a conceituação do ciclo de políticas descrito por Ball e Bowe, no qual se dá relevância aos diferentes grupos que em diferentes embates consolidam seus interesses na fase de influência da elaboração e aprovação da lei, na fase de produção do texto (política), na fase da prática da lei ou diante de seus resultados (efeitos), que de modo não sequencial se relacionam, dando diferentes significados à política, ou como apresentam os autores: tais políticas podem ser ressignificadas a partir dos diferentes contextos (BALL, 2001; MAINARDES, 2006).

Pensando na tríade apontada por Caldart, Campo-Política Pública-Educação, a partir dos diferentes contextos de influência apontados por Ball e Bowe, podemos compreender a luta travada para uma Educação do Campo. Caldart (2008) evidencia a tomada de diferentes perspectivas sobre a Educação do Campo que se almeja construir no atendimento de diferentes interesses que não são os originários da proposta e no embate para a construção das políticas.

Em cada um dos termos, pois, os três se manifestam: se pensamos desde a política pública, por exemplo, na disputa de forma e conteúdo está a disputa de projeto de campo e de concepção de educação. E está em disputa o protagonismo na própria construção desta política: é bom lembrar que na história do Brasil os camponeses nunca antes tinham sequer disputado esse protagonismo. As políticas educacionais brasileiras quando pensaram a especificidade da população trabalhadora do campo sempre o fizeram na perspectiva do “para”; nem “com” e muito menos “dos” trabalhadores (CALDART, 2008, p. 72).

A autora aponta que quanto maior a expressão e proporção tomadas pela proposta de Educação do Campo, e diversidades de interesses de sujeitos envolvidos no debate, mais se deslocam da proposta original:

Há então quem prefira tratar da Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais (o “sangue”) que as constituem desde a origem. Por outro lado, há quem queira tirar da Educação do Campo a dimensão da política pública porque tem medo que a relação com o Estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo (CALDART, 2008, p. 70-71).

O contexto da influência geralmente é o que dá base às definições das finalidades da educação, nele são nítidos os espaços de disputa: “Atuam nesse contexto as redes sociais

dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política” (MAINARDES, 2006, p. 51).

Retomando a tríplice da Educação do Campo, é necessário que a proposta se balize a partir destes três pontos, uma vez que separados podem assim desconfigurar a proposta original. Pensando-se nas diversas influências e contextos pelos quais estas perpassam, tal desconfiguração consistiria em um enfraquecimento e abertura para tal fragilização, Caldart (2008, p. 72) afirma que “é preciso pensar em uma determinação primeira: foi o campo, sua dinâmica histórica, que produziu a Educação do Campo”, deve-se tomá-lo como pilar balizador real das lutas sociais a fim da construção efetiva da educação que se pretende (BALL, 2001; MAINARDES, 2006; CALDART, 2008).

Passamos então ao contexto de produção de texto, apontado por Ball e Bowe, esse texto pode ter diversos formatos. Mainardes (2006, p. 52) afirma: “política não é feita e finalizada no momento legislativo”, deve-se levar em consideração seu tempo e locais específicos de sua leitura, para além disso, constatar que estas são resultados de “disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (Bowe et al., 1992)” (MAINARDES, 2006, p. 52).

Para além disso, os autores afirmam que a interpretação também se faz como questão de disputa. A partir do apresentado retomamos o PNLD Campo, entendendo tal política a partir de todo o contexto descrito como produto dessa política, temos os livros didáticos distribuídos nas escolas no sentido de efetivação da proposta de Educação do Campo, apresentada anteriormente.

Sousa (2014), ao analisar as políticas curriculares com base no Ciclo de Política de Ball e Bowe, aborda que,

O segundo é o contexto da produção de textos, onde são colocados no papel as normas e regras que deveriam nortear as escolas. Assim, entendo neste momento os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Nacional do Livro Didático como representações de uma política, assim como os próprios livros didáticos. Entendendo também que esses textos podem ser lidos de diversas formas, de acordo com o contexto em que está situado (SOUSA, 2014, p. 44).

Rossi e Vargas (2017), ao fazerem a análise de material didático de um programa voltado às escolas públicas do estado do Mato Grosso do Sul, alertam para um ponto importante:

Aqui também se encontra um ponto nodal de nosso debate: não há como desenvolver uma educação na qual não se possa encontrar - por mais rudimentares que sejam - indícios de uma formação ideológica. Como afirmamos anteriormente, as classes sociais, enquanto coletivo, são o sujeito fundamental do processo de conhecimento, pois são elas que colocam o campo de possibilidades sobre o qual os indivíduos irão atuar; também são

as próprias classes sociais que exercerão influência nos conteúdos, nas habilidades, nos valores, nas ideias etc. a serem transmitidos e apropriados em determinada formação social (ROSSI; VARGAS, 2017, p. 213).

Os materiais didáticos apresentam uma ideologia e essa pesquisa busca verificar se o livro de geografia PNLD Campo acompanha a ideologia presente no texto da lei. De acordo com o Guia PNLD Campo de 2016:

Com esse objetivo, o PNLD Campo se inscreve como uma política pública de reconhecimento da Educação do Campo como matriz referencial para pensar o Campo e seus Sujeitos, e a partir da materialidade das condições da produção e reprodução da vida neste território, compreendê-lo como contexto gerador de conteúdos, textos, temas, atividades, propostas pedagógicas, ilustrações e organização curricular do livro didático (BRASIL, 2016, p. 8).

A utilização dos livros didáticos pode gerar diferentes efeitos, evidenciando o último contexto apresentado por Ball, nos atentamos a refletir então de que modo a política do PNLD Campo pode influir na construção de uma concepção pedagógica de Educação do Campo que emancipe os sujeitos.

Embora o PNLD destinado ao Campo se constitua como grande avanço e reconhecimento das populações rurais, ainda se fazem necessários maiores estudos e pesquisas sobre as questões que envolvem os aspectos ligados a ampliação do conhecimentos sobre a veiculação e fomento das desigualdades sociais, algumas sugestões seriam: análises sobre as generalizações referentes as categorias de gênero, cor/etnia e classe social; maior atenção a configuração dos conteúdos e ilustrações que compõem esse material didático; fomentar a proposta de cursos que ampliem o conhecimento sobre os livros didáticos a serem selecionados e aumentar a pressão para que os movimentos sociais voltem a compor a comissão avaliadora das obras didáticas a serem distribuídas às escolas brasileiras. Essas, entre outras sugestões, visam enunciar e socializar as políticas e os programas educacionais que orientam os rumos da educação brasileira, tendo em vista ser o livro didático o único instrumento de acesso ao conhecimento historicamente produzido (MOURA, 2019, p. 104-105).

Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir nesse processo por meio da análise do conteúdo de geografia dos livros do PNLD Campo 2016 dos anos iniciais, do Ensino Fundamental I (analisados e escolhidos em 2015). A coleção didática selecionada para a análise foi a utilizada pelas escolas rurais do município de Alfenas, desse modo obtivemos acesso aos livros junto às escolas do município, tornando possível a construção do trabalho. A análise verificou como é abordado o conteúdo de geografia dentro de uma concepção de Educação do Campo e se as propostas metodológicas presentes no material possibilitam uma articulação com a realidade que o aluno morador do espaço rural vivencia.

A importância de se analisar o conteúdo de geografia se justifica pelo fato da geografia ser uma ciência essencial para levar à compreensão da disputa e conflitos que acontecem no campo e que refletem diretamente na Educação do Campo.

A Educação do Campo tem origem concomitante com as disputas/conflitos territoriais no campo. O capital transnacional se territorializa no campo,

acirrando a luta de classes e causando a expropriação dos camponeses (CALDART, 2010). Mas, também, ao mesmo tempo, temos a desterritorialização do capital nos territórios conquistados pelos movimentos socioterritoriais. A conquista e a resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo. Tendo em vista a luta de classes manifestar-se espacialmente no embate pelo controle territorial, o território passa a ser para a geografia a categoria de análise fundamental, sendo assim, devem ser reveladas as lógicas antagônicas existentes na produção desses territórios. Logo, entender o território camponês e o território do agronegócio são de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato, e que contribua em seu processo de resistência ao capital (CAMACHO, 2019, p. 65).

E é na geografia escolar por meio do ensino de geografia que os conhecimentos da ciência geográfica são desenvolvidos com a população, reforçando dessa forma a importância dessa disciplina na educação básica para possibilitar ao aluno construir conhecimento para realizar sua leitura de mundo.

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. Em linhas gerais, esse é o papel da geografia na escola. Refletir sobre as possibilidades que representa, no processo de alfabetização, o ensino de geografia, passa a ser importante para quem quer pensar, entender e propor a geografia como um componente curricular significativo. Presente em toda a educação básica, mais do que a definição dos conteúdos com que trabalha, é fundamental que se tenha clareza do que se pretende com o ensino de geografia, de quais objetivos lhe cabem (CALLAI, 2005, p. 229-230).

O objetivo do aprendizado é a estruturação do conhecimento que leve à resolução de problemas através de situações de aprendizagem, de forma que se reconheça no espaço vivido, em determinado tempo e espaço. O desenvolvimento de tais conceitos e sua apropriação prática também fazem parte da construção da criticidade dos indivíduos, logo, de sua emancipação a partir da realidade vivida.

Do edital à escola: o caminho do livro didático no PNLD Campo

O Edital de inscrição e de avaliação de obras didáticas do PNLD Campo foi aberto em 2014 (Edital de Convocação 04/2014 – CGPL). Nesse edital são definidos os prazos do processo, a caracterização da obra, condições de participação, critérios e orientações para inscrições cadastramento de editores, etapas da triagem e avaliação pedagógica das obras, acessibilidade, processos de habilitação, negociação e contratação das etapas de produção, controle de qualidade e distribuição, ou seja, para participar inscrevendo obras ou no processo de avaliação é necessário seguir todas as normativas do edital. Destacamos do edital o item:

6.7.1. As coleções didáticas aprovadas no processo de avaliação serão divulgadas no Guia de Livros Didáticos do PNLD Campo 2016, a ser disponibilizado na internet pelo FNDE.

6.7.2. No Guia de Livros Didáticos constarão as resenhas das obras aprovadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica, os modelos das fichas de análise e demais informações sobre o processo de escolha (BRASIL, 2014, p. 12).

Ao analisar o Guia de Livro Didático do PNLD Campo fica evidente que os critérios avaliativos ressaltam a importância de uma proposta didático pedagógica para a Educação do Campo junto a seu contexto, sua valorização ética, estética, cultural e humana, de forma a adequar os conteúdos às exigidas especificidades. São 47 critérios de avaliação e uma síntese avaliativa.

Para o PNLD Campo 2016, dez (10) obras foram inscritas em atendimento ao Edital de convocação. [...] Do conjunto de 4 coleções avaliadas no PNLD Campo 2016, 02 (50%) foram excluídas e 02 (50%) foram aprovadas. E dos livros regionais, 02 (33,33%) obras foram aprovadas e 04 (66,66%) reprovadas. Esses números indicam, por um lado, a necessidade de um maior investimento na produção de materiais didáticos que concretizem as especificidades e os princípios da Educação do Campo e, por outro lado, a demanda por coleções que efetivem, com qualidade, uma proposta pedagógica para as escolas do campo (BRASIL, 2016, p. 17-18).

Quanto aos critérios avaliativos dos livros didáticos do PNLD, dão-se a partir de questionário estruturado pela Faculdade de Educação (FEA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), subdivididos nos seguintes itens: características gerais, análise avaliativa da proposta para a educação do campo, análise avaliativa dos conteúdos curriculares e da proposta de ensino e aprendizagem, correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos, por fim uma síntese avaliativa.

Os questionamentos avaliativos são extremamente pertinentes, como se pode constatar da publicação do guia para escolha dos livros que é publicado abertamente para consulta, que inclui também o resumo das obras analisadas pela política e a quantidade de livros aprovados: no ano de 2016, apenas duas coleções foram aprovadas.

O município de Alfenas adotou como material didático para as escolas rurais no PNLD Campo de 2016 a Coleção Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo FTD. A coleção apresenta livros para todas as áreas e de forma seriada.

Apesar de ter sido a aprovada, o guia aponta como ponto fraco da obra: “Caracteriza a Educação do Campo com diferentes intensidades, o que faz com que, em algumas áreas do conhecimento, essa temática seja pouco desenvolvida” (BRASIL, 2016, p. 46).

Com relação ao conteúdo de Geografia no Guia do Livro aparece a seguinte informação:

Existe uma articulação entre Geografia e História a partir de uma questão temática: a vida no campo. As unidades abordam as vivências dos alunos, os saberes e fazeres da terra, o campo e suas histórias, o cidadão no campo,

história e memória da comunidade, povo e cultura, tempos e sujeitos. Aborda-se, também, o campo como lar, as riquezas da terra, as comunidades camponesas e as relações entre campo e cidade, lugares e paisagens, terra, trabalho e renda, as populações do campo, o município, território do campo e da cidade (BRASIL, 2016, p. 45).

Para compreender melhor a forma de abordagem do conteúdo de geografia, analisou-se o conteúdo de cada livro. Os capítulos dos livros se estruturam a partir de quatro unidades fixas intituladas: Unidade 1 – O Campo: meu lugar, Unidade 2 – As Riquezas da Terra, Unidade 3 – Comunidades Camponesas, Unidade 4 – Entre o Campo e a Cidade, estes para o primeiro ciclo (2º e 3º ano). Já no segundo ciclo (4º e 5º ano), as unidades fixas são: Unidade 1 – Lugares e Paisagens, Unidade 2 – Terra, Trabalho e Renda, Unidade 3 – A População do Campo, e Unidade 4 – O Município: território do campo e da cidade.

Os títulos das unidades já indicam que a abordagem dos conteúdos realmente será feita a partir da realidade do campo, mas com a preocupação de relacionar com a cidade e com o município, buscando a totalidade.

Cada uma dessas unidades é subdividida em três capítulos, de forma ampla os dois primeiros abordam os conceitos geográficos e os conteúdos da disciplina, sem deixar de lado os aspectos do campo, aproximando o máximo possível a proposta de formulação do livro, já a terceira e quarta unidades vêm tratar de fato as especificidades das populações do campo, articulando os conceitos geográficos e os conteúdos da disciplina a exemplos próximos à realidade cotidiana dos alunos.

Para analisar os conteúdos das unidades com objetivo de verificar se atendem à proposta da educação do campo e do ensino de geografia crítico, definiu-se os seguintes critérios: principal conteúdo do capítulo; articulação dos conteúdos abordados com a proposta de educação do campo; e possibilidade de sugerir melhorias para a articulação dos conteúdos à proposta.

A partir da organização do material e análise apresentada, é possível afirmar que os conteúdos são abordados de forma pertinente e sua articulação com as necessidades especificadas para elaboração da política nacional para os livros didáticos para escolas do campo pode sim gerar um resultado positivo e proveitoso. Vale ainda destacar que o livro didático é apenas um instrumento de uma importante conquista no processo de lutas sociais, porém deve-se considerar para a efetivação desse processo a prática docente como fundamental na concretização desse projeto de escola, ou seja, o que Ball e Bowe vêm salientar como o contexto da prática e resultados. Apresentamos a seguir a síntese das principais análises de cada livro.

Livro 2º Ano

No livro do 2º ano são abordados os seguintes conteúdos e temáticas: o conceito de paisagem, lugar, vivência, casa, escola e as relações que se têm a partir destes, a orientação geográfica, os recursos naturais, trabalho da família no campo e na cidade, o meio natural, a vida coletiva e as transformações do lugar e das paisagens, relação campo/cidade, modos de vida, trabalho e moradia, de forma que enfoca a percepção do lugar do/no mundo.

Os conteúdos trabalhados consideram a vida em comunidade, seus diferentes modos de vida e de moradia, os aspectos que estão em volta do local de moradia. Associa os recursos naturais aos modos de trabalho e evidencia a importância do campo, valorizando os sujeitos, apresentando constantes exemplos associados ao campo, fotos, desenhos, pequenos textos e os compara muitas vezes com os da cidade, estabelece as diferenças (Figura 1) e não aborda o modo de vida da cidade como superior.

Figura 1: Abordagem da diferença entre o campo e a cidade.



Fonte: CARPANEDA, 2014a, p.130.

Após análise do conteúdo do livro do 2º ano, fazem-se válidos alguns apontamentos e sugestões para aprimorar a abordagem:

- ampliar a possibilidade de relacionar os lugares de vivência para além de sua localidade, buscando o entendimento da totalidade, evitando a ideia de círculo concêntrico e evidenciando quais aspectos cotidianos se articulam entre diferentes lugares;
- abordagem dos recursos naturais poderia aproximar mais ao cotidiano: no box “vai e vem”, que apresenta entrevistas com familiares sobre os temas

tratados, poderia sugerir que fossem listados os recursos naturais essenciais ao trabalho no campo;

- utilizar o conceito de movimento socioterritorial: no capítulo três é abordada a questão das terras no Brasil, cita-se o Movimentos dos Trabalhadores sem Terra como exemplo, mas não se utiliza o conceito movimento socioterritorial, uma vez que o livro aborda constantemente a vida coletiva e se trata de uma política emancipatória, é fundamental que se trate o conceito para a formação dos indivíduos;
- abordar os avanços tecnológicos de comunicação e transportes evidenciando quais os meios mais utilizados no campo e também apontar que o uso da tecnologia no campo não descaracteriza os aspectos rurais.

Livro 3º Ano

No livro do 3º ano são abordados conteúdos e temáticas relativos aos tipos de moradia, paisagem e transformação do espaço, representação espacial, valorização da vida comunitária, grupos sociais, organização do espaço, modos de vida e as relações espaciais do campo e da cidade, espaço urbano, espaço privado e público, fluxos de pessoas e mercadorias.

Os capítulos abordam os diferentes tipos de moradia que existem nas áreas rurais, e tratam os aspectos subjetivos junto aos tipos de moradia, trazem a descrição da localidade da moradia para o reconhecimento da realidade, tanto da moradia, quanto da escola.

Enfatizam também os conflitos de terra, formas de se organizar coletivamente, desigualdades sociais, modo de vida e cultura dentro dos diferentes aspectos dos povos camponeses, trazem dados que reforçam positivamente os modos de vida no campo e os aspectos de pluriatividade.

Com relação ao conteúdo sobre a relação campo e cidade, enfatiza-se a organização, o desenvolvimento, suas dependências e características próprias, para trazê-los para a vivência do aluno, as atividades orientam a abordar os espaços por eles frequentados. Quanto ao fluxo de pessoas e mercadorias, nesse capítulo se trabalham tais fluxos dentro da relação cidade/campo por meio de questionamentos e exemplos de mais de uma realidade. Por fim, trata da importância do campo e a relação de dependência que a cidade tem com este.

Nesse livro também foram identificados pontos que podem ser aprimorados para fortalecer os princípios da educação do campo, são eles:

- apresentar a discussão da comunicação na área rural, enfatizando o acesso à internet e/ou televisão na agricultura familiar, população ribeirinha ou outras.
- abordar a questão de posse da terra, ao abordar o tema espaços público e privado (Figura 2), o texto pode trazer margem a interpretações que criminalizam os movimentos socioterritoriais, tratando-se de uma política pública para o campo, o texto deveria apresentar-se com maior clareza e evidenciar a função social da terra, não somente a questão que aponta para sua posse. É imprescindível tratar sobre os movimentos socioterritoriais em um país de contexto agrário onde existe a luta pela Reforma Agrária.

Figura 2: Abordagem sobre espaço público e privado reforçando a questão da propriedade.

Espaço público e espaço privado

No município existem espaços públicos e espaços privados.
Os espaços públicos são de uso coletivo e devem ser cuidados por todos.
Os espaços privados só podem ser usados por seus **proprietários** ou com a autorização deles. Exemplos de espaços públicos são ruas, estradas, praças e parques; de espaço privado, a casa da família.

Proprietário: dono.

4. Quais são os espaços públicos, fora da sua comunidade, usados por você e seus familiares?

Resposta pessoal.

5. Em uma folha de papel avulsa, desenhe um espaço público e um espaço privado existentes em sua comunidade.

6. A conservação dos espaços públicos depende da atitude de seus usuários. Nas linhas abaixo, registre uma atitude positiva e outra negativa de pessoas que utilizam os mesmos espaços públicos que você.


- **Devemos:**

Resposta pessoal. Sugestão: devemos manter limpa a escola, que é um local público.

- **Não devemos:**

Não devemos jogar lixo no chão porque suja o lugar e polui o ambiente.

O município é uma unidade administrativa com um governo próprio e leis próprias, que devem ser respeitadas pelos cidadãos. O conjunto dos municípios forma um estado.



136

Fonte: CARPANEDA, 2014b, p. 136.

- tratar os motivos de saída das populações do campo e não apenas os aspectos negativos de se mudar para a cidade;

- abordar as relações comerciais do campo, não só com a cidade, mas com o mundo, uma vez que o país é grande exportador de produtos primários, ampliando assim a relação local e global tão necessária à geografia na atualidade;
- associar melhor os capítulos, permitindo melhor continuidade, estabelecendo paralelo entre as relações de trabalho e os recursos naturais, tratando de sua importância na preservação, produção e manutenção da vida, ampliando a reflexão sobre sociedade e natureza.

Livro 4º Ano

O livro do 4º ano apresenta os seguintes conteúdos e temáticas: as transformações da paisagem por intermédio da ação do homem e da natureza, o trabalho no campo como forma de renda e produção do espaço, setores econômicos, diversidade das populações do campo (caiçara, ribeirinha e indígena), a organização política do município e a relação campo-cidade.


Nesta unidade os capítulos valorizam o trabalho da agricultura apresentando alguns exemplos e comparando com os tipos de trabalho da cidade, de forma que explicita a exploração do trabalho no campo, evidencia as latentes desigualdades, prioriza o trabalho da agricultura familiar (Figura 3) como essencial.

Figura 3: Abordagem sobre a agricultura familiar.

1. Comente oralmente a frase: "Tanto o trabalho do campo quanto o trabalho da cidade são importantes para o município!" No campo e na cidade o trabalho das pessoas gera recursos que podem ser investidos em outras atividades e na melhoria dos serviços prestados no município.

Produção de renda familiar

A agricultura familiar é voltada para o sustento da família, por meio da produção. Nesse tipo de produção, os saberes são transmitidos de geração a geração. Em geral, o modo de produzir alimentos não emprega agrotóxicos, fertilizantes químicos nem aditivos industrializados para a alimentação de animais.



Pessoas colhendo maçã em plantação familiar em Veranópolis, RS (2013).

122

Fonte: CARPANEDA, 2014c, p. 122.

Aborda a relação campo-cidade simbioticamente, deixando evidentes as diferenças e valorizando cada espaço, assim como aborda e enfatiza os problemas do campo, como o êxodo rural, que têm origem também nessa relação.

Após análise do conteúdo deste livro, indicamos as seguintes possibilidades de melhoria:

- utilizar exemplos de municípios rurais (o livro não apresenta nenhuma foto ou exemplo), enfatizando as ruralidades nos municípios;
- abordar o agronegócio, relacionando-o ao êxodo rural e à exploração do trabalho no campo, o livro utiliza somente o termo agricultura comercial (Figura 4).

Figura 4: Abordagem da agricultura comercial no livro didático

2. Em sua comunidade, existem famílias que sobrevivem da agricultura familiar? Quantas? Como vivem?

Resposta pessoal.

Agricultura comercial e a mão de obra assalariada

Na agricultura comercial, o trabalhador não participa dos lucros da produção. O lucro é do dono da propriedade comercial.

Transporte de cana-de-açúcar em plantio mecanizado, comum na agricultura comercial. Santa Mariana, PR (2013).



Ernesto Reghin/Pulsar



VAI E VEM



- Converse com familiares e amigos sobre as transformações que acontecem na natureza, com as atividades produtivas ligadas ao trabalho.
- Pergunte sobre as atividades primárias desenvolvidas pelos grupos de trabalho na comunidade. Em sala, compartilhe as descobertas.

Fonte: CARPANEDA, 2014c, p. 123.

- abordar de forma enfática os aspectos culturais, festivos, tradições e manifestações de religiosidade com objetivo de aproximar e ampliar a cultura

desta população, levando maior diversidade de conhecimentos aos alunos para além do senso comum, assim gerando empatia e identificação.

Livro 5º Ano

No livro do 5º ano são abordadas as transformações do espaço geográfico diante do avanço tecnológico, dando ênfase ao meio natural (a água, camadas da terra e os biomas brasileiros), aborda também trabalho escravo, produção de energias alternativas, movimentos migratórios, atividade pecuária e reforma agrária. No último tópico do livro são trabalhados os estados brasileiros, problemas ambientais, desigualdades sociais no campo e novas tecnologias da informação.

Os capítulos dois e três articulam as formas de exploração de trabalho e de produção de energia com as realidades atuais do campo, de diferentes modos apresentam imagens, exemplos e textos que associam os temas à vivência do campo e se aproximam da vivência do aluno por meio de atividades que buscam uma relação mais próxima entre o tema e o cotidiano.

Ao abordar os movimentos migratórios, utilizam-se exemplos das populações do campo como principais, articulando o êxodo rural e os movimentos migratórios dos trabalhadores do campo. Por meio da pecuária, tratam-se os diferentes tipos e formas de trabalho, faz-se relação dessa atividade com a ocupação do território e as técnicas envolvidas e abordam-se também a produção leiteira e as formas de trabalho em cooperativas.

Destaca-se aqui que o tema da reforma agrária aparece no livro com propriedade, apresentando as organizações populares bem como os órgãos governamentais responsáveis, trata da luta pela terra conceituando o tamanho das propriedades.

Como principais articulações a serem repensadas pela proposta temos:

- abordar os motivos que levam aos movimentos migratórios como êxodo rural, migração sazonal e pendular;
- levar à reflexão sobre os motivos dos movimentos das populações jovens para fora de assentamentos rurais e mostrar outras possibilidades que indicam a permanência no campo, da forma como está apresentado (Figura 5) pode levar à compreensão determinista de que os jovens de assentamentos não têm outra opção a não ser abandonar o campo.

Figura 5: Exemplo determinista sobre o movimento migratório.

1. Observe o esquema abaixo. Faça um esquema semelhante a este em seu caderno para representar os movimentos da população da sua comunidade.

Motivos que levam jovens de assentamento a migrar:

- mais oportunidades
- trabalho
- estudo

Fonte: elaborado pelos autores.

Você já aprendeu o que é **êxodo rural**. Cuidado para não confundir êxodo com as migrações sazonais ou diárias, que também ocorrem no campo.

É recomendável que o aluno utilize esses elementos da linguagem cartográfica, bastante utilizados em mapas e fluxogramas.

125

Ricardo Dantas - Ilustração digital

Fonte: CARPANEDA, 2014d, p. 125

- utilizar a linguagem cartográfica para trabalhar as formas de ocupação do território por meio da atividade pecuária e correlacioná-las ao cotidiano dos alunos, uma vez que os alunos por viverem em comunidades do campo podem obter conhecimento da técnica;
- utilizar mapas, dados, gráficos e tabelas para apresentação de dados quantitativos sobre o tema;
- aprofundar a abordagem sobre o avanço da mecanização do campo, que substitui antigas comunidades rurais; e
- trabalhar o uso de tecnologias no campo aproximando ao cotidiano de forma que os alunos se apropriem da tecnologia como instrumentos para a melhoria da vida, assim como o incentivo à apropriação das novas técnicas pelos sujeitos do campo.

A Geografia e a Educação do Campo na Coleção Novo Girassol

A obra apresenta um aporte teórico condizente com a proposta da política, como já evidenciado anteriormente, porém podem ser observados momentos nos quais os textos deixam a desejar quanto à emancipação e à formação de sujeitos, uma vez que a Educação do Campo “se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio” (MOLINA, 2011, p. 11).

Ao analisar os livros didáticos de geografia da Coleção Novo Girassol fica nítido que o material apresenta uma concepção crítica-reflexiva de educação, dessa forma aborda os

temas da geografia pensando a valorização dos indivíduos, tem por princípio a realidade como base para a produção dos conhecimentos, portanto valoriza as dimensões humanas, a coletividade e a cultura dos múltiplos campos, desse modo pode contribuir para a mudança da consciência ingênua para a consciência crítica, a fim de emancipar os sujeitos.

Utilizando-se de uma concepção crítica da geografia, apresenta conteúdos para que faça sentido à vida cotidiana, por meio da relação entre os conteúdos e a prática, dessa forma define os conceitos geográficos, aborda os conteúdos e os correlaciona à realidade do indivíduo para compreender as mais diversas relações e transformações espaciais, introduzindo os primeiros passos para diferentes formas de se ver e agir no mundo a partir da geografia, buscando que o aluno associe os conteúdos, trabalhando as práticas cotidianas para transformar o meio em que vive através da tomada de decisões, compreendendo seu lugar do/no mundo.

Alguns exemplos que evidenciam esse processo são principalmente os textos contidos na coleção que aborda a importância do campo, a fixação dos indivíduos na terra, valorização dos modos de vida, cultura e trabalho, a diversidade dentro das comunidades camponesas e a questão das terras no Brasil.

Quanto às atividades, temos como exemplo principal a constante associação dos conteúdos ao lugar de vivência ao se apresentarem questionamentos como: “Quais elementos da ilustração também fazem parte da paisagem de sua comunidade?”, “No caminho da escola até a plantação, o que você viu?”, “Existem diferentes tipos de casa. Registre algumas informações sobre a casa que você mora.”, “Por que os grupos sociais são importantes em uma comunidade?”.

Todos os capítulos trabalham com a socialização dos conhecimentos através de exposições, entrevistas e conversas que buscam os saberes da comunidade a fim de partilhá-los e associá-los aos conteúdos trabalhados em sala, promovendo assim a relação aluno/escola/comunidade (Figura 6), buscando a “projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana” (CALDART, 2008, p. 75).

Figura 6: Exemplos de atividades que leva o aluno a pensar em sua vivência e comunidade.

VAI E VEM

- Converse com familiares e vizinhos sobre as paisagens da comunidade e os elementos que as compõem.
- Pergunte para eles sobre o relevo e as águas que observam na paisagem.
- Procure saber se na comunidade predomina o tempo de chuvas ou de seca.
- Compartilhe as informações recebidas com o professor e os colegas.

MURAL DAS VIVÊNCIAS

Esperamos que, nesta unidade, você tenha aprendido muito sobre as paisagens e os elementos naturais e sociais, ou culturais, que fazem parte delas. As paisagens podem sofrer transformações na vegetação e no relevo por falta ou excesso de chuvas.

1. Converse um pouco mais com seus colegas sobre tudo o que vocês aprenderam nesta unidade.
2. Com a ajuda de seu professor e de colegas da sala, organize um lindo e grande mural com todos os saberes aprendidos pela turma em todas as disciplinas (Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História, Ciências e Artes).
3. Cada um da turma deve ajudar a confeccionar o **Mural das vivências**, escrevendo textos, fazendo desenhos, pinturas, colagens e muito mais.
4. Agora é o momento de apresentar para sua família e para a sua comunidade o **Mural das vivências**. Seu professor vai marcar a data da apresentação.

114

Fonte: CARPANEDA, 2014a, p. 114.

É importante destacar que as atividades sempre fazem relação com o município, incluindo sempre a análise também da parte urbana, afinal na geografia é necessário pensar na totalidade. Com o livro com ênfase no campo, essa totalidade parte da visão do campo e não do urbano, como ocorre nos livros didáticos do PNLD.

O material também apresenta os conteúdos pré-estabelecidos de acordo com os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental I, tanto no primeiro como no segundo ciclo, como foi possível constatar, encontra-se na coleção a descrição de diferentes formas pelas quais a natureza se apresenta, utilização, observação e descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, reconhecimento de semelhanças e diferenças nos modos de diferentes grupos sociais, a proposta de reconhecer e comparar o papel da sociedade e da natureza na construção de diferentes paisagens urbanas e rurais, de reconhecerem-se no lugar no qual se encontram inseridos, de perceber e compreender algumas das consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas e avanços tecnológicos.

Nesta pesquisa apontamos como maior fragilidade da coleção o fato de não apresentar o conceito de agronegócio, evitando assim aprofundar-se nas contradições do campo, elemento essencial na Educação do Campo. Apesar de trabalhar constantemente as desigualdades sociais, a partir de seu referencial teórico, a coleção poderia apresentar em momentos pontuais um caráter mais crítico e contundente.

[...] vivemos em uma sociedade desigual em que o processo de expropriação do campesinato é intenso. A destruição do território camponês significa também o fim de sua existência nesta condição social. A destruição do seu território significa transformá-lo em outro sujeito. E esse processo acontece com a territorialização de outro modelo de desenvolvimento: o agronegócio (MOLINA; JESUS, 2004, p. 40).

É importante ressaltar que é nítida a dificuldade de toda a coleção em tratar os temas da geografia física articulados com a proposta, porém necessária. A compreensão de uma geografia única é essencial para a apropriação dos conhecimentos e concretização da proposta do livro, de forma que os conteúdos trabalhados se complementem e não fiquem em uma distribuição desconexa e dispersa.

Outra questão importante é que as atividades cartográficas com a utilização de mapas são deficientes no material, carecendo de um volume maior de atividades com a utilização de diferentes linguagens para além de descrição e análise, uma vez que é nesse nível de ensino que os alunos devem ser alfabetizados cartograficamente.

Vale ressaltar que estes fatores não impedem que a política tenha seus valores efetivados em sua prática, mas deixam a cargo da ressignificação no contexto prático dos professores e dos efeitos gerados a partir de tal prática (BALL, 2001; MAINARDE, 2006).

Considerações Finais

A coleção analisada atinge seus objetivos de articular os conteúdos de geografia à proposta de Educação do Campo, ou seja, propicia a emancipação dos indivíduos, por meio da valorização e apropriação do espaço vivido, desse modo, os livros são de fato a concretização da proposta da lei do PNLD Campo, ainda que a aplicação esteja sujeita aos contextos da prática e aos resultados frisados por Ball e Bowe, em nossa análise, a política em si consolida sua proposta.

Contudo, esta pesquisa indica que o material é uma conquista dentro de uma série de lutas dos movimentos socioterritoriais das populações do campo. O fato de ter um livro elaborado com a perspectiva do campo influencia diretamente essa abordagem pelo professor em sala de aula, mesmo que esse professor não tenha a formação voltada para essa modalidade de educação. E também reforça a representatividade das crianças da zona rural que não se identificam com os livros com perspectiva nacional urbana. PNLD Campo deve

ser considerado como grande avanço dentro das políticas sociais, mas ainda insuficiente dentro dos problemas que se apresentam na estrutura agrária brasileira.

Compreende-se aqui o PNLD Campo como ferramenta social de transformação, que a partir da ressignificação prática traz contribuições ao ensino de Geografia, de modo que leve à emancipação social dos sujeitos do campo e o seu reconhecimento com os pares na construção de um espaço de vivência desigual é possível, olhando para dentro da diversidade do campo, alguns temas ainda se fazem carentes na proposta como as questões de gênero, indígena e ribeirinha.

Por fim, cabe ressaltar que o PNLD Campo se encontra encerrado por portaria do FNDE publicada em fevereiro de 2018, período em que esta pesquisa ainda estava em andamento, informando que para o ano de 2019 a escolha dos livros não ocorreria diante das revisões dos marcos legais da educação nacional, colocando assim um ponto final na política.

Portanto, tal análise se faz necessária como documentação da política e suas potencialidades. Assim como fixa a reflexão sobre a retomada da conquista ou ainda no desenvolvimento de novas estratégias de ação para as necessidades das escolas do campo diante do cenário político que se apresenta no Brasil contemporâneo, não cessando ou retrocedendo a luta educacional em todos os seus âmbitos.

Referências

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 08. set. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº1- de 3 de abril de 2002. Brasília, Governo Federal, 2002. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01. jul. 2020.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: GABINETE DO MINISTRO, 2013. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13218-portaria-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02. jul. 2020.

_____. **Guia Plano Nacional do Livro Didático Educação no Campo 2016 – Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/6575-guia-pnld-campo-2016-%E2%80%9393-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 01.dez. 2017.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por Uma Educação do Campo**: Campo - Políticas Públicas - Educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v. 7, p. 67-86.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

CARPANEDA, Isabella Pessoa de Melo et al. **Novo Girassol: saberes e fazeres do campo: língua portuguesa, geografia e história**, 2º ano. São Paulo: FTD, 2014a (Coleção Novo Girassol: saberes e fazeres do campo).

_____. **Novo girassol - saberes e fazeres do campo: letramento e alfabetização, geografia e história**, 4.º ano. São Paulo, SP: FTD, 2014c.

_____. **Novo girassol - saberes e fazeres do campo: letramento e alfabetização, geografia e história**, 3.º ano. São Paulo, SP: FTD, 2014b.

_____. **Novo girassol - saberes e fazeres do campo: língua portuguesa, geografia e história**, 4.º ano. São Paulo, SP: FTD, 2014d.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: **Anais do Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte: SeNa, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CPGLI – Coordenação-Geral dos Programas do Livro (Brasil). **Edital de convocação 04/2014**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático do campo. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_convoc_inscricao_aval_obras_didat_pnld_campo_2016.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 40/2011**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3463-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-40-de-26-de-julho-de-2011>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

GONÇALVES, Amanda R.; MELATTI, Claudia. Instrumentos para análise e escolha do Livro Didático de Geografia pelo professor: aspectos da formação cidadã. In: TONINI, Ivaine M. et al. (Orgs.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 39-59.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.** [online], v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MEC - Ministério da Educação. **Portaria nº 86/2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13218-portaria-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 de julho de 2020.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. S. A. de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo).

MOURA, Neide C. Da educação do campo ao PNLD/CAMPO. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 87-106, 23 maio 2019.

MUNAKATA, Kasumi. O Livro Didático: alguns temas de pesquisa. **Ver. Bras. Hist. Educ.**, Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 179-197, set/dez. 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia A. de. Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 206-224, set./dez. 2017.

SOUSA, Narayana Fernandes de. O ciclo de políticas de Stephen Ball e a análise de políticas curriculares: contextualizando a Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 43-57, jan./jun. 2014.

Sobre os autores

Felipe Moretto Moura – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6039-0245>.

Sandra de Castro de Azevedo – Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6175-5771>.

Como citar este artigo

MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. O livro didático de geografia do PNLD Campo e suas contribuições na luta pela terra. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 56-80, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Sandra de Castro de Azevedo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Felipe Moretto Moura**, pela aquisição de dados e suas interpretações, análise e procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 01 de agosto de 2020.
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 30 de janeiro de 2021.

Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses

Rosane Rosa Dias Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) – Colatina, Espírito Santo, Brasil.

e-mail: rosanerosadias@gmail.com

Danielli Calabrez Martins

Movimento Promocional do Espírito Santo – Colatina, Espírito Santo, Brasil.

e-mail: danicalabrez@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada sobre o Projeto Profissional do Jovem, atividade de conclusão do Curso de Técnico em Agropecuária da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Bley, em São Gabriel da Palha, no Espírito Santo. Como objetivo, busca identificar os impactos que o projeto profissional do curso proporciona na autonomia e na emancipação econômica e social do jovem camponês, tendo como referenciais teóricos Paulo Freire, Paulo Nosella, Jean-Claude Gimonet, dentre outros. Descreve a história da pedagogia da alternância, seus princípios e instrumentos pedagógicos, e debate a importância do plano de formação como documento norteador para estudantes das escolas família agrícola. Por meio de grupo focal, destaca os depoimentos de alunos egressos sobre o projeto profissional. Conclui que o Projeto Profissional aplicado nas unidades produtivas possibilita autonomia financeira ao jovem camponês e transformação da sua realidade.

Palavras-chave: Pedagogia da alternância; projeto profissional do jovem; camponês.

Pedagogy of alternance in the Espirito Santo: the professional project and the impacts on the life of young peasants

Abstract

This article presents the results of a research carried out on the Young Professional Project, a conclusion activity in the agricultural technician course in alternation pedagogy at Escola Família Agrícola do Bley, in São Gabriel da Palha, in the state of Espírito Santo. As the objective, it aims to identify the impacts that the professional project of the course provides on the autonomy, economic and social emancipation of the young peasant, having as theoretical frameworks Paulo Freire, Paulo Nosella, Jean-Claude Gimonet, among others. It describes the history of alternation pedagogy, its pedagogical principles and instruments, and debates the importance of the training plan as a guiding document for students of the agricultural family schools. Through a focus group, it highlights the testimonies of former students about the professional project. It concludes that the Professional Project applied in the productive units allows financial autonomy to the young peasant and the transformation of his reality.

Keywords: Pedagogy of alternation; youth professional project; farmer.

Pedagogía de alternancia en el Espirito Santo: el proyecto profesional y los impactos en la vida de los jóvenes campesinos

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación realizada en el Proyecto Joven Profesional, que concluye el curso de técnico agrícola en pedagogía de alternancia en la Escola Família Agrícola do Bley, en São Gabriel da Palha, Espírito Santo. Como objetivo, busca identificar los impactos que el proyecto profesional del curso brinda sobre la autonomía y la emancipación económica y social del joven campesino, teniendo como marco teórico a Paulo Freire, Paolo Nosella, Jean-Claude Gimonet entre otros. Describe la historia de la pedagogía de la alternancia, sus principios e instrumentos pedagógicos y debate la importancia del plan de capacitación como documento guía para los estudiantes de las escuelas agrícolas familiares. A través de un grupo focal, destaca los testimonios de los graduados sobre el proyecto profesional. Concluye que el Proyecto Profesional aplicado en las unidades productivas permite la autonomía financiera al joven campesino y la transformación de su realidad.

Palabras clave: Pedagogía de alternancia; proyecto profesional del joven; granjero.

Introdução

A Pedagogia da Alternância é uma metodologia utilizada para a educação de camponeses baseada na realidade rural e tem como objetivo a promoção do jovem agricultor e a transformação da vida dos camponeses.

O Projeto Profissional do Jovem é um instrumento pedagógico aplicado ao final do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio das escolas que têm como metodologia a Pedagogia da Alternância. Esse projeto é a culminância de uma formação integral que busca o desenvolvimento e o protagonismo do jovem camponês.

O presente texto tem como objetivo identificar os impactos que o projeto profissional do curso Técnico em Agropecuária da Escola Família Agrícola do Bley, localizada no interior do Espírito Santo, proporcionam na autonomia e na emancipação econômica e social do jovem camponês.

Paolo Nosella (2012) afirma que a iniciativa das Escolas Famílias Agrícolas vem acontecendo de maneira muito assistemática, faltando registros mais sistemáticos e formais que sirvam como instrumental de referência. Sendo assim, justifica-se a produção do artigo na intenção de fornecer informações sobre o retorno do projeto profissional para o jovem camponês.

Serviram como principais referências bibliográficas: Jean-Claude Gimonet, Paolo Nosella, Paulo Freire (2015), dentre outros.

O texto está organizado em quatro momentos. Primeiramente, o artigo trata do histórico da pedagogia da alternância no Espírito Santo. O segundo momento trata dos princípios da pedagogia da alternância, complementados com o plano de formação como ferramenta e guia para a formação integral, e com os instrumentos pedagógicos utilizados na pedagogia da alternância. A terceira parte traz a metodologia utilizada para identificar os

impactos do projeto profissional e, por último, apresenta os resultados e as discussões dos depoimentos colhidos no grupo focal.

A pedagogia da alternância no ES

A Pedagogia da Alternância surgiu no sudoeste da França em 1935. Essa experiência nasceu da organização de famílias de agricultores em busca de uma educação contextualizada e alternativa para seus filhos. Naquela época, essa pedagogia deveria ser uma mistura de formação geral e profissional, de acordo com as condições dos jovens e famílias (SILVA, 2003).

Paolo Nosella (2012) afirma que as ações reflexivas dos estudantes eram feitas nas comunidades com atuações religiosa, social e econômica com a intenção de provocar melhorias para o lugar. Então, em respeito à dinâmica da vida no campo, foi criada a fórmula da Alternância, em que os jovens ficariam reunidos por alguns dias no mês, inclusive pernoitando, e, após os dias de estudo, voltariam para as unidades produtivas. Em 1937, o número de estudantes já havia crescido e os pais fundaram uma associação do tipo sindical para adquirir uma propriedade em Lausanne, na França. Assim foi a gênese da primeira *Maison Familiale Rurale* (Casa Familiar). Em 1942 já existiam 17 casas espalhadas pela França.

No Espírito Santo, a partir da atuação do padre jesuíta Humberto Pietrogrande, teve início a Escola Família Agrícola (EFA) em Pedagogia da Alternância. Como mantenedor das escolas, foi criado em 1968 o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), entidade filantrópica voltada para a promoção de educação, de saúde e de ação comunitária no meio rural capixaba (STANGE, 2011).

Em meados da década de 1970 é iniciado o processo de expansão para outros estados brasileiros por meio de diversos intercâmbios no Espírito Santo e na Europa.

De acordo com Stange (2011), em 1972 foi criada a Escola Família Agrícola do Bley, em São Gabriel da Palha, situada no noroeste do Espírito Santo, um município referência na agricultura familiar e na produção do café. A escola foi construída no terreno doado pelo agricultor Eduardo Glazar, prefeito da cidade na época, e fundada por meio de articulação entre a pastoral social da Igreja Católica de São Mateus e os sindicatos e as famílias organizadas com a ajuda do MEPES. Na Escola Família Agrícola do Bley somente a partir do ano de 2001 deu-se início ao ensino médio profissionalizante com o curso técnico em Agropecuária (STANGE, 2011).

No documento de Santa Helena, uma das primeiras formulações para a adaptação das experiências estrangeiras ao Brasil da Pedagogia da Alternância, foram traçados os objetivos das EFAs do MEPES. Entre os objetivos específicos pensados pelo conjunto de

monitores há a orientação para a vocação profissional a fim de instruir os jovens social, cultural e politicamente para a vida, com o propósito de que se tornem participantes da sociedade democrática. Essa orientação persiste até os dias atuais (NOSELLA, 2012).

Princípios da pedagogia da alternância

A dinâmica da alternância obedece a um ritmo intercalado de momentos na escola e momentos no meio socioprofissional. Essa alternância não é somente a justaposição de momentos de estudo e de trabalho sem fazer ligação entre os dois ou priorizando uma das duas formações, mas uma ligação integral, como se os dois tempos, um mais teórico e um mais prático, fossem um único tempo formativo.

A construção histórica da Pedagogia da Alternância foi tomando diversas facetas em lugares com culturas diferentes. No entanto, todas as escolas adotaram alguns princípios únicos. De acordo com Gimonet (2007), são quatro os princípios ou pilares da Pedagogia da Alternância: o primeiro é a gerência do agricultor na escola. Pois, desde o início, as famílias exerceram a gestão da escola, decidindo e participando a partir de uma associação.

O segundo pilar é o desenvolvimento sustentável, ambientalmente correto e solidário do meio, sendo a escola fomentadora de tecnologias e técnicas viáveis que não agredam ao meio ambiente. A formação profissional, integral e humana do ser é o terceiro pilar.

O quarto pilar é o método pedagógico desenvolvido pela Alternância para promover o diálogo com a realidade do jovem camponês. A formação baseada na vida necessita de ferramentas que possibilitem essa função. Essas ferramentas integram os diferentes tempos de aprendizagem a partir da ação e reflexão, organizam o roteiro formativo dos estudantes por intermédio da experimentação no seu meio socioprofissional e, principalmente, dá sentido à alternância como método. Esses instrumentos estão no plano de formação.

Plano de formação – educação própria e apropriada para camponeses

O plano de formação é o documento norteador para a instrução global dos estudantes das EFAs. Conforme Gimonet (2007, p. 76), esse “é uma ampla arrumação coerente da formação da educação e da orientação do alternante”. É o conjunto sistematizado do percurso formativo, tem os objetivos, as etapas, as atividades e os tempos da formação. Também leva em consideração a contribuição de todos os parceiros formativos como monitores/professores, agricultores e mestres de estágios.

Sendo assim, é um documento que engloba os temas de estudos, as atividades e conteúdo de cada unidade de formação. Visa a formação integral do estudante levando em conta todos os aspectos da formação geral e profissional para que o jovem adquira uma

formação e uma qualificação para o emprego, desenvolvimento do meio e/ou a continuidade dos estudos (GIMONET, 2007).

Dentro do plano de formação, os chamados “conteúdos vivenciais” servem como base para os conteúdos das disciplinas do currículo comum, criando uma relação dialética dos diferentes tipos de conhecimento. Oliveira (2007) considera pontos que favorecem a formação integral dos estudantes: as vivências afetiva, religiosa, política, esportiva e lúdica no meio sociocomunitário e o acompanhamento, a integração e a aprendizagem no meio escolar.

O plano de formação é organizado por meio de temas geradores que estão ligados a fragmentos da realidade agropecuária e social. Esse tema gerador é o eixo para os conteúdos vivenciados e os conteúdos trabalhados nas disciplinas. Paulo Freire diz que esses temas geradores podem se desdobrar em infinitas possibilidades:

A investigação do tema gerador que se encontra contido no universo temático mínimo (os temas geradores em interação), se realiza por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo (FREIRE, 2015, p. 134).

Na Alternância, o plano de formação, construído a partir dos Temas Geradores, tem como base os instrumentos pedagógicos/atividades vivenciais e as disciplinas, formando um ensino voltado para a integralização do ser humano.

Instrumentos pedagógicos da pedagogia da alternância

Um importante instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância e, também, utilizado como método-guia é o plano de estudo. Esse instrumento compõe-se de um roteiro de pesquisa participativa que possibilita observar e analisar vários aspectos da realidade comunitária e regional do estudante. É o instrumento central da PA, que faz a ponte com a vida profissional, social e política do jovem camponês.

A avaliação final é outro instrumento utilizado na Pedagogia da Alternância tendo como ponto de partida o meio e como objetivo o aprofundamento do estudo sobre a realidade, e o despertar profissional. São temas da Avaliação Final a família, a comunidade, as atividades profissionais, as profissões e a unidade produtiva (MEPES, 2018).

Dois outros instrumentos pedagógicos essenciais para a formação heterogênea são as viagens/visitas de estudo e os estágios. A visita/viagem de estudo tem como função observar, conhecer e comparar uma realidade diferente da EFA e de seu meio socioprofissional como, também, dar ênfase a uma realidade vivenciada pelo estudante que diga respeito ao tema que esteja estudando.

Já o estágio obrigatório é um elemento importante para a formação técnica e profissional dos jovens, visto que serve como elemento de estudo da prática, pois não é

somente o trabalho em uma unidade produtiva. É feito também um aprofundamento científico pelos estudantes a partir de uma situação-problema observada durante o estágio e detectada durante o período em que estão na escola. Essas atividades descritas têm como objetivo trazer elementos e informações da realidade juntamente com o aprofundamento científico.

Todo esse percurso formativo é essencial para a formulação do último instrumento construído pelos estudantes da Alternância: o Projeto Profissional do Jovem (PPJ). Trata-se da atividade de conclusão do curso Técnico em Agropecuária da EFA do Bley na qual o estudante projeta para a sua realidade uma ação produtiva.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada na Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley, localizada no Córrego Bley, em São Gabriel da Palha, município localizado ao noroeste do estado do Espírito Santo.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados os seguintes meios para coleta de dados: pesquisa bibliográfica com análise e interpretação das referências a partir de livros, teses e dissertações; pesquisa documental dos registros internos da Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley; e, ainda, a realização da técnica de grupo focal com os estudantes egressos do curso técnico em Agropecuária da referida escola, com perguntas previamente elaboradas para a preparação da intervenção.

A escolha dessa técnica levou em consideração a observação da pesquisadora Trad (2009), para quem a técnica do grupo focal é útil para a coleta de dados e tem sido amplamente utilizada como metodologia nas pesquisas sociais. Trata-se de um procedimento de pesquisa qualitativa que fornece dados por meio de entrevistas e debates grupais.

O grupo focal pode, também, ter propósitos de preparação para outros tipos de pesquisa, sendo um instrumento de captação de informações. Da mesma forma, o número de participantes deve variar entre seis e quinze pessoas, a depender das necessidades de informações a serem coletadas e deve ser homogêneo no aspecto que permita o cumprimento de seu objetivo (TRAD, 2009).

Foi disposto como local para a realização do grupo focal uma sala na EFA do Bley, no período em que os estudantes não estavam na escola, por proporcionar fácil acesso a todos os participantes e tranquilidade para a realização do grupo sem interrupções indesejadas. As cadeiras foram colocadas em círculo para que cada participante tivesse a oportunidade de ouvir e visualizar o outro.

Foram convidadas oito pessoas, todas estudantes egressos do curso técnico em Agropecuária da EFA do Bley que aplicaram o projeto profissional do jovem nas suas unidades produtivas depois de finalizarem o curso. Para a realização do grupo focal foi elaborado

previamente um roteiro de debate com alguns tópicos e questões chaves para nortear a discussão de forma que fosse permitida flexibilidade para que a discussão não ficasse engessada.

Dos oito convidados, três eram mulheres e cinco eram homens entre 19 e 27 anos. Dois trabalham em lojas agropecuárias, um é professor e os demais são agricultores. Todos se formaram entre 2007 e 2017 e residem nos municípios de São Gabriel da Palha, Vila Valério ou São Domingos do Norte, localizados na região noroeste do Espírito Santo.

O grupo focal foi pensado e executado para que todos pudessem relatar suas experiências na aplicação do Projeto Profissional do Jovem da escola e os impactos que esse projeto proporcionara em suas vidas. Para a discussão dos dados, os nomes foram substituídos para não expor os participantes.

Resultados e discussão

O Projeto Profissional do Jovem, também chamado de Projeto Produtivo ou Projeto de vida, é o trabalho de conclusão do curso técnico em Agropecuária da EFA do Bley. A ideia central do PPJ é a de que o jovem projete e crie oportunidades por meio do planejamento de uma atividade produtiva, aproveitando as potencialidades de seu meio socioprofissional de maneira que seja aplicável economicamente dentro dos princípios da tecnologia mais apropriada para a unidade produtiva.

Nesse contexto, o roteiro do grupo focal ocorrido no dia 08/10/2018 na EFA do Bley foi estabelecido para investigar, a partir do projeto profissional elaborado na escola, quais seriam os impactos decorrentes na autonomia e emancipação econômica e social dos jovens. No grupo focal realizado, os oito estudantes egressos disseram que, ao escolher a atividade profissional que implantariam em suas unidades produtivas, levaram em consideração atividades que, de alguma forma, já existiam na família, como a jovem Valéria¹:

A gente precisou conversar várias vezes com a família para chegar a um acordo, qual seria o melhor, pra poder tá fazendo o projeto. Tiveram vários que a gente pensou, só que o melhor para a família naquele momento era fazer o de avicultura de corte. Ele foi escolhido porque a família já tinha um pouco da criação de galinha e como já fazia feira pensou em tá aumentando a criação pra poder tá vendendo na feira a carne da galinha² (VALÉRIA, 2018).

Ou a viveirista Thais:

Meu pai foi viveirista entre os anos de 1985 a 2000. E aí quando eu me formei, no ensino fundamental, na 8ª série, que foi em 2003 já vinha esse interesse de também montar esse viveiro por conta do trabalho que meu pai já vinha

¹ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

² Optou-se por manter a linguagem utilizada pelos entrevistados no grupo focal.

trazendo, mesmo que já tinha uns cinco anos que ele já estava parado. A ideia a princípio não era mexer só com café, porque na época o meu pai só mexia com café. Então, o meu interesse era ter o viveiro, mas que fosse um viveiro diversificado (THAIS, 2018).

Tanto Valéria quanto Thays iniciaram seus planos juntamente com a família, mas isso não anulou a participação importante das duas nas decisões.

Segundo Frossard (2018), na elaboração do PPJ o estudante precisa procurar o melhoramento das atividades desenvolvidas pela família, prezando pela diminuição dos impactos ambientais, dando predileção a tecnologias alternativas em consonância com as questões ecológicas. As técnicas e práticas planejadas no Projeto devem ser preferencialmente não predatórias do meio ambiente nem prejudiciais à saúde do solo e das plantas.

De acordo com dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em São Gabriel da Palha – ES, 87% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam agrotóxicos. No município vizinho, Vila Valério, quase 90% das unidades produtivas aplicam defensivos agrícolas químicos em suas lavouras. Sendo assim, quem opta por elaborar o projeto profissional faz um contraponto interessante à agricultura convencional, pois não privilegia o uso de máquinas e implementos, o uso de insumos químicos e corretivos do solo e o manejo com plantas geneticamente modificadas.

Ao serem questionados se o projeto profissional contribuía para uma agricultura sustentável ou até para a transição agroecológica, todos os participantes do grupo focal concordaram afirmativamente. Em relação a essa pergunta, o estudante egresso Rodolfo falou que trabalha na tentativa de fazer uma agricultura alternativa:

Todo mundo naquela região, na comunidade, pratica essa técnica convencional, que é o uso intensivo de insumos e agrotóxicos. Então, a ideia do meu projeto era amenizar essa situação, trabalhar mais com o solo, com matéria orgânica e tal. E também utilizar produtos alternativos pra poder tá lidando com pragas e doenças, de fugir um pouco do cotidiano que as pessoas praticam (RODOLFO, 2018).

Todos os participantes do grupo focal demonstraram priorizar práticas diferentes das convencionais na elaboração e na aplicação do projeto. Um olhar diferente do estabelecido é uma transformação considerável para estudantes que estavam acostumados a práticas convencionais.

De acordo com Nosella (2012), o primeiro objetivo das EFAs foi a educação contextualizada para camponeses, a fim de que eles pudessem exercer da melhor maneira a profissão de agricultor. As EFAs já nasceram como uma crítica à escola tradicional, que é transmissora verticalizada de conhecimento urbanizado, distante da realidade dos camponeses, hierarquizando os tipos de conhecimento e defendendo os valores de quem reproduz a exploração dos trabalhadores

Thays, assim como os outros estudantes egressos, procurou programar seu projeto como um caminho para a diversificação agropecuária entendida como estratégia para fugir do padrão agropecuário, sendo mais uma demonstração de um olhar diferenciado para além do que é comum nas atividades agropecuárias. Sobre a diversificação em seu projeto, Thays disse:

Até entre as pequenas propriedades mesmo, né. Porque a gente é pequeno produtor, a gente não é fazendeiro. Então fazendeiro, hoje, tem perto, mas a gente sabe que é só café, ou é só café e coco, ou é só café e pimenta. Então, entre a gente aqui se pode considerar que facilita muito. Igual, por exemplo, com o viveiro, hoje, a gente hoje está com um projeto com alguns agricultores entregar mudas nativas e frutíferas através do financiamento mesmo, né, pelo banco. E, se eu não me engano, banco hoje só libera o dinheiro se você tiver com uma área reflorestada já plantada. E para mim emitir a nota para o produtor hoje eu preciso também entregar a muda. Então, de alguma forma isso ajuda porque nossos pais, nossos avós desmataram tanto para ter a nossa lavoura hoje, a lavoura que eles cultivam e que hoje está voltando a reflorestar por conta do financeiro. Então, pra mim que faço muda, hoje também é bom, porque a ideia de ter um viveiro diversificado, eu tô conseguindo ter isso hoje (THAYS, 2018).

O PPJ é o instrumento pedagógico que integra todos os conhecimentos trabalhados, tanto nas disciplinas da base comum quanto o reconhecimento dos saberes acumulados durante o curso profissionalizante.

Durante o debate no grupo, os participantes falaram sobre os conhecimentos que os ajudaram a elaborar o Projeto. Ao visitar uma propriedade para a realização da atividade da Avaliação Final, Carlos percebeu o desafio do excesso de umidade do solo argiloso que prejudicava as plantas. Ao retornar à escola, realizou uma pesquisa sobre os tipos de solo e as prováveis soluções para o problema. Esse conhecimento foi essencial para a projeção no Projeto Profissional de horta de Carlos, pois o solo da propriedade de sua família apresentava o mesmo desafio. Desse modo, as atividades realizadas durante o percurso formativo do curso de técnico em agropecuária foram importantes para o planejamento do Projeto.

Eu lembro que na avaliação final que eu fiz da primeira série, um dos problemas que a gente identificou na propriedade que a gente fez foi justamente o problema de solo muito argiloso, que é compactação, excesso de umidade. Aí o meu solo acabou apresentando aquelas características, aí então na hora que eu fui planejar a minha atividade eu lembrei que tinha que melhorar essa condição do solo, aí fiz um manejo com matéria orgânica, inicialmente. A pobreza do meu solo acabou não sendo um problema, e era, acabou não sendo. Por isso que eu acho esse caso é um exemplo que me ajudou muito (CARLOS, 2018).

No processo de elaboração do projeto também é realizado estágio em uma propriedade que tenha modelo de produção de acordo com a atividade produtiva escolhida, para que o estudante tenha um exemplo prático da atividade produtiva.

Ao relatarem o estágio obrigatório, uma experiência que, durante o curso, antecede o projeto, todos os participantes do grupo falaram sobre a importância de terem realizado e

vivenciado experiências práticas, mesmo que em realidades diferentes. Sobre isso, a jovem Maria Fernanda afirmou:

O estágio que eu realizei foi na casa dos pais de uns militantes da Pastoral da Juventude Rural nossa, e lá é muito bacana! A estrutura e aquilo ali deu um ponta pé pra eu pensar, era agricultura familiar, mas eles têm uma associação, eles não trabalham na questão de gaiola, já os outros [em] que ele levou a gente, eu lembro pra visitar já era gaiola. Mas foi muito bom, que lá eu tive uma visão diferente, né. Que eu tinha a visão das gaiolas até então e o mais diferente seria aqui da escola. Então lá abriu (sic) muitos horizontes, eu acho que o estágio foi um ponto muito importante, de eu viver na prática, apesar de ter aves em casa, de postura, as “pé duro”, mas abriu os horizontes pra mim (sic) conseguir enxergar e projetar de forma melhor (MARIA FERNANDA, 2018).

O trabalho é um processo educativo, pois cria novas aprendizagens. Frigotto (2001) nos traz que o trabalho é um elemento humano que domina e transforma a natureza e acaba transformando a si mesmo. Para os participantes, a vivência e o trabalho estimulado pela escola, por meio do estágio, foram importantes na hora de aplicar o projeto. Ficou evidente, após os relatos registrados, que o estágio cria novas aprendizagens e contribui para o conhecimento prático, tão importante para a elaboração de um projeto viável.

Agora eu acho que o projeto ele é um instrumento que necessariamente vai ter que fazer essa relação teoria e prática, e que no final ele precisa gerar a tal da viabilidade, pela filosofia do curso, é uma viabilidade não só econômica, mas uma viabilidade também social e ambiental. Então a gente percebe assim que se o estudante não estiver ligado na vivência da atividade nos seus miúdos, esse vai ter mais dificuldade de criar um projeto viável. Você vai planejar o café, aí os meninos chegam à seguinte pergunta: quanto tempo eu gasto pra desbrotar um pé de café? Então, se você não tem vivência ou não conseguiu dar conta disso, por exemplo, nos períodos de estágio, é algo que você vai barrando nesses detalhes, e qualidade da sua projeção acaba não ficando legal (CARLOS, 2018).

Um dos diferenciais do projeto é que, ao se articularem diversos tipos de saberes, a possibilidade de viabilidade se torna maior. Essa viabilidade também está ligada à escolha da atividade produtiva a ser planejada. Os monitores estimulam os alunos a escolherem atividades que estejam mais diretamente ligadas à economia rural e à vivência camponesa, a fim de garantir uma orientação profissional mais eficaz e possibilitar uma rentabilidade para a unidade familiar desses jovens.

Nesse contexto, dos oito participantes, três escolheram o projeto de avicultura de postura, um de avicultura de corte, um de bovinocultura leiteira, um de cafeicultura e uma de viveiricultura. Percebe-se que todos caminharam para a escolha de atividades ligadas à economia rural.

Para a efetivação do PPJ, após a escolha da atividade produtiva a ser planejada, o passo seguinte é a orientação do prognóstico, que é um conjunto de impressões e hipóteses sobre o tema feito a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, expressando diversos aspectos (climático, tecnológico, mercadológico, social) em volta da realidade do tema. O

estudante deve descrever a realidade socioeconômica do município, da comunidade e da unidade produtiva a fim de iniciar uma ideia geral da viabilidade do projeto.

A partir do prognóstico, deve ser formado um mapa conceitual para a organização do aprofundamento científico e prático.

Posteriormente, inicia-se a descrição inicia-se a preparação de uma ficha técnica chamada de situação natureza do projeto. O estudante é orientado a escrever sobre a localização de atuação do projeto: endereço detalhado, croqui e planta baixa da propriedade. Devem-se verificar os aspectos legais de necessidade para a implantação como contratos trabalhistas, legislação ambiental e etc, além de acrescentar o público atingido e o nicho de mercado.

A próxima etapa a ser cumprida é o planejamento de todas as atividades, que deve conter descrição e detalhamento técnico das etapas de implantação, formação e condução. O detalhamento técnico consiste no plano e na descrição de técnicas agrícolas e gestão do projeto, que versa em determinar os aspectos de administração, controle contábil, jurídico, recursos humano e etc.

Dessa maneira, os estudantes realizam todas essas etapas e, ao final, nas últimas semanas letivas do curso, fazem uma apresentação em que são avaliados todos os aspectos da formação integral de um jovem.

O estudante é o protagonista do início ao fim da elaboração do projeto e a ideia é que ele seja protagonista, também, na aplicação e na manutenção do mesmo. A execução do PPJ não é obrigatória e se realiza depois que o estudante conclui o curso técnico em Agropecuária. Porém, o apoio financeiro e familiar é necessário para os primeiros passos da materialização do Projeto.

Além disso, de acordo com Santos e Pinheiros (2005), para a implantação é preciso vocação de agricultor profissional, conhecimento e visão empreendedora. Entretanto, para os egressos, uma das principais motivações que levou à implantação do projeto foi obtenção de renda, como diz Maria Fernanda:

Lá era a renda, eu lembro que na época tinha o PNAE, ainda se comprava né, não exigia tanto essa questão da regularização, sanidade e tudo mais. Não tinha essa questão. Eu lembro que tinha essa questão do PNAE, a questão da renda pra família e pra ter uma nova criação que lá na propriedade tinha, mas era pouquinho coisa, era só pra consumo, mas pra de fato pra vir pra diversificar ali né ter outras possibilidades. Mas motivação pode se dizer que foi a renda que a gente estava engajado (sic) no movimento social, por via dele a gente fazia as entregas do PNAE, acho que motivação foi isso. A família também foi muito de acordo, ajudou muito, também porque era interesse de todos, não só interesse meu, era da família (MARIA FERNANDA, 2018).

Um dos desafios listados pelos jovens ao iniciar a implantação do projeto foi o financiamento com recursos próprios ou com recursos emprestados. Para este fim, temos o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é um programa de aquisição de alimentos para a merenda escolar existente no Brasil desde 1954. É um importante programa de comercialização para os agricultores. Há também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para escoar a produção. Esses dois programas foram utilizados como principal fonte de financiamento e escoamento nos projetos de Maria Fernanda. Mas, não foi a realidade do jovem produtor Zenaldo:

Acho que o principal desafio é falta de recurso mesmo, da gente poder falar “vamos reservar isso aqui pra algo”, seria bom se tivesse um dinheiro. Falar: vou gastar daqui, para o final eu ver como é que foi meu resultado em cima de tudo aquilo que eu planejei, mas não é assim, você vai botar em prática, não é assim, você tem que se dar o máximo para conseguir fazer atividade tudo. Igual o meu, eu ia fazer um galinheiro, tive que aproveitar uma casa velha, cerquei em volta dela, aí tive que aproveitar o máximo das coisas para não poder gastar (ZENALDO, 2018).

Outros desafios enfrentados na aplicação e na manutenção do projeto foram: planejamento, burocracia, falta de locais de comércio e de mão de obra qualificada e especializada.

As vantagens de aplicação do projeto mais destacadas no grupo focal foram justamente as que afirmam o seu papel de técnico, agindo também como elemento de afirmação enquanto jovens profissionais.

Olha, eu gostei bastante, que tinha no projeto também, é igual à questão de fazer essas análises de solos, que você tem que fazer anualmente, sempre a família tinha o costume né, de fazer e levar lá na cooperativa, lá tinha um técnico que fazia recomendação de correção para solo em nossa propriedade, então a gente seguia aquilo, a recomendação do técnico da cooperativa. Depois me formei e eu passei a fazer aquilo, né, assim você se sente. Porque você vê um técnico como uma pessoa bem estudada, você conseguir fazer aquilo ali, que é uma coisa cheia dos cálculos, dos códigos, aquilo é uma questão, é bem satisfatória, tanto pra gente, quanto pra família da gente vendo a gente fazer aquilo ali (ARTHUR, 2018).

A apropriação de técnicas como a leitura de nutrientes do solo destacados pelos participantes do grupo focal são componentes essenciais na formação de um técnico em agropecuária extensionista. Para Freire (1977, p. 36), no cotidiano com o camponês, o extensionista deve ser um “educador-educando”, e não impor seus conhecimentos, “não pode ser o de adestramento, nem sequer o de treinamento dos camponeses”. A relação deve ser de diálogo, de conscientização e de aprendizado também.

Essa questão da extensão rural, porque a gente passa a fazer algo que a visibilidade é da família, mas às vezes da comunidade também, entendeu, então você acaba, em certa medida os agricultores percebendo, que aquilo é algo: Olha, o cara conseguiu fazer algo que deu certo. Tá planejado, tá organizado, então isso acaba ganhando uma credibilidade (CARLOS, 2018).

A fala de Carlos reforça a ideia de que ser um jovem extensionista apropriado de conhecimentos técnicos gera credibilidade na família e na comunidade, colaborando para a construção de autonomia social.

O projeto profissional, ao ser aplicado, estabeleceu um processo de colaboração mútua, por meio do trabalho, entre as famílias e os jovens do grupo como mostram as falas de Arthur e Fábio. Ao serem questionados se o projeto havia gerado renda, todos foram acordes, uns com menos intensidade, outros com mais.

O jovem camponês Arthur disse:

Pra gente lá, eu acho que é assim uma das mais importantes. A gente tem também o café, mas não é assim grande produtor de café nem de pimenta. É uma atividade que, falar assim, vem arrastando, vem mantendo nós aí já há um tempo. Igual passamos por um tempo difícil de questão de falta de chuva, né. Aí em questão do café nós ficamos dois anos, e não colhemos nada, nem uma saca de café, nada. Mas também não passamos necessidade, né, ainda conseguimos manter o gado, com muito sacrifício também, por causa das pastagens, mas conseguimos manter. E foi com a rendazinha ali da venda do leite que a gente conseguiu ir pagando as contas até melhorar tudo de novo, até voltar a chuva (ARTHUR, 2018).

O estudante Fábio ratificou também a questão de a renda ser destinada para a família, não somente para o jovem:

Deu uma renda até boa, no início. Porque a renda lá da nossa família, sempre é da família, não é pra um só, porque sempre foi pra tentar a melhoria da própria unidade produtiva, da própria propriedade, o retorno é sempre familiar. Foi por um período bem curto, nós ficamos tendo lucro lá em torno de uns seis meses. Só que depois os gastos eram maiores que os lucros. O dinheiro ajudou a pagar minha festa de casamento (FÁBIO, 2018).

Ao tentar explicar os motivos que levam ao jovem deixar o campo, Rabello, Oliveira e Feliciano (2014) destacam que o jovem camponês está sujeito a trabalhar para gerar renda familiar e não somente para si. No caso dos jovens do grupo focal, o projeto foi a renda/atividade principal da família de Arthur, 22 anos, e de Thays, 28 anos e colaborou para a autonomia financeira de todos.

Todos os produtos gerados pelos projetos foram comercializados, pois a intenção sempre foi essa, como disse o egresso Zenaldo: “todo mundo acho que implantou com intenção de comercializar. Todo mundo pensando no comércio”. O objetivo da agricultura nos tempos atuais seria o do direcionamento do produto ao comércio e não somente à subsistência da família.

Thays levou suas mudas para além da comunidade:

O registro do viveiro, ele tem essa vantagem de poder comercializar minha muda para qualquer estado. Mas eu falo o que vendia mais longe de mudas que a gente já enviou foi sábado passado, foi para Araçuaí que fica a 600 quilômetros daqui, que é Minas Gerais, foi (sic) mudas de açaí anão. Então o registro me permite isso, né. Mas a maioria é próximo, Colatina, São Gabriel,

Pancas, (Vila) Valério, fica ao redor aqui mesmo Rio Bananal a Linhares (THAYS, 2018).

O comércio na comunidade gerou reconhecimento para Carlos:

Eu lembro que na comunidade você passa a dar visibilidade a uma atividade e também é um alimento que a comunidade precisa, isso acaba gerando sim uma condição. Meu projeto mobilizou a comunidade. Vou falar assim exemplos quando eu estava me preparando pra fazer meu projeto eu fui ao mestre de estágio e ele falou assim: “Eu fui chamado de doido por muitos agricultores daqui porque eu arranquei uma área de café e fiz horta”. E lá em casa nós fizemos a mesma coisa, nós arrancamos uma lavoura de café e fizemos horta, e as pessoas começaram a perceber que aquilo deu uma renda legal. Lá na comunidade três pessoas começaram simultâneas a trabalhar com horta, gente que nunca tinha nem sequer uma hortinha de fundo de quintal. Eu não posso afirmar que foi por causa da gente, mas eu sei que nossa família foi uma das primeiras na comunidade, então acabou assim de alguma forma deve ter motivado (CARLOS, 2018).

Outro ponto notório no grupo focal foi a ligação entre o comércio realizado na comunidade e o reconhecimento da vocação profissional como agricultores. Outro destaque nos depoimentos foi o reconhecimento por parte das famílias, que passaram a enxergar o jovem como protagonista dentro das decisões da família:

No meu caso, lá, né. Eu acho que dentro da família, centro da família, né, para você conquistar um espaço ali dentro da família, como você é novo, igual eu me formei estava com 18 anos, 19 anos, implantando o projeto. Tem o pai, né, que é a figura ali, né, que manda, que aponta qual o caminho e você querendo conquistar um espaço ali. Aí o projeto veio ajudar assim, porque eu tendo o conhecimento, tendo feitas pesquisas, os estágios, eu tinha com o que contribuir. Então mudava o olhar que ele tinha sobre mim, no caso, sobre a minha pessoa que eu também poderia contribuir muito, né, ou se uma coisa que ele achava certo ter a discordância para chegar a concordar no fim, pra chegar na melhor solução (ARTHUR, 2018).

Com Carlos ocorreu também um reconhecimento profissional:

E gera um reconhecimento da gente enquanto profissional, porque a gente se forma na escola enquanto técnico em agropecuária, e as pessoas ficam atentos (sic) a isso, “olha que profissional tá ali!”. Então de qualquer forma ajuda a justificar essa nossa formação. Até a gente fazer a nossa avaliação é uma condição técnica, de você pensar “não deu certo, mas não deu certo por quê?” Melhorou o reconhecimento enquanto profissional, mesmo que cobrava muito, mas também tinha uma tensão da própria família pra que a gente fizesse, acho que isso também nos motivou (CARLOS, 2018).

Ao serem questionados se se sentem mais capazes de assumir a gerência de uma atividade profissional depois do Projeto Profissional, os jovens concordaram que sim e destacaram a coragem ao tentarem ser protagonistas na administração de um projeto.

Dá visão melhor, né. Agora, depois desse projeto que você sabe, você tem que pesquisar na teoria, você tem que ter uma documentação, você tem que ter várias coisas. Se a gente não tivesse feito o projeto talvez a gente ia meter a cara e quebrar logo, né. Uma visão melhor (VALÉRIA, 2018).

Sobre tudo na capacidade de você administrar algo, hoje eu tenho coragem, tanto que hoje a gente tem vários projetos. A briga hoje com os meus irmãos é pra ver quem vai trabalhar, é pra dividir as tarefas. Agora do ponto de vista técnico, eu tenho muita confiança, tanta confiança que pegamos um empréstimo e implantamos outro projeto, outra atividade da cafeicultura, nós temos o plantio de pimenta junto (sic) (CARLOS, 2018).

Em relação à realização pessoal os jovens apontaram alguns elementos bem interessantes:

Olha, pra mim, falando assim de mulher, foi autonomia mesmo, de eu ser minha própria gerente, minha própria funcionária, o trabalho é meu hoje, né? Então eu gerencio isso. Para mim na época foi difícil porque quem estava comigo era meu pai, até a gente pegar a prática mesmo e passar a conhecer o café, a pimenta, o coco, a lichia, frutas, as nativas, as ornamentais, e conhecer é curiosidade, né? Em função também das culturas foi difícil, mas eu consegui. Eu falo que autonomia para eu sonhar foi a melhor parte, de tomar conta desse projeto quase, como diz meu esposo, sozinha mesmo, porque eu estou com ele, né. Porque ele tem a função dele de trabalhar na prefeitura durante o dia, então o viveiro é comigo e aí eu consegui para mim foi muito bom (THAYS, 2018).

Em seu artigo sobre os projetos de jovens agricultores do município Feliz, cidade do Rio Grande do Sul, Weisheimer (2007) concluiu que o gênero influencia na escolha dos projetos de vida e profissão: o menino assume mais a condição de herdeiro e se responsabiliza mais pelo trabalho agropecuário, enquanto as meninas se encarregam do trabalho doméstico ou são estimuladas a estudar como forma de ascensão social ou apenas como meio de reprodução em um espaço urbano.

No decorrer dos anos, essa situação vem mudando. Vê-se aqui uma figura feminina que assumiu o trabalho agropecuário na propriedade, sendo um exemplo de que é possível uma mulher dar continuidade a uma atividade da família no campo.

Contando a experiência lá da minha família nós somos quatro filhas. Então me formei, casei e montei o viveiro com meu esposo. Não tinha roça e até hoje não tenho. Então já são 10 anos sem roça, mas tendo viveiro na propriedade do meu pai. Eu falo assim, ainda, que foi a mais esse desafio e também por considerar que meu pai talvez tivesse fazendo uma prova, né comigo, criou quatro filhas na roça e aí vai encarar, né, porque querendo ou não é um serviço pesado, é um serviço que você fica o dia inteiro, é igual ficar na roça, igual você estar capinando, você fica no sol, é você que tá ali tomando conta, é irrigação que deu defeito, é você que tem que ligar para o cara lá mexer, faltou energia, se tem clone novinho você tem que dar seus pulos, mas eu dei conta do recado sem homem, sem ajuda nenhuma. Então pro (sic) meu pai eu imagino que foi bom porque criou quatro filhas e realmente hoje, eu como filha mais velha, é (sic) a única que tô na roça, a única que estudou na Escola do Bley. Então, querendo ou não meu pai ainda conseguiu que alguém ficasse na roça, mas também certo interesse particular meu, né. Mas foi bom (THAYS, 2018).

Um tema muito associado à juventude camponesa é o êxodo rural para o meio urbano. Castro (2012) explica que os motivos de tal migração são atribuídos como estratégia

familiar. Por exemplo, a migração como saída para aquele filho que não recebeu terra, ou como forma de ruptura com a autoridade paterna.

Sobre isso, feita a pergunta se o Projeto Profissional possibilita a permanência maior no campo todos responderam positivamente:

Eu acho que sim, principalmente pelo nosso protagonismo. Porque a gente se integra na propriedade, a gente vê as possibilidades, vê que é possível, e não quer outro caminho, porque ali de fato você consegue se realizar pessoalmente. Eu acho que rola muito da galera ficar, tanto que eu vejo que muitos estudantes que saem da escola permanecem na propriedade, poucos são os que não permanecem. Acho que o projeto profissional é uma atividade final muito esperada, você já sai do terceiro ano já pensando no projeto. Isso já te dá uma força pra você projetar alguma coisa pra sua propriedade. Quando você tem oportunidade de implantar é quando você permanece no campo (MARIA FERNANDA, 2018).

A implantação do projeto tá muito relacionada com a sua perspectiva do futuro, a implantação tá relacionado (sic) diretamente com a sua perspectiva de permanência no campo. Independente da área que depois a gente escolhe, que a implementação do projeto tá relacionado com isso, mas independente da área acho que é esse o sentimento que fica. E talvez é o grande objetivo da Educação do Campo, que a Pedagogia da Alternância faz. Já houve uma época que nós falávamos num termo muito autoritário, que era fixar a pessoa, parece que a pessoa está plantada no lugar e como algo meio que obrigatório. Na verdade, é uma opção. E acho que o projeto profissional, ele gera a permanência no campo como uma opção e não como uma obrigação (CARLOS, 2018).

Pelas falas dos participantes pode-se perceber que a educação tem que estimular o protagonismo, como disse Maria Fernanda, e oferecer um sentimento de pertencimento do jovem através da ligação com a terra.

Foi destaque no grupo focal que, tanto a educação proposta pela Pedagogia da Alternância quanto a aplicação do projeto, foram realizadas na base do diálogo e participação entre os três parceiros: estudante, família e escola, gerando assim um processo de reflexão a partir da ação desses jovens.

Conclusão

O Projeto Profissional do Jovem é um instrumento pedagógico importante da Pedagogia da Alternância. Mais que uma avaliação, é uma ferramenta que pode proporcionar uma série de possibilidades para os jovens camponeses.

Pode-se destacar, ainda, a participação da família nas decisões, na elaboração, na aplicação e na manutenção do projeto. É possível afirmar que o Projeto Profissional do Jovem está muito próximo de ser um projeto da família, que acompanha o estudante desde a elaboração até a aplicação.

Constatou-se que os projetos contribuem para uma agricultura diversificada e sustentável, pois são baseados em práticas e técnicas alternativas nas propriedades. A formação escolar colabora muito para fazer um contraponto, mesmo que muitas vezes de forma sutil, para que pequenos camponeses não realizem uma agricultura convencional muito semelhante àquela dos grandes proprietários de terras.

Foi verificado que o Projeto gera renda não somente para os jovens, mas também para as famílias, pois foram criadas pequenas redes de comércio e, para alguns, o projeto virou uma das principais formas de sobrevivência. Com um destaque para as mulheres do grupo que ressaltaram o processo de reconhecimento por parte da família como agricultoras e como protagonistas de suas próprias vidas.

O Projeto também auxiliou no processo de emancipação social dos jovens, pois possibilitou outro olhar da família e da comunidade sobre esse jovem, favorecendo o amadurecimento, a capacidade de administração, fortalecendo a identidade camponesa e, principalmente, gerando outras práticas sociais a partir de uma visão diferenciada da agricultura.

Sendo assim, pode-se perceber que a finalidade desse artigo foi cumprida: a de identificar os impactos que o projeto profissional proporciona na autonomia e na emancipação econômica e social do jovem camponês. Constatou-se que todo o processo desse instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância provoca mudanças efetivas na vida dos jovens camponeses.

Referências

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun.2001.

FROSSARD, Antônio Carlos. **Conhecendo a pedagogia da alternância**: contextualização, questões teóricas e práticas. Joinville: Clube de Autores, 2018.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância nos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**: 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2J8qf6m>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MEPES. Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. **Projeto Profissional do Jovem**. Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley. Nova Venécia: EFA, 2018.

NOSELLA, Paolo. **Educação do campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

OLIVEIRA, Isabel Xavier. A formação integral nos centros familiares de formação por alternância. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília, v. 1, 2007.

RABELLO, Diógenes; OLIVEIRA, Luciano Benini; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, jul. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ltz3po>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SANTOS, Idalino Firmino; PINHEIRO, João Emílio Lemos. O CEFFA e o projeto profissional do jovem. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília, v. 1, 2005.

SILVA, Lourdes Helena. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.

STANGE, Luciane. **A contribuição do plano de curso no processo de formação da consciência crítica a partir da realidade do CEFFA Bley**. Monografia (Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

TRAD, Leny Alves Bonfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2YhHvth>. Acesso em: 15 out. 2018.

VALÉRIA et al. **O Projeto profissional do jovem camponês**, [out. 2018]. Depoimento concedido a D. C. Martin. São Gabriel da Palha, out., 2018. 1 arquivo.mp3 (120 min.).

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Sobre as autoras

Rosane Rosa Dias Fernandes – Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), campus Colatina. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-2676-022X>.

Danielli Calabrez Martins – Licenciada em História. Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), campus Colatina. Professora na Educação do Campo. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-1836-207X>.

Como citar este artigo

FERNANDES, Rosane Rosa Dias; MARTINS, Danielli Calabrez. Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 81-99, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Rosane Rosa Dias Fernandes** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Danielli Calabrez Martins**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise.

Recebido para publicação em 16 de abril de 2020.
Devolvido para a revisão em 12 de setembro de 2020.
Aceito para a publicação em 15 de fevereiro de 2021.

Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá

Maria Geralda de Almeida

Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.

e-mail: mgdealmeida10@gmail.com

Resumo

A criação de Projeto de Assentamento de Agroextrativista – PAE – no sul do Amapá permitiu a instalação de uma parcela populacional vivendo de exploração da silvicultura. O Incra, responsável pela reforma agrária, reconheceu a existência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza e criou uma modalidade de gestão conjunta, atribuindo às associações do PAE a participação na gestão. O objetivo deste artigo é analisar se a parceria causou o empoderamento dos assentados ou se foi uma estratégia para o autoritarismo do Incra, estudando o caso do PAE-Maracá. Os procedimentos metodológicos incluíram entrevistas aos gestores de associações e agroextrativistas aos professores, análise de documentos do Incra e da associação principal, complementando com leituras de teses e dissertações pertinentes ao assunto. Pode-se deduzir que desde o início o Incra adotou procedimentos inapropriados, visto que os assentados apresentam dissonância nas intenções, nas ações e mesmo na gestão. O Incra atua com autoritarismo, omissão, e seu descaso empobrece o Plano de Utilização, principal documento para a gestão do Assentamento.

Palavras-Chave: Subalternos; plano de utilização; gestão participativa; Incra; política de assentamento.

Agroextractivists and controversies in social and environmental public policies in PAE- Maracá, Amapá

Abstract

The creation of the Agroextrativist Settlement Project – PAE –, at Amapá's south, allowed the installation of a populational parcel that lives trough silviculture exploration. Incra, the responsible for agrarian settlements, recognized the existence of different forms of land use and of nature-society relations and has created a modality of joint management, which attributes PAE's associations a participation in the management. This essay's objective is to analyze if the partnership caused settler empowerment or if it was an authoritarian strategy by Incra. The methodological proceedings were interviews with managers of the associations and agroextrativists, analysis of Incra's and the main association's documents, and bibliographical research of theses and dissertations pertinent to this subject. It can be deduced that INCRA, from the beginning, has adopted inappropriate procedures, the settlers have intentional dissonance in their actions, intentions and even in management. Incra acts by being authoritarian, it makes omissions and its neglect impoverishes the Utilization Plan, main document for the settlement's management.

Keywords: Subalterns; utilization plan; participative management; Incra; settlement policy.

Agroextractivistas y las controversias de las políticas sociales y ambientales en el asentamiento de Maracá, en el estado de Amapá

Resumen

El Incra, responsable de la reforma agraria, reconoció la existencia de diferentes formas de ocupar tierras y relacionarse con la naturaleza y creó una modalidad de gestión en conjunto, atribuyendo a las asociaciones del Proyecto de Asentamiento Agroextractivo – PAE – su participación en la gestión. El propósito de este artículo es analizar si esta asociación causó el empoderamiento de los asentados o si fue una estrategia para el autoritarismo del Incra, estudiando el caso del PAE-Maracá. Los procedimientos metodológicos fueron a través de entrevistas con los gerentes de las asociaciones y maestros agroextractivistas, análisis de documentos del Incra y de la asociación principal complementando con lecturas de tesis, disertaciones pertinentes al tema. Se puede deducir que desde el inicio, el Incra adoptó procedimientos inapropiados, los asentados tienen discrepancias con sus intenciones, en sus acciones e incluso en la administración. El Incra actúa con autoritarismo, omisión y su negligencia empobrece el Plan de Utilización, el principal documento para la gestión del asentamiento.

Palabras clave: Subalternos, plan de utilización; gestión participativa; Incra; política de asentamiento.

Apresentação

A Amazônia permanece como a região mais utilizada para fins de assentamentos de reforma agrária, primeiramente por questões de ordem política. De acordo com o DATALUTA (2017), no período de 1979 a 2016 havia na região Norte 2.171 lotes, em uma área de 61.269.638 hectares, 74% do total da área ocupada com assentamentos no país; na região Nordeste, havia 4.319 lotes – a maior quantidade de lotes para os assentamentos –, porém numa área de 10.446.049 hectares, correspondendo a apenas 12,7% da área brasileira ocupada com loteamentos. A Amazônia, que detém menos de 15% da população rural do país, abriga quase 55% dos lotes distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra. Se considerarmos a Amazônia Legal, em 2017 existiam 3.417 assentamentos com 599.836 famílias assentadas. No Amapá, conforme o mesmo DATALUTA (2017), eram 54 assentamentos e 14.749 famílias assentadas.

Apesar da interdição de instalar novos projetos de assentamento em áreas de floresta, medida tomada para limitar o impacto da reforma agrária sobre o meio ambiente (Portaria MEPF 088/1999), Tourneau e Bursztyn (2010) afirmam que o governo do presidente Lula adotou, como estratégia, fortalecer a tendência a usar as áreas da Amazônia para promover a sua reforma agrária. As terras devolutas na Amazônia facilitaram aos governos adotarem a “colonização” sem promover efetivamente a reforma agrária. Bursztyn (1990) já havia comentado que permanecia a velha tendência brasileira de buscar resolver a questão do acesso à terra por pequenos produtores sem incomodar as elites rurais consolidadas em áreas de ocupação mais antiga. De acordo com Heredia *et al.* (2003), ao indenizar os proprietários pelo preço da terra e pelas benfeitorias, o governo incentivava a pressão sobre

a floresta. Ao mesmo tempo, o processo de desapropriação que foi desenvolvido na Amazônia acabou por reforçar a dinâmica de ocupação desordenada, em vez de revertê-la.

Após quase três décadas de existência, o Incra, nos anos sessenta, avaliou sua política de assentamentos e reconheceu a importância de contemplar, na política nacional de reforma agrária, a pertinência de respeitar formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza. Nesse sentido, mediante demandas das próprias comunidades e associações, em 1996 foi definida uma nova modalidade de Assentamento, o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE –, embora em fins de 1980 no Amapá essa modalidade já tivesse sido criada (INCRA, 1996).

Santana (2012, p. 18) assim se refere aos assentamentos agroextrativistas: “são modelos de assentamentos destinados às populações tradicionais para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis”.

Da criação dos PAEs e de seu instrumento de gestão surgem duas inquietações: como essa forma de organizar e gerir a política pública de reconhecimento de direitos a um território reverbera na vida dos povos e comunidades que passam, arbitrariamente, à classificação de assentados agroextrativistas da reforma agrária? A criação do PAE e do instrumento de regras formais para mediar as relações locais e cotidianas possibilitou o fortalecimento da participação do agroextrativista na gestão ambiental junto ao Ibama e ao Incra? Na percepção dos agroextrativistas os órgãos que fazem políticas sociais e ambientais atuam no PAE-Maracá?

Neste texto, pretendemos buscar respostas para essas questões, discutindo, principalmente, sobre os agroextrativistas e suas condições decorrentes da subalternidade, tendo como estudo de caso um assentamento agroextrativista no Amapá.

No que tange à escolha do caminho metodológico, optamos pela pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa. A pesquisa bibliográfica obedeceu a duas vertentes: a primeira, buscando fontes que aprofundassem o conhecimento sobre políticas de assentamento, subalternidade, identidade; e outra vertente específica sobre o Amapá e questão agrária, políticas e projetos de assentamentos. O banco de dissertações do Programa de Mestrado de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá e o Banco de Teses e dissertações da Universidade Federal do Pará também foram consultados. Ainda, ampliou-se a pesquisa para as páginas de eventos que abordassem a questão agrária e da terra. Diversos resumos de comunicações feitas enriqueceram as fontes consultadas.

Na pesquisa qualitativa dois pressupostos marcam essa abordagem: pessoa e mundo como intimamente ligados e um empirismo radical. O sufixo radical é empregado para enfatizar que o conhecimento surge diretamente da sensibilidade e consciência pessoal do pesquisador. Esse conhecimento elimina construções intelectuais de segunda mão como

utilizado na ciência convencional, na concepção de Suess e Leite (2017). No meu entendimento (Almeida, 2020, p. 40), “a pesquisa qualitativa constitui, essencialmente, uma concepção alternativa de investigação da realidade na qual o pesquisador, que é também observador, torna-se interpretador e dá qualidade à interpretação”.

Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas feitas aos presidentes de três associações e aos agroextrativistas do Projeto Maracá e Projeto Anauerapucu e, uma roda de conversa com cinco agroextrativistas de Maracá e com os professores da Escola Família Agroextrativista de Maracá, quando também foram elaborados Diagramas de Venn. Tanto nas entrevistas quanto nas rodas de conversa as questões foram sobre políticas, o assentamento, relações com os órgãos, conflitos, produção, extrativismo, aspirações, ideais, Incra. Estes procedimentos foram complementados com consultas aos documentos da Associação ATEXMA.

Os “outros” e subalternidade em políticas de assentamentos

Nesta reflexão é pertinente iniciar pela origem de quem nomeia quem. Para isso, recorreremos ao confronto ideológico proposto por Todorov (2003), por meio da imagem do “eu” e do “outro”. Ao olharmos para o “outro”, deparamo-nos com a diferença, ou seja, com valores individuais ou grupais constituídos de símbolos culturais que podem gerar atração e/ou repulsa.

Esta discussão sobre essa dualidade entre o “eu” e o “outro” aproxima-se da que Almeida (2018) adota ao discutir sobre a busca da poética do sertão, feita no contraponto do conhecimento científico – o discurso dos eruditos, dos de “fora” – com o conhecimento popular – construído pelos de “dentro”, com base na vivência e experiência dos sertanejos. Trata-se de confronto de discursos que também pode ser evocado ao referir-se às políticas sociais e ambientais para os Projetos de Assentamentos, e suas concepções burocráticas distanciadas das realidades regionais e de suas necessidades. Quem as concebe, mormente, são os de “fora”, com imposições de modelos considerados como desenvolvimentistas e que se julgam possuidores de poder para levar o suposto progresso para os “de dentro”, os atrasados. Esses valores reforçam as diferenças, pois deixam claro o antagonismo entre os de “dentro”/“eu”, e o “outro”/“de fora”, este último, muitas das vezes gerador de relações que podem ser vistas, conforme Raffestin (1981), como trunfos de poder que justificam o domínio por meio do qual fazem do “eu”, a exemplo do assentado agroextrativista, um “outro”, um subalterno.

O termo subalterno não se refere a todo e qualquer sujeito marginalizado, baseando-se nos postulados de Gramsci. Esse seria eminentemente daquele, cuja voz não pode ser ouvida. Spivak (2010, p.12) argumenta que “o subalterno insere as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação

política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. O assentado torna-se um subalterno quando sua voz não é considerada, não é levada em conta. Este processo de subalternidade, para os assentados, ocorre quando o trabalhador rural, ao solicitar seu cadastro em um Projeto de assentamento, torna-se submetido às determinações do Incra para efetivar a sua condição de assentado. Portanto, a ocupação de qual Projeto fará parte é definida pelo Incra assim como o lote/a terra que ocupará geralmente é feita por sorteio, e mesmo o uso da terra é determinado pelas normas do Incra. Ser subalterno não impede que relações com o lugar sejam construídas, bem como uma identidade territorial, com o tempo, resultando principalmente da luta e trabalho para conquistá-lo. Esta discussão será posteriormente retomada, fundamentada em Castells (1999), Cantalice Neto (2015), Spivak (2010), Almeida (2018) e Quijano (2020), entre outros.

Em se tratando do subalterno, o assentado é o “outro”, por sua exclusão que se revela na ausência de políticas sociais e/ou exclusão dos planos desenvolvimentistas, conforme discutiremos adiante, pela sua identidade. Para os assentados, as políticas que atenderiam suas expectativas seriam: infraestrutura com a BR-156 pavimentada, facilitando o acesso à comunidade; a energia elétrica 24 horas por dia, visto que, atualmente, o fornecimento ocorre somente no horário de 18 às 2 horas da manhã, dificultando a conservação de produtos. Essas perspectivas de futuro representam o desejo de eliminação de dois problemas graves para as condições de trabalho e da qualidade de vida daqueles subalternizados do PAE-Maracá.

A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. No caso do assentado, ela pode ser um instrumento da exclusão por ser “assentado” e/ou “um extrativista”, o que nos leva, nesse entendimento dos agroextrativistas, a incluir uma discussão sobre a identidade. A identidade, para Castells (1999), é definida historicamente, e não biologicamente, adquirindo multiplicidade ao longo do tempo e das ocasiões. Identidades de excluídos são dolorosas e seus espaços marcadamente de lutas, o que posteriormente será discutido.

Os PAEs como política de proteção aos recursos florestais

Historicamente, os Projetos de Assentamentos Agroextrativista – PAEs – foram uma nova forma de política agrária configurada na Amazônia. Com ela inaugurou-se um espaço político concebido para possibilitar negociações das comunidades possuidoras de estreita relação com a floresta, com a natureza, com o poder público e demais atores sociais. No período de 1990 até 2000 o ordenamento fundiário teve como resultado o incremento de áreas confiadas às “populações tradicionais”, por meio da multiplicação de PAE, Projeto de

Assentamento Florestal – PAF –, Reserva Extrativista – Resex –, Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS – e outras modalidades específicas, às quais devem ser acrescentados programas estaduais e/ou locais como Programa de Reconhecimento das Terras Quilombolas no estado do Pará, por exemplo. Até 2017 foram criados 403 PAEs na Amazônia Legal. O Quadro 01 traz os estados que se destacam.

Quadro 01: PAEs de estados na Amazônia Legal.

Estados brasileiros	Quantidade de Assentamentos Agroextrativistas	Área (hectares)	Famílias Assentadas
Acre	12	319.136,32	1.395
Amapá	21	734.224,81	6.862
Amazonas	50	6.043.729,68	21.928
Pará	320	3.330.517,38	72.396

Fonte: INCRA (2017).

Maia (2012) destaca que o PAE abre espaço para a participação das famílias assentadas, pois o pressuposto dessa modalidade de assentamento é a gestão participativa por meio de seu Plano de Utilização – PU. O PU é considerado pelo Incra (1996) como “regulamento” para o uso de áreas historicamente ocupadas e que já possuem formas próprias de apropriação e utilização dos recursos naturais.

O PU seria, então, o instrumento de gestão do PAE. Esse Plano representa uma gestão inovadora feita entre a Associação local e conselho deliberativo, e o Incra como último ente. Em sua primeira concepção, o Incra deveria atuar apenas nos casos em que a própria comunidade não conseguisse uma solução; atualmente, a parcial autonomia concedida no projeto da PAE foi minimizada e o Incra é gestor permanente com a Associação.

Com base nos normativos do Incra (1996), a concepção do PU é ser construído de forma participativa e em dois momentos distintos. No primeiro momento, reuniões são realizadas nas localidades de maior concentração dos moradores, com a participação de lideranças representativas, comunidades e técnicos. Nessas reuniões far-se-ia a conscientização da comunidade sobre a importância da criação do PAE e do engajamento dos moradores no processo de desenvolvimento individual e local para ser construído um PU. Esse momento é designado por Arnstein (2002) de terapia e informação que “conscientizam”.

No segundo momento, o documento elaborado teria a apreciação da comunidade e receberia as alterações por ela sugeridas. Em seguida, após os ajustes propostos, o documento seria submetido à aprovação em Assembleia Geral e encaminhado ao Incra para

legitimação por meio de publicação no *Diário Oficial*. Após concluídas essas etapas definidas pelo Estado e aprovadas pela comunidade, o documento torna-se o instrumento legítimo para a boa gestão dos recursos naturais no domínio daquela comunidade.

Contudo, em um estudo sobre os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas na Amazônia, Sousa e Costa (2016) registram os depoimentos de agroextrativistas em que revelam uma elaboração distinta da que foi proposta pelo Incra para o PU. De fato, na prática a elaboração dos Planos não correspondeu ao planejado e previsto como desejável nos normativos do Incra. Além disso, a mesma incoerência ocorreu no Plano de Utilização de Maracá, no Amapá, que, conduzido pelos técnicos do Incra e/ou de seus terceirizados, adotou, com alguns ajustes, um PU existente feito para um Projeto de Extrativismo no Acre; isto é, minimizou-se, no processo construtivo, a contribuição da comunidade. A elaboração do PU em tais Projetos de Assentamentos, opinam as autoras antes mencionadas, somente obedeceu à formalidade de, em reunião, aprovar o plano, fato entendido como suficiente para cumprir o estatuto da participação. Todavia, essa participação se situou, de acordo com Arnstein (2002), no nível de concessão mínima. Em Maracá nem houve a elaboração cooparticipativa dos agroextrativistas, o que será posteriormente discutido.

Sobre participação cidadã ou controle cidadão, Arnstein (2002) alerta que o discurso tem sido permeado por retóricas e eufemismos enganosos. A autora estabelece uma escala de oito níveis de participação: manipulação, terapia, informação, consulta, pacificação, parceria, delegação de poder, controle cidadão. Os dois primeiros níveis consideram-se de não participação e, gradualmente, os três seguintes de níveis de concessão mínima e os três últimos alcançam o nível de poder cidadão.

De acordo com Sousa e Costa (2016, p. 7), a construção dos PU nos PAEs teria sido “mais um instrumento construído autoritariamente pelo Estado, sem considerar a cultura local, o modo de vida, a voz das comunidades e as peculiaridades do meio ambiente físico”, limitando-se, na maioria das vezes, à informação do que se pretendia fazer. Este fato denota a postura autoritária e uma gestão imposta pelo Incra.

Como já relatado na introdução, a criação de PAEs e a regularização fundiária levada a cabo na Amazônia Legal por meio do Termo de Autorização de Uso Sustentável – Taus –, concedido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU –, não têm alterado a estrutura agrária e de distribuição de terra. Porém, os PAEs têm sido importantes na manutenção de práticas de profunda relação do homem com os recursos naturais, de conservação da floresta e libertação de famílias que ainda se mantinham presas a velhas obrigações de entregar parte de sua produção a “patrões” e atravessadores.

No caso do Maracá, historicamente nos fins do século XIX as terras do município de Mazagão tinham como proprietário o coronel José Júlio de Andrade, seringalista que dominou a região durante o ciclo da borracha. No início do século XX, vê-se no Sul do Amapá a

dominação do espaço na figura desse coronel. Segundo Filocreão (2007), no mesmo período em que o coronel José Júlio de Andrade dominava o Vale do Jari, o sócio dele, capitão Crispim de Almeida, controlava o rio Cajari. Já no rio Maracá, na década de 1920, o espaço encontrava-se sob o domínio de um nordestino conhecido como “coronel” Vicente Freire.

De acordo com Lins (2001, p. 48), “Vicente Freire explorava castanha, borracha e outros produtos nativos, e era rico também. Mas, enfermo, com beribéri,¹ desfez de seus negócios e regressou ao Rio Grande do Norte”. Para Sills (1991, *apud* FLEXA, 2013), no fim dos anos 1930 no Maracá, os rios e os castanhais foram vendidos à empresa privada com capital estrangeiro japonês Agro-Industrial do Amapá. Isso ampliou o número de produtos comercializados, incluindo maçaranduba, sorva, madeira etc., embora a empresa não se interessasse pelo controle absoluto sobre a vida dos agroextrativistas ocupantes dos rios.

Entretanto, a Agro-Industrial foi vendida para um grupo norte-americano, na década de 1960. Esta, renomeada de empresa Jari, modifica sua atuação na região, cujo interesse passou a ser na especulação de terra e do extrativismo mineral, secundarizando os produtos florestais, em sua fase inicial. Uma outra vez vendida, os novos proprietários limitaram-se ao arrendamento das terras aos exploradores da castanha-do-brasil, ressalta Almeida (1984).²

Um agroextrativista em Maracá relata que antes de as terras terem sido desapropriadas pelo Incra, o Maracá estava sob domínio das empresas, o que impedia a extração dos recursos sem permissão da empresa exploradora. Muitas das vezes a solução foi abandonar sua colocação,³ em busca de outros lugares para sobreviverem.

Vários outros proprietários se sucederam até o Incra decidir agir na regularização de terras. Ele inicia as desapropriações, e as terras desapropriadas ficaram sem destinação até 1988. De acordo com Filocreão (2002), alguns dos comerciantes que agiam na região tornaram-se criadores com o dinheiro acumulado no comércio extrativista. Eles expandem-se com a criação de búfalos e bovinos, e dois desses fazendeiros permanecem incluídos dentro da área do PAE Maracá. Os búfalos e bovinos invadem as plantações, o que ocorre até mesmo atualmente, provocando inúmeros conflitos com os produtores agroextrativistas. Além disso, as fazendas não somente atravancam o espaço da agricultura do assentado, como também impedem o usufruto de moradores locais de recursos naturais existentes. O acesso aos locais de ocorrência de castanhas-do-brasil e da *Hevea brasiliensis*⁴ é interdito, sem

1 Deficiência de vitamina B1 (tiamina), geralmente causada por má alimentação ou alcoolismo. Os sintomas incluem perda de apetite, fraqueza, dor nos membros, falta de ar e pés e pernas inchados.

2 Oficialmente, o fruto oleaginoso da castanheira (*Bertholletia excelsa*), nativa das florestas da bacia amazônica, é chamado de castanha-do-brasil, como ficou conhecido mundo afora (“*brazil nut*”). Mas, popularmente, para o brasileiro ainda é castanha-do-pará.

3 A colocação de seringa é um trecho dentro da floresta, que um seringueiro ou uma família ocupam. A casa do extrativista e as plantações de alimentos ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa, da qual o seringueiro extrai o látex.

4 Popularmente denominada de seringueira, a planta é típica da região amazônica, na margem de rios e lugares inundáveis da mata tropical úmida. Existem na floresta amazônica mais onze espécies de seringueira, todas do gênero *Hevea*. Dela se extrai o látex para produzir a borracha.

as devidas autorizações destes criadores de gado, caso este apontado por moradores no diagnóstico realizado pelo Incra (2004) e em relatos atuais de agroextrativistas.

A criação do PAE Maracá foi resultado da luta dos agroextrativistas e aliados percorrida durante a década de 1980. Por meio da Portaria do Incra nº 627, de 30 de julho de 1987, criou-se a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, objetivando a “exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas”.

Os PAEs são, sem dúvida, um dos grandes méritos dessa política de regularização fundiária, apesar de essa política não fazer a distribuição de terras e ainda o PU, a nova condição atribuída às famílias agroextrativistas, também traga novos desafios, conforme veremos mais adiante.

Ademais, o Incra continua com suas atribuições e responsabilidades: obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários; aporte de recursos de crédito; apoio à instalação e de crédito de produção; também a infraestrutura básica como estradas de acesso, água e energia elétrica, e titulação, ou seja, a concessão de uso dos recursos daquela terra, visto que os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas. Mas quem são eles no Amapá?

Os agroextrativistas e seus territórios no Amapá

No estado do Amapá existiam, em 2016, cinquenta e quatro assentamentos rurais pelos critérios do Incra, ocupando uma superfície total de 2.244.755,99 hectares e atendendo a um público de 14.826 famílias (FILOCREÃO; SILVA, 2016). Quanto à jurisdição dos assentamentos criados, quarenta e três são de responsabilidade do Incra, nove do governo estadual por meio do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá – Imap –, um da prefeitura do município de Laranjal do Jari e um do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A criação de Projetos de Assentamentos no Amapá somente foi iniciada na década de 1980 e, entre eles, destacam-se os 21 agroextrativistas. Estes ocupam uma área de 734.224,71 hectares no estado.

O Programa Nacional de Reforma Agrária de 1997, ao criar os Projetos de Assentamento Extrativista (PAE), introduziu uma novidade com relação aos projetos de colonização anteriores. Isto é, não se tratava mais de atribuir lotes individuais a chefes de família, para posterior regularização transformando-os em proprietários individuais em face do mercado. A inovação consistia em estabelecer Concessões de Direito Real de Uso em benefício de um conjunto de famílias residentes numa área pública e inalienável. As famílias, consorciadas, teriam direitos sobre a exploração dos produtos da extração florestal. De acordo

com Farias *et al.* (2018), a área seria destinada única e exclusivamente às atividades extrativas, embora fossem toleradas “atividades complementares destinadas à subsistência dos associados e de suas famílias”. O princípio de inalienabilidade das terras funcionaria como garantia contra a venda de lotes individuais e, portanto, contra a concentração fundiária nas áreas assim delimitadas, subtraindo-as ao mercado fundiário. O Quadro 02 apresenta as informações gerais dos assentamentos agroextrativistas no estado do Amapá.

Quadro 02: Projetos de Assentamentos Agroextrativistas – PAE – no estado do Amapá.

Nome do PAE	Município	Famílias Assentadas	Área do PAE	Data da Criação
PAE Agro-Extrativista Maracá	Mazagão	1.993	569.208,54	28/04/1997
PAE Terra Grande	Macapá	166	38.731,19	23/12/2014
PAE Agro-Extrativista Anauerapucu	Santana	519	37.058,44	22/04/1998
PAE Duravel da Ilha do Curuá	Macapá	1343	26.776,51	25/10/2006
PAE Foz do Mazagão Velho	Mazagão	261	13. 835,26	16/07/2012
PAE Duravel da Ilha do Franco	Macapá	388	10. 501	25/10/2006
PAE Sucuriju	Amapá	130	9. 577,59	14/11/2012
PAE Ilha de Aruas	Vitória do Jari	73	5.607,08	05/12/2014
PAE Carapanatuba	Macapá	129	3. 706,95	25/10/2013
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	99	2.849,46	20/12/2010
PAE Duravel da Ilha do Brigue	Macapá	548	2. 500	25/10/2006
Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Faustino	Macapá	13	2.500	23/12/2014
PAE Rio Macacoari	Itaubal	52	2.154,74	08/12/2015
PAE Barreiro	Mazagão	100	2.113,24	27/12/2010
PAE Duravel da Ilha do Marinheiro	Macapá	810	1.946	25/10/2006
PAE Ipixuna Grande	Itaubal	73	1.714,68	08/12/2015
PAE Capoeira do Rei	Cutias	16	1.404,39	22/12/2014
PAE Nossa Senhora da Conceição	Macapá	74	1.065,03	25/10/2013
PAE Tartarugal Grande	Tartarugalzinho	33	530,35	24/11/2015
PAE Jacitara	Cutias do Araguay	7	359,6	22/12/2014
PAE Igarape Novo	Itaubal	35	84,66	04/11/2013
Total: 21	9	6.862	734.224,71	-

Fonte: Elaborado pela autora em 2019, com base em dados do INCRA (2017).

No município de Mazagão foram criados três assentamentos com a maior capacidade de assentar famílias (5.350) e, conforme o Quadro 2, com o maior número de famílias assentadas. Essas características do tamanho devem-se ao fato de esse município ser situado em área tradicional do extrativismo da castanha-do-brasil e do açaí (Figura 1).

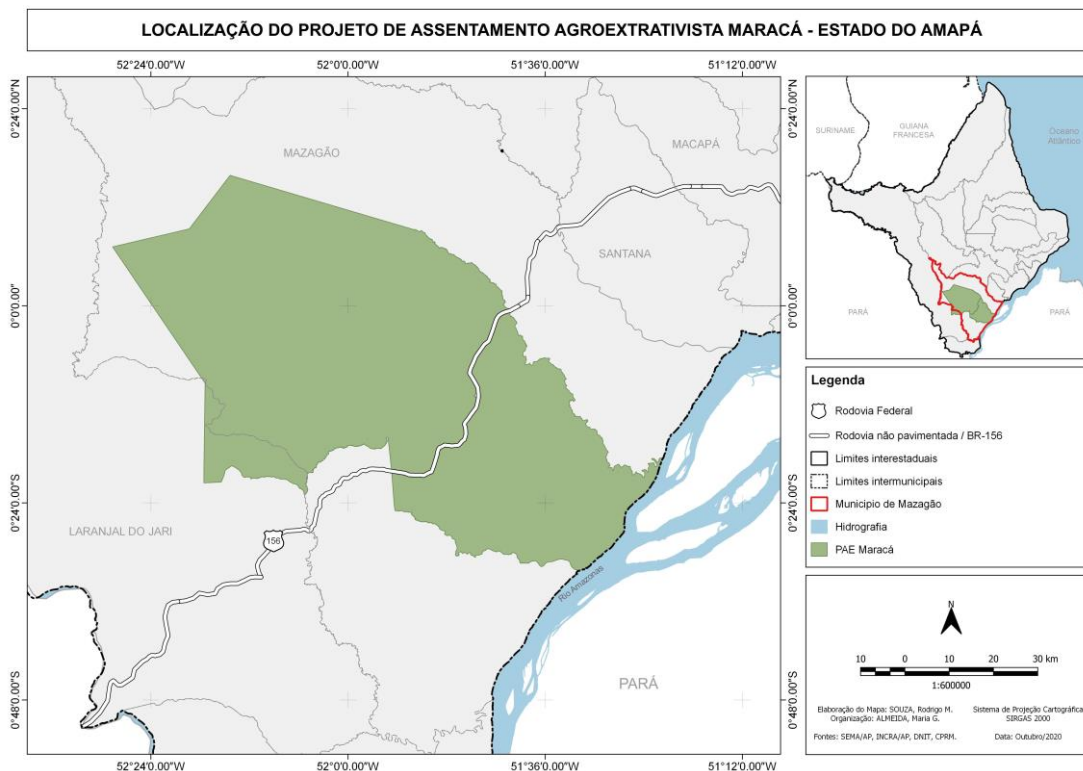
Figura 01: Colheita da castanha e do açaí – Amapá.



Fonte: Sidney Oliveira. Disponível em: <https://www.cerradoeditora.com.br/cerrado/oportunidade-acai-avedete-do-para-pode-ser-tambem-uma-alternativa/>
Pedro Martinelli. Disponível em: <https://exame.com/negocios/como-o-cuidado-com-a-amazonia-e-chave-na-ambicao-global-da-natura-2/>. Acesso em: 20 out. 2020.

Em 27 de outubro de 1988 foi criado, no município de Mazagão, o Projeto de Assentamento Extrativista Maracá I, com área de 363.500 hectares. Dois outros projetos similares foram criados, estando eles entre os primeiros Projetos de Assentamento Extrativistas criados no Brasil. Em 28 de abril de 1997, os três projetos foram unificados, recebendo o nome de Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, totalizando uma superfície de 569.208,54 hectares (Figura 2). Esse PAE é o maior assentamento rural do estado, com, aproximadamente, duas mil famílias assentadas (INCRA, 2004).

Figura 02: Mapa de localização do PAE Maracá – Amapá.



A principal aglomeração urbana dentro do PAE é a Vila Maracá. Na Vila Maracá encontra-se a Escola Família Agroextrativista do Maracá- EFAEXMA, formando jovens nas práticas do extrativismo e agrícolas, e uma Unidade Básica de Saúde – UBS. A vila concentra as residências da maior parte dos agroextrativistas (SILVA; LOMBA; FILOCREÃO, 2012). Esta vila destaca-se entre as demais localidades com estabelecimentos comerciais de pequeno porte como farmácia, mercadinhos, restaurantes e bares. Alguns proprietários são ex-agroextrativistas que atualmente se dedicam aos empreendimentos lá existentes. Nesta vila se encontra a sede administrativa da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do PAE Maracá – ATEXMA.

A ATEXMA teve sua instalação administrativa construída com o financiamento da empresa espanhola Isolux, responsável pela construção do linhão do Tucuruí⁵ como pagamento de compensação ambiental, por atravessar o assentamento, o PAE. A Associação foi criada em 28 de outubro de 1991, e sua organização administrativa, eleita, compõe-se de seis membros, com mandato de três anos. Inicialmente, os principais dirigentes recebiam um apoio financeiro por meio de fontes externas, para auxílio nas atividades de organização dos

5 A integração do sistema elétrico das regiões de Manaus, Macapá e municípios situados à margem esquerda do Rio Amazonas, entre as capitais do Amazonas e do Amapá, com o Sistema Interligado Nacional (SIN), realiza-se com linhas de transmissão e subestações que formam o empreendimento conhecido como Linhão de Tucuruí ou Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus. No estado do Amapá o Linhão atravessa os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Santana e Macapá.

associados, conforme relatam Little e Filocreão (1994). A ATEXMA é a parceira do Incra, na gestão do PAE que já relatamos. Porém, desde 2009 outras associações foram criadas naquele PAE, em um total de oito, e que, de acordo com o atual presidente, somam-se nessa função juntamente com a ATEXMA. Elas foram criadas em virtude da dificuldade de uma única associação acompanhar as diferentes demandas na grande extensão geográfica da PAE Maracá, levando os agroextrativistas a fundarem as associações naqueles locais de agrupamentos.

A economia básica dos assentamentos é a pequena agricultura de caráter eminentemente familiar associada ao extrativismo vegetal de açaí e castanha-do-brasil. Em geral, predomina o cultivo de pequenas roças de lavouras anuais, centradas especialmente na cultura da mandioca, utilizada na produção de farinha e, em algumas situações, em consórcios com outros cultivos, como arroz e feijão. A mandioca constitui a principal fonte de alimentação e de renda dos pequenos agricultores (SILVA; LOMBA; FILOCREÃO, 2012). No ano de 2017, por exemplo, no município de Mazagão a produção de farinha de mandioca atingiu 1.512 toneladas, das quais foram vendidas 1.083 toneladas ao valor total de R\$ 5.516 milhões (IBGE, 2017).

Em 2019, o grupo dos alimentícios, o maior entre os não madeireiros da extração vegetal, apresentou aumento do valor da produção (11,5%), totalizando R\$ 6,9 milhões naquele ano. O açaí continuou registrando a maior participação, em termos de valor, nesse grupo – 87,8% –, o que significa R\$ 6,1 milhões. Entre os municípios que registraram os maiores volumes em 2019, Macapá apresentou 24%, Mazagão, no qual se encontra o PAE-Maracá, 19%, e Santana 13,8%. Ao todo, estes três concentram 56,8% da produção amapaense de açaí extrativo (IBGE, 2019).

Cabe repetir que o sul do Amapá foi durante quase três séculos uma porção na qual se concentra a castanha-do-brasil. Trata-se de produto que é da maior importância do extrativismo para uma parcela significativa dos moradores das comunidades que se localizam na Resex Cajari e no PAE Maracá atualmente. Para ilustrar, dados da PEVS (IBGE, 2018) registram a produção da castanha-do-brasil no estado do Amapá, em 2018, de 437 toneladas, sendo expressivamente produzida nos municípios setentrionais do estado: Mazagão, incluindo o PAE-Maracá (103 toneladas), Vitória do Jari (246 toneladas) e Laranjal do Jari (89 toneladas).

A extração da castanha-do-brasil constitui-se como fonte de geração de renda na região, sendo utilizada também na sustentabilidade alimentar, fabricação de biscoitos e doces etc., contribuindo para atender a certas necessidades básicas desse segmento populacional. Por exemplo, em Mazagão, no ano de 2017, foram vendidas 569 toneladas, ao valor de R\$ 2.750 milhões (2018). Com a agricultura, o cultivo de árvores frutíferas, a pesca e outras atividades complementam a renda e o consumo das famílias.

Embora os dados oficiais da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS – do IBGE (2018) não revelem a produção de heveicultura no estado do Amapá, principalmente no Amapá setentrional, ela ganha importância, por gerar uma renda aos agroextrativistas, conforme pôde ser observado em pesquisa de campo no decorrer do ano de 2019 no município de Mazagão, com destaque para o PAE-Maracá. Por sua vez, a produção de castanha-do-brasil no estado se concentra tão somente na região sul do estado, fato já mencionado.

Se considerarmos os dois produtos na produção da Região Norte, o primeiro lugar na produção da hévea, látex coagulado, foi ocupado por Amazonas, com 445 toneladas, a metade da produção brasileira de 875 toneladas. Amapá, pela pequenez, sequer teve seus dados capturados. No caso da castanha, a maior produção coube também ao estado do Amazonas, com 12.161 toneladas (IBGE, 2018), bastante superior aos dados do Amapá. Se a produção do Amapá é inexpressiva regionalmente, localmente, sobretudo a castanha-do-brasil, é extremamente valorizada e os valores da produção atestam. É nesses produtos que os assentados agroextrativistas têm a garantia de uma renda para assegurarem seus sustentos cuja evidência está comprovada nos valores mencionados principalmente do açaí e da castanha.

Ademais, cabe reforçar a ausência do Estado e a palidez de incentivo e políticas públicas, como a falta de infraestrutura para conservação e para a escoamento dos produtos. A infraestrutura compõe uma reclamação, e demanda premente por política por parte dos agroextrativistas. A omissão e fragilidade das políticas rebatem no baixo estímulo e na precarização do agroextrativismo e de quem o pratica. E esta condição das políticas alimenta a subalternidade daqueles que sobrevivem dos recursos florestais.

Por que os agroextrativistas são subalternos?

Os agroextrativistas da Amazônia são conhecidos pelas lutas para se manterem nas terras nas quais buscam assegurar sua subsistência, a despeito da ausência de políticas sociais, de assistência técnica e de financiamentos agrícolas, como discutido por vários autores: Santos; Filocreão (2012), Ribeiro (2008), Flexa (2013), Filocreão e Silva (2016), e Farias (2018) Ao nomeá-los como subalternos, cabe, sobremaneira, esclarecer seu entendimento como sujeitos e apresentar o contexto deles no estado do Amapá.

Como subalternos e pobres, os agroextrativistas estão inseridos na mesma classe social, nos espaços de subalternização em que se inserem para sobreviverem e encontram o cerceamento de suas vozes. A não visibilidade do subalterno torna-o desprovido de qualquer aceção de direitos, afirma Spivak (2010) e confirma Cantalice Neto (2015). Inicia-se a imposição do silêncio com a doutrinação do subalterno, até em situações em que, ditas de

“participação”, a ele é ofertada uma informação e se lhe é solicitado aceitá-la. Ele, na condição de inferioridade em que se encontra, passa a não ter voz, o que não o impede de, nas fissuras, buscar manifestar-se, exprimir-se. Ora, diante das características dos Planos de Utilização, pode-se perguntar se estes não seriam uma maneira institucional, formal, de conceder a voz aos subalternos; ou, ao contrário, se os Planos não constituiriam um instrumento de manipulação de participação, nas palavras de Arnstein (2002).

Em sua dissertação sobre as regras estabelecidas sobre a utilização dos recursos nesta PAE, Flexa (2013) distingue as formais e as informais. Para ela, as regras formais que permeiam a relação dos agroextrativistas com o ambiente são constituídas pelo Plano de Utilização – PU – e pela Concessão de Direito Real de Uso – Cdru. O primeiro foi formulado para consentir como deve ser o uso dos recursos e das punições, caso haja a infração das regras no espaço delimitado para o agroextrativismo, anteriormente apresentado. A segunda é o documento que garante o uso do referido espaço. Os dois documentos são partes integrantes do que conduz à formalização, por escrito, e contemplam as relações entre os agroextrativistas, e estes com o ambiente. Embora reconhecendo a importância do CDRU, a prioridade para a discussão neste artigo será somente para o PU.

Rueda (1995, *apud* CUNHA, 2010, p. 201) reflete sobre a importância do PU, baseando-se na definição governamental: “Este plano é o instrumento administrativo para provar que a utilização dos recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação ambiental vigente”.

As peculiaridades que compõem os PAEs devem ser consideradas na elaboração do PU. Contudo, para o PU do Maracá, em 1995, elas foram desprezadas.

O relatório do IEA, antigo Instituto de Estudos Amazônicos, e da instituição alemã Konrad-Adenauer-Stiftung – KAS –, feito em 1995, registra que foram realizadas reuniões que se estenderam do dia 26 a 30 de agosto de 1995, na comunidade Central do Maracá, com a finalidade de “discutir, modificar e aprovar o documento final do plano”. A essas reuniões “compareceram aproximadamente 600 pessoas, considerando que 219 eram habitantes locais e maiores de 18 anos. As discussões se fizeram com a formação de grupos e foram analisados todos os itens do Plano, para se atingir o consenso” (IEA; KAS, 1995, p. 2, *apud* INCRA, 2004).

Todavia, nota-se, pela própria finalidade das reuniões, que os agroextrativistas não participaram efetivamente de todas as etapas, pois, pelo texto, iniciou-se com discussão do Plano elaborado pelos normativos do Incra, quando o passo inicial seria a realização desse Plano com os agroextrativistas. Além disso, estes foram excluídos da redação do texto final do Plano de Utilização do Maracá, visto ter sido elaborado por terceiros ao Projeto, isto é, pelo IEA e KAS (INCRA, 2004).

O Plano formulado no final de 1995 perdurou até 2009. Algumas normas de uso não mais se adequavam às demandas locais e, em março de 2008, foram realizados cinco fóruns de discussão com a participação da Diretoria da ATEXMA, lideranças comunitárias, representantes da Prefeitura de Mazagão, representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS – e também os assentados. As discussões, no Assentamento, inicialmente se deram na Vila do Maracá, com a participação de sessenta pessoas no primeiro dia e quarenta e duas no segundo; depois, na Comunidade de Cafezal/Tabatinga, com a presença de quarenta e duas pessoas no primeiro dia e vinte e seis no segundo; e finalizando na Comunidade de Conceição, com cento e treze pessoas. Comparando-se com o processo ocorrido em 1995, nota-se que o número de presentes na discussão do PU foi inferior. Previsto para dois dias de trabalhos, chama a atenção a sensível perda de presentes no segundo dia, em todas as comunidades. A intenção foi atualizá-lo, adequá-lo à nova Concessão de Direito Real de Uso, conforme as questões das comunidades, registradas nas atas dos Fóruns de discussões. Como justificar o desinteresse das pessoas nas reuniões quando estas destinavam-se a atualizar o Plano de Utilização?

Quase dezoito meses após, em 6 de agosto de 2009, o Incra solicita ao Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado Amapá – Imap – seu parecer a respeito da compatibilidade das mudanças com a legislação estadual ambiental vigente. A resposta veio no dia 28 de agosto, com a observação quanto às possíveis descobertas científicas, ao uso produtivo de culturas permanentes, à conservação e manutenção das colocações, da criação de peixes em cativeiro e das intervenções referentes ao subsolo, dos quais o Imap fez algumas análises e propôs que fosse mais bem redigido e verificado conforme a legislação específica. Em outubro de 2009 o PU foi finalizado e legitimado pelo Incra.

No primeiro PU constavam onze itens, com cinquenta e três parágrafos. No atual foram desmembrados alguns parágrafos e criado mais um item, totalizando doze, mas com um parágrafo a menos, constituindo cinquenta e dois. Os itens estão organizados da seguinte forma: finalidade do Plano; filosofia e estratégia produtiva global; direitos e responsabilidades na execução do plano; intervenções agroextrativistas; intervenções na flora – este item foi criado desmembrando-se os parágrafos de outro item; intervenção na fauna; intervenções pecuárias; intervenções no subsolo; intervenções nas áreas de uso comum; fiscalização do PAE; penalidades; disposições gerais. Toda essa estrutura foi formulada para atender aos aspectos referentes ao uso do ambiente pelos assentados.

Mas, entre o primeiro PU e a respectiva reformulação para o atual, há comentários dos assentados de que seu principal objetivo foi permitir que pudessem colocar em prática o projeto de exploração florestal sustentável no alto Maracá para comercialização da madeira. As críticas alegam que a referida exploração serviria, sobretudo, para beneficiar poucas

famílias e colocaria em risco a sustentabilidade do assentamento. Para outros, já havia no PAE uma exploração de madeira e o PU visava legalizar a atividade. A reelaboração do PU melhorou o Plano e introduziu novas demandas de que as comunidades do assentamento necessitavam. Quando se faz uma análise comparativa entre os dois Planos, constatam-se parágrafos bastante modificados, principalmente para atender à exploração extrativista madeireira e não madeireira com a criação do item “Intervenção da flora”, para ressaltar essa atividade. Porém, é inegável que, a despeito de uma atualização do PU, ele gerou descontentamento, ao focar a flora, visto que os assentados de Maracá não têm consenso sobre a exploração madeireira no PAE.

No caderno elaborado, com esclarecimentos sobre formulações do Plano de Utilização, o Incra (1996) alerta que a inclusão de quaisquer formulações no Plano de Utilização deveria ter o aceite da maioria dos assentados. Ressalta-se que nas atas de 1997 a 2008 não há registros diretamente sobre o projeto florestal, motivador maior de sua modificação. Nelas constam sim muitas reclamações sobre a situação de precarização em que as comunidades se encontravam, e ainda os conflitos com dois criadores de búfalos dentro do PAE, o Jesus Goes e o Grupo Malta, as vendas ilegais de terras, e indagações sobre a inoperância do Incra. Pode-se concluir que as modificações feitas para atualização do PU atenderam, parcialmente, às discussões tidas no assentamento Maracá. Também, pode-se deduzir que há vozes mais fortes entre os subalternos, alcançando as formulações no Plano de Utilização, ao passo que a grande maioria dos agroextrativistas permanece sem fala.

Contudo, a despeito de o silêncio prevalecer no PAE-Maracá, para refletir sobre a política desenvolvimentista que foi anunciada com a criação do PAE buscou-se, *a priori*, dar voz aos agroextrativistas assentados. O propósito foi vislumbrar suas percepções acerca dos órgãos e das políticas públicas voltadas para o PAE-Maracá. Além das falas, as representações em diagramas de Venn, feitas pelos professores e assentados, foram ilustrativas de como consideravam a presença e atuação de órgãos públicos do estado no assentamento. Autoidentificando-se como “comunidade”, o PAE figura como central diante da representação de entidades e órgãos. Na representação das instituições e no tamanho da figura empregada, os agroextrativistas procuraram expressar a importância e o significado da presença delas para o PAE. A Figura 3 apresenta a concepção dos professores da EFAEXMA, que também são mulheres e homens agroextrativistas.

A Figura 03 traz um dos principais órgãos públicos do estado do Amapá responsável para promover ações no espaço rural: o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – Rurap. De acordo com sua missão, cabe-lhe implementar a política de desenvolvimento rural do estado, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores (GEAP, 2019). Entretanto, pela representação do diagrama de Venn, o referido

públicos de gestão, ações como o estímulo à participação popular nas tomadas de decisão para a participação e formação cidadã e o fortalecimento da organização dos assentados não são desenvolvidas. Isso seria o desejável, por constituir a base para a eficiência de políticas públicas para o local (SANTOS; FILOCREÃO, 2012).

Lopes et al (2020) analisam os diagramas de Venn e, com base no diagrama, apontam a pouca presença da gestão estadual e municipal gerando pouca relação para com os assentados. Eles ainda somam a Ribeiro (2008), analisando a relação existente entre os órgãos públicos e os assentados. Eles destacam que os órgãos públicos marcam suas ações no Assentamento com base em comportamentos clientelistas e, muitas vezes, por meio de troca de favores políticos. No geral, lideranças fazem parcerias com vereadores, deputados, prefeitos, técnicos de governo, na esperança de conseguirem resultados para a comunidade ou para si próprio.

No espectro da relação, as comunidades agroextrativistas e lideranças, quase sempre, estão em posição de submissão (RIBEIRO, 2008, p. 157). Esta posição de subalternidade remete à ideia de inferioridade, invisibilidade e submissão, que impõe ao subalterno a condição do silêncio, de dependente de outros para se fazer ouvir. Para Spivak (2010), o sujeito subalterno se configura como aquele que não tem voz política, ou que tem voz, porém esta não é ouvida. Acrescenta ainda que o subalterno é aquele que, como os agroextrativistas assentados, compõe as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. Neste contexto, Porto-Gonçalves (2018, p. 109) pondera:

[...] povos/etnias/nacionalidades e classes sociais em situação de subalternização têm muito a oferecer para um outro diálogo entre os povos/culturas e entre esses e as condições metabólicas necessárias à vida plena!

Levando em conta o autor citado, conclui-se que os agroextrativistas assentados têm uma contribuição significativa na luta não somente pela terra, mas também pelo território do Projeto de Assentamento Agroextrativista, configurando seus espaços e manutenção dos seus modos de vida, ou que os órgãos citados não têm nenhuma atuação junto aos Assentamentos.

A ATEXMA é a voz dos subalternos

Ficou evidenciado, também nas Figuras 3 e 4, que as instituições mais próximas do PAE-Maricá são as associações criadas pelos próprios moradores do Assentamento, como a

Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá – ATEXMA – e também a Escola Família Agroextrativista do Maracá – EFAEXMA.

A Associação, como gestora maior, atuando dentro desses espaços de áreas protegidas para a população agroextrativista, possui uma significativa responsabilidade, pois quaisquer problemas enfrentados pelas comunidades ela considera ter o dever de buscar soluções, e mesmo procurar o órgão fiscalizador para resolução dos problemas.

Desde 2007 há um novo desenho de gestão territorial e foram criadas áreas jurisdicionais submetidas a novas associações. E isso justificou suas criações no mesmo PAE, conforme já referido. O atual presidente assumiu em 2015 e, em maio de 2019, foi reeleito para mais três anos.

Embora seja questionável o nível de participação dos assentados na formulação do Plano e nas posteriores alterações no Plano em 2009, é inegável a contribuição deles para que as regras informais – baseadas nos costumes e tradições – pudessem ser consolidadas. Elas permitem que os assentados tenham suas atividades econômicas para a sobrevivência, estabeleçam o seu local de moradia e de práticas agroextrativistas, desde que aceitem as normas definidas para conviverem no assentamento. Mas elas não evitam problemas, de modo que ainda se enfrentam muitos, como já se relatou.

Em 2007 a ATEXMA apontava seis associações comunitárias que faziam a sua base organizativa, composta desta forma: Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Preto; Associação dos Moradores da Vila do Maracá; Associação da Escola Família do Maracá; Associação dos Moradores do Baixo Maracá; Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá da região do Ajuruxi Curuçá e Furo do Maracá, Escola Família Agroextrativista na Vila do Maracá; e acrescenta, ainda, mais treze núcleos comunitários. Ribeiro (2008) já dizia ser onze, conforme relato de um dirigente do CNS. Porém, o presidente atual afirma serem oito as associações ativas.

Embora haja imprecisões sobre o número exato, ao que tudo indica a capacidade que os membros das comunidades têm de se organizarem reflete nos interesses de melhorias daquela área do PAE, apesar de todos os problemas, desde o início, na organização social e política.

Quanto à importância que as associações têm como propagadoras das regras, é inegável que elas dominam conhecimentos e divulgam o que realmente “pode ou não pode” ser feito nesse tipo de projeto de assentamento para uso das populações agroextrativistas. Para dirimir qualquer dúvida no que diz respeito a novas demandas em usufruir dos recursos naturais que o PAE apresenta, os agroextrativistas procuram, primeiramente, as associações.

Nesse sentido, Ribeiro (2008) já havia ressaltado, acerca das reuniões realizadas, o reflexo da participação das comunidades em seus interesses. Muitos conflitos já foram resolvidos pelas associações, como a venda de “lote” pelos assentados, exploração de

colocações de outros, pessoas de fora que adentram ao assentamento com ou sem consentimento dos agroextrativistas. Quanto aos vários problemas decorrentes da ausência e/ou omissão do Incra, no que se refere à aplicação de algumas penalidades previstas no PU, a Associação, sem dúvida, procura, sem substituir o órgão gestor, dar voz aos subalternos.

À guisa de conclusão

A matriz sobre a qual se guia o Estado na proposição de políticas públicas e de projetos, quase sempre, prioriza os interesses do capital. O Estado preocupa-se em impor políticas estimadas como desejáveis para romper com atrasos econômicos em busca de integração aos mercados e de superação de uma lógica extrativista e da economia de excedentes. Variações e estilos de desenvolvimento emergem buscando contemplar vias que acelerem esse processo movido pelo capital.

Este estudo permitiu entender o histórico de existência de um Projeto de Assentamento Agroextrativista no Amapá, espaço esse que se modificou com relações de vínculos baseados no uso tradicional dos recursos naturais, que são característicos das populações agroextrativistas, na assimilação de regras formais, baseadas nas leis e contratos. Estas tornaram-se efetivas, na medida em que foram aprovadas pelas comunidades do PAE, conforme rezavam os normativos do Incra. Os ajustes com a questão ambiental envolveram a participação do órgão responsável e do detentor das terras, isto é, o Ibama e o Incra. Desde então, o PAE adquire o saber técnico da legislação ambiental vigente, e os saberes locais se invisibilizam diante do poder desses dois órgãos embora, pela representação os órgãos ambientalistas estejam afastados. Eles comparecem com mais frequência no imaginário dos agroextrativistas.

Essa leitura dos subalternos e do papel dos Planos de Utilização (PUs) permitiu concluir que os PUs, em sua máxima participação, são igualmente autoritários tanto na formulação quanto na sua imposição. Os processos de planejamento, formulação e implementação não são respeitados pelo próprio órgão criador, conforme foi mencionado, ao fazer uso de um PU em vigor para ser adaptado em outro PAE. Ademais, evidencia-se o autoritarismo na ausência de uma mesa de negociações sobre os itens do PU, cabendo ao Incra a exclusividade de aprovar ou recusar as propostas das comunidades do PAE-Maracá.

Além do mais, o Incra, parceiro na gestão, não efetua a fiscalização, e sem punições para transgressores ele gera um clima de instabilidade que agrava as relações internas e o cumprimento do PU. Indiretamente, o Incra favorece o aparecimento de problemas e o fracasso do PAE.

Em outras palavras, o Incra desqualifica as vozes dos agroextrativistas, reduzindo a participação destes ao nível mais baixo da escala, ou no máximo ao nível da concessão

mínima, e comprometendo todo o processo de empoderamento das famílias extrativistas assentadas.

Esta é, também, a opinião de Cunha (2010, p. 6), ao referir que o Plano nas reservas extrativistas “passa a ser encarado e afirmado como um documento técnico que irá provar a viabilidade de conformidade com as leis ambientais, dando centralidade ao meio ambiente”. Por conseguinte, é inegável que ele reforça a subordinação da gestão aos saberes técnicos.

Apesar de todo discurso em favor da conservação ambiental e de que as famílias têm de desenvolver atividades de geração de renda alinhadas aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, não identificamos no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá as políticas públicas que dessem suporte a esse desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo.

Embora não haja um reconhecimento por parte de entes governamentais, é inegável que os agroextrativistas, com suas regras informais e à margem do Estado e suas políticas, via associações, realizam a gestão ambiental e consolidam o PAE como território de suas (re)existências.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa. *In*: IBASE. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984. p. 51-70.
- ALMEIDA, M. G. Em busca da poética do sertão. *In*: ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural**: um modo de ver. Goiânia: Ed. UFG, 2018.
- ALMEIDA, M. G. O geógrafo fenomenólogo: sua oralidade e escrita no/do mundo. **Geograficidade**, v. 10, p. 38-47, 2020.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Participe**, Porto Alegre; Santa Cruz do Sul: Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação, v. 2, n. 2, p. 2-13, jan. 2002.
- BURSZTYN, M. **O país das alianças**: elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- CANTALICE NETO, A. O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 32-52, 2015.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DATALUTA. **Land Struggle Database**: Report 2016. Presidente Prudente, SP: NERA/UNESP – Núcleo de Estudos e Projetos da Reforma Agrária, dez. 2017.
- CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas**: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. 310 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- FARIAS, M. H. C. S. *et al.* Impactos do Assentamento Rural no desmatamento da Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, abr. 2018.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C. A Política de Assentamentos Rurais no Estado do Amapá. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, p. 145-171, 2016.

FILOCREÃO, A. S. M.; MODESTO, A. C. T.; RIBEIRO, K. B. Do campo à luta: a gênese da organização política dos trabalhadores agroextrativistas no Amapá. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS BELÉM, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA, 18-21 set. 2012.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia**: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

FLEXA, R. C. **As regras estabelecidas na apropriação dos recursos naturais pelos agroextrativistas do Assentamento Maracá-AP**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

HEREDIA, B. *et al.* **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 2003.

IBGE. **PEVS 2018**: produção da silvicultura e da extração vegetal chega a R\$ 20,6 bilhões e cresce 8,0% em relação a 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25437-pevs-2018-producao-da-silvicultura-e-da-extracao-vegetal-chega-a-r-20-6-bilhoes-e-cresce-8-0-em-relacao-a-2017>. Acesso em: 25 dez. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 25 dez. 2019.

INCRA. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987**. Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Brasília: Incra, 1987.

INCRA. **Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas**: PAEs (cartilha). Brasília: Incra, 1996.

INCRA. **Plano de Desenvolvimento PAE Maracá**. Relatório. Macapá: Superintendência Regional do Amapá, 2004.

INCRA. **Painel dos Assentados**: Incra nos Estados: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Brasília: Incra, 2017.

LINS, C. **Jari**: 70 anos de história. 3. ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LITTLE, P.; FILOCREÃO, A. S. M. **Relatório sócio-econômico**: Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III. Macapá: IEA, 1994.

LOPES, M. S.R.C. et al. Agroextrativistas Assentados de Maracá- suas percepções da política desenvolvimentista no estado do Amapá. **Anais do 1 Encontro do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-Amazônia)**, 28 a 30 de nov. 2019. Palmas/TO:UFT/ Procad Amazonia, 2020, p 78-93.

MAIA, R. O. **A política de regularização fundiária e reforma agrária**: o PAE nas ilhas do Pará. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. La Paz, Bolívia: IPDRS/CIDES – UMSA, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Ed. especial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1981.

RIBEIRO, A. C. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SANTANA, J. U. R. **Agroextrativismo e sustentabilidade**: avaliação de indicadores em assentamento rural de Sergipe. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

SANTOS, V. L.; FILOCREÃO, M. S. A. Crédito rural e aviamento: mudanças e significados em áreas de agroextrativismo no sul do Amapá. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém: ANPPAS, 2012.

SILLS, E. **Relatório sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá**. Macapá, 1991. Mimeografado.

SILVA, I. C.; LOMBA, R. M.; FILOCREÃO, A. S. M. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUSA, C. F. M.; COSTA, F. M. F. S. Planos de Utilização em Projetos de Assentamento Agroextrativistas: autoritarismo e participação. *In*: REUNIÃO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA, 30., 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2016.

SPIVACK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SUESS, R. C.; LEITE, C. M. C. Geografia e Fenomenologia: uma discussão de teoria e método. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 11, n. 27, p. 149-171, 2017.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOURNEAU, F-M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

Sobre a autora

Maria Geralda de Almeida – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Geografia pela Université de Bordeaux III. Doutorado em Geografia pela Université de Bordeaux III. Pós-doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona. Pós-doutorado em Geografia Cultural pela Université Laval, Università Degli Studi Di Gnova e Université de Paris IV Paris-Sorbonne. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e docente voluntária na Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4765-3354>.

Como citar este artigo

ALMEIDA, Maria Geralda de. Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 100-124, mai.-ago., 2021.

Recebido para publicação em 10 de novembro de 2020.
Aceito para a publicação em 26 de fevereiro de 2021.

A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais

Ademir Terra

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: ademirterra@professor.uema.br

Francisco de Oliveira Viana

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: chiicoviana@outlook.com

Resumo

As atividades camponesas sempre estiveram diretamente ligadas ao modo de vida das comunidades tradicionais, que o têm pautado, sobretudo, na agricultura de subsistência, de forma que o território camponês serve não somente como subsídio econômico, mas também para a valorização das territorialidades presentes nesses espaços. No final do século XIX, as discussões sobre a conservação ambiental se acirraram, promovendo a territorialização dos órgãos ambientais responsáveis pela demarcação de áreas e a criação de legislação, os quais nem sempre consideram as especificidades socioespaciais das áreas a serem preservadas. Este artigo objetiva analisar os principais desafios da produção e reprodução camponesa frente à política restritiva do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que limita as atividades das comunidades instaladas em seu interior, e os conflitos socioambientais que emergem nesse cenário. Pautados em metodologias ativas, buscamos compreender a dinâmica socioespacial dos camponeses, bem como suas estratégias de manejo e sobrevivência nessa Unidade de Conservação.

Palavras-chave: Produção Camponesa; conflitos socioambientais; Lençóis Maranhenses.

Peasant production in the Lençóis Maranhenses National Park: challenges and socio-environmental conflicts

Abstract

Peasant activities have always been directly related to the traditional communities' way of life, which have based it on subsistence agriculture so that the peasant territory serves not only as an economic subsidy but also for the valorization of the territorialities present in these spaces. At the end of the 19th century, there was an intensification of discussions on environmental conservation, promoting the environmental agencies territorialization, responsible for the demarcation of areas and the creation of legislation that does not always consider the socio-spatial specificities of the areas to be preserved. This paper aims to analyze the main challenges of peasant production and reproduction given the restrictive policy of the Lençóis Maranhenses National Park, which limits the activities of the communities installed in its interior, as well as the socio-environmental conflicts that emerge in this scenario. Based on active methodologies, we seek to understand the socio-spatial dynamics of the peasants, as well as their management and survival strategies in this Protected Area.

Keywords: Peasant Production; socio-environmental conflicts; Lençóis Maranhenses.

La producción campesina en el Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflictos socioambientales

Resumen

Las actividades campesinas siempre estuvieron directamente vinculadas al modo de vida de las comunidades tradicionales, que lo han pautado, sobretudo en la agricultura de subsistencia, de manera que el territorio campesino sirve no solamente como amparo económico, sino también para la valorización de las territorialidades presentes en estos espacios. Para el fin del siglo XIX las discusiones sobre la conservación ambiental se fortalecieron, promoviendo la territorialización de los órganos ambientales, responsables de la demarcación de áreas y la creación de una legislación que no siempre considere las especificidades socioespaciales de las áreas a preservar. Este artículo objetiva analizar los principales desafíos de la producción y reproducción campesina frente a la política restrictiva del Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que limita las actividades de las comunidades instaladas en su interior, bien como los conflictos socio-ambientales que emergen en ese escenario. Pautados por metodologías activas, buscamos comprender la dinámica socio-espacial de los campesinos, bien como sus estrategias de manejo y sobrevivencia en esa Unidad de Conservación.

Palabras clave: Producción Campesina; conflictos socio-ambientales; Lençóis Maranhenses.

Introdução

O território brasileiro detém rica diversidade biológica, ou “biodiversidade”, termo criado em 1985 e que designa o conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em uma determinada região ou época. Em virtude do grande potencial econômico implícito na exploração de seus recursos, os grupos humanos têm feito uso intenso de riquezas naturais, na maioria das vezes, de maneira não muito racional.

Para fazer frente ao pressuposto de que as alterações da biosfera praticadas pelo conjunto da sociedade constituem um processo inexorável, políticas ambientais começaram a ser elaboradas, entre as quais a criação de Unidades de Conservação (UC), destinadas a manter fragmentos do mundo natural na sua condição primitiva, antes da destruição decorrente da ingerência humana (ARRUDA, 2000).

Até meados da década de 1980, as normas da política ambiental brasileira eram ditadas pelo Estado. A partir de então, o processo decisório na formulação e implementação de novas regras passou a ser permeado pela interação de diferentes atores sociais, com concepções igualmente diferentes, resultando num campo de conflitos e contradições que emergem do mosaico de interesses envolvidos na questão ambiental, ainda que o papel do Estado seja prevalente (CESAR *et al.*, 2003).

A legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criada em 2000 classificou as UC em duas categorias: a) as de proteção integral, onde a presença humana é proibida, com admissão apenas do uso indireto dos recursos naturais; b) as de uso sustentável, onde a atuação humana deve harmonizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Parte da problemática em torno das UC brasileiras está relacionada à restrição da presença humana nas Unidades de Proteção

Integral (UPI), medida justificada pela premissa de que a atividade humana nesses espaços tende a potencializar sua degradação.

O fato é que diversas áreas onde se implantou uma UPI são habitadas por comunidades tradicionais, as quais sempre mantiveram/mantêm uma relação dialética com a natureza, antes mesmo do surgimento da ciência ambiental. Desde a nova classificação, porém, para determinadas correntes institucionais e acadêmicas, aparentemente hegemônicas, elas representam uma ameaça ao meio, por fazerem uso dos recursos naturais a que historicamente têm acesso, o que justificaria as restrições impostas pela política de preservação ambiental.

No contexto dessa problemática, resultante da criação das UC e, principalmente, da classificação de algumas delas na categoria de UPI, erigimos como recorte empírico desta pesquisa o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), objetivando discutir os principais conflitos socioambientais que envolvem, de um lado, as comunidades camponesas instaladas no interior da UC e, de outro, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

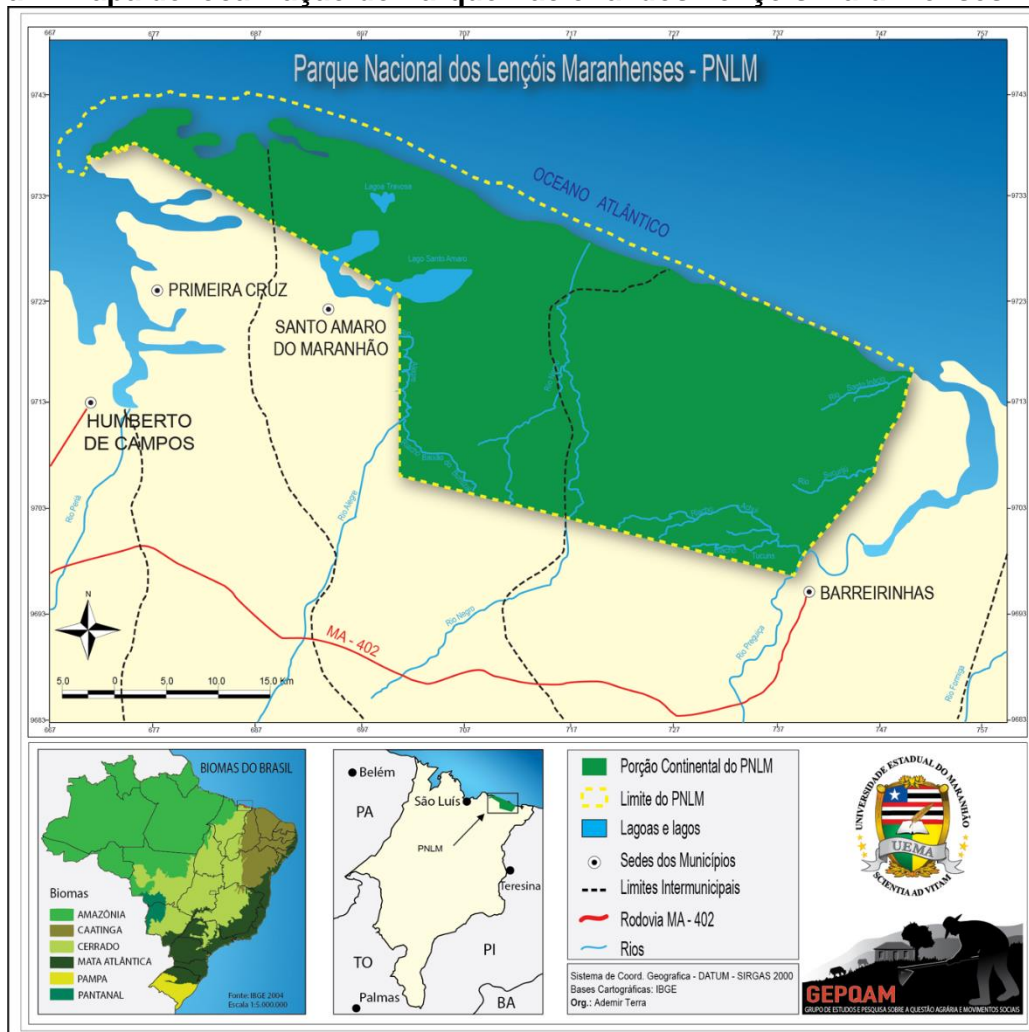
Para o embasamento teórico, optamos pelo materialismo histórico dialético, que permite apreender a relação histórica das comunidades com o espaço do PNLM. No percurso metodológico deste trabalho, munimo-nos de análises empíricas e teóricas. Num primeiro momento, empreendemos um estudo bibliográfico acerca dos temas inerentes a esta pesquisa, como, entre outros, conflitos socioambientais, modo de produção camponês e comunidades tradicionais, utilizando livros, artigos, teses, projetos, relatórios e documentos elaborados tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, inclusive os produzidos pelas próprias comunidades pesquisadas, a chamada 'literatura cinzenta', em geral não considerada nos estudos (PISCIOTTA, 2003).

Em meados do ano de 2019, realizamos visitas técnicas às comunidades do PNLM, empregando diferentes instrumentos de pesquisa, tais como: entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, entre elas os presidentes das associações de moradores das comunidades de Tucuns e de Santo Inácio, e também com 26 moradores das duas comunidades; cinco rodas de conversas com famílias e grupos de camponeses, bem como diálogos informais com alguns deles. Foram também entrevistados representantes sindicais e agentes públicos, como o técnico do ICMBio no PNLM. Procuramos, portanto, na pesquisa de campo, dar ênfase aos protagonistas sociais envolvidos, utilizando como método de análise a "observação participante", o qual, como aponta Foote-White (1980), permite observar as pessoas em ação e registrar os comportamentos concretos em relatório detalhado.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O PNLM possui as coordenadas geográficas 02° 19'S a 02° 45'S e 42°44' a 43°29'W e está localizado na costa semiárida no norte do estado do Maranhão, a 370 km da capital, São Luís (Figura 1). Encontra-se inserido no bioma costeiro marinho, num ecossistema de mangue, restinga e dunas; dos 155.000 ha de sua área total, 90.000 ha são constituídos de dunas livres e lagoas interdunares. Seis municípios do litoral oriental maranhense estão na área de influência do Parque, três dos quais, dentro dele parcialmente situados: Barreirinhas (44,86%), Santo Amaro do Maranhão (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%). Foi criado em 02 de junho de 1981, com base em uma proposta apresentada pelo projeto RADAMBRASIL¹ na década de 1970, para preencher lacunas existentes no então Sistema de Unidades de Conservação (IBAMA, 2004).

Figura 1: Mapa de localização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLM



Fonte: IBGE

¹ O Projeto Radam - Projeto Radar da Amazônia, após 1975, Projeto RADAMBRASIL -, operado entre 1970 e 1985 no âmbito do Ministério das Minas e Energia, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens de radar, captadas por avião.

Devido às características do bioma costeiro marinho em que está localizado, o Parque atrai diversas atividades de uso público: além de fiscalização e pesquisa, o turismo também é significativo, principalmente por causa de sua beleza cênica, com belas lagoas azuis distribuídas entre cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais se assemelham a lençóis amassados, marca, essa, responsável pela principal versão que justifica seu nome.

Após essa sucinta caracterização, consideramos ser necessário, a fim de desenvolver a discussão proposta e, conseqüentemente, proporcionar uma melhor compreensão da dinâmica desta pesquisa, que se assimilem alguns conceitos-chave, mesmo de modo introdutório, entre eles: comunidades tradicionais, campesinato, território e conflitos, principalmente os conflitos socioambientais.

Comunidades Tradicionais: Campesinato como requisito de subsistência, território e conflitos

Cientes estamos da diversidade de formas de uso da terra no campo, reconhecendo a existência de um conjunto heterogêneo de sujeitos que dela se apropriam de modos variados a partir de contextos locais análogos, apesar da invisibilidade social que tais sujeitos alcançaram nos últimos anos, em virtude do redimensionamento dos estudos antropológicos que discriminam sua variedade de formas de ocupação e territorialização (LITTLE 2002; PORTO-GONÇALVES, 2015; MARQUES, 2017, entre outros). No entanto, é evidente a pluralidade sociocultural de povos territorializados por todo o país, consubstanciados numa diversidade fundiária potencializada, sobretudo, pela Constituição de 1988, que os colocaram como foco do Estado para a manutenção do seu caráter tradicional, como forma de reparação de processos históricos de expropriação e opressão (MARQUES, 2017, p.113).

Contudo, em grande medida, essas conquistas ficaram somente no “discurso constitucionalista do pluralismo jurídico”, pois na prática, o “rompimento com a situação de invisibilidade social se deu, na maioria dos casos, por meio do conflito” (MARQUES, 2016, p.113).

Arruda (1999) define as comunidades tradicionais como aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação de mercado. Queiroz (1973), por sua vez, pesquisou populações tradicionais compostas de sitiantes, caipiras e caiçaras, definindo-as como lavradores, cuja produção é orientada para a subsistência, considerados, portanto, camponeses. Para Diegues (2001), as comunidades tradicionais possuem, de modo geral, as seguintes características:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado.
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 52).

De modo sintético, Almeida (2008) também elenca as principais características que podem ser consideradas para definir os povos e comunidades tradicionais: a) o uso comum das terras, associado ou não à posse individual, que pode complementar os mecanismos de reprodução social; b) relações com formas e normas específicas, constituídas há várias gerações, como o compadrio e a reciprocidade; c) cooperação simples e trabalho familiar, muito próximo das discussões relativas ao campesinato, dada a centralidade da unidade familiar como estrutura de produção; d) laços solidários e de ajuda mútua, expressos em esquemas de associação dos sujeitos para práticas coletivas, como os mutirões ou batalhões.

Visando a contribuir com o debate que vários autores (PORTO-GONÇALVES, 2015; ALMEIDA 2008; MARQUES, 2017; ARRUDA; 1999, entre outros) vêm desenvolvendo e considerando que vários elementos erigidos para definir uma comunidade tradicional relacionam-se à realidade camponesa, adotaremos de forma intercambiável, no contexto do PNLM, os conceitos: camponês e comunidade tradicional. Tendo em vista a inserção dessas comunidades em ambientes que detêm uma enorme riqueza em recursos naturais, entendemos que elas os utilizam como forma de satisfação de suas necessidades mais prementes, como alimentação e abrigo, e que seu modo de vida está pautado sobretudo na agricultura de subsistência, da qual obtêm os meios de sobrevivência de seus membros.

Marques (2000, 2008) enfatiza que o território camponês, apreendido como fração ou como unidade, é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária; assim como também

o são a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas. Chayanov (1974) atribui ao território camponês a característica de constituir uma unidade econômica, partindo do princípio de que sua organização se dá através do trabalho familiar.

Para Fernandes (2012), o território é o espaço de vida onde o camponês se estabelece como uma unidade familiar, podendo, muitas vezes, abrigar mais de uma família, todos envolvidos numa atividade predominantemente agropecuária que contribui, inclusive, com a provisão de produtos agrícolas requisitados pelos centros urbanos. No entanto, não se trata somente de um espaço socioeconômico, visto ser também constituído de territorialidades, formadas por princípios e valores. É o lugar, ou os lugares, em que uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. Na visão de Raffestin (1993), ao se apropriarem do território, os atores (os camponeses) passam a transmitir esses valores e princípios e acabam por territorializá-los.

Apesar de todas as evidências acerca da importância da relação das comunidades tradicionais com seu território, brevemente demonstradas nas contribuições dos autores citados, bem como das concepções divergentes dos integrantes dos órgãos ambientais, das interpretações progressistas da legislação ambiental e das lutas históricas das populações tradicionais vislumbrando correções e mudanças de rumo nas políticas de preservação ambiental, a despeito de algumas conquistas importantes, como a criação das figuras legais inovadoras das Reservas Extrativistas (RESEX) e das Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as restrições legais à permanência dos camponeses nos territórios que ocupam geram não só enormes desafios ao seu cotidiano e, conseqüentemente, à garantia de sua reprodução social, como também situações propícias ao surgimento de conflitos.

Segundo Terra (2016), as discussões sobre conflitos permeiam não somente a ciência geográfica, mas estão presentes em diversos campos do conhecimento, como, entre outros, os da psicologia social, economia e administração. Para Simmel (1983), o conflito se caracteriza como uma relação social, reveladora de posições convergentes e antitéticas. Analisando a definição de Simmel, Filho (2016) afirma que essas posições são constituídas por elementos de repulsa e também por “forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses” (FILHO, 2016, p. 234).

É preciso ressaltar que são muitos os tipos de conflitos, e que eles se definem de acordo com a situação em que se manifestam. Os conflitos socioespaciais, por exemplo, são marcados pelo antagonismo, quando dois ou mais atores sociais tendem a se apropriar de forma diferente de um mesmo espaço. Já os conflitos socioterritoriais são causados pela disputa de grupos distintos em torno de diferentes usos do território. De acordo com Terra (2017), os conflitos existentes no PNLM podem ser classificados como socioambientais, ou seja, os que:

Insurgem quando os territórios apropriados por grupos que possuem diferentes modos de vida e de relação com o meio entram em confronto com a dominação exercida pelo poder capital. Nos espaços onde ocorrem os conflitos socioambientais não estão em disputa unicamente os bens e os serviços ecossistêmicos, mas também a disputa das diferentes formas de apropriação dos territórios, assim como a manutenção da cultura (TERRA, 2016, p. 180).

A própria composição do termo que define o conflito – socioambiental – remete, como afirma Little (2004), a lutas sociais, ou seja, a sociedade está presente nele, e envolvida em questões ambientais. Compreende-se, assim, que o conceito de conflito socioambiental se aplica a embates sociais entre grupos que mantêm uma relação distinta com o meio natural.

O conflito socioambiental, portanto, tem como causa principal, mas não única, a natureza, onde a territorialização pode assumir diferentes facetas e significados para distintos atores sociais. O uso do espaço natural, para alguns, pode ser primordial para sua sobrevivência e, por isso, o defendem; para outros, ainda que com as mesmas convicções, esse uso está condicionado a diferentes visões e estratégias de manejo. Cabe lembrar, entretanto, que nem sempre um dos lados tem boas intenções, uma vez que alguns desses autores sociais submetem sua relação com o meio aos moldes capitalistas, o que nos remete ao pensamento de Fernandes (2008), para quem o capital só estabelece sua territorialização, a partir da destruição de outros territórios (FERNANDES, 2008, p. 2). Corroborando as definições dos autores citados, Acselrad (2004) caracteriza como conflitos socioambientais aqueles que:

[...] envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada, por impactos indesejáveis - transmitido pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Alguns ambientalistas e gestores públicos, porém, assim como pensadores, a exemplo de Dourojeanni (2002), Milano (2002) e Drummond (2010), e demais atores sociais que integram o debate a partir do paradigma de que determinadas áreas devem ser mantidas apenas para a contemplação de sua beleza natural, sem a interferência de ações humanas, não consideram as relações distintas, os vínculos e interesses que partilham os camponeses que nelas residem há séculos e as têm como parte de sua história.

Diante do exposto até aqui, é possível, portanto, identificar como conflito socioambiental a situação que ocorre no PNLM, uma vez que as populações que residem no interior dessa UC sentem que a presença do órgão gestor ameaça suas formas de sobrevivência.

Os camponeses do PNLM frente à política de preservação ambiental: desafios e conflitos socioambientais

Como demonstra Terra (2017), o Parque foi criado durante a vigência dos governos militares, quando as decisões sobre a implantação das UC não eram conduzidas de forma democrática e, por isso mesmo, as famílias camponesas que habitavam as áreas em questão não tiveram qualquer participação no processo. Nas palavras de Terra (2017),

O PNLM padece de um “pecado original”, uma vez que as políticas de sua criação, levadas a cabo pelo poder público, foram realizadas com pouca ou nenhuma participação da população que nele habitava/habita, ou que fazia/faz uso dos seus recursos como meio de subsistência (TERRA, 2017, p. 253).

Ainda que a criação do PNLM tenha ocorrido na década de 1980, o impacto de sua implantação só foi sentido de fato pelos comunitários a partir de 2000, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instrumento jurídico que enquadrou o PNLM na categoria Unidade de Proteção Integral (UPI), em que, como vimos, a presença humana é proibida e apenas o uso indireto dos recursos naturais é admitido.

Diversos estudos, no entanto, comprovam que os camponeses habitam a área do Parque muito antes da iniciativa de preservação ambiental (MARQUES, 1970; CASTRO 2012). Marques (1970) demonstra que a ocupação remonta ao século XIX, quando afirma que, em 1860, a cidade de Barreirinhas possuía uma população de 7.474 habitantes, composta por 6.843 homens livres e 631 escravos. D’Antona (2002), por sua vez, em levantamento demográfico feito no PNLM entre 1996 e 1997, constatou que havia 53 localidades nessa porção do território maranhense, com aproximadamente 3.646 habitantes, todos residindo no interior do Parque, e outras 46 localidades, com 13.441 habitantes, residentes no seu entorno. Quando da elaboração do Plano de Manejo do Parque, o MMA/IBAMA (2004, p. 5) confirmou a existência de aproximadamente 215 famílias que o ocupavam na condição de posseiros.

As comunidades tradicionais que residem numa UPI não se distinguem, em termos de produção camponesa, das demais comunidades que não vivem em áreas de preservação. A diferença é que para as primeiras, com a restrição imposta pela política de preservação ambiental à sua presença e a suas atividades nessas áreas, as dinâmicas e formas de firmarem sua reprodução são obrigadas, de alguma maneira, a obedecer à legislação do SNUC. Visto considerar as práticas camponesas como elemento inicial para a degradação e a escassez dos recursos naturais, o arcabouço legal acaba por proibi-las, tendo os camponeses que se desdobrarem para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares.

Atividades como extrativismo, criação de animais, plantação de gêneros agrícolas e até a construção de novas moradias, realizadas de modo habitual pelos camponeses antes da classificação do Parque como UPI, são alvo constante de restrições, ainda que com alguma resistência por parte deles. No entanto, segundo Arruda (1999), quando:

[...] as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. [...], tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão. (ARRUDA, 1999 p. 84)

Os camponeses apontam que entre as atividades agropastoris por eles realizadas, a primeira a ser restringida foi a criação de caprinos, por estar entre as práticas proibidas pela legislação, assim justificada pelo primeiro diretor do PNLM, o que resulta em penalizações constantes. No rol das atividades proibidas mencionadas pelos camponeses constam ainda, entre outras: a criação de porcos soltos; a realização do roçado, principalmente por períodos maiores de cinco anos; o cultivo do caju; a prática da queimada para limpar a área de cultivo; a utilização da madeira e da palha para qualquer tipo de construção; edificação, reformas e ampliações de moradias. Quando flagrados, pelos gestores do Parque, na prática de algumas dessas atividades, as lavouras, por exemplo, são destruídas, e as obras de infraestrutura, como moradias, demolidas. Além disso, muitas lhes são imputadas, com valores muito superiores à sua capacidade de pagamento.

Segundo os camponeses, tais restrições, a que se somam as dificuldades de acesso a saúde, educação e recursos como a disponibilização de energia elétrica, vêm afetando a reprodução material e cultural das comunidades, no que concerne ao seu modo de vida, ou seja, o ICMBio estaria mingando suas possibilidades de reprodução. Em função desse embate, ainda que com alguma resistência, muitos comunitários se veem forçados a migrar para os centros urbanos, abandonando seus territórios. No entanto, como afirma Fernandes (2012, p. 746), “campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos”.

Na visão de um dos analistas ambientais do ICMBio que atua no Parque, as limitações impostas aos comunitários são fundamentais para que eles entendam a necessidade de não degradar as áreas incluídas no plano de preservação. Segundo ele, o conjunto de atividades desenvolvidas pelos camponeses, com ênfase ao plantio de caju, às queimadas, à criação de animais soltos e de peixes em cativeiro, são danosas à preservação ambiental. O cultivo de caju é proibido, por ser considerado uma atividade antrópica; as queimadas, com restrições ainda mais severas, por serem realizadas em vales de rios onde

se concentram espécies endêmicas; a criação de animais soltos, principalmente porcos, por ser danosa em virtude do pisoteio do solo e de outros efeitos que ocasionam prejuízo à fauna e à flora; e de peixes nas lagoas, porque comprometem a biodiversidade nativa.

Segundo Little (2002), “esses limites não reconhecem as fronteiras construídas historicamente por grupos familiares [...] e não reconhecem também suas condutas territoriais”. Logo, os camponeses, que sempre manejaram a fauna e a flora de forma sustentável, além de sofrerem com as restrições que dificultam sua reprodução, têm também seus conhecimentos tradicionais desconsiderados.

Nesse contexto, é importante frisar, mais uma vez, que o camponês (Figura 2), como residente de uma área em que os meios necessários à sua própria subsistência já não estão mais disponíveis ou, no mínimo, ficaram restritos, tem que enfrentar o desafio de se reinventar e encontrar outras alternativas para garantir sua reprodução e a de seus familiares, enfim a sobrevivência. Neste caso, parafraseando Euclides da Cunha, podemos afirmar que “o camponês é, antes de tudo, um forte”.

Figura 2: Camponês no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Entretanto, a luta dos camponeses do PNLM mobiliza uma importante frente de resistência composta por vários órgãos, entre eles, o Conselho Eclesial de Base (CEB), o Centro de Direitos Humanos (CDH) e prefeituras municipais, principalmente do município de Barreirinhas; e por entidades de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Colônia dos Pescadores e o Sindicato dos Pescadores, coordenados pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

(FETAEMA), que disponibilizou advogado para a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

Além disso, está em tramitação na justiça um termo de compromisso que estabelece normas de uso dos recursos naturais do PNLM, processo no qual os camponeses são representados por dois pesquisadores que fazem parte do quadro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Os representantes das associações das comunidades que habitam o Parque têm atuado fortemente junto ao conselho consultivo do ICMBio em favor dos camponeses. Segundo as lideranças, a celebração do termo é salutar, por proibir a degradação das encostas dos rios, queimadas e desmatamento resultantes de atos inconscientes, problemas que, segundo afirmam, têm diminuído em razão do trabalho de conscientização que os professores desenvolvem junto aos camponeses, principalmente o de convencê-los a serem eles próprios os fiscais de suas comunidades.

Outra demanda discutida no termo de compromisso se refere à criação de animais soltos, ainda que o plano de manejo do Parque mantenha a proibição referente a porcos. A reivindicação relativa a outros animais é unânime entre os camponeses locais e das comunidades do entorno do Parque, sob as alegações de que tal atividade é praticada desde o tempo de seus antepassados e de que, no período de forte estiagem, o confinamento dos animais em cercados é inviável.

Uma das formas mais comuns que os camponeses encontram para continuar subsistindo sem, no entanto, sofrer demasiadamente com as restrições do ICMBio, é se subordinar às práticas capitalistas de comercialização, vendendo para turistas, em estabelecimentos comerciais, parte de sua produção, a fim de adquirir os produtos básicos de que necessitam. Como demonstra Oliveira (1999), “na pequena propriedade camponesa, uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria”. Entretanto, o camponês, como afirma Alcântara (2011), “ao mesmo tempo que busca sua inserção na sociedade total, se coloca enquanto resistência à massificação do mercado” (ALCÂNTARA, 2011, p.75).

Ploeg (2006) lembra que a força do trabalho camponês e também os recursos por ele utilizados não entram no processo de trabalho como mercadorias. Para destacar a evidente diferença entre a produção camponesa e a produção capitalista, ambas voltadas a finalidades distintas, recorremos a Oliveira (2007), que esclarece:

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D - M - D na sua versão simples, e D - M - D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M - D - M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

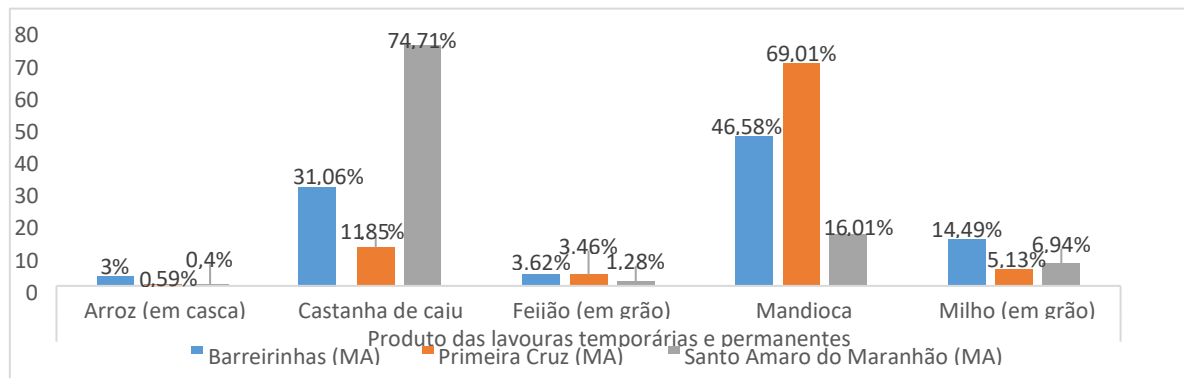
Os camponeses do PNLN, para evitar as multas de valor elevado que lhes são aplicadas, acabam se subordinando a esse processo de comercialização: vendem seus produtos, como mandioca, banana e castanha de caju, entre outros, a fim de comprar, com o dinheiro obtido, gêneros como arroz e carne, e também alguns utensílios que anteriormente eles mesmos fabricavam, mas que têm, na atualidade, a produção restringida. No entanto, é preciso ressaltar que a venda desses produtos não gera lucro, sobretudo porque são negociados com estabelecimentos que lhes atribuem um preço em geral muito abaixo do valor de mercado. Isso porque os comerciantes sabem que os camponeses dependem dessas vendas para comprar aquilo de que necessitam.

O fato é que a produção realizada nas UC, além de ser limitada, sofre com a “inserção obrigatória” dos camponeses no mercado capitalista, que não contempla de forma minimamente justa suas necessidades. Segundo Fernandes (2012):

Em sua quase totalidade, a produção camponesa está subordinada ao mercado capitalista; é ele que determina os preços de modo que as empresas capitalistas se apropriem de parte da renda dos produtores familiares. Nessa condição de subalternidade, a maioria absoluta do campesinato brasileiro entrega a riqueza produzida com seu trabalho, vivendo em situação de miséria (FERNANDES, 2012, p. 747).

No campesinato, as atividades agropastoris são práticas comuns e constituem recurso primordial. No cultivo de gêneros agrícolas, atividade inerente ao modo de vida camponês, as variedades cultivadas e a produtividade dependem das características edafoclimáticas de sua localização, além do estilo de vida. No PNLN, em razão do modo de vida camponês, há o predomínio de lavouras para o autossustento (Gráfico 1), com destaque para o cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, além de banana e hortaliças. Praticam-se também a pesca e o extrativismo do caju (Figura 3) e do buriti. A criação de animais (Figura 4) é atividade voltada não só para a alimentação, mas também para sua utilização como meio de transporte,

O fato de não integrar a cadeia produtiva do agronegócio e de não se dar em escala industrial corrobora a definição da produção camponesa como tradicional, acentuada ainda pela forma como ocorre, com a disseminação das estratégias do modo de vida camponês, passadas de geração em geração por via oral, como menciona Diegues (2001), ou consuetudinária, complementamos, quando a herança relativa a suas práticas, aprendidas com seus ancestrais, é transmitida aos mais novos, proporcionando a continuidade de um estilo de vida.

Gráfico 1: Lavouras temporárias e permanentes nos municípios do PNLM, em 2017.

Fonte: IBGE, 2017

Figura 3: Quebra da castanha de caju

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Figura 4: Criação de animais

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

É necessário entender, ainda, que embora as comunidades tradicionais produzam para reproduzir seu modo de vida, não se limitam ao binômio “produção-reprodução”. Todas as práticas realizadas no território camponês são marcadas por apego e afetividade às atividades e aos costumes que lhes foram passados, e são sempre repassados como herança às gerações que se seguem. Portanto, a produção e reprodução camponesa não estão restritas ao subsistir. De fato, sobreviver é obviamente importante, mas o território camponês possui características, valores e conceitos próprios que servem também para essas produções e reproduções do campesinato, que são sua propriedade.

Uma das principais estratégias utilizadas nesse modo tradicional de interligar as gerações é a denominada socialização do camponês, evidenciada por Oliveira (2007), uma prática que consiste em fabricar miniaturas dos instrumentos de trabalho, as quais as crianças do campo utilizam nas brincadeiras, proporcionando-lhes, posteriormente, quando crescidas, o domínio de seu manuseio. Ou seja, a socialização do camponês é um importante elemento da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

Estratégias de Manejo: Saber Científico ou Tradicional?

No contexto atual, em que a questão ambiental é discutida internacionalmente, a finitude dos recursos naturais é um dos temas recorrentes. No que concerne ao Brasil, o fato de o país ser detentor de uma grande riqueza em biodiversidade demanda políticas públicas consistentes voltadas para o setor.

Cientistas das mais diversas áreas, desde as específicas em estudos da natureza, como a Engenharia Ambiental, até a Geografia e a Biologia, que tramitam entre natureza e sociedade, reconhecem a necessidade da conservação da biodiversidade e acreditam que as UC podem e devem servir como estratégias de preservação, desde que seus planos de manejo sejam de fato fundamentados em bases científicas e no respeito às especificidades dos grupos humanos que possam estar presentes nas áreas que irão compor a unidade de preservação.

Mas, até que ponto as ciências podem contribuir, visando exclusivamente à preservação, sem se deixarem influenciar pelos interesses econômicos e políticos vigentes? De acordo com Pádua (2004), os primeiros relatos e críticas produzidos pela ciência sobre os problemas ambientais no Brasil ocorreram em função do grande potencial econômico dos recursos naturais, conferindo ao Estado, por consequência, a prerrogativa de gerir, da forma que julgar mais eficaz, os espaços em questão.

Cabe ressaltar, por exemplo, que enquanto alguns gestores de UC, em consonância com o paradigma que defende a retirada das populações tradicionais do local, afirmam que elas contribuem para a degradação dessas áreas, a própria legislação do SNUC, paradoxalmente, e atendendo a uma demanda de determinados grupos econômicos, autoriza a realização de atividades turísticas dentro da modalidade ecológica, muitas das quais têm se mostrado nocivas ao meio ambiente. Tal postura corrobora a assertiva de Porto Gonçalves *et al.* (2015, p. 93), ao afirmar que “[...] o Estado brasileiro, através de seu sistema judiciário não usa venda nos olhos e vê muito bem contra quem, e a favor de quem está agindo [...]”.

Gostaríamos de destacar que não nos posicionamos contra a implantação de Unidades de Conservação. O problema é a adoção de um paradigma científico excludente, que busca separar sociedade e natureza. Além de considerar os grupos humanos incapazes de manter uma vivência harmônica com a natureza, ainda deixa de contar com eles como aliados na tarefa de preservação. Incontestavelmente, as UCs se materializam como instrumento fundamental para a conservação dos recursos naturais, cuja existência está sob grande risco.

No entanto, é preciso questionar quem de fato é o responsável por isso: pode-se atribuir às comunidades tradicionais que há séculos residem harmonicamente nesses

espaços a responsabilidade pela degradação ambiental? Como aponta Filho (2016), os problemas ambientais surgem em função do atual modelo de desenvolvimento econômico, sob o qual a gestão dos bens comuns da humanidade é orientada por uma racionalidade individualista instrumental (FILHO, 2016, p. 123).

O próprio texto legal que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, reconhece a importância dos recursos naturais como subsídio para as comunidades tradicionais, salientando seus conhecimentos e a necessidade de participarem do processo de criação das UC, como se constata nos seguintes excertos:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; (SNUC, 2000).

No entanto, segundo Pereira (2005), a criação e a gestão das UC brasileiras ainda têm se dado de forma centralizada, com deliberações “de cima para baixo” e restrita participação pública. Como já mencionado anteriormente, os camponeses do PNLM não participaram do processo de criação da unidade, na verdade, quando se deram conta, a área em que viviam já estava inserida numa UPI. Diegues (1996) considera que o modelo de criação e gestão das UC no Brasil é visto pelas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida, distinto do urbano-industrial (DIEGUES, 1996, p. 39).

Entendido como herança cultural, esse modo de vida se enquadraria nos direitos garantidos no artigo 216 da Constituição Federal de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988).

As comunidades tradicionais sempre mantiveram uma relação dialética com a natureza, pois aprenderam a manejar a fauna e a flora, desenvolvendo estratégias que garantem a sustentabilidade dos recursos naturais, antes mesmo do nascimento da ciência ambiental que hoje as aponta como agentes da degradação.

Normalmente, não são estas as populações humanas que têm há décadas, às vezes séculos e até milênios, promovido o manejo sustentável de áreas naturais? Não é sua presença permanente que tem preservado tais áreas do modelo de exploração econômica capitalista industrial responsável pela destruição crescente do meio ambiente? Enfim, não são elas as responsáveis até o presente pela conservação das áreas que agora tentamos colocar sob nossa proteção legal? (ARRUDA, 1999, p. 86).

É importante esclarecer que não se trata de negar os benefícios sociais que a ciência moderna proporcionou, mas o conhecimento científico não é suficiente para garantir um uso racional e prudente dos recursos naturais, porque não se trata de um “conhecimento neutro” de interesses, e sim da expressão de uma relação social específica com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 1990, 2008). Dessa forma, os planos de manejo das UC deveriam incluir, juntamente com a base científica, os usos e desusos que as comunidades tradicionais desenvolvem nessas áreas, ou seja, estratégias de sobrevivência e sustentabilidade, que poderiam contribuir para conferir eficácia à conservação dos recursos naturais.

Considerações Finais

Com base nas discussões aqui desenvolvidas, fica evidente a transformação na vida das comunidades tradicionais que residem no PNLN, desde a transformação do Parque em UPI. Do ponto de vista de seus membros, a criação da unidade de preservação lhes teria tirado a segurança de continuar a residir em seu território de origem, bem como de garantir sua reprodução, uma vez que suas atividades tradicionais, necessárias à sua subsistência e praticadas desde sempre, fazem agora parte do rol das práticas proibidas.

Os servidores do ICMBio são categóricos em assegurar que tais ações são os principais vetores de degradação das áreas que devem ser protegidas, e que as restrições e penalizações são necessárias para que as UC mantenham seu equilíbrio ambiental. Sendo assim, para alguns servidores do órgão gestor, o camponês é o principal agente da deterioração dessas áreas. No entanto, desconsidera que há séculos os camponeses habitam esses territórios e que não há provas contundentes de que sejam responsáveis pela destruição dos recursos da fauna e da flora. Pelo contrário, as estratégias de manejo tradicionais sempre se revelaram eficazes, sobretudo para complementar o saber científico.

As situações que ocorrem no interior do PNLN, vale lembrar, são apenas um exemplo em meio a um grande cenário de interesses capitalistas para a concessão de exploração privada, e até mesmo de privatizações de áreas tradicionalmente ocupadas e exploradas. Nesse processo, ignora-se o camponês como recriador de seu espaço, onde ele mantém sua identidade, vinculada ao estado de espírito que lhe provê meios de não abandonar seu modo de vida.

De fato, o que se observa é que há divergências e contradições em torno da gestão das UC brasileiras, que deveria servir como paradigma para o cumprimento da legislação, com respeito aos atores sociais nelas presentes, construtores de um modo de vida que até aqui tem se mostrado eficiente em relação ao respeito ao meio ambiente. Por fim, advogamos a necessidade de maior diálogo, a exemplo do episódio relatado, em que outros atores sociais são chamados à participação visando a transformar os camponeses em parceiros de ação e

fiscalização, desconstruindo a imagem de predadores ambientais, ao mesmo tempo em que os órgãos ambientais passam a ser vistos pelos camponeses como seus aliados. Do contrário, persistindo o modelo atual, o desfecho que se descortina é o de que, nesse cenário controverso de restrições e limitações, sob a perspectiva de desenvolvimento desigual próprio do sistema capitalista, alguém sempre sairá ganhando, e neste caso, não serão, certamente, os camponeses.

Referências

ACSERALD, H. Justiça Ambiental: Ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA J. A (Orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALCÂNTARA. D. M. de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica**: comunidade de fundo de pasto da fazenda Caldeirãozinho – Uauá/BA. 2011, 319 fls. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2011.

ARRUDA, R. Territórios indígenas: materiais, existenciais. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 5, n. 5, pp. 57-72, jul. 2000.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do BRASIL. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>. Acesso em 25 nov 2017.

BRASIL. Lei nº9.859 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF, 2012.

CARVALHO, H. M. **O campesinato do século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, C. E. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012 Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012

CÉSAR, A. L. et al. Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In: LITTLE, P. E. (org) (2003). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, IIEB, 2003.

CHAYANOV. A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.

D'ANTONA, A. O. Tempos e Lugares no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um parque nacional: In: DIEGUES, A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. **Espaços e recursos naturais de uso comum**, São Paulo: NUPAUB, 2001

_____. **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo: Hucitec, 1996.

DOUROJEANNI, M. J. Conflictos socio-ambientales en unidades de conservación de América Latina. In: **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais... Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Fundação O Boticário, 2002.

DRUMMOND, J. A. **A biodiversidade sob a perspectiva social e cultural**. Texto apresentado no curso de especialização em Gestão Pública Ambiental, 2010.

FERNANDES, M. **O território camponês**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão popular 2012.

_____. **Teoria dos Territórios e da questão agrária**. São Paulo: UNESP, 2008. p. 296.

FILHO, B.S. **O conflito como estratégia para a garantia de territórios**. São Luís: Ed.UFMA, 2016, p. 221-260.

FOOTE-WHITE, W. Treinando a observação participante In: **Desvendando máscaras sociais** (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980, p. 77-86.

HERCULANO, A cidade dos meninos e o caso de contaminação por HCH. In: ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA. 2004. **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

IBAMA. **Plano de Manejo**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas, Ibama, 2004.

LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **Encontro Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2, 2004, Indaiatuba, SP. Anais... São Paulo: Anppas, 2004.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia territorialidade. In: **Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia**. 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado: ABA, 2002.

MARQUES, C. **Dicionário-Histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta. (Coleção São Luís), 1970.

MARQUES, L. S. As comunidades de fundo de pasto: um intento de construção conceitual. **Revista pegada eletrônica** (online), v. 17, p. 107-121, 2017.

MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 11. n.12, p.57-67, 2008.

_____. **De sem-terra a “posseiro”**: A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária - o caso dos assentamentos nas fazendas Retiro e Velho-GO. Tese (Doutorado em geografia) - Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MILANO, M. S. **Porque existem unidades de conservação**. In: (Org). **Unidades de conservação: Atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 63-110).

PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável Leveza da Política Ambiental**: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p.13-54.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *et al.* Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Caderno de Conflitos no Campo 2015**. Goiânia: CPT, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 195-221.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp (Estudos Brasileiros, v. 3), 1973.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 266.

SILVA, T. J. **Agricultura camponesa**: A Produção e Comercialização dos Produtos Agrícolas no Município de Jangada- MT. Planaltina: UnB, 2014.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TERRA, A. Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online) v. 37, n. 2. Goiânia: UFG, 2017.

_____. **Os usos e (ab)usos do território nas comunidades de Tratada Cima, Tratada de Baixo e Buritizal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Relatório Técnico. São Luís: Fapema, 2016.

THOMAS, K. W. Conflict and conflict management. In: DUNETTE, M. **Handboak ot Industrial and Organizatianal**. Chicago: Rand McNally, 1992.

Sobre os autores

Ademir Terra – Graduação em Geografia pela Faculdades Integradas de Naviraí (FINAV). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais (GEPQAM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>.

Francisco de Oliveira Viana – Graduando em licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais (GEPQAM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-9443-4760>.

Como citar este artigo

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 125-145, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Ademir Terra** foi responsável pelo desenvolvimento e articulação teórica com a realidade. O autor **Francisco de Oliveira Viana**, foi responsável pela aquisição, interpretação dos dados bem como sua organização em tabelas, quadros e mapas.

Recebido para publicação em 13 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 10 de dezembro de 2020.
Aceito para a publicação em 18 de janeiro de 2021.

Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP¹

Rodolfo de Souza Lima

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: rodolfodeslima@gmail.com

Ricardo Pires de Paula

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: ricardo.pires@unesp.br

Resumo

A chamada Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) é uma proposta cunhada no âmbito do Banco Mundial (BM) que concede empréstimos para camponeses comprarem terras de fazendeiros à preço de mercado, isto com vistas a substituir a reforma agrária pela via da desapropriação. Essa proposta começou a ser implantada no Brasil na segunda metade dos anos 1990 por meio do crédito fundiário. Nosso trabalho visa contribuir nesse debate, analisando o processo de territorialização das políticas de CRAM no Pontal do Paranapanema em São Paulo. Observaremos que a expansão da CRAM na região foi um processo articulado pelos fazendeiros e ruralistas como mais uma tática para contrapor o avanço da luta pela terra. Também foi possível ver, pela análise dos empreendimentos do crédito fundiário, em especial o Banco da Terra (BT), a distância entre o discurso do BM e a realidade dos empreendimentos cujos resultados se materializam numa lógica dialética de subordinação e resistência.

Palavras-chave: Banco Mundial; neoliberalismo; território; subordinação; resistência.

Subordination and resistance: the implications of the Agrarian Counter-reform of Market in Pontal do Paranapanema - SP

Abstract

The so-called Agrarian Market Counter-Reform (CRAM) is a proposal coined by the World Bank (WB) that grants loans to peasants to buy land from farmers at market price, with a view to replacing land reform with expropriation. This proposal began to be implemented in Brazil in the second half of the 1990s through land credit. Our work aims to contribute to this debate by analyzing the process of territorialization of CRAM policies in Pontal do Paranapanema in São Paulo. We will note that the expansion of CRAM in the region was a process articulated by farmers and ruralists as another tactic to counter the advance of the struggle for land. It was also possible to see, through the analysis of land credit ventures, in special Banco da Terra (BT), the distance between the WB discourse and the reality of the ventures whose results materialize in a dialectical logic of subordination and resistance.

Keywords: World Bank; neoliberalism; territory; subordination; resistance;

Subordinación y resistencia: las implicaciones de la Contrarreforma Agraria del Mercado en Pontal do Paranapanema - SP

¹ Este trabalho apresenta os resultados da dissertação “Do sonho da terra ao pesadelo da dívida: a territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema” defendida em 2018 que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2016/03102-7)

Resumen

La llamada Contrarreforma Agraria del Mercado (CRAM) es una propuesta acuñada por el Banco Mundial (BM) que otorga préstamos a los campesinos para comprar tierras a los agricultores a precios de mercado, con el fin de reemplazar la reforma agraria por expropiación. Esta propuesta comenzó a implementarse en Brasil en la segunda mitad de la década de 1990 a través del crédito de tierras. Nuestro trabajo tiene como objetivo contribuir a este debate mediante el análisis del proceso de territorialización de las políticas de CRAM en Pontal do Paranapanema en São Paulo. Notaremos que la expansión de CRAM en la región fue un proceso articulado por agricultores y ruralistas como otra táctica para contrarrestar el avance de la lucha por la tierra. También fue posible ver, a través del análisis de proyectos de crédito de tierras, especialmente el Banco da Terra (BT), la distancia entre el discurso de BM y la realidad de los proyectos cuyos resultados se materializan en una lógica dialéctica de subordinación y resistencia.

Palabras clave: Banco Mundial; neoliberalismo; território; subordinación; resistencia.

Introdução

A luta pela terra já se consolidou como tema nas pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Humanas. Muitos são os trabalhos que se dedicam a esmiuçar os conflitos entre camponeses e latifundiários ou camponeses e aparato estatal. Nos últimos anos têm crescido o interesse em acompanhar o papel de certos organismos internacionais nos conflitos fundiários, principalmente para descortinar a imbricada relação entre esses organismos e os Estados nacionais. É nesse contexto que destacamos a atuação do Banco Mundial (BM) como um dos sujeitos na implementação de uma agenda voltada para adoção de políticas públicas em vários países com foco na priorização de aquisição de terras e suposta promoção do desenvolvimento agrário. As políticas gestadas pelo Banco Mundial e implementadas em países como o Brasil serão nominadas aqui de Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM), como contraponto à leitura de Reforma Agrária teorizada e defendida por movimentos camponeses e intelectuais progressistas.

Pretendemos, no presente artigo, analisar o processo de territorialização dessa Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) no Pontal do Paranapanema/SP por meio das políticas de crédito fundiário e entender as relações entre território, Estado, movimentos camponeses e implicações para as famílias abrangidas por essa política.

A metodologia aplicada envolveu a pesquisa documental, buscando informações em relatórios oficiais e acadêmicos, notícias e banco de dados. Além disso, foram realizados trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com militantes, funcionários públicos, líderes de associações e famílias mutuárias. Em nosso recorte, priorizamos os empreendimentos² do Banco da Terra (BT) situados na região onde realizamos trabalho de

² Utilizamos o termo empreendimento e mútuario para “demarcar as diferenças existentes nos processos de acesso à terra” (RAMOS FILHO, 2008, p.33) em relação, respectivamente, ao assentamento e ao assentado.

campo e entrevistas com líderes da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José de Presidente Prudente/SP, Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia de Rancharia/SP e Associação dos Agricultores Familiares, Assentamento Cristo Rei, localizada em Tarabai/SP.

O texto tem quatro itens articulados entre si, além da introdução e as considerações finais. No primeiro item, tratamos da concepção da CRAM e seus principais componentes no âmbito do Banco Mundial (BM) e a incorporação da sua agenda no Brasil por meio das políticas de crédito fundiário. No segundo, caracterizamos a questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, evidenciando a trama social que desembocou no processo de territorialização da CRAM. O terceiro item contém uma análise dos três empreendimentos elencados acima como recorte territorial da pesquisa nos municípios de Presidente Prudente/SP, Tarabai/SP e Rancharia/SP, a fim de constatar a distância entre as premissas assinaladas no discurso do BM e a realidade objetiva. O quarto e último item elucida os processos de subordinação e resistência a que as famílias mutuárias estão sujeitas no empreendimento, revelando as contradições das territorialidades em construção.

A consolidação das políticas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil

Na segunda metade dos anos 1990 o Banco Mundial (BM) passou por um conjunto de reformas chamadas de “2º geração”, que tinham como objetivo “reciclar” a política neoliberal, para responder aos seus impactos regressivos. Nesse ínterim, incorporou o tema da terra e da reforma agrária à agenda neoliberal e passou a disseminá-la pela América Latina, África e Ásia. O objetivo foi substituir o modelo desapropriativo de reforma agrária por um mecanismo de compra e venda de terras entre camponeses pobres e proprietários, por meio da concessão de empréstimos mediados pelo Estado e executado pelo sistema financeiro (PEREIRA, 2004).

A Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) surgiu da crítica à reforma agrária, considerada pelo BM como tradicional, ou seja, um modelo desapropriativo. Esse modelo, segundo o BM, era conflituoso para os proprietários; insustentável financeiramente; incompatível com o livre funcionamento e com a liberalização dos mercados, e coercitivo aos proprietários, entre outros argumentos. Em contrapartida, o BM apresentou a CRAM como uma “reforma agrária à luz do mercado”. Sua vantagem sobre a outra seria o fato de ser dirigido pela demanda (*demand-driven approach*), ou seja, pelo mercado; pois

Enquanto no primeiro predomina a visão neoliberal na qual as famílias tomam empréstimos e se tornam mutuárias, a partir da criação de um empreendimento econômico, no segundo temos a dimensão política da luta pela terra, no qual as famílias forjam espaços de socialização política e se organizam para realizar ações como ocupações, manifestações, etc. que pressionam o Estado para a criação de assentamentos de reforma agrária, tornando-se assentadas.

“estimularia a associação e as relações comunitárias”; seria “descentralizada e desburocratizada”; e induziria ao “desenvolvimento produtivo dos empreendimentos”.

Entendemos a CRAM conforme Ramos Filho (2013), como um processo que visou, de um lado, deslegitimar o modelo desapropriativo de reforma agrária, não desconcentrando a terra, e, de outro, favorecer os interesses dos latifundiários, pela realização da renda capitalizada e do capital financeiro pelos juros. Conforme apontado por Pereira (2004), a CRAM desconsidera a questão agrária e se fundamenta na centralidade do mercado, na descentralização administrativa, nas privatizações e na relação entre vendedores e compradores. A sua inserção em países como Indonésia, Tailândia, Filipinas, Índia, África do Sul, Malawi, Zimbábue, México, Guatemala, Colômbia, El Salvador, Honduras e Brasil revelou sua ineficácia na superação da pobreza, na desconcentração fundiária e no desenvolvimento rural (RAMOS FILHO, 2008, 2013; PEREIRA, 2004).

O processo de incorporação da CRAM no Brasil ocorreu a partir das políticas de crédito fundiário durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002) e avançou como uma forma de combater o avanço da luta pela terra. Havia um contexto de neoliberalização, de um lado, (BOITO Jr. 1999), e de crescente aumento no número de ocupações de terra, organizadas sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos camponeses (FERNANDES, 1999). O governo FHC estava alinhado ao Consenso de Washington, adotando as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM. Segundo Fernandes (2008; 1998), a política de reforma agrária no primeiro mandato de FHC (1995-1998) era paliativa e focalizada na atenuação dos conflitos e o que teria impulsionado a criação de assentamentos eram as ocupações de terras promovidas pelos sem-terra, resultando em 2.345 assentamentos para 298.425 famílias durante esse período (DATALUTA, 2016).

A intensificação das ocupações foi respondida com o aumento da repressão aos movimentos socioterritoriais. A repercussão causada pelos massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e de Eldorado dos Carajás (PA) em 1996 obrigou FHC a incorporar o tema da reforma agrária no cenário político. Nesse ínterim, o governo incorporou as recomendações do BM para o campo brasileiro e, com isso, incorporou a CRAM, por meio de políticas de crédito fundiário. O governo federal criou programas de crédito fundiário, como o Projeto Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT), Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), Combate à Pobreza Rural (PCR), abrangendo cerca de 44.335 famílias. A territorialização da CRAM se deu nos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além de Goiás e Mato Grosso do Sul (RAMOS FILHO, 2013)

As análises têm mostrado que as experiências dos empreendimentos de CRAM foram desastrosas – assentamentos localizados em solos inadequados, elevada inadimplência das famílias, incentivo à minifundialização, entre outros (ANDRADE,

1998/1999; ALENCAR, 2006; GEMINIANI, 2006; DA ROS, 2006; OLIVEIRA, 2005, RAMOS FLHO, 2013; SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012; VIA CAMPESINA, 2006).

Os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma (2003-2016), que vieram na sequência dos mandatos de FHC, desenvolveram, grosso modo, uma estratégia que visava combinar o crescimento econômico com a redução da pobreza. Nesses governos, houve uma frente política contraditória e heterogênea organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ela abarcou setores da classe dominante e das classes dominadas, sob o comando da fração interna da burguesia, ligados aos proprietários de terra e a burguesia agroindustrial, por exemplo, sem confrontar os interesses do capital financeiro (BOITO Jr., 2018; KATZ, 2016).

Como aponta Delgado (2012, p. 94), os governos neodesenvolvimentistas apostaram no fortalecimento do agronegócio, destinando a maior parte dos recursos para seu crescimento. A classe trabalhadora urbana, assim como o campesinato, tinha posição subordinada dentro da política neodesenvolvimentista, mas conseguiu conquistas importantes tais como: políticas de redução da pobreza como o Fome Zero; Minha Casa Minha Vida e, no âmbito da questão agrária, houve a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional da Alimentação Escolar e consolidação do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária.

Como afirma Fernandes (2013), os movimentos camponeses perceberam a correlação de forças desfavorável à reforma agrária e intensificaram as ocupações de terra. Esse fator foi importante para pressionar o Estado na criação de assentamentos. Nesse sentido, durante os governos neodesenvolvimentistas foram assentadas 364.947 famílias (Tabela 1)

A CRAM foi reciclada e teve continuidade nos governos Lula e Dilma. Foram criados o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que se tornou uma política de Estado, e as modalidades Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e as linhas Nossa Primeira Terra (NPT), Terra para a Liberdade (TL) e o Terra Negra Brasil (TNB). Como demonstra a Tabela 1, no governo Lula, 84.113 famílias acessaram empreendimentos de CRAM e nos governos Dilma, 13.136 famílias. Nesses governos a CRAM se territorializou nos estados das regiões Centro-Oeste e Norte.

Tabela 01: Brasil – Número de famílias em assentamentos e empreendimentos - (1995-2014).

Governos	Assentamentos	Empreendimentos
FHC I (1995-1998)	298.425	4.856
FHC II (1999-2002)	163.078	39.479

Lula I (2003-2006)	205.831	41.348
Lula II (2007-2010)	116.980	42.765
Dilma (2011-2014)	39.136	13.643

Fonte: Dataluta (2015); PNCF (2016). Org. Autores.

Com o golpe em 2016 e a chegada de Michel Temer (MDB 2016-2018) à presidência, instalou-se um novo ciclo neoliberal, que dura até os dias atuais. O governo Temer passou a mover um conjunto de contrarreformas que contemplaram também o tratamento da questão agrária. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os cortes nas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, na obtenção de terras e no crédito fundiário são algumas das medidas que compuseram a agenda de desmonte das políticas públicas voltadas para o campo. A CRAM foi mantida com menos recursos, remodelada, contando com novas taxas de juros e tetos financeiros. Foram criados o PNCF Social; PNCF Mais e PNCF Empreendedor. Até 2017, Temer criou cerca de 1.258 empreendimentos.

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), eleito em 2018, houve uma aliança das frações das classes dominantes em torno do programa neoliberal (BOITO JUNIOR, 2019). Sua agenda para o campo incluiu o fortalecimento praticamente irrestrito do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, paralisação da reforma agrária e repressão aos movimentos camponeses (SAUER, 2019). Nesse sentido, o tratamento do crédito fundiário tende a se manter e a reproduzir ou ampliar as desigualdades no campo.

Isso é possível de ser afirmado quando observamos o tratamento desigual dado às dívidas do crédito fundiário e as dívidas do agronegócio. As dívidas do crédito fundiário, segundo a SEAD (2016), somavam R\$ 4 bilhões no Brasil, enquanto a desoneração prevista para o agronegócio, no bojo da reforma da previdência aprovada pelo governo Bolsonaro em 2019 era estimada em cerca de R\$ 84 bilhões³. Esse valor pagaria a dívida do crédito fundiário em 21 vezes.

A CRAM, após ter sido inserida pelo governo FHC, através do Banco da Terra, tornou-se uma política de Estado, quer dizer, uma ação permanente e utilizada em diferentes formas e intensidade pelos governos seguintes. Dependendo da correlação de forças, dos interesses das classes no bloco no poder, ela tem sido empregada como uma forma de Contrarreforma Agrária. Além disso, é importante observar as lutas e os conflitos territoriais levadas a cabo pelos movimentos que, através de suas ações, pressionam o Estado por outros modelos que efetivamente democratizem a estrutura fundiária. Esse duplo aspecto

³ Os produtores devem contribuir com o Funrural para ajudar a custear a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Atualmente a dívida dos produtores com o Funrural é cerca de R\$ 26 bilhões. Ver mais em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-especial-devolve-beneficio-ao-setor-rural-e-retira-r-84-bi-da-previdencia,70002905965>>; e <<https://blogs.canalrural.uol.com.br/ultimasdebrasil/2019/06/14/relatorio-da-previdencia-permite-renegociacao-ou-extincao-do-funrural/>>

pode ser bem visualizado quando analisamos o processo de implementação da CRAM na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo.

Combate à pobreza rural ou à luta pela terra?

Antes de abordarmos o processo de territorialização da CRAM na região do Pontal do Paranapanema propriamente dito, é necessário apontar algumas características da questão agrária nessa região. O Pontal é demarcado por 32 municípios localizados no sudoeste do estado de São Paulo. Esses municípios têm uma área total de aproximadamente 1.884.400 ha, sendo que cerca de 439.198 ha são consideradas terras devolutas, devido ao intenso e violento processo de grilagem e concentração fundiária (ITESP, 2007; LEITE, 1998). Outra característica é o intenso conflito fundiário entre latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR) e camponeses, sobretudo no MST. Esse conflito tomou grandes proporções durante os anos 1990 e 2000.

A chegada do MST no Pontal potencializou a capacidade de organização dos camponeses, ampliando as ocupações e o número de famílias envolvidas, levando à criação de vários assentamentos rurais. Entre 1987 e 2015, foram criados 112 assentamentos, envolvendo 139.682 ha e beneficiando 5.892 famílias (DATALUTA, 2016). Como resposta, os grandes proprietários rurais organizaram a UDR para representar seus interesses e reprimir o movimento camponês - “[...] a UDR virou a mais citada organização ruralista do país e o Pontal não parou de ser o foco de conflitos fundiários” (CUBAS, 2012, p. 127).

Durante esse período de ascensão do conflito fundiário na região, as táticas de Contrarreforma Agrária se tornaram cada vez mais complexas, tomando várias formas (LIMA, 2018, p.122-127), tais como criminalização de lideranças camponesas, abertura de processos criminais, tentativas de cooptação, perseguição e tentativas de assassinatos, desmoralização dos movimentos por meio da grande imprensa e tentativa de legitimação das terras griladas e improdutivas. Foi nesse contexto que emergiu a CRAM. Vejamos a questão mais de perto a partir dos conceitos de espacialização e territorialização.

Segundo Ramos Filho (2008), a territorialização de um empreendimento de CRAM é antecedida por um processo de espacialização que tem duas dimensões, distintas, porém articuladas. A primeira é o dimensionamento do espaço jurídico-institucional, “no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado” (RAMOS FILHO, 2008, p. 116). Nesse sentido, é uma política pensada “de cima para baixo”. A segunda diz respeito ao espaço da subalternidade que, por meio de reuniões com as famílias, os gestores e os políticos locais, buscam convencer as famílias a captarem financiamentos e os supostos benefícios dos programas de crédito fundiário.

Dimensionados os dois espaços, as famílias são convencidas a comprarem frações do território capitalista a preços de mercado, submetendo as famílias ao controle do capital financeiro até o pagamento da dívida. O “campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra” (RAMOS FILHO, 2008, p. 117-118). Em suma, no processo de territorialização “é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros” (RAMOS FILHO, 2008, p. 117-118).

O espaço jurídico-institucional começou a ser construído no estado de São Paulo no final dos anos 1990, durante o governo de Mário Covas (PSDB), a pedido de políticos ruralistas do Pontal.⁴ Em 2000, foi realizado um acordo de cooperação entre governo do estado, governo federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Força Sindical com vistas à criação do Banco da Terra (BT). Foi alocado um recurso inicial de R\$ 30 milhões para infraestrutura e compra de terras, expandindo-se posteriormente. O titular do MDA, Raul Jungmann, fez uma afirmação que revelava a intencionalidade de desqualificar a desapropriação para fins de reforma agrária, qualificando-a como um instrumento punitivo e anacrônico: “Reforma agrária não se faz apenas pela desapropriação, pela punição ao latifundiário. Isso é discurso do passado. Esse programa tem sabor de modernidade e avanço” (SÃO PAULO, 2000)

Depois do dimensionamento do espaço jurídico-institucional, a CRAM passou a se territorializar por São Paulo por meio das modalidades Banco da Terra (BT) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Entre 2000 e 2015, foram criados em São Paulo 494 empreendimentos, abrangendo 2.659 famílias em uma área de 16.477 hectares. Foram 96 empreendimentos do BT envolvendo 2.164 famílias em 14.313 ha. Já o CAF criou 398 empreendimentos com 495 famílias em 2187,7 ha.

No bojo da intensa luta pela terra no Pontal do Paranapanema, a grande imprensa foi a primeira a se posicionar em defesa das políticas de crédito fundiário como alternativa à criação de assentamentos. O jornal *O Imparcial*, em editorial intitulado “Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos rebelde”, demonstrou seu posicionamento em relação à questão agrária na região. O editorial defendeu que a postura crítica do movimento era uma demonstração puramente ideológica e incompatível com os interesses da sociedade e dos fazendeiros:

Outro ponto importante combatido pelo Banco da Terra são as desapropriações [...] essa questão das desapropriações coloca o

⁴ Houve uma demanda dos vereadores Benedito da Silva (PSDB) e Geraldo Aparecido Pazoti (PPS), representantes da Câmara de Vereadores do município de Taciba/SP.

⁵ *O Imparcial* é um jornal de tiragem regional que hoje atinge 54 municípios do oeste paulista. Foi fundado em 1939 em Presidente Prudente/SP. Fonte: <https://www.facebook.com/pg/OImparcial/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 13/09/2019.

contribuinte e proprietários de terra em polvorosa [...] Por que não podemos criar métodos mais justos para a sociedade e para os fazendeiros? [...] (O *Imparcial*, 22/12/1998)

O espaço jurídico-institucional forjado no Pontal revelou os interesses dos latifundiários na disseminação do BT. Após sua articulação no estado, em junho de 2001, foi oficializado um acordo de cooperação entre a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), a Força Sindical, o Banco da Terra e o Conselho Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente. A UNIPONTAL⁶ ficou responsável pelo gerenciamento do programa em toda a região enquanto a Força Sindical assumiu a capacitação técnica dos agrônomos que dariam assistência nos empreendimentos. Foi destinado pelo governo federal um aporte de R\$ 30 milhões para três anos, visando atingir 1.500 famílias. Além das supracitadas entidades, estavam presentes no evento um representante do MDA, Gilmar da Conceição Viana, e representantes da UDR (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001).

Viana, porta-voz do MDA e do governo federal, reproduziu o discurso alinhado ao BM: “Com o Banco da Terra o governo pretende promover uma reforma agrária pacífica, sem conflitos e que possa atender as famílias realmente interessadas na região” (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001, p. 1.5). O BT foi alardeado pelos seus representantes e pela imprensa como uma vitória da UNIPONTAL e dos prefeitos; os beneficiados, segundo os defensores do BT, seriam todos os membros da sociedade. Segundo Carlos Henrique de Araújo, gerente regional do BT, “O Banco da Terra é uma conquista do presidente da UNIPONTAL, o prefeito Agripino Lima, bem como de todos os prefeitos da região” (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001, p. 1.5). Esse argumento foi ressaltado também no editorial “Unipontal Avança” (OESTE NOTÍCIAS, 12/05/2001, p. 1.2), e pelo deputado federal do PSDB-SP Francisco Graziano, em reunião com a gerência do BT na região. O deputado declarou que “O Banco da Terra tem uma proposta moderna de reforma agrária para a região” (OESTE NOTÍCIAS, 01/09/2001, p. 1.3).

Realizadas essas primeiras atividades a fim de legitimar os projetos a partir dos pressupostos do BT, começou a ser dimensionado o espaço da subalternidade. As inscrições para o BT começaram em julho de 2001, assim como a seleção das famílias e reuniões para a seleção de áreas e projetos produtivos.

Foram criados 8 empreendimentos do BT na região entre os anos de 2001 e 2002, envolvendo 245 famílias em 1.539 ha. O total de recursos destinados foi de R\$ 6.699.387,00. Em 2006, houve um incremento da CRAM, por meio da efetivação da modalidade CAF.

⁶ A UNIPONTAL é uma entidade alinhada aos interesses da burguesia e dos latifundiários da região. Durante o período em foco, o presidente da entidade era Agripino Lima, também um dos latifundiários e grileiros da região, foi prefeito de Presidente Prudente (2001-2006), e histórico inimigo do MST.

Foram 28 empreendimentos, com 35 famílias ocupando 176,7 ha, com financiamento de R\$ 1.032.000,00. Ao longo de todo período 2001-2015, foram criados 36 empreendimentos, envolvendo 280 famílias em uma área de 1.715,7 ha, ao custo de R\$ 7.731.387,00 (Tabela 2).

Tabela 02: Territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema (2001-2015).

municípios	empreendimentos	famílias	áreas (ha)	áreas/famílias	tipo
Álvares Machado	3	3	18	6	CAF
Anhumas	1	16	85	5,31	BT
Emilianópolis	14	14	65,7	7,14	CAF
Martinópolis	1	16	88	5,5	BT
Narandiba	8	33	164	5	CAF e BT
Presidente Bernardes	2	28	128	4,5	CAF e BT
Presidente Prudente	1	41	253	6,17	BT
Rancharia	2	41	296	7,21	CAF e BT
Santo Anastácio	2	2	12	6	CAF
Santo Expedito	1	30	121	4	BT
Tarabai	1	56	484	8,6	BT
TOTAL	36	280	1715,7	6,12	-

Fonte: PNCF, 2016. Org. Autores.

Com o CAF, houve uma reformulação do gerenciamento do BT. Nessa etapa a política de crédito fundiário passou a ser responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Houve uma paralisação da atividade do crédito fundiário entre 2002 e 2004, devido a uma revisão da metodologia de atuação. O BT passou a ser considerado um passivo, devido aos seus problemas, como as altas taxas de inadimplência em todo o estado. Em relação ao BT, a função do ITESP limitou-se ao auxílio na regularização fundiária e no pagamento das dívidas. Já o CAF direcionou o ITESP para uma atuação de acompanhamento, desde a compra da propriedade até os projetos de infraestrutura e obtenção de crédito agrícola (MDA, 2005).

Em uma rápida comparação entre os empreendimentos de crédito fundiário com os assentamentos de reforma agrária criados na mesma época (2001 a 2014), vemos que para os 34 assentamentos foram destinadas 1.443 famílias em 30.986 ha. No crédito fundiário a média de hectares por famílias é de 6,1, enquanto nos assentamentos é de 21,4, quer dizer, os assentamentos são na média 3,5 vezes maiores que os empreendimentos.

Durante a década de 1990, no momento de ascensão da luta pela terra (DATA LUTA, 2016), era importante para os latifundiários deslegitimar o MST e as ocupações de terra e isso não foi diferente no Pontal. Percebemos que o BT se tornou um instrumento

mais de esvaziamento político da luta pela terra e menos de combate à pobreza rural. O BT atendia os interesses de frações das classes dominantes na região, sobretudo dos latifundiários, representadas por prefeitos, políticos e entidades ruralistas, como uma forma de deslegitimar a luta pela terra e as ocupações das áreas devolutas do Pontal. Nesse período, o MST-Pontal continuou apostando nas ocupações de terra e na massificação dos acampamentos, criticando a CRAM e defendendo a reforma agrária na região. Ao se impor como resposta à demanda por assentamentos pelos movimentos, a proposta de mercado acabou por não preencher as necessidades de reprodução das famílias mutuárias que aderiram ao programa, restando o minifúndio e o endividamento das famílias, conforme veremos no item seguinte.

O pesadelo da dívida nos territórios do Banco da Terra no Pontal do Paranapanema – SP

Nos empreendimentos de crédito fundiário do BT, após formado o espaço da subalternidade, as famílias selecionavam uma propriedade, criavam uma associação, contraíam um empréstimo do agente financeiro, com juros de 6% a 10% ao ano (com 3 anos de carência), compravam a propriedade, alocavam os recursos de infraestrutura e em seguida se engajavam na execução de um projeto produtivo com recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O percentual de endividamento dos empreendimentos do BT no estado de São Paulo, em 2016, foi de 54%, enquanto no CAF a cifra correspondente foi de 12% (SEAD,2017). No Pontal do Paranapanema, em 2018, apenas 1 empreendimento do BT estava adimplente. Nenhum empreendimento havia integralizado as parcelas junto ao banco, levando todas as associações a uma situação de inadimplência. Conforme veremos, vários motivos levaram a essa situação nos territórios do crédito fundiário no Pontal do Paranapanema. Ao contrário do que se poderia supor, essa situação não foi provocada pelos mutuários.

Quando analisamos a configuração territorial dos empreendimentos, vamos observar uma realidade de pouca terra com muita gente (Tabela 3). No BT temos uma média de 30 famílias por empreendimento, equivalente a apenas 6,3 hectares por família, comprados por um valor médio de R\$ 27.344,00 por família. O custo elevado das terras no estado de São Paulo, o baixo nível de renda familiar e os poucos recursos destinados às famílias levaram à compra de propriedades que, quando parceladas, eram muito caras e pequenas para a reprodução social das famílias. Tanto os empreendimentos do BT quanto do CAF estavam abaixo do módulo fiscal médio do Pontal, que é de 24 hectares. Estavam

muito mais próximos da fração mínima de parcelamento, de 3 hectares. Em suma, estamos diante de um processo de minifundialização e endividamento.

Tabela 03: Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Banco da Terra

Empreendimento	Nº Famílias	Área (ha)	Valor inicial
Anhumas	16	85,00	R\$ 400.000,00
Martinópolis	16	88,00	R\$ 399.994,00
Narandiba	26	133,00	R\$ 650.000,00
Presidente Bernardes	20	85,00	R\$ 499.440,00
Santo Expedito	30	121,00	R\$ 749.999,00
Presidente Prudente	41	253,00	R\$ 1.208.465,00
Rancharia	40	290,00	R\$ 1.199.426,00
Tarabai	56	484,00	R\$ 1.592.063,00
Total	245	1539	R\$ 6.699.387,00

Fonte: PNCF, 2016. Org. Autores

Passados mais de 15 anos desde a aquisição das propriedades, os juros já multiplicaram o preço da terra em mais de 300% do valor inicial, ou seja, do recurso inicial destinado à compra, R\$ 6.699.387,00. Os juros elevaram esse valor para cerca de R\$ 20.098.161,00. Eis um dos relatos sobre essa questão:

A dívida da terra, o juro muito alto, então de 2006 e 2007, então ainda tá correndo o juros, ela parou agora, 2016, que teve a negociação. Mas a dívida nossa era R\$1 milhão 290 mil, de tudo, a benfeitoria, hoje ela tá em R\$3 milhões, hoje tá mais o juro do que na verdade a dívida (Entrevistado de Rancharia, 2017).

A inadimplência levou ao congelamento das contas bancárias das famílias e à impossibilidade de captação de recurso via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou outras formas de crédito. Para elas, isso teve vários significados, como o temor de serem desapropriados e o sentimento de abandono pelo Estado, levando a uma retração no investimento produtivo e em infraestrutura. O endividamento é uma espécie de prisão para muitas famílias: “A pessoa, enquanto não quitar a sua dívida, [fica] sem financiamento - ela não pode fazer nada” (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017).

Em Presidente Prudente/SP, quando a associação não conseguiu pagar o primeiro parcelamento, foi investigada pela Procuradoria Geral da República e processada, com vistas à recuperação do financiamento, sob alegação de que as famílias tinham adquirido propriedade devoluta. Esse processo culminou em uma investigação do MDA que teve como resultado o congelamento das contas bancárias das famílias, obrigando-as a legalizar as terras, que eram 80% municipais e 20% estaduais (LIMA 2015; 2018). O custo de legalização

das terras municipais para a Associação foi de R\$17.941,00 em 2007. Somente em 2017, a Associação conseguiu regularizar as terras devolutas pertencentes ao Estado.

As terras devolutas adquiridas pertenciam ao 2º Perímetro de Presidente Prudente. Eram conhecidas de longa data, pois foram julgadas devolutas em 1942 pelo Juiz Luís Francisco de Souza Nogueira e confirmados pelo Tribunal de Justiça do Estado (LEITE, 1998). Essa operação nos mostra como a CRAM pode beneficiar os proprietários de terra, grileiros neste caso, e o capital financeiro, às custas das famílias camponesas e da sociedade como um todo.

Os problemas do BT estavam presentes desde a seleção dos beneficiários e a formação das associações. Quanto à seleção dos beneficiários, houve uma gama muito ampla de sujeitos vindos de diferentes localidades e perfis, reunidos com o único intuito de acessar a terra. Alguns grupos foram formados por políticos, técnicos e lideranças sindicais que não conduziram um processo de formação de identidade e de conquista coletiva da terra. Em Rancharia/SP, por exemplo, a associação foi formada por um professor de agronomia de uma escola técnica do município, angariando 20 famílias do município, mais 10 do distrito de Gardênia e 10 do distrito de Agissê. Segundo entrevista (Entrevistado de Rancharia, 2017) com o representante da associação, isso gerou um descompasso de interesses tendo como resultado o abandono de parte dessas famílias, após perceberem a obrigatoriedade de morar no empreendimento, pois queriam continuar morando na área urbana. Isso provocou uma abertura na lista para a substituição de mutuários; a lista ficou em aberto por muito tempo. Essa irregularidade foi um dos fatores que gerou o não pagamento da primeira parcela do financiamento.

Desistências e substituições são duas situações muito recorrentes nos empreendimentos do BT. Em Tarabai/SP, das 56 famílias iniciais, cerca de 27 famílias desistiram (48,21%); em Rancharia 21 das 40 famílias deixaram o empreendimento (52%); em Presidente Prudente, do grupo inicial de 41 famílias, 11 foram substituídas (26%).

O desenvolvimento dos projetos produtivos coletivos passou por uma série de conflitos, até “serem abandonados” e as famílias passarem a ter projetos individuais. Em Rancharia/SP, foi o agente financeiro, o Banco do Brasil, que barrou o projeto coletivo:

Na verdade, como associação, no dia pra sair o Pronaf precisou de repartir o lote aqui dentro, porque o banco não aceitou trabalhar em associação pra pegar o Pronaf. Aqui em cima, que seria a vila aqui, seria 20 mil metros pra cada família, o restante da área seria pra associação, o projeto era esse [...] Tudo aqui, é 120 alqueires, aqui da 290 e alguma coisa de hectare. Então o banco não aceitou, então veio o topógrafo nos repartiu em cima e repartiu em baixo, em partes iguais pra todo mundo (entrevistado de Rancharia, 2017).

Em Presidente Prudente/SP, a associação não recebeu o recurso inicial do PRONAF e por meio de seu investimento pessoal, os assentados começaram a desenvolver a produção coletiva de batata-doce, milho e feijão. Contudo, com as contínuas modificações institucionais, o abandono do acompanhamento técnico pela prefeitura e os desentendimentos internos entre as famílias, o projeto se desestruturou:

No começo a gente tava em 2002, em junho começamos a produzir lá. Ai produzia em conjunto, certo? Tava até indo bem. A prefeitura junto com o BT era o mesmo que idealizava né quando começaram. Então ela tinha uma influência sobre os produtores, então, apesar que quem tocava a produção era a associação. Então ela tentava dar uma gestão, uma gerência, um auxílio. [...] A energia elétrica foi através desse retorno do plantio que fizemos, certo? Tava indo bem. Teve uma mudança no BT né, no pessoal da prefeitura que saíram e acho que entrou outro pessoal e não entraram compromissado com o programa. Aí ficou largado mesmo. A seção lá do BT ficou largado mesmo. Aí teve o processo lá da troca do presidente, certo? Ai que ficou largado mesmo, ficamos abandonado. É que quem fazia a gestão do BT das associações era a UNIPONTAL. [...] E nesse meio tempo venceu o prazo prá gente pagar, certo? Então ai teve a falha da produção, nós ficamos sem orientação, certo? Nós não conseguimos produzir, certo? O pessoal tava morando lá, não tava tendo renda, certo? E como não tinha auxílio ficamos meio largado. Ai saiu o presidente que tava tocando a frente, tava indo bem. Saiu, por desentendimento interno. Na época nós não tivemos o PRONAF, que foi prometido desde o começo, quatro, cinco anos depois, certo? Mesmo assim a gente tava indo até razoavelmente bem sem esse Pronaf mesmo (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017, grifo nosso).

Além dessa descapitalização, ocorreram erros no orçamento do investimento em infraestrutura para a instalação da rede elétrica, fossas sépticas, poços artesianos e caixas d'água. O recurso destinado foi de R\$10 mil, contudo, a instalação da infraestrutura só foi possível por causa do sacrifício das famílias mutuárias, que investiram R\$85 mil para concluir o projeto. Esses exemplos nos ajudam a ilustrar as causas da inadimplência dos empreendimentos, gerados pelos inúmeros erros técnicos dos projetos.

Houve algumas tentativas do governo federal para a renegociação das dívidas do BT. No Pontal, foi sobretudo com a Lei 13.340 de setembro de 2016 que houve avanços, facilitados por uma articulação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER)⁷, que reuniu as famílias mutuárias, MDA e ITESP para acompanhar a adequação dos empreendimentos às normas: a lei definia que as associações deveriam pagar ao menos uma parcela da dívida para retomar a situação de adimplência e em seguida individualizar a dívida, ou seja, passar a dívida que estava no nome da associação para o nome de cada família individualmente.

⁷ O Colegiado Territorial era uma instância local de gestão da política de desenvolvimento territorial criado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e envolvia gestores públicos e representantes da sociedade civil. Ver detalhes em Delgado e Leite (2015).

Das associações analisadas, a que estava no processo mais avançado de individualização era a de Presidente Prudente/SP, pois também tinha o grau mais avançado de organização, coesão interna e acompanhamento da tramitação institucional. Em novembro de 2017, a associação estava pagando a primeira parcela individual de R\$ 3.300 /família por ano. Segundo uma entrevista dada ao jornal *O Imparcial*, as famílias temiam que as dificuldades para obter o dinheiro as fizessem perder o prazo limite para a regularização (*O Imparcial*, 04 de mar. de 2018).

A renegociação e a individualização das dívidas têm sido vistas pela maioria das famílias como a principal saída para seus problemas. Em nossa análise, é uma normativa que estimula a individualização das relações sociais, já fragilizadas dentro dos empreendimentos, facilitando a coerção do agente financeiro e da especulação fundiária. Uma das principais reclamações dos líderes das associações sempre foi a baixa participação dos associados nos assuntos gerais e no engajamento em tarefas burocráticas. A participação, porém, era mais substancial quando se tratava da renegociação e individualização das dívidas. Participação, renegociação, individualização, endividamento, devem ser melhor apreciadas a partir da contradição subordinação x resistência empreendidas pelas famílias, conforme veremos a seguir.

Subordinação e resistência: territorialidades em construção

O endividamento, a pressão exercida pelos agentes financeiros e pelo Estado e outros aspectos elencados acima demonstram uma situação de subalternidade profunda das famílias camponesas perante esses agentes. Contudo, conforme Ramos Filho (2013, p. 254) e Ross (2013), o campesinato encontra, em meio às formas de subordinação, maneiras de reprodução social, de resistência, seja integrando-se nas cadeias produtivas controladas do agronegócio, seja acessando políticas de crédito e compra institucional, seja se assalariando. A resistência pode ser observada também no enfrentamento, na luta contra as políticas de desenvolvimento territorial do agronegócio.

Nos empreendimentos, a luta pela permanência na terra é a dimensão da resistência mais evidente. Todavia, ressaltaremos, de forma breve, dois componentes da resistência: a produção familiar; e a, embora incipiente, forma de articulação regional entre as associações.

Sobre a produção familiar, observamos nos empreendimentos a presença do gado leiteiro, em Tarabai/SP e Rancharia/SP, e de hortaliças e batata doce, em Presidente Prudente/SP. Apesar de insuficiente, o leite compõe parte significativa da renda familiar, sendo em 2017, comercializado a R\$1 o litro. Os laticínios capturam parte considerável da

renda da terra. Um dos entraves é o tamanho da propriedade, que permite a criação de no máximo 4 a 6 vacas por lote e a manutenção dos animais em tempo de seca e estiagem.

Em Rancharia/SP não foi possível acessar o PRONAF devido a irregularidades no quadro de associados. Já em Tarabai/SP, quando o recurso foi captado depois de 3 anos, a situação de escassez e estiagem levou ao endividamento das famílias, pois o recurso acabou sendo destinado à subsistência familiar, sem possibilidade de excedente para o pagamento do crédito rural. Em Presidente Prudente/SP, a associação conseguiu acessar seu primeiro recurso após 5 anos de existência, mas o crédito agrícola durou até 2011, quando foi cancelado pelo agente financeiro, devido o processo judicial comentado anteriormente.

O único empreendimento que acessou as políticas de compra institucional foi de Presidente Prudente/SP. Das 41 famílias, seis participavam do programa entregando batata-doce e hortaliças ao município. Os programas eram avaliados como importantes para a elevação da renda familiar. Por volta de 2016, a associação passou a captar somente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse período, segundo o presidente da associação, 11 produtores viviam sobretudo da produção agrícola. Eles vendiam parte da sua produção para o PNAE e o excedente era comercializado individualmente nas feiras, beiras de estrada e centros de abastecimento.

Em todos os empreendimentos, as políticas de redistribuição de renda, como Bolsa Família e previdência social, como a aposentadoria e o trabalho acessório eram fundamentais para a permanência delas no empreendimento.

O endividamento foi visto por muitas famílias como um entrave ao desenvolvimento produtivo. Após cerca de dez anos de existência, os empreendimentos do BT buscaram formas de articulação para pressionar o poder público. Em reunião realizada em 2012 em Presidente Prudente/SP, as associações produziram um manifesto intitulado “Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente”. Nesta carta, dirigida ao MDA, exigiram, entre outras coisas, a renegociação e a individualização das dívidas, segundo a lei 11.775/2008:

- a) Cobrar do agente financeiro (Banco do Brasil) maior respeito com o Mutuário do Banco da Terra, ter pessoal qualificado e treinado e com conhecimento da legislação do programa e dos procedimentos específicos para o correto atendimento dos mutuários/agricultores; maior agilidade nos processos ou mesmo a substituição do agente financeiro (Banco) já que não cumpre a sua função.
- a) Efetivar a Renegociação feita conforme a lei.11.775/2008
- b) Efetivar a Individualização das Terras e das Dívidas feita de acordo com a lei 11.775/2008
- c) Verificar a existência de irregularidades nas propriedades rurais adquirida, sob o fundamento de se tratar de terras devolutas e se afirmativo providenciarem sua completa regularização

- d) Ter acompanhamento técnico, social e econômico nas famílias e propriedades.
- e) Estruturar e Revitalizar as associações que se encontram fragilizadas diante da infinidade de erros cometidos pelo programa
- f) Implementação de programas para a Recuperação e Revitalização do projeto Banco da Terra; detalhe com acompanhamento técnico (Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente, 2012).

No ano seguinte, a associação de Presidente Prudente/SP também se mobilizou por conta própria e produziu um documento chamado “Do sonho ao pesadelo”, que denunciava o abandono do Estado, o caráter rentista dos agentes financeiros e o sentimento de terem seus sonhos transformados em um verdadeiro pesadelo:

A Individualização das dívidas e das Terras, um grande sonho que os produtores anseiam, o Projeto está pronto e aprovado pelo ITESP/UTE, portanto estamos esperando o banco providenciar o Aditivo, vamos esperar mais uma vez. **Acreditamos que é o cominho de resolvermos a inadimplência e enfim sair deste PESADELO** (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ, 2013, negrito do autor).

A organização das associações, apesar dos limites, em busca de suas reivindicações pode ser vista como formas de resistência, forjando espaços de socialização política, compartilhando experiências e identificando a exploração. Esse espaço autônomo foi sendo fortalecido com a presença do Codeter. Ele tinha um canal de diálogo com o governo federal, mas limitou o debate político à tramitação institucional da renegociação e individualização.

O vivido territorial, ou seja, as territorialidades nos empreendimentos de crédito fundiário foram marcadas pelas imposições do capital financeiro e das instituições do Estado, precarizando as condições de (re)produção social das famílias. Essas territorialidades, utilizando o conceito de Raffestin (2011), são profundamente dissimétricas. Em complementaridade, Ramos Filho (2013), afirma que esses empreendimentos possuem territorialidades em construção, uma vez que estão em constante transformação e instabilidade.

Considerações finais

O Banco Mundial é um agente produtor do espaço que atua em escala mundial. É, como afirma Pereira (2010), um forte ator político, econômico e intelectual que nas últimas décadas vem influenciando as agendas nacionais a adotar o neoliberalismo e se alinhar ao imperialismo estadunidense. A instituição passou por uma reformulação interna que incorporou a reforma agrária no seu conjunto de políticas. Com isso, de um lado fez uma

crítica ao modelo desapropriativo e do outro promoveu a chamada “reforma agrária à luz do mercado”, que nós conceituamos como CRAM.

Os governos brasileiros passaram a adotar a agenda neoliberal nos anos 1990, a partir do governo FHC. Como resposta à luta pela terra, a “reforma agrária” do BM foi implementada por meio de políticas de crédito fundiário. Nos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma, o crédito fundiário foi mantido e reciclado, transformando-se em uma política de Estado, por meio do PNCF. Com o golpe de 2016 e o governo Temer, houve a retomada do ciclo neoliberal. Temer fez um conjunto de cortes que atingiram a política de reforma agrária como um todo, em benefício do agronegócio. A CRAM foi mantida e novamente remodelada, mas com menor desempenho, criando menos empreendimentos.

Quando o crédito fundiário foi adotado no estado de São Paulo, mas sobretudo no Pontal do Paranapanema, ela foi conduzida pelas classes dominantes. Foram os ruralistas e os latifundiários que, devido a intensidade da luta pela terra na região, articularam a criação dos primeiros empreendimentos do BT, com vistas a combater o MST.

Os empreendimentos do BT no Pontal apresentaram: a) um alto índice de inadimplência; b) associações frágeis, com laços ligados sobretudo ao pagamento e à regularização das dívidas; c) erros técnicos e operacionais dos gestores do BT, levando à inviabilidade produtiva dos empreendimentos; d) abandono do Estado do ponto de vista da assistência técnica e monitoramento dos projetos; e) elevado índice de rotatividade de famílias, devido às desistências e substituições. Essa situação, caracterizada pela ameaça do endividamento, ou seja, da desapropriação e da execução pelo agente financeiro, construiu um imaginário de prisão e pesadelo, enquanto as famílias lutaram e continuam lutando para permanecer na terra e sanar suas pendências com o agente financeiro. Nessa ação de resistência para permanecer na terra, a reconfiguração de seus laços coletivos e reprodução de seu modo de vida passam necessariamente pela anistia da dívida e a retomada de políticas públicas para prover técnica e economicamente as famílias mutuárias.

Referências

ANDRADE, Tania. Três perguntinhas difíceis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.1, 2 e 3, jan/dez, 1998/1999.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.207-228.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018

_____. **O Brasil de Bolsonaro**. Prefácio à edição italiana do livro Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT. Fonte: <https://www.academia.edu/40156331/O_Brasil_de_Bolsonaro_-_Prefacio_à_Edição_Italiana_do_livro_Reforma_e_crise_política_no_Brasil>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. 271 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DA ROS, César Augusto. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.259-284

DATALUTA. **Relatório Brasil 2015**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2016.

_____. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2013.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: EFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 239-260

Editorial. Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos Rebelde. **O IMPARCIAL**, Presidente Prudente, 22 dez, 1998, p.273-301

Encontro oficializa Banco da Terra. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 19 jun. 2001, p.1.5.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo; FLASCO; 2013. p.191-206.

GEMINANI et. al. A implantação de programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.229-258.

ITESP. Pontal do Paranapanema: novos investimentos buscam o desenvolvimento da região. **Fatos da terra** São Paulo: ITESP, n.19, ano 6, 2007

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1998

LIMA, Rodolfo de Souza. **Entre a independência e o endividamento: análise da contrarreforma agrária pelo Banco da Terra em Presidente Prudente (2001-2013)**. 2015. 140 f. Monografia (bacharelado – geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

_____. **Do sonho da terra ao pesadelo da dívida: a territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema**. 2018. 224 f. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Nov. 2003. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 364 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil**. OXFAM BRASIL, nov. de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 11 de fev. de 2017.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 208f. Dissertação (mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro.

_____. Neoliberalismo, política de terras e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-48.

_____. **O Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro 1944-2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

ROOS, Djoni. **Contadições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. 390f. Tese

(doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado do São Paulo. **Covas assina convênio do Banco da Terra**. 2000. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=4650&c=6>>.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Subsecretaria de Reordenamento Agrário. **Painel de indicadores gerenciais da subsecretária de reordenamento agrário**. Boletim ano XI, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/painel-de-indicadores-2017>>

_____. **Grupo de trabalho de reformulação do crédito fundiário**, mai. 2017. Arquivo digital não disponível na web.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010

_____. Como Bolsonaro contribui para aumentar a especulação e a concentração de terras?. **Brasil de fato**, São Paulo, 12 de jun. de 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/06/12/como-bolsonaro-atua-para-aumentar-a-concentracao-e-especulacao-de-terras/>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

SILVA Danielle Fabiane; CLEPS JUNIOR, João. A territorialização da reforma agrária de mercado: a atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1056_1.pdf >

THOMAZ Junior., Antonio. Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, 2009, p. 1-14

VIA CAMPESINA. **A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa popular/La Via Campesina. 2006. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/Cartilha%20Rede%20Social.pdf>>.

Sobre os autores

Rodolfo de Souza Lima – é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT-UNESP em Presidente Prudente. Concluiu o mestrado, licenciatura e bacharelado na mesma instituição. É Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Atuou como professor de Projeto Interdisciplinar (PID)

II e Metodologia em Geografia no Curso de Geografia da FCT-UNESP. **OrcID** –
<https://orcid.org/0000-0002-5050-9900>

Ricardo Pires de Paula – Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1997), Mestrado (2001), Doutorado (2007) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-Doutorado na Université Lumière 2, Lyon/França. Atua como Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - UNESP - nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia - Presidente Prudente/SP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, sindicalismo docente, associação de professores, greve de professores, campo educacional, neoliberalismo, movimentos sociais urbanos e rurais. Participação em pesquisas relacionadas à Educação do Campo. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4956-9973>.

Como citar este artigo

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 146-167, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Este campo é exclusivo para artigos com mais de um autor(a). As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica e análise foram desenvolvidas em grupo. O autor **Rodolfo de Souza Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e suas interpretações e análise; o segundo autor, **Ricardo Pires de Paula**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo. Este modelo está disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/about/editorialPolicies#custom-9>.

Recebido para publicação em 04 de março de 2020.

Aceito para a publicação em 03 de abril de 2021.

Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão

Ayolse Andrade Pires dos Santos

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara, São Paulo, Brasil
e-mail: ayolsesantos@hotmail.com

Joelson Gonçalves de Carvalho

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil
e-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo realizada na comunidade agrícola de Monte Café no país africano de São Tomé e Príncipe (STP). As atividades de campo foram realizadas nos primeiros meses de 2018 e as análises e aprofundamento bibliográfico se estenderam por 2018 e 2019. O objetivo do trabalho foi o de, a partir do estudo de caso apresentado, lançar luz à realidade concreta dos camponeses no país. Com o esgotamento do ciclo açucareiro, o café e o cacau assumiram uma posição de destaque, ainda no século XIX, destaque esse que se mantém até os dias atuais. Preso a uma economia agrária-exportadora, o país não logrou um processo de industrialização que pudesse alterar a dinâmica econômica recente. Ademais, a baixa capacidade estatal registrada após a independência do país contribuiu para que se estruturasse uma agricultura de subsistência integrada a um insipiente mercado como garantia de renda para a reprodução material dos agricultores. São Tomé e Príncipe é, nos dias atuais, um país agroexportador caracterizado por um baixo grau de desenvolvimento, notadamente no território rural, e isso por seu turno tem contribuído para que quase toda a população rural esteja em um nível de vida marcada pela pobreza.

Palavras-Chave: Agricultura camponesa; agricultura de subsistência; desenvolvimento rural; Monte Café; São Tomé e Príncipe.

Peasantry and subsistence agriculture in São Tomé and Príncipe: notes for thinking about development and inclusion

Abstract

This article is the result of research carried out in the agricultural community of Monte Café in the African country of São Tomé and Príncipe (STP). In the first few months of 2018, field activities were completed, and the bibliographic analysis and revision extended through 2018 and 2019. The objective of this work was to throw much light on the concrete reality of farmers in the country based on the presented case. With the exhaustion of sugar cane, coffee and cocoa production outweighed that of the sugar cane in the 19th century. This is a fact that currently exists. Stacked in an economy based on the exportation of primary goods, the country has not developed an effective industrial process that could change the current image of the economy. In addition, the state's low capacity registered after the country's independence contributed so that subsistent agriculture could generate income to reproduce materials for the farmers by its integration in an incipient market. São Tomé and Príncipe is currently an agro-exporter country characterized by low developmental indices that is much evident in the rural territories. This underlying problem is a contributive factor of poverty in almost all the rural population.

Keywords: Peasant Agriculture; subsistence farming; rural development; Monte Café; São Tomé and Príncipe.

Campesinos y agricultura de subsistencia en Santo Tomé y Príncipe: notas para pensar sobre el desarrollo y la inclusión

Resumen

Este trabajo es el resultado de una investigación de campo realizada en la comunidad agrícola de Monte Café en el país africano de Santo Tomé y Príncipe (STP). Las actividades de campo se llevaron a cabo en los primeros meses de 2018 y los análisis y la profundización bibliográfica se extendieron a 2018 y 2019. El objetivo del trabajo era, a partir del estudio de caso presentado, arrojar luz sobre la realidad concreta de los campesinos en el país. Con el agotamiento del ciclo del azúcar, el café y el cacao asumieron una posición prominente, incluso en el siglo XIX, punto culminante que permanece en la actualidad. Atrapado en una economía de exportación agraria, el país no logró un proceso de industrialización que pudiera cambiar la dinámica económica reciente. Además, la baja capacidad estatal registrada después de la independencia del país contribuyó a la estructura de la agricultura de subsistencia integrada con un mercado incipiente como garantía de ingresos para la reproducción material de los agricultores. Santo Tomé y Príncipe es, hoy en día, un país agroexportador caracterizado por un bajo grado de desarrollo, especialmente en el territorio rural, y esto a su vez ha contribuido a que casi toda la población rural se encuentre en un nivel de vida marcado por la pobreza.

Palabras clave: Agricultura campesina; agricultura de subsistencia; desarrollo rural; Monte Café; San Tome y Principe.

Introdução

A região de Monte Café em São Tomé e Príncipe tem sido caracterizada um modo de vida considerado precário geralmente encontrado nas demais zonas rurais que se tem no país, causa da incapacidade do Estado em garantir políticas públicas que deem condições para uma vida digna dos moradores da região. Assim, as condições gerais de pobreza associadas as especificidades locais dessa região suscitaram o interesse em conhecer e entender de maneira mais científica a história, a dinâmica e a realidade da região, analisando o modo de vida do campesinato santomense e suas formas de produção agrícola e sua reprodução material.

É nesse sentido que surge esse artigo, tendo como objetivo principal o estudo das práticas e estratégias dos camponeses santomenses na produção agrícola e reprodução social. Para tanto, além de pesquisa de campo, com observação participante, houve também entrevistas livres com agentes representativos e outras semiestruturadas com 21 famílias camponesas *in loco*. A pesquisa de campo em Monte Café realizou-se durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018 com idas alternadas à região, com estadias que chegaram a durar até quatro dias, o que permitiu o contato direto com os camponeses e uma convivência que

garantiu uma relação de confiança com os entrevistados aumentando, por suposto, a confiabilidade das informações recebidas.

Durante a pesquisa de campo, entrevistamos 21 famílias de camponeses, o que possibilitou um diagnóstico socioeconômico e produtivo da região de Monte Café Sede, a partir de informações de 98 indivíduos que compunham essas famílias. Embora sendo uma amostra pequena (aproximadamente 15%) se comparamos com o total de 674 habitantes da região, a consideramos representativa, pois perfil dos que foram entrevistados *vis-à-vis* dos que não foram, guardam muitas semelhanças, como se verá no decorrer do artigo.

Para cumprir os objetivos propostos, este artigo, para além dessa introdução e das considerações finais tem mais 3 tópicos. Um primeiro que busca fazer uma apresentação com resgate histórico do país e da região foco da pesquisa, de modo a entendermos a trajetória política e social que por sua vez reflete na atual conjuntura de Monte Café bem como do país de modos mais gerais. O segundo, no qual nosso intuito é fazer uma análise socioeconômica dos camponeses de Monte Café buscando visibilizar as estratégias de produção agrícola e reprodução social dos entrevistados. Por último, há um terceiro tópico no qual problematizamos a condição camponesa santomense e sua economia de subsistência, assim como traçamos alguns paralelos com a realidade brasileira.

Características gerais e trajetória histórica de São Tomé e Príncipe

A República de São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, situado no golfo da Guiné em plena zona equatorial, a cerca de 300 km da costa africana (INE, 2018). É um arquipélago composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe) e alguns pequenos ilhéus. Com o solo favorável às práticas agrícolas, tem uma área total de 1.001km² e uma população de aproximadamente 211.000 habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas. A maior fonte de renda do país vem da pesca e agricultura, mas tem ganhado espaço o turismo e, mais recentemente, atividades ligadas ao setor petrolífero (INE, 2018). Embora o país tenha solo fértil para o bom desenvolvimento da agricultura, a maioria dos camponeses ainda vive em um estado de pobreza (SOUSA, 2009). A região de Monte Café, local da pesquisa de campo, não escapa a essa realidade. Situada no distrito de Mé-Zóchi da ilha de São Tomé, é uma das roças mais antigas do arquipélago, fundada em 1858, por Manuel da Costa Pedreira (PAPE; ANDRADE, 2015).

Monte Café foi, no período colonial século XIX, um lugar de destaque na produção do café e do cacau. A implementação da cultura de café (em 1787), e do cacau (em 1822), em STP se deu após o término da cultura da cana-de-açúcar, que antes era o único produto de exportação do país. A decadência do ciclo canavieiro foi consequência da falência dos senhores de engenhos de São Tomé e Príncipe em função do deslocamento da cultura para

o Brasil (ORLANDI, 2011). Nas últimas décadas do século XIX, a exportação do café constituía 90% das exportações agrícolas totais da colônia, todavia, a partir de 1892, começaram a declinar a ponto de, em 1925, constituir apenas 2% das exportações totais (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Vale realçar que, muito embora com declínio, a produção agrícola foi sempre um setor econômico de vital importância para a economia das ilhas de S. Tomé e Príncipe. No final do século XIX e início do século XX, o cacau se torna o maior produto de exportação e uma das esperanças para o desenvolvimento econômico (ESPÍRITO SANTO, 2008). Com a independência alcançada em 1975 e a conseqüente saída dos portugueses do país, a região de Monte Café passou a viver um período de grandes transformações marcado por retrocesso econômico, com redução de investimentos.

Figura 1: Ilha de São Tomé com destaque para a região de Monte Café.



Fonte: Google Maps (2020).

Atualmente, a região de Monte Café apresenta pouca infraestrutura, possuindo aproximadamente 30 mil habitantes (INE, 2018), que se valem majoritariamente da produção agrícola para subsistência. A precariedade encontrada durante o recente período colonial,

mesmo depois de mais de 40 anos da independência política do país, continua. A infraestrutura física de equipamentos públicos presentes na região se resume a um jardim de infância, que recebe crianças dos três aos cinco anos; uma escola primária, que garante ensino até o quarto ano do ensino fundamental ou até a quarta classe, como se fala no país. Possui ainda um hospital que já funcionava desde a era colonial e que, atualmente, tem pouca capacidade de atendimento e tratamento. Existe também um museu conhecido como Museu de Café Edifício que, nos séculos passados, era o local no qual se fazia o processo de preparação do café, com casa de máquinas onde se fazia a secagem do cacau. Podemos também encontrar outras edificações que foram deixadas do período colonial, edifícios responsáveis pela parte burocrática e administrativa, as casas dos trabalhadores e uma igreja apostólica construída em anos recentes.

Por estarmos falando de um território que, por muito tempo, se manteve em um sistema colonial é necessário acrescentar que Monte Café foi formada por um conjunto de outros territórios que são chamados de dependências, das quais se destacam: a roça de São Nicolau, Nova Moca, Saudade, Bem-posta, São José, Santa Catarina. Assim sendo, Monte Café se divide em Monte Café Sede, ou seja, onde ficava as infraestruturas já citadas e as dependências, com terras produtivas destinadas ao cultivo de café e cacau. É preciso salientar que este trabalho se limita ao diagnóstico dos agricultores de Monte Café Sede, não abrangendo assim as dependências, muito embora todas as regiões que compreendem Monte Café apresentem realidades muito semelhantes.

Após a declaração da independência, em 1975, todas as roças que estavam sobre o jugo colonial passaram para administração do novo Estado nacional que acabava de surgir. Porém, pelas fragilidades econômicas, bem como de recursos humanos, que se faziam sentir na época, o Estado não conseguiu dar suporte, por meio de políticas públicas, às atividades econômicas que eram a base da economia local. Assim sendo, tanto a roça Monte Café como as demais no país ficaram em estado de abandono, fato esse que favoreceu o aumento da vulnerabilidade da população local.

A origem da população que habita a região de Monte Café é diversa. Primeiro vieram os escravos de Cabo Verde, Angola e Moçambique, tendo seus descendentes permanecidos na região. Após abolição da escravidão (1875), os portugueses importaram mão de obra de outras das suas colônias na condição de contratados. Esses contratados, homens e mulheres, foram, com passar do tempo, formando novas gerações e miscigenações de pessoas que tiveram no campo uma das poucas alternativas de sobrevivência (NASCIMENTO, 2004; BARBOSA, 2001).

Em Monte Café, assim como em outras regiões do país, o acesso à terra é por meio de ocupação, dado o abandono da questão fundiária por parte do Estado. Uma vez que as terras não estão sendo usadas pelo Estado ou por alguma empresa e nem há nenhuma forma

de controle dela, os moradores desbravaram o tamanho da área que necessitam e começam a sua plantação. Dado isso, os camponeses não possuem qualquer tipo de documento reconhecido que lhes garanta o uso e a posse da terra, exceto uns alguns que possuem título de uso concedido pela Cooperativa de exportação de café.

Como já dito, Monte Café foi uma roça que esteve sobre domínio colonial até 1975, usada para cultivo do cacau e do café. Após a tomada de independência, todas as roças passaram à administração do novo Estado que nasceu junto com a independência. Nacionalizou-se as roças, o Estado assumiu sua administração, mas por falta de quadros formados, o Estado não conseguiu dar continuidade nos serviços das roças, ou seja, na dinâmica de produção já implantada. Assim, dado o fracasso do Estado na manutenção das roças – e Monte Café é um exemplo –, elas foram sendo abandonadas ao longo do tempo, levando a degradação das infraestruturas e ao esquecimento das pessoas que habitavam ali. Com o abandono do Estado, as roças ficaram abandonadas à sua sorte e os moradores, com o tempo, foram ocupando os terrenos transformando-os em “suas propriedades”.

A Figura 02 ilustra esse processo de ocupação. É uma área de um camponês (camponês 2) que antes de se mudar para Monte Café vivia em outro meio rural (Ubúá Cabra). Ele começou a frequentar a região por ter sido contratado por alguém para prestar serviços temporários. Após o fim do contrato não houve recontração e, por isso, se viu obrigado a encontrar outro meio de se manter. Dada essa situação, ele ocupou uma pequena parcela da terra que não estava sendo usada e começou sua própria produção.

Figura 02: Área desbravada por um camponês.



Fonte: acervo pessoal (2018)

Na foto temos uma área com cultivo de tomate, mas ele também tem no campo outros cultivos como milho, feijão verde, entre outros. A forma como se deu a ocupação de terra desse camponês é a forma mais comum de ocupação que se tem em Monte Café e em todas as áreas que se encontram abandonadas pelo Estado.

Mesmo sem qualquer título do uso da terra que é a situação da maioria, os camponeses vão cultivando suas pequenas parcelas com esperança de que possam ter suas terras legalizadas e reconhecida pelo Estado, enquanto vão desenhando estratégias de produção agrícola e reprodução social que abordamos no tópico seguinte.

Produção agropecuária e estratégias de reprodução social em Monte Café

O último censo realizado no país, em 2012, feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)¹, aponta que a comunidade Monte Café (sede) possuía uma população de 674 habitantes distribuídos conforme a Tabela 01.

Tabela 01: Dados populacionais de Monte Café Sede, por gênero e faixa etária.

Faixa etária	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
Gênero	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Residentes	146	144	190	176	5	13

Fonte: INE (2018).

No entanto, com passar do tempo essa população cresceu para um número cuja falta de dados confiáveis nos impossibilita aferir com maior precisão o atual quadro populacional. Com uma população em idade ativa de trabalho começando nas atividades laborais muito cedo, há fortes índices do abandono escolar, bem como baixo grau de escolaridade dos pais. Dos questionários aplicados, o nível escolar dos pais variou do fundamental 1, que contempla 4 anos iniciais de estudo, ao fundamental 2, que equivale a mais 5 anos de escolarização².

Grosso modo, podemos dizer que o baixo poder econômico bem como o fato de as famílias possuírem baixa escolarização são fatores que têm levado ao fraco rendimento escolar dos filhos. Em campo, constatou-se que muitos pais não conseguem estimular nos filhos um interesse maior pelos estudos e pela escola.

Para entendermos melhor a situação socioeconômica dos agricultores de Monte Café, acreditamos que algumas das perguntas que temos que fazer é, de onde provém a renda dos camponeses que residem nesse território? É possível afirmar que os agricultores

¹ Após 2012 não houve atualizações das informações no site do Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Para maiores detalhes ver o site oficial do órgão: <http://www.ine.st/>.

² Das 21 famílias entrevistadas, encontramos 41 pessoas com o ensino fundamental I completo, 35 com o ensino fundamental II completo e apenas 5 com ensino médio incompleto. Nenhum membro das famílias entrevistadas tinha conseguido concluir o ensino médio.

que lá moram possuem alguma garantia de ter renda? Ao buscar evidenciar algumas respostas a essas questões entendemos, em nossas análises, que o fator social e o econômico são indissociáveis.

Como já adiantado, o local em estudo tem, até hoje, uma estrutura marcada por vestígios coloniais. Essa estrutura fez com que o lugar se tornasse um ponto turístico por guardar monumentos e histórias do período colonial. O turismo é uma das principais atividades econômicas que movimenta o lugar e o trabalho de guia turístico é praticado principalmente pelos jovens, mesmo que de maneira informal. Em seguida, vem a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) que fomenta o cultivo de café biológico na região.

A cooperativa distribui as mudas de café aos agricultores e estes, por sua vez, fazem o cultivo e, após a colheita, vendem à cooperativa. A CECAFEB trabalha atualmente com mais de cem agricultores, sendo alguns de Monte Café Sede e outros das dependências adjacentes. Essa é a cooperativa de maior porte na ilha de São Tomé, trabalhando com sete comunidades: São Carlos, Bemposta, São Francisco, São José, Novo Destino, São Nicolau e Poço Alto.

Por meio de entrevistas livres, durante a observação participante, alguns agricultores que fazem parte dessa cooperativa, expressaram descontentamentos com a cooperativa. Em uma das conversas, um agricultor reclamou que a cooperativa não dava segurança financeira aos cooperados, isso porque o que eles arrecadavam com a colheita era muito pouco para se ter uma vida com melhores condições e, ademais, só se tem duas colheitas por ano e, portanto, dois pagamentos. A cooperativa compra o café ainda em cereja, como eles chamam – que é quando o café ainda contém a sua casca vermelha, sem passar por nenhum outro estágio de produção –, isso permite que a cooperativa pague um preço baixo, dada a pouca agregação de valor por parte dos camponeses.

Outro problema registrado é o fato de que a cooperativa não oferece emprego e remuneração a esses agricultores de modo perene, o que poderia fazê-los ter uma renda mensal. O café biológico acarreta uma série de cuidados constantes (limpeza do cafezal, pulverização das pragas, etc.) e os agricultores, que investem trabalho considerável nessa atividade, só recebem pelos grãos colhidos. Segundo o depoimento de um agricultor:

(...) os agricultores aqui em Monte Café, quando não tem colheita ficamos parados sem dinheiro, dois ou três meses você tem dinheiro, mas três, quatro meses você não tem nada, mas tem que tá cuidando do cafezal, de uma forma ou de outra você tá a trabalhar, só que sem ganhar nada (Agricultor 1).

O não comprometimento da cooperativa com os agricultores os deixam em uma condição de busca constante por outros meios para a subsistência. Assim, a venda do café é simplesmente um meio a mais de se ganhar renda extra, o que é paradoxal, pois é a atividade

que demanda mais trabalho, mas que não garante renda suficiente para a reprodução social destes camponeses.

Antes de entrarmos propriamente nos mecanismos de subsistência mais importantes dos agricultores de Monte Café, é importante entendermos que, em São Tomé e Príncipe, os residentes se utilizam de dois termos para designar pessoas que têm a terra como seu meio de “ganhar a vida” que são: agricultor e camponês. O agricultor é entendido na sociedade santomense como alguém que se vale da terra para cultivo de produtos como: café, cacau, cana-de-açúcar, banana, inhame, maquequê³, matabala⁴, um tubérculo comum no país. Esse agricultor pode ou não viver na terra e viver só da renda agrícola. Já o camponês é a pessoa que usa a terra para o plantio de produtos hortícolas.

Por suposto, a realidade por nós observada consiste em pessoas que cultivam café, mas vivem na terra e da terra, precisando, para isso da horticultura, tanto para subsistência como para complemento de renda, assim sendo “agricultores camponeses” ou “camponeses agricultores” que são aqueles que praticam as duas atividades em simultâneo, sendo esses termos usados com frequência por eles mesmos.

Dada a falta de debates acadêmicos sobre esses temas no país, certos termos são entendidos e definidos no cotidiano da sociedade e não a partir de uma análise acadêmico-científica. Entendida esta particularidade, em Monte Café os camponeses também são agricultores, e os agricultores também são camponeses, por essa razão ao longo deste artigo será frequente o uso da palavra camponês ou agricultor.

Mesmo com as dificuldades apresentadas pela condição camponesa em STP, para os entrevistados, ser camponês ainda é a condição que garante maior retorno se comparado a outras atividades econômicas locais. Com um solo fértil e clima húmido, a região tem oferecido condições favoráveis ao cultivo de horticulturas, garantindo assim algum nível sustentabilidade à várias famílias. É da atividade camponesa a origem dos recursos financeiros para a alimentação, vestuário, saúde e educação, etc. Produtos como a couve, a cenoura, o tomate, o repolho, o feijão verde, a salsa e o pimentão são os que trazem aos camponeses maior retorno financeiro, segundo eles mesmos declararam. A produção das famílias é, em geral diversificada, em média 6 produtos diferentes, como ilustra o Quadro 1.

Quadro 1: Produção animal e vegetal das famílias visitadas.

Família	Variedade da produção	Variedades
1	Couve, repolho, tomate, cenoura, mandioca, salsa, feijão verde, rabanete, café	9
2	Banana, tomate, mandioca, cenoura, feijão verde, berinjela, maquequê (jiló), inhame	8

³ Maquequê é um arbusto que a população local usa as folhas e os frutos em vários pratos e molhos.

⁴ Matabala é uma espécie de tubérculo, parecido e substituto da batata que pode ser consumida cozida, em purê ou frita.

3	Café, repolho, salsa, feijão verde, cenoura, couve	7
4	Café, cenoura, couve, banana, matabala	5
5	Café, porco, galinha, cenoura, salsa, couve, repolho	7
6	Couve, maquequê	2
7	Cenoura, repolho, feijão verde, pimentão, mandioca, tomate, salsa, couve, matabala, batata inglesa	11
8	Café, galinha, banana, matabala, milho	5
9	Café, couve, salsa, matabala, banana, batata doce, cenoura, abóbora	8
10	Café, banana, matabala	3
11	Matabala, banana	2
12	Cabra, porco, cenoura	3
13	Café, salsa, couve, banana, matabala	5
14	Café, porco, cabra, ovelha, cenoura, repolho, couve, tomate, pimentão, matabala, banana, salsa, alface, pimenta	14
15	Café, porco, couve, maquequê, salsa, feijão verde	7
16	Café, cenoura, feijão, verde, repolho, tomate	6
17	Couve, cenoura, repolho, feijão verde, salsa, matabala, banana, tomate	8
18	Cenoura, salsa, repolho, tomate, feijão verde, couve	6
19	Café, feijão verde, tomate, couve, salsa, repolho	6
20	Café, galinha, couve, batata doce, cenoura, feijão verde, agrião, alface, tomate	10
21	Café, matabala, cenoura, batata doce, mandioca, salsa, feijão verde, tomate, repolho	9

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018)

Embora se tenha condições naturais favoráveis, a ausência de condições institucionais tais como acesso a crédito, mercados garantidos, entre outros, aumentam as dificuldades de se ampliar a produção, gerando gargalos que vão além da capacidade dos camponeses em resolver localmente, até pela sua falta de organização política⁵.

Todos os camponeses têm em suas famílias a mão de obra principal, mas existem momentos específicos no qual essa mão de obra é insuficiente e aí é necessário contratações temporárias. Os custos com as sementes ou mudas para plantar, associados à contratação de pessoas quando há muito trabalho no campo, mais os custos com os agrotóxicos (adubos, inseticidas e outros) acabam muitas vezes gerando, ao final, um custo tão elevado da produção que, em alguns casos, impede o camponês de obter retornos mínimos necessários à melhoria da condição de vida das famílias com a venda dos produtos, gerando uma reprodução social caracterizada pela pobreza e dependência⁶.

Atualmente o modelo de produção agrícola que se encontra em Monte Café é um modelo de subsistência e não um modelo de mercado. Com a produção excedente,

⁵ Para um estudo comparado, Khalil e Carvalho (2019), demonstram como o acesso ou não às políticas públicas pode favorecer ou dificultar a produção dos camponeses assentados de reforma agrária em um assentamento rural no município de São Carlos, SP.

⁶ A produção de café biológico não conta com agrotóxicos, todavia, as demais culturas se valem deles, notadamente a produção de tomate.

majoritariamente oriunda da horticultura, os camponeses obtêm renda para o mínimo de uma reprodução social e material.

Embora com muitas dificuldades de produção, dos 21 entrevistados, apenas um já pensou em abandonar o campo e ir para cidade vender sua força trabalho como forma de conseguir melhores condições de vida. A maioria, com mais de dez anos cultivando, percebe e diz ser difícil ser camponês, mas ao mesmo tempo não se veem vivendo fora do campo. Mesmo que o retorno financeiro do campo seja pouco, quando perguntamos aos camponeses se essa prática tem sido viável não obtivemos nenhuma resposta negativa. As respostas sempre eram parciais, como relata um camponês (camponês 2): “olha, embora com muito sacrifício, mas o campo dá retorno, mas o que nos falta é dinheiro para investir, não temos nenhum apoio, única coisa que precisamos é financiamento”.

No trabalho de campo, encontramos dificuldades em capturar dados referentes a produção, o tamanho da área plantada, quantidade produzida, percentagens destinadas ao consumo da família e percentagens vendidas, que são dados importantes que os ajudariam a ter um controle da produção e nos ajudaria em nossas análises⁷. Essas lacunas encontradas podem ser também uma das causas do fraco retorno financeiro, na medida em que isso aponta para a inexistente gestão técnica da organização da produção.

A produção de subsistência é definida de forma como cada camponês entende que é melhor para si e sua família. Assim sendo cada um cultiva a quantidade de sementes que tem e de acordo com o espaço que possuiu, e ao final da colheita, ou mesmo ao longo da colheita, uma parte supri as necessidades da família e outra destina-se a venda sem um controle logístico. O dinheiro que se ganha com a venda também é gasto sem controle prévio. Pelos relatos, o dinheiro conseguido com a venda de algum produto é gasto com alguma demanda reprimida da família, independente da necessidade de manutenção das condições de produção e reposição de algum capital em depreciação.

Alguns poucos camponeses têm fonte de água que usam para irrigar as culturas quando necessitam, mas na época de *gravana* a situação fica mais difícil. *Gravana* é o período em que predomina a escassez de chuva (época seca) e na região visitada não há rios nem outra forma de armazenamento de água perto do campo, prejudicando a irrigação das plantações. Como resultado, os camponeses de Monte Café, na sua grande maioria, não cultivam produtos hortícolas durante esse período que vai de meados do mês de maio a meados do mês de outubro.

Para suprir as necessidades caseiras na *gravana* os camponeses têm, como estratégia, o cultivo de banana-pão, banana-prata, matabala, batata doce e mandioca que são

⁷ Poucos foram os entrevistados que conseguiram informar além dos dados sobre produção e consumo, outros valores quantificáveis sobre renda, financiamentos e endividamentos para serem utilizados mesmo que de forma incipiente por meio de estatística descritiva.

cultivos que mais se adequam ao período seco. Esses cultivos, além de ser a base de subsistência, independentemente da *gravana* ou de chuva, é mais um agregado à produção hortícola.

A forma de comercialização dos produtos dos camponeses de Monte Café é também algo que expressa o grau de vulnerabilidade dos residentes na região. Como já adiantado, os camponeses em virtude do baixo grau de escolarização se valem apenas de duas formas de comercializarem os seus produtos, que são: venda direta para os consumidores e venda para intermediários.

Quando da venda direta aos consumidores, as camponesas assumem a tarefa de levar o que é produzido no campo ao maior ponto de venda que, no caso, fica na capital do país. Esse ponto de venda é uma feira na qual se concentra a maior parte dos vendedores ambulantes da ilha. Lá o preço dos produtos é dado pelo mercado, mas pelo grande número de feirantes, com mesmos produtos, na maioria das vezes é sempre uma incógnita saber a quantidade vendida e o preço dos produtos.

Já no que tange ao segundo caso em que há presença de intermediários, os produtos são vendidos aos que se dirigem ao rural e que, dado o poder maior de barganha, compram a preços mais baratos para revender na capital a preços mais caros. A situação de risco está presente nos dois casos de maneira em que o camponês fica dependente das duas únicas opções que tem. No caso da venda direta, eles nunca sabem se conseguirão vender os produtos e, no segundo caso, os camponeses vendem a preços tão baixos que muitas vezes não repõem todo o custo com a produção e a própria aquisição de bens de consumo necessários no cotidiano, até porque o país assiste a um processo inflacionário que tem impactado o custo de vida em todo o país.

Assim, os camponeses necessitam de alternativas como trabalhos extras para responderem às suas necessidades. De modo geral, o estudo de campo possibilitou constatar que, dado o elevado custo de vida, os camponeses acabam gastando muito para sua reprodução material, o que torna difícil uma melhora econômica, notadamente a partir do acesso a bens de consumo duráveis.

Além de dados obtidos, bem como da observação *in loco*, constata-se um baixo grau de aquisição de bens de consumo, como eletrodomésticos, móveis e veículos. Em termos de eletrodomésticos, televisão, rádio e DVD são os aparelhos mais comuns entrados. No que tange a veículos nenhum tinha carro e apenas dois tinham motocicleta. Mas o que chama a atenção é a ausência de bens duráveis básicos, caracterizando uma comunidade de despossuídos, como indica o Quadro 02, mas esperançosos, conforme demonstra o Quadro 03.

Quadro 02: Caracterização Patrimonial-residencial familiar.

Família	Patrimônio declarado pelas famílias entrevistadas
1	Televisor, forno elétrico, motocicleta, computador, impressora, radio, motocicleta
2	Não respondeu
3	Televisor, fogão, geladeira, forno elétrico
4	Televisor, rádio
5	Televisor, DVD
6	Televisor, geladeira
7	Radio, televisor
8	Não possui
9	Televisor, arca, radio, ferro elétrico
10	Televisor, geladeira
11	Não possui
12	Televisor, radio, DVD, computador
13	Televisor, DVD
14	Não possui
15	Televisor, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
16	Televisor, radio, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
17	Televisor, DVD, motocicleta
18	Geladeira, radio, televiso, motocicleta
19	Televisor, geladeira, ferro elétrico, forno elétrico
20	Televisor
21	Televisor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018).

Frente a essa realidade e rompendo o histórico processo de falta de organização política e econômica, ficamos sabendo, por meio das entrevistas, que recentemente criou-se na região uma pequena associação dos agricultores. Ela ainda não foi reconhecida pelo Estado, mas, por meio dessa associação, esses agricultores tentam buscar apoio junto ao Ministério de Agricultura, todavia, segundo eles, até o momento só tiveram promessas e nenhuma concretização. Enquanto não obtêm nenhum apoio, cada um vai à sua maneira, buscando garantir a sobrevivência da família, mantendo a esperança em melhores condições futuras, como ilustra o Quadro 03.

Quadro 03: Lista de melhorias desejadas pelas famílias.

Família	Melhorias desejadas
1	Reabilitar a casa, ampliar o campo, criar animais, abrir um bar, comprar carro
2	Construir uma casa no campo, adquirir um transporte, fazer criação de animais
3	Construir banheiro, cozinhar e construir cercado
4	Construir casa própria
5	Construir nova casa, aumentar criação de animais, ampliar a plantação
6	Conseguir um emprego, abrir próprio negócio
7	Construir casa própria, criação de animais, aumentar a produção, tirar carta de condução
8	Reabilitar a casa, abrir uma loja

9	Construir casa própria, conseguir financiamento para o campo
10	Ampliar a casa, garantir melhor segurança do lote
11	Dar melhor educação aos filhos
12	Construir casa própria, melhorar a produção, criação de animal, abrir pastelaria
13	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
14	Reabilitar a casa
15	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
16	Construir casa própria
17	Construir casa própria, comprar carro, viajar
18	Ampliar o campo, ampliar a casa, comprar carro
19	Construir casa própria,
20	Construir casa própria, comprar geladeira
21	Construir casa própria, adquirir transporte, criar conta bancária

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018).

No que tange propriamente à rotina camponesa, os trabalhadores dirigem-se aos campos distantes cerca de dois ou mais quilômetros das casas dos camponeses e só regressam às casas por volta das 15 horas. Chegando ao campo a primeira tarefa é conferir toda produção, verificando se há algum problema nas plantas e no campo como um todo. Em seguida passam para atividades específicas, a exemplo da capina das plantas (*bomdá*)⁸, construção de canteiros, pulverização e adubação de plantas, etc. Cada camponês programa as suas atividades consoantes com o fluxo da sua produção. As camponesas, após fazerem os trabalhos domésticos rumam, na sua maioria, ao campo onde dão apoio braçal aos companheiros. As crianças também ajudam depois que regressam da escola ou, na maioria das vezes, aos finais de semana.

Famílias com mais de 4 filhos, na média, vivendo em casas pequenas, geminadas, quase sem nenhuma infraestrutura, são aspectos homogeneizantes na comunidade, como ilustra a Figura 03, configurando um estilo de vida muito simples. São essas mesmas casas que os camponeses, com algum dinheiro que ganham vão reformando à sua maneira. São espaços pequenos, com dois a três módulos impróprios às famílias com muitos filhos.

⁸ Expressão usada pelos camponeses.

Figura 03: Habitações típicas dos moradores da região.

Fonte: acervo pessoal (2018)

Muitas dessas casas não possuem banheiros e as que possuem apresentam más condições de uso. O que se tem na comunidade é o chamado banheiro comunitário que também está numa situação precária. Outros usam o banheiro público de uso comum, mas, na maioria dos casos, muitos se valem de becos ao ar livre para suas necessidades fisiológicas. O formato que estão estruturadas essas moradias – conforme ilustra a Figura 03 – indica concentração humana com baixa qualidade, uma vez que cada porta significa uma casa com um núcleo familiar.

No caso concreto de Monte Café, a situação social que a comunidade atravessa ainda nos dias atuais é também preocupante pela falta de políticas de saneamento básico, entre outras ausências de infraestruturas fundamentais, uma vez que é a infraestrutura do tempo colonial que se mantém até hoje. As antigas senzalas, as casas dos feitores e seus escritórios são os edifícios que hoje os moradores habitam, salvo raras exceções de algumas famílias que já conseguiram construir suas casas próprias. Esses edifícios, por sua vez, se encontram em condições precárias sem condições normais de um habitar digno, conforme podemos ver na estrutura da lavanderia comunitária na Figura 04.

Figura 04: Lavanderia pública compartilhada pelos moradores.



Fonte: acervo pessoal (2018)

A falta de esgoto na comunidade tem gerado o acúmulo de águas paradas, dando margem para aparecimento de doenças. A situação do lixo na comunidade também é algo preocupante. A falta de recolhimento regular do lixo pelo setor público tem gerado acúmulo de resíduos orgânicos e sólidos. Enfim, o que se viu foi lixo ao ar livre e carência sanitárias que, por sua vez, caracterizam e aumentam o grau de vulnerabilidade dos camponeses da região.

Como podemos observar, os camponeses de Monte Café têm a vida pautada pela pobreza e essa pobreza é consequência direta da estrutura social e econômica que se tem no país. Isso é um fato que os camponeses têm a consciência de que o país em si tem dificuldades para criar melhores condições socioeconômicas. Contudo, apoio institucional e recursos financeiros são o que os camponeses almejam no que concerne ao apoio estatal.

Essa é a difícil realidade de um país que viveu séculos de exploração colonial e que, após o seu término, o Estado não conseguiu garantir um nível de vida digno à sua população por meio de políticas públicas que permitissem o desenvolvimento.

Agricultura de subsistência e a condição campesina santomense

Observadas as atividades econômicas e as relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação à parte expressiva da população em São Tomé e Príncipe encontramos correspondência com o que Delgado (2004) chamou de economia de subsistência para o caso brasileiro. No Brasil e em STP, tais relações não são reguladas por

um contrato monetário de trabalho e não são, *a priori*, pensadas para fins lucrativos (CARVALHO, 2011).

Observada essa correspondência entre a realidade da economia de subsistência encontrada em Monte Café e a estudada no Brasil, podemos inferir que ela tem um papel relevante pois está associada ao setor produtor de pequeno excedente monetário que, mesmo precário e de baixo nível técnico, é considerado como parte constitutiva da economia, primeiro colonial e depois nacional, garantindo condições de existência para um grande contingente populacional (FURTADO, 2005; CANO, 2002; CARVALHO, 2011)

Por outro lado, na ausência de capacidades estatais que possam gerar processos dinâmicos e sinérgicos no território rural em STP, a economia de subsistência parece ocupar um espaço significativo na economia de Monte Café. É fato que a baixa escolaridade dos camponeses de Monte Café dificulta avanços mais sistemáticos e uma disputa mais perene em prol de melhores condições de vida e trabalho na região.

Todavia, quando se observa o campesinato santomense percebe-se que a falta de organização deles em movimentos de luta pela reforma agrária e por melhores condições de produção agrícola e reprodução social constitui o maior obstáculo ao desenvolvimento rural e a uma vida digna do campesinato.

(...) os movimentos camponeses precisam ser protagonistas de suas próprias políticas públicas para o desenvolvimento de seus territórios, disputando com os governos as intencionalidades e direcionalidades das políticas de acordo com a lógica de seu modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2013, p. 58).

Cabe lembrar que, se observada a realidade brasileira, a penetração do capitalismo no campo, o desenvolvimento agroindustrial e a consolidação do agronegócio se pautaram em uma dita modernidade capitalista da produção e do consumo sem enfrentar, contudo, os dilemas agrários. Aumentou-se a produtividade no campo, por meio da concentração fundiária constante, aumento da pobreza rural, redução das ocupações nas atividades agrícolas. A bandeira da reforma agrária com um desenvolvimento rural inclusivo só não saiu da agenda pública em função das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra (CARVALHO, 2015).

Ademais, as especificidades de vida e trabalho dos residentes rurais em STP complexificam mais a situação local, uma vez mais valendo-se do exemplo dos residentes em Monte Café, onde a condição camponesa se mistura com a condição de trabalhadores rurais. Enquanto digressão, cabe dizer que não existiam povos nativos na ilha, isso significa que “o agricultor camponês” em STP nasce de um sistema eminentemente escravocrata, com a ocupação da ilha pela Coroa Portuguesa, em um processo de acumulação primitiva de capital por meio da exploração de um território associada a superexploração do trabalho escravo.

Com o fim da escravidão, na condição de libertos, a população passou a compor um vasto proletariado rural. Para agravar a situação, com um processo bastante questionável de reforma agrária, o Estado concedeu terras à uma parte do proletariado rural das antigas empresas agrícolas que, por hora, é beneficiária de políticas públicas de fomento a agricultura familiar no país. Todavia, nem todos os proletários rurais receberam terras, mas, por iniciativas próprias se apropriaram de terras devolutas. Esses últimos, por sua vez, constituem o grupo de agricultores não albergados pelas políticas estatais⁹.

Os agricultores beneficiados por esse reordenamento fundiário, na sua maioria, estão vinculados às cooperativas para produção de *commodities*, em especial duas: a Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB) e a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) que por sua vez são financiadas por investimentos estrangeiros (ORLANDI, 2011)¹⁰.

Embora esses agricultores tenham garantia de venda dos seus produtos, enfrentam, por outro lado, a problemática do alto custo de vida no país, do baixo valor agregado pelo trabalho despendido e, por consequência, dos baixos valores recebidos e defasados no tempo. As políticas estatais para com esses agricultores conferem um certo nível de renda na produção, mas, não garantem estabilidade financeira para um nível de vida com condições mínimas (SILVA, 2014). Esse nível de vida precário se agrava ainda mais quando olhamos para o grupo de agricultores que padece da inexistência de apoio institucional que garanta níveis de produção e venda com rentabilidade. Mesmo os agricultores que foram beneficiados pela inconsistente reforma agrária no país precisam se associar à cultura de *commodities*, com grande quantidade de trabalho despendida e pouco retorno financeiro como forma de agregar às suas rendas algum adicional necessário para a manutenção básica das famílias (ORLANDI, 2011). Dito isso, fica evidente que em condições piores vivem aqueles que não lograram nem fazer parte dessa política de reforma agrária.

Diante deste cenário, percebe-se a fragilidade do Estado santomense em promover não só políticas de produção agrícola, mas, sim um pacote de medidas que além de garantir a produtividade possibilite também melhores condições de vida.

Considerações finais

São Tomé e Príncipe, um país insular africano, localizado sob a linha do equador, é um país com independência política tardia, dispendo de poucos recursos financeiros, contando em seu orçamento geral com necessárias ajudas internacionais e tendo como ponto

⁹ Nesse grupo está a maioria dos agricultores de Monte Café, bem como muitos outros nas outras regiões do país.

¹⁰ Além destas existem no país várias outras cooperativas agrícolas. No caso dessa cooperativa, é necessário estudos mais aprofundados, especialmente sobre seu *modus operandi*. Pela pesquisa de campo, não houve indicação de quem são os cooperados e quais dos direitos e deveres desses cooperados.

forte de sua economia as atividades agrícolas, notadamente a exportação de cacau, coco, pimenta e café, além do turismo e da indústria da pesca.

Ao longo dos últimos anos, após a independência, o país não tem conseguido dar respostas às necessidades básicas de sua população. A situação de vulnerabilidade fica mais visível em regiões mais distantes da cidade de São Tomé, capital do país, sendo esse o caso da região de Monte Café. As comunidades mais antigas e distantes, como Monte Café e outras situadas em zonas rurais, têm sofrido com a falta de atenção do Estado, ficando sujeitas aos problemas derivados da elevada pobreza, baixa taxa de alfabetização, infraestruturas precárias de saúde, educação, habitação e comunicação.

Os investimentos estrangeiros em STP tem tido cada vez mais peso nas determinações da política em termos gerais e das políticas públicas, em termos mais específicos. Isso, por seu turno tende a direcionar as poucas capacidades estatais construídas pós independência em um sentido que não tem privilegiado os agricultores camponeses que continuam ganhando insuficientemente para sua reprodução material e social, colocando em risco a própria condição camponesa que tende, se não houver políticas públicas adequadas e/ou organização política desses agricultores, à condição de um proletariado rural despossuído das condições mínimas de produção, mesmo vivendo no meio rural.

A falta de políticas públicas direcionadas a esses camponeses não se expressa apenas na ausência de financiamento e de materiais técnicos, mas também de políticas públicas de garantia mínima de infraestruturas capazes de criar canais de escoamento de produção. Por outro lado, uma vez que os camponeses têm o campo como a sua maior fonte de renda e, ao mesmo tempo, o meio de subsistência, faz-se necessário que o Estado repense suas políticas sociais de modo a garantir que Monte Café tenha condições mínimas para que estes camponeses e suas famílias possam ter um território digno para sua produção agrícola e reprodução social. Outra política pública ausente em STP é uma reforma agrária que dê terra e que dê, também, condições de produção agrícola e reprodução social camponesa com dignidade.

Referências

BARBOSA, José Gomes. **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2001.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Economia Agrária**. Volume Único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

DELGADO, Guilherme. O Setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. **Texto para discussão IPEA**, n. 1025, p. 1-33, jun. 2004.

ESPÍRITO SANTO, Severino Neto. **Programas de ajustamento estrutural, produção agrícola e segurança alimentar na África Sub-sahariana: caso específico de S. Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônoma) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação da economia no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **São Tomé e Príncipe em números – 2017**. São Tomé: INE, 2018. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/file/414-stpemnumeros-2017>. Acesso em: 21 abr. 2020.

KHALIL, Bárbara El; CARVALHO, Joelson Gonçalves. Da luta pela terra ao reconhecimento: considerações sobre a trajetória das famílias assentadas no PDS Santa Helena e o acesso a políticas públicas. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 171-194, ago. 2019.

NASCIMENTO, Augusto. Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. **Africana Studia**, n. 7, p. 183-217, 2004.

ORLANDI, Francesca Del Bove. **Cadeia de valores do cacau em São Tomé e Príncipe**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo. **As roças de São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2015.

SILVA, Cila Figueiredo. **Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe: estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi**. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SOUSA, Estêvão da Glória Cravid. **As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe: as potencialidades da roça “Água e Izé”** – Estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

Sobre os autores

Ayolse Andrade Pires dos Santos – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", (UNESP), campus Araraquara.
OrCID – <https://orcid.org/0000-0003-1696-2354>

Joelson Gonçalves de Carvalho – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4894-1400>

Como citar este artigo

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Ayolse Andrade Pires dos Santos** ficou especialmente responsável pela coleta de dados primários, por meio da pesquisa de campo em São Tomé e Príncipe, além da aquisição de dados secundários e suas interpretações e o segundo autor **Joelson Gonçalves de Carvalho** pelo desenvolvimento teórico-conceitual, interpretação e análise, e pelos procedimentos técnicos do artigo.

Recebido para publicação em 09 de maio de 2020.

Devolvido para a revisão em 17 de março de 2021.

Aceito para a publicação em 25 de março de 2021.

Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación

Guido Lissandrello

Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" – Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.
e-mail: g.lissandrello@hotmail.com

Resumen

A los efectos de comenzar a abonar el campo de estudios de las relaciones entre las izquierdas y las Ligas Agrarias en la década del '70 en Argentina, en este artículo nos proponemos revisar la literatura existente y proponer una agenda de trabajo que apunte a esbozar líneas de investigación a desarrollar. Tomamos tres ejes a la hora de seleccionar la bibliografía en estudio. Por un lado, reconstruimos los aportes historiográficos de los investigadores que buscaron ahondar en el tratamiento que las izquierdas argentinas hicieron de la cuestión agraria nacional. Estos estudios, sin embargo, no llegan a cubrir los años de nuestro estudio, aunque muestran que a lo largo de su historia, las organizaciones revolucionarias contemplaron el problema. Por otro, observamos las reflexiones sobre las prácticas políticas de las izquierdas, donde repasamos las diferentes líneas de trabajo y abordaje. Veremos allí que los estudios sobre los años '70 no contemplaron en profundidad la problemática agraria. Finalmente, revisitamos los estudios existentes sobre las Ligas Agrarias. Concluimos con una serie de objetivos e hipótesis que pueden ser exploradas para comenzar a llenar la vacancia en el conocimiento actual.

Palabras Clave: Ligas Agrarias; izquierdas; conflictividad rural; campesinado; movilización social.

As esquerdas e as ligas agrárias do nordeste argentino (1970-1976). Uma revisão da literatura existente e uma proposta de pesquisa

Resumo

Para começar a estudar o campo das relações entre a esquerda e as Ligas Agrárias na década de 1970 na Argentina, neste artigo, propomos revisar a literatura existente e propor uma agenda de trabalho que visa delinear linhas de pesquisa a desenvolver. Tomamos três eixos ao selecionar a bibliografia do estudo. Por um lado, reconstruímos as contribuições historiográficas dos pesquisadores que procuraram aprofundar o tratamento que a Argentina deixou da questão agrária nacional. Esses estudos, no entanto, não cobrem os anos de nosso estudo, embora mostrem que, ao longo de sua história, organizações revolucionárias contemplaram o problema. Por outro lado, observamos as reflexões sobre as práticas políticas da esquerda, onde analisamos as diferentes linhas de trabalho e abordagem. Veremos lá que os estudos da década de 1970 não contemplaram em profundidade o problema agrário. Por fim, revisitamos os estudos existentes sobre as Ligas Agrárias. Concluimos com uma série de objetivos e hipóteses que podem ser exploradas para começar a preencher a lacuna no conhecimento atual.

Palavras-chave: Ligas Agrárias; esquerda; conflito rural; camponês; mobilização social.

The Lefts and the Agrarian Leagues of the Argentine Northeast (1970-1976). A review of the existing literature and a research proposal

Abstract

In order to begin to study the field of relations between the left and the Agrarian Leagues in the 1970s in Argentina, in this article we propose to review the existing literature and a work agenda that aims to outline future lines of research. We took three directions to select the bibliography. On the one hand, we reconstruct the historiographical contributions of the researchers who sought to delve into the treatment that the Argentine left made of the national agrarian question. These studies, however, do not cover the years of our study, although they show that throughout their history, revolutionary organizations contemplated the problem. On the other hand, we observe the reflections on the political practices of the left, where we review the different lines of work and approach. We will see there that the studies of the 1970s did not contemplate in depth the agrarian problem. Finally, we revisit the existing studies on the Agrarian Leagues. We conclude with a series of objectives and hypotheses that can be explored to begin to fill the gap in current knowledge.

Keywords: Agrarian leagues; left; rural conflict; peasant; social mobilization.

Introducción

América Latina en la década de 1970 asistió a un escenario verdaderamente convulsionado. Crisis económicas, cambios en los regímenes políticos, grandes procesos de movilización y consolidación de organizaciones políticas que planteaban salidas radicales, fueron el tono característico de la época. Argentina no escapó a esa realidad; muy por el contrario, fue uno de los países que atravesó uno de los procesos de contestación social más profundos de la etapa. Desde el año 1969, se produjeron grandes movilizaciones callejeras y huelgas políticas de masas, que se extendieron fuertemente por varios años y que dejaron como saldo un marcado activismo obrero. Sobre ese escenario, emergieron nuevas organizaciones políticas de izquierda que aspiraban a convertirse en dirección de los trabajadores movilizados para orientarlos en un sentido revolucionario, de las que se destacaron Montoneros y el Partido Revolucionario de los Trabajadores como máximos exponentes. Reconociéndose como parte de diferentes tradiciones de izquierda, y adscribiendo a diferentes estrategias —entre las que se destacó la apuesta a la construcción de guerrillas urbanas y rurales— estas izquierdas apostaron con fuerza a insertarse en el movimiento obrero fabril, en el que creían encontrar el sector más proclive a sus propuestas. La historiografía sobre las izquierdas y sobre el movimiento obrero ha enfatizado este punto.

Sin embargo, dentro de esos estudios, asoma una vacancia que, de ser llenada (o bien, de comenzar a trabajar en ese sentido), podría complejizar y enriquecer el conocimiento sobre los proyectos de transformación y las prácticas políticas de esas izquierdas. Nos referimos al espacio rural que, durante los años '70, no permaneció ajeno a la agitación social. En efecto, el campo latinoamericano, y en particular el argentino, asistió a

un escenario de características similares al urbano y fabril: crisis económica y movilización social. En buena medida, las raíces de la conflictividad rural guardaban relación con la llamada “revolución verde”, que trajo innovaciones tecnológicas y nuevos procesos productivos. El resultado fue el despegue de la productividad que trajo, a su vez, la ruina económica a una amplia capa de productores que no podía alcanzar los nuevos estándares productivos y, por tanto, quebró. En Argentina, ese fenómeno dio lugar a un innovador proceso de organización y de lucha, protagonizado por aquel sector desplazado de la producción, que se conoció como Ligas Agrarias. El movimiento se desarrolló sobre todo en el noroeste del país, en las provincias de Misiones, Corrientes, Formosa y Chaco, abarcando a pequeños y medianos productores vinculados a cultivos intensivos como el algodón, el tabaco, la yerba mate y el té. Así emergieron las Ligas Agrarias Chaqueñas, el Movimiento Agrario Misionero, las Ligas Agrarias Correntinas y la Unión de Ligas Campesinas de Formosa. Con un repertorio amplio de acciones, que iban desde los petitorios al gobierno hasta la toma de tierras, pasando por la movilización, las Ligas Agrarias reclamaron mejoras en los precios, créditos con tasas de intereses bajas y acceso a la tierra, entre otras demandas.

Así como el accionar de las izquierdas en el ámbito urbano ha sido estudiado por la historiografía, el desarrollo de las Ligas Agrarias también fue motivo de reflexión desde las ciencias sociales, en particular desde las disciplinas de sociología, antropología e historia. Sin embargo, existe un importante vacío historiográfico en el entrecruzamiento de ambos fenómenos: la izquierda y las Ligas Agrarias. No se trata de una ausencia menor, toda vez que la intervención en el terreno rural no estuvo ausente en las izquierdas de los años '70 e incluso su reflexión sobre la llamada cuestión agraria ocupó un espacio privilegiado en sus proyectos políticos de transformación. Comenzar a transitar esta línea de investigación, como señalamos, permitiría enriquecer el conocimiento disponible sobre las prácticas políticas de las izquierdas y sobre los repertorios de acción de las Ligas Agrarias, como expresión de la conflictividad rural.

Propuesta y metodología

A los efectos de comenzar a abonar el campo de estudios de las relaciones entre las izquierdas y las Ligas Agrarias en la década del '70 en Argentina, en este artículo nos proponemos revisar la literatura existente y proponer una agenda de trabajo que apunte a esbozar líneas de investigación a desarrollar. Tomamos tres ejes a la hora de seleccionar la bibliografía en estudio. Por un lado, reconstruimos los aportes historiográficos de los investigadores que buscaron ahondar en el tratamiento que las izquierdas argentinas hicieron de la cuestión agraria nacional. Estos estudios, sin embargo, no llegan a cubrir los

años de nuestro estudio, aunque muestran que a lo largo de su historia, las organizaciones revolucionarias contemplaron el problema. Por otro, observamos las reflexiones sobre las prácticas políticas de las izquierdas, donde repasamos las diferentes líneas de trabajo y abordaje. Veremos allí que los estudios sobre los años '70 no contemplaron en profundidad la problemática agraria. Finalmente, revisitamos los estudios existentes sobre las Ligas Agrarias. En todo este recorrido, nuestra metodología de trabajo apunta a selección exhaustiva de la bibliografía disponible, la exposición de sus principales tesis y formas de demostración de las mismas, para poder esbozar una evaluación crítica de la misma, lo que hacemos en un acápite destinado al balance de la revisión literaria. Concluimos con una serie de objetivos e hipótesis que pueden ser exploradas para comenzar a llenar la vacancia en el conocimiento actual. La investigación que aquí se propone ha comenzado a desarrollarse en el marco de mis estudios posdoctorales y, en buena medida, continúan lineamientos que he desarrollado en mi tesis doctoral.

La izquierda y la cuestión agraria

La problemática de la cuestión agraria y la izquierda argentina ha tenido cierto tratamiento bibliográfico, si bien no puede decirse que se trate de un campo agotado. Los estudios existentes se concentraron fundamentalmente en el análisis de los partidos políticos que se desarrollaron en la primera mitad del siglo XX en la Argentina. Esto ha dejado como saldo una cantidad de trabajos centrados en las tres corrientes políticas que se desarrollaron por aquellos años -el anarquismo, el Partido Socialista (PS) y el Partido Comunista de la Argentina (PC)-, comprendiendo los años que van desde el nacimiento de ellas hasta la caída del peronismo.

Los estudios de Tarcus (2003/2004 y 2007) han mostrado que el primer análisis marxista sobre el agro argentino fue esbozado por el ingeniero y naturalista Germán Avellemant, quien sostuvo que la "oligarquía ganadera" y el latifundio eran el principal obstáculo al desarrollo capitalista en el agro. Estudios sobre el anarquismo mostraron que este movimiento no le otorgó a la cuestión agraria un lugar privilegiado (Suriano, 2001), a pesar de lo cual sostuvo que el campo argentino estaría dominado por los grandes latifundios y la producción extensiva (GRACIANO, 2012). La existencia de corrientes internas llevó a que algunos sectores ácratas sostuvieran que el chacarero era un explotador (ETCHENIQUE, 2000), mientras que otras defendieron la existencia de un campesino y la necesidad de una "reforma agraria" (SARTELLI, 2010). No obstante ello, el anarquismo mostró una importante intervención en el agro, impulsando las luchas de los peones y la sindicalización rural (ASCOLANI, 1992, 1993, 2009 y 2010).

Por su parte, el PS fue el primer partido que, filiándose de manera ecléctica en la tradición marxista, le otorgó importancia al estudio de la cuestión agraria argentina. Dentro de la historiografía sobre este partido existe un amplio número de trabajos centrados en la figura de Juan B. Justo, principal líder socialista, que aportan, en su mayoría de manera colateral, ciertos postulados sobre el agro o abordan las definiciones políticas del partido donde se incluye las definiciones sobre el campo (HALPERÍN DONGHI, 1984; ARICÓ, 1999; PORTANTIERO, 1999; BARSKY, POSADA y BARSKY, 1992; TORTTI, 1995). Sin embargo, Adelman (1989), Graciano (2004, 2005, 2007a, 2007b 2008, 2010a, 2010b 2012, 2015), Sartelli (2010) y Barandiarán (2006, 2010 y 2012) ofrecen estudios particulares sobre el pensamiento y la acción socialista en materia agraria, basados en la prensa partidaria y los libros escritos por referentes socialistas, que permiten comprender el programa y la intervención del socialismo en la etapa que va desde su nacimiento hasta el primer gobierno peronista. Estos trabajos han demostrado que el partido se orientó por los postulados que luego se plasmarían en la célebre obra de Jacinto Oddone, *La burguesía terrateniente* (ODDONE, 1956): allí se caracteriza un campo dominado por el latifundio que oprime al verdadero productor de riqueza, el chacarero. Se ha sugerido que el perfil chacarista del partido se acentuó tras los sucesos del Grito de Alcorta¹ (BARANDARIAN, 2012), privilegiando a este sujeto por sobre el proletariado rural (ADELMAN, 1989) al que se caracterizó como “paria” (MARTOCCI, 2013). Barandarian observa que estos planteos se plasmaron en la acción legislativa socialista (BARANDARIAN, 2006). Graciano (2007, 2015) ha señalado cómo esta caracterización socialista del agro se mantuvo inmodificada al menos hasta la década del ‘50, período hasta el que llegan los estudios actualmente existentes sobre el tema.

Finalmente, el último partido que ha merecido estudios específicos sobre su caracterización del agro argentino en la primera mitad del siglo XX, es el PC. Se trata, sin embargo, de un observable que recibió menos atención. Ascolani (2009) indagó sobre su influencia y declive en el movimiento obrero agrario, pero fueron Graciano (2007, 2010b, 2012, 2015) y Sartelli (2010) los que ofrecen un estudio más detallado. Estos trabajos confirmaron que el comunismo también optó por caracterizar el agro argentino como un espacio dominado por una “oligarquía terrateniente parasitaria” que reproduciría rémoras precapitalistas y oprimiría al verdadero productor de la riqueza, el campesinado. En cuanto a su propuesta política para el agro, el PC penduló entre la colectivización y la consigna de reforma agraria, la cual conducía al fraccionamiento del suelo (GRACIANO, 2008). Esta última opción, señala Sartelli (2010), se impuso con fuerza a partir de la década del ‘30,

¹Ciclo de protestas protagonizado por pequeños y medianos arrendatarios en el sur de la provincia de Santa Fe, durante el año 1912. Puso en escena al sujeto que la izquierda identificará como chacarero o campesino, y marcó el nacimiento de su órgano de agrupamiento: la Federación Agraria Argentina.

cuando el partido realizó un viraje de la estrategia de “clase contra clase” a la de “frentes populares”. Ya durante el peronismo, la defensa de los pequeños productores se materializó a partir de la exigencia al gobierno de medidas de ayuda como crédito, mejores precios, suspensión de desalojos y participación en el Instituto Argentino de Promoción del Intercambio² (GRACIANO, 2015).

Los estudios sobre la izquierda y la cuestión agraria, como acabamos de exponer, alcanzan a cubrir hasta la primera mitad del '50. Ya para la década del '70, la temporalidad que coincide con la emergencia del fenómeno de las Ligas Grietas, los trabajos son escasos. En una investigación sobre la organización corporativa y los conflictos del sector hortícola del Gran Buenos Aires, se realizó una aproximación al programa agrario del Partido Comunista a través de su brazo agrario, la Unión de Productores Agropecuarios de la República Argentina (UPARA). Allí se confirmó la continuidad de una política basada en la defensa del pequeño productor (LEMMI, 2011 y 2016). Por su parte, un trabajo de Graciano (2008) realiza una aproximación a las definiciones agrarias del PC entre 1955 y 1976. El autor se concentra en el examen de la obra del PC, muy prolífica en aquellos años, y reconstruye la crítica partidaria a los Planes de Transformación Agraria (de 1957 y 1958) y el posterior desencanto con la política de Giberti. Destaca allí el dinamismo en la lectura agraria del partido, en tanto que este reconoce las transformaciones operadas en el espacio rural durante las décadas del '60 y '70. Finalmente, un trabajo sobre el Movimiento de Liberación Nacional (MLN) muestra que hacia 1969 la organización entró en crisis y estuvo atravesada por un profundo debate político en el que se discutía la naturaleza del agro argentino. Un sector, encabezado el dirigente Ismael Viñas, sostenía que la clase social predominante en el campo era el proletariado rural y que el campesinado era marginal, mientras que el sector contrario, encabezado por Eugenio Gastiazoro, defendía la caracterización latifundista y oligárquica (PACHECO, 2012).

La intervención de la izquierda en los años '70

En los años '70 Argentina asistió al surgimiento y/o consolidación de numerosas organizaciones políticas de izquierda. Las hubo de muy diverso tipo y, prácticamente, la Argentina cobijó partidos de las diversas tradiciones políticas del marxismo. El estalinismo se encontraba representado en el Partido Comunista (PC), el maoísmo en el Partido Comunista Revolucionario (PCR) y Vanguardia Comunista (VC), el trotskismo en el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) y Política Obrera (PO), y el guevarismo en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP). También

²Organismo estatal cuya función era centralizar parte del comercio exterior, y redirigir las ganancias a determinados sectores de la producción nacional.

existió una variante radicalizada del peronismo, el llamado “peronismo de izquierda” o “peronismo revolucionario”, con sus expresiones más visibles en Montoneros, las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) y las Fuerzas Armadas Peronistas (FAP). Incluso se desarrolló una variante autodenominada “socialismo revolucionario”, cuya encarnación más clara fue la Organización Comunista Poder Obrero (OCPO), que no se filiaba en ninguna de las tradiciones previas.

Algunos de estos partidos defendían un programa de liberación nacional (por ejemplo, los maoístas y los peronistas) mientras que otros apostaban al socialismo (los guevaristas, trotskistas y el socialismo revolucionario). Los dividía también la estrategia, que llevó a algunos a privilegiar la construcción de poderosos brazos militares y a protagonizar acciones armadas de gran espectacularidad. Otros, en cambio, seguían la receta de la Revolución Rusa y privilegiaban la construcción de partidos revolucionarios cuyo objetivo era agitar en los sindicatos para ganar la dirección y la conciencia de la clase obrera. Más allá de esas diferencias, todas coincidían en desarrollar una práctica política destinada a entroncar con las movilizaciones que surcaba a la sociedad.

Gran parte de las investigaciones que abordaron la conflictividad social y política durante la década del '70 en Argentina tomando como objeto de estudio a la izquierda, han reflexionado sobre las formas de acción e intervención de los partidos.

Los primeros trabajos, que comenzaron a aflorar en la segunda mitad de la década del 80, se concentraron en la problemática de la “violencia política”. Hilb y Lutzky (1984) pueden ser considerados los precursores de esta línea de investigación, al sostener que la “nueva izquierda” tuvo una visión “instrumentalista del poder” que le llevó a concebir la política como “engaño”, negando toda posibilidad de “formulación de un consenso” y empujándola hacia la lucha armada y el “autoritarismo”. Esto sería, a su vez, resultado de la historia nacional reciente signada por la “democracia restringida”, donde la política aparece como “conquista”. En sintonía con estas ideas, Ollier explica el derrotero del “peronismo revolucionario” como el resultado de una cultura política argentina signada por la violencia y el autoritarismo, que llevaría a la izquierda a sustituir la política por la guerra (OLLIER, 1986 y 2009). Por su parte, Anzorena sostiene que la “nueva izquierda” de los '70 se caracterizó por la desconfianza y la subestimación de la política partidaria, lo que la llevó a la violencia como forma de acción (ANZORENA, 1988). En los últimos años estas tesis han sido recuperadas en diferentes ensayos, que vuelven a poner la mirada en la violencia política para sostener la responsabilidad tanto de militares como de la “guerrilla” en los sucesos de los '70 (HILB, 2003; CALVEIRO, 2013; VEZZETTI, 2009). Circunscriptos al fenómeno de la “violencia” como acción armada, estos trabajos han tendido a ocultar las existencias de otras formas de intervención por parte de las organizaciones político-militares, en particular su preocupación por la inserción en ámbitos sindicales, estudiantiles y territoriales. Incluso

invisibilizan la existencia y desarrollo de otros partidos que no adscribieron a una estrategia de tipo armada, optando por un esquema “insurreccionalista” que priorizaba la acción en el seno de espacios de “confluencia con las masas” como la fábrica, la universidad o el barrio.

Otros investigadores han advertido este tipo de formas de acción y reconocieron el crecimiento de los partidos en un contexto dictatorial, pero han señalado su “aislamiento” en la nueva coyuntura abierta con la apertura democrática de 1973. Esto sería el resultado de una incapacidad para intervenir en un contexto democrático. Tortti ofrece una clave explicativa que se centra en la estrategia de rehabilitación democrática y reinserción del peronismo en el sistema político, que comienza a delinearse en 1971 con Lanusse (TORTTI, 1999). Esta apuesta habría logrado producir el “debilitamiento de los lazos que conectaba a los sectores sociales activados con las vanguardias revolucionarias”. La experiencia de la “nueva izquierda” fue entonces signada por el crecimiento veloz pero a la vez fugaz, siendo explicado por el descontento antidictatorial que entroncaba con las prácticas políticas de esta izquierda sin producir una adhesión “político-ideológica”. En un trabajo reciente, Tortti y Chama agregan que un factor determinante en la marginación política de la izquierda, fue su desarrollo al margen del “sólido arraigo de la cultura política peronista” (TORTTI y CHAMA, 2014). Los trabajos realizados por Tortti y su equipo, muestran un análisis más atento al fenómeno de la izquierda, recuperando la complejidad programática y estratégica que atravesaba al conjunto de las organizaciones. Sin embargo, existen evidencias empíricas que desmienten el aislamiento de la izquierda a posteriori del '73. Una de las más evidentes es la experiencia de organización de base conocida como Coordinadoras Interfabriles de junio y julio de 1975 (LÖBBE, 2009) que, a su vez, es un hecho que evidencia un principio de ruptura con el peronismo en sectores de la clase obrera. Este fenómeno da cuenta de la persistencia de formas de construcción sindical.

Por otro lado, estudios recientes han puesto la mirada en el vínculo entre clase obrera e izquierda, mostrando una implantación significativa de las organizaciones en los cuerpos de representación gremial de nivel más cercano a las bases obreras, esto es los cuerpos de delegados y comisiones internas (LÖBBE, 2007; WERNER y AGUIRRE, 2009; POZZI y SCHNEIDER, 2000). Esta misma preocupación se plasmó en investigaciones que tomando una organización en particular, buscaron reconstruir los vínculos de aquella con sectores obreros, tanto para el PRT-ERP (POZZI, 2001; STAVALE y DE SANTIS, 2016; STAVALE, 2017) como para Montoneros (PACHECO, 2014) o el Partido Socialista de los Trabajadores (MANGIANTINI, 2018). Actualmente el campo de articulación entre izquierda y clase obrera resulta uno de los más explorados.

La literatura sobre las Ligas Agrarias

Las Ligas Agrarias fueron una experiencia de organización corporativa protagonizada por diferentes capas de la burguesía rural, pequeña burguesía y proletariado con tierras de Chaco, Formosa, Misiones, Entre Ríos, Corrientes y del norte de Santa Fe. La influencia del movimiento liguista se puede dividir en tres zonas por sus características económicas.

En primer término, la región algodonera, comprendida por los territorios de las provincias Chaco, Formosa y el norte de Santa Fe. Mientras que en el norte santafesino predominaban los productores más grandes -explotadores de fuerza de trabajo estacional y permanente, y con una producción diversificada con graníferas-, en Chaco se agrupaban productores medios, que empleaban asalariados solo para tareas estacionales y con unidades productivas de menor cantidad de hectáreas. Finalmente, en Formosa las producciones eran más chicas y estaban en manos de semiproletarios o productores de subsistencia, siempre bajo la amenaza de la ruina. La caída del precio del algodón significó la ruina de los más pequeños, con la consecuente pauperización y expulsión de la tierra, mientras que para los medianos y grandes la crisis se manifestó como imposibilidad de capitalización y endeudamiento.

La primera experiencia de organización fueron las Ligas Agrarias Chaqueñas (LACH), cuyo principal reclamo fue el precio de sus productos, disputando con las comercializadoras. Las cooperativas de comercialización ya no podían afrontar el pago de las cosechas a los productores, lo que las llevaba a atrasos y pagos en cuotas. Los productores tuvieron que recurrir entonces a acopiadores privados, que pagaban al contado, pero a un precio sensiblemente menor. De allí que el reclamo corporativo por excelencia fueran los precios y el pedido de intervención del Estado, todo ello sostenido en un discurso "antimonopolista", en el que se acusaba a los comercializadores privados.

En Formosa se conformó la Unión de las Ligas Campesinas Formoseñas (ULICAF), que aglutinaron centralmente a productores chicos, semiproletarios o de subsistencia. Muchos de ellos incluso eran propietarios precarios de tierras fiscales. De allí que a la reivindicación de precios sostén, se le sumara el reclamo por tierra y la denuncia de desalojos. Esto, a su vez, se tradujo en acciones como la toma de tierras en pos de su adjudicación.

Menos radical fue la intervención de la Unión de Ligas Agrarias de Santa Fe (ULAS), hecho que se explica por su composición. Se trata de productores de mayores recursos, con 80 hectáreas en promedio, tamaño muy superior al de las 15 hectáreas que detentaba un productor promedio formoseño. Su capacidad económica les permitía

diversificarse, campear así la caída del precio del algodón, y sortear con mayores posibilidades la crisis.

La segunda subzona productiva corresponde a la del cultivo de yerba mate, cuyo epicentro se ubicaba en Misiones. Allí la crisis del sector conllevó a una reestructuración productiva: se diversificó la producción hacia cultivos de alto rendimiento (como el té y el tung) y se dio lugar a un proceso de concentración, que fue desalojando a capas de la pequeña burguesía y de la burguesía. Se inició así un proceso de movilización en el que se constituyó el Movimiento Agrario Misionero (MAM). Muchos pequeños productores pudieron reorientarse hacia los cultivos de altos rendimientos, no obstante lo cual hubo un proceso de desaparición de pequeñas explotaciones e incremento de las grandes. Con todo, el protagonismo dentro del MAM lo detentó la capa mediana y grande, en defensa de los precios y los créditos, y en lucha contra la descapitalización.

La tercera subzona, comprendida por las provincias de Corrientes y Entre Ríos, vio nacer un movimiento liguista de menor envergadura. Las Ligas Agrarias Correntinas (LAC), agruparon a los productores tabacaleros que se organizaban contra los propietarios de las tierras que arrendaban y contra las comercializadoras, defendiendo precios sostenidos. Por su parte, las Ligas Agrarias Entrerrianas nuclearon a los productores graníferos y avícolas, también con motivo de la mejora en la comercialización.

Resumiendo, las Ligas Agrarias fueron el resultado organizativo del impacto que tuvieron las transformaciones agrarias en curso sobre un amplio y complejo espectro de clases, capas y fracciones. En su interior, y dependiendo de la zona, se nuclearon desde productores chicos y medianos hasta trabajadores con tierras. Todos ellos sufrieron con desigual intensidad los efectos de la crisis de sobreproducción de los cultivos comerciales característicos de cada región. Un agudo proceso de concentración y centralización, expulsó a los más chicos e ineficientes y obligó a la reconversión a los productores capaces de asumirla. Imposibilidad de capitalización, endeudamiento, reconversión o expulsión fueron todos efectos de la crisis. La heterogeneidad de los afectados explica las diferentes líneas y formas de intervención, que fueron desde la demanda de tierras y ocupaciones en enfrentamiento a los desalojos -accionar propio de la pequeña burguesía y el semiproletariado-, hasta las movilizaciones por mejoras en los precios, intervención estatal y créditos baratos -demandas propias de las capas chicas y medias.

Los análisis sobre las Ligas Agrarias comenzaron muy tempranamente, con elaboraciones contemporáneas al propio objeto de investigación. Desde una óptica más apologética que académica, el primer escrito que abordó de conjunto el fenómeno correspondió a un activista del movimiento liguista, Francisco Ferrara. Este autor trazó un panorama según el cual las Ligas Agrarias del Nordeste se caracterizarían por su homogeneidad ideológica (las "tareas antiimperialistas", la "reforma agraria" y la "alianza

obrero-campesina”) y su metodología de acción (las movilizaciones, paros y cortes de ruta), expresando como movimiento el “combate revolucionario” del “campesinado” (FERRARA, 1973 y 2007). El fundamento de esta caracterización de clase no se encontraba en el análisis de las relaciones de producción en el agro argentino, sino en la asunción acrítica de la propia retórica que sectores del liguismo que se identificaban como campesinos. Hacia fines de la década del '70 y durante los años '80 se esbozaron interpretaciones académicas que trazaban un notable contrapunto. Bartolomé (1977 y 1982) en sus estudios sobre el Movimiento Agrario Misionero (MAM) impugnó la asimilación de este a un “movimiento campesino”, considerando que esta última era una definición que correspondía a propietarios de la tierra que utilizaban tecnología simple y mano de obra familiar para producir lo necesario para su autosubsistencia. Sostuvo, por el contrario, que se trataba de sectores “farmers” que formaban parte de una economía totalmente mercantilizada, con una producción orientada al mercado, llevando adelante la explotación de sus tierras con mano de obra familiar y asalariada. Por ello mismo, su ideología no sería “revolucionaria”, sino que una variante del “populismo agrario”, ideología que encontraba el foco del problema no en el sistema en su totalidad, sino a aquellos elementos que impedían una mayor capitalización de los “farmers”: las comercializadoras, las empresas procesadoras de los frutos de las cosechas y productores rurales más eficientes. Esta perspectiva fue abonada por Archetti (1988) en un estudio sobre las Ligas Agrarias del norte de Santa Fe. Con estos estudios comenzaba a ponerse en cuestión tanto la homogeneidad de las ligas, como su base campesina y su potencial revolucionario. Esta perspectiva fue retomada por Bidaseca, quien a su vez planteó la posibilidad de comprender las Ligas como fenómeno emergente de un profundo cambio cultural (BIDASECA, 2006). Desde una perspectiva thompsoniana, Lasa interpretó el proceso de movilización de las Ligas Agrarias Chaqueñas como un proceso de “lucha de clases sin clases”, en donde estas se fueron construyendo en el mismo proceso de lucha a partir de la experiencia conjugada con la “conciencia popular”, lo cual podía cristalizar en una forma de “poder popular alternativo” (LASA, 1985 y 1987). En este caso, se optó por definir al liguismo como una expresión de los “sectores rurales subalternos”.

Los trabajos más profundos y acabados sobre el conjunto del movimiento liguista fueron realizados por Jorge Próspero Rozé, quien a comienzos de los '90 sistematizó una serie de investigaciones propias realizadas a lo largo de la década del '70. Estudiando cada una de las ligas agrarias, mostró la existencia de un amplio y complejo espectro de clases, capas y fracciones. En su interior, y dependiendo de la zona, se nuclearon desde burguesía chica y mediana hasta semiproletarios en vía de proletarización. Todos ellos sufrieron con desigual intensidad los efectos de la crisis de sobreproducción de los cultivos comerciales característicos de cada región. Un agudo proceso de concentración y centralización, expulsó a los más chicos y obligó a la reconversión a los productores capaces de asumir la

producción en un contexto de tecnificación. La heterogeneidad de los afectados explica las diferentes líneas y formas de intervención de las ligas, que fueron desde la demanda de tierras y ocupaciones en enfrentamiento a los desalojos -accionar propio de la pequeña burguesía y el semiproletariado-, hasta las movilizaciones por mejoras en los precios, intervención estatal y créditos baratos -demandas propias de las capas chicas y medias- (ROZÉ, 1995; 2007; 2010; 2011). Esta perspectiva fue continuada por Galafassi, en sus trabajos sobre la Unión de Ligas Campesinas Formoseñas (GALAFASSI, 2005; 2006 y 2007), las Ligas Agrarias Chaqueñas (GALAFASSI, 2004 y 2005) y el Movimiento Agrario Misionero (2008a). En discusión con Ferrara, este autor sostuvo que el fenómeno liguista se comprende mejor si se utiliza el concepto de “movimiento antisistémico” (WALLERSTEIN, 2002) en tanto que las ligas combinaron reclamos propios de movimientos nacionales como de movimientos sociales de tipo sindical y/o partidarios. En este sentido, la perspectiva del movimiento agrario no fue la de la oposición capitalismo versus socialismo, sino una óptica dependentista que apostaba a la “liberación nacional” (GALAFASSI, 2008b).

En paralelo, se fue constituyendo una línea de investigación que abordó el fenómeno desde la teoría de los “movimientos sociales” y la “acción colectiva” (TARROW, 1997), que llevó a comprender la conflictividad social agraria de los '70 como parte de un “asociacionismo reivindicativo” en defensa de los intereses de un colectivo, con un discurso de alta carga ideológica y de perspectiva universalista en sus reclamos (LATTUADA, 2006). Desde esta perspectiva se investigó la relación de las ligas agrarias con las cooperativas y los sindicatos rurales (MOYANO WALKER, 2011) y la emergencia de la Unión de Ligas Agrarias de Santa Fe (ULAS) (MASIN, 2009).

En el cambio de siglo, comenzaron a proliferar los trabajos que hicieron uso del testimonio oral. Aparecieron autobiografías de ex miembros de las Ligas Agrarias (OLIVO, 2013) e investigaciones basadas en el “enfoque biográfico” (BERTAUX, 1980) basados en la reconstrucción de relatos de vida de participantes contemporáneos del Movimiento Agrario Misionero (HENDEL, 2007). En este sentido, se desarrolló una perspectiva de investigación sobre las “memorias locales” (CALVO, 2011), estudiando la construcción de la memoria reciente del pasado liguista a través del testimonio de sus antiguos protagonistas. Esta metodología fue utilizada tanto para abordar los efectos de la represión en el movimiento (CALVO, 2015 y 2018; SERVETTO, 2013) como para examinar el lugar de la evocación de la lucha liguista en la formación de las “organizaciones campesinas” actuales (CALVO, 2010; CALVO et al., 2008; PERCÍNCULA, SOMMA y BRUZELLA, 2008). En estos estudios se retomó la caracterización de las Ligas Agrarias como movimientos de base campesina, tanto porque esa era la autopercepción de los actores como porque, más allá de las situaciones estructurales, lo campesino sería un “modo de vida” particular (CALVO y PERCÍNCULA, 2012). Más allá de la perspectiva centrada en la memoria, existieron trabajos

que de igual modo intentaron estudiar las continuidades y rupturas entre la experiencia liguista y los procesos de organización actuales en el agro, tanto en la disputa por la tierra (BARBETTA y DOMÍNGUEZ, 2016) como en el caso particular del MAM, que continuó perviviendo hasta la actualidad (MONTIEL, 2000).

La matriz de interpretación clasista de los movimientos agrarios, sin embargo, no desapareció. Los estudios de Farragut (2014, 2015 y 2017) centrados en las Ligas Agrarias Correntinas, intentaron ahondar en la naturaleza de clase de lo que llama el “sujeto liguista”. En oposición a las tesis campesinistas y homogeneizadoras, Farragut sostiene la existencia de diferentes fracciones de clase que confluyeron en el liguismo correntino, destacando como elemento central la existencia de una capa amplia de productores no propietarios cuyo trabajo era apropiado por otros productores por medio del pago de una renta. De este modo la renta de la tierra y el salario se combinaban como dos expresiones de formas de relaciones de producción que dan cuenta de la existencia de “(ex) formas precapitalistas de explotación” en transición, teñidas bajo la “iluminación general capitalista”.

Asimismo fueron estudiadas otras facetas del movimiento de las Ligas Agrarias. Por un lado, el papel de la juventud en su formación y las semejanzas con movimientos de desocupados actuales que procedieron a la ocupación de tierra (VOMMARO, 2011). Allí se ha destacado como elementos comunes entre ambos la relación con sectores de la Iglesia al comienzo y su ruptura posterior, las experiencias de producción cooperativa, el papel cardinal atribuido al territorio, el despliegue de la acción directa, el protagonismo juvenil dominante, la concepción de la tierra para quien la trabaja y el establecimiento de vínculos con sectores urbanos. El papel de la Iglesia en la conformación del complejo liguista fue también motivo de reflexión de buena parte de los trabajos citados hasta aquí y mereció algunos estudios particulares, que destacaron la preocupación rural del catolicismo tras la Segunda Guerra Mundial en sintonía con los programas de cooperación internacional (Alianza para el Progreso, como ejemplo) (CONTARDO, 2017a y 2017b). Se ha estudiado el rol de la mujer, destacando como singularidad la participación destacada que este sujeto tuvo dentro del liguismo en razón de la distribución sexual del trabajo familiar en el campo y la influencia de la Teología de la Liberación (FERRO, 2005). Se ha atendido también al de la migración paraguaya en la conformación del liguismo formoseño, analizando la circulación de personas, prácticas e ideas entre Paraguay y Formosa (VÁZQUEZ, 2015).

Finalmente, queda por señalar el único trabajo que realizó una primera aproximación a la relación entre una organización de izquierda y las ligas agrarias (RODRÍGUEZ, 2009). Allí, Rodríguez toma como objeto de estudio el papel de los dirigentes montoneros que actuaron en el interior del Movimiento Agrario Misionero durante 1971-1976. Su investigación muestra que hubo una política real del peronismo de izquierda hacia los sectores liguistas, intentando impulsar el movimiento hacia una política de colaboración

con los asalariados del campo. La misma autora analiza la actividad legislativa de los diputados provinciales montoneros hacia 1974, dando cuenta de diferentes iniciativas tendientes a fomentar la confluencia entre productores agrarios y peones. Si bien escueto, la aproximación a este problema muestra la viabilidad de un estudio más detallado sobre las formas de intervención, inserción y acción de la izquierda sobre las Ligas Agrarias.

Un balance y una propuesta de investigación

Nuestra propuesta de investigación se ubica en el punto de contacto entre los partidos de izquierda y las nuevas formas de organización corporativa rural que surgieron en el contexto del ascenso de la conflictividad agraria. Como hemos podido ver en esta apretada síntesis bibliográfica, ambos objetos de estudio han merecido análisis e investigaciones, empero los estudios han marchado por carriles separados.

Los trabajos que abordaron la intervención de la izquierda en la década del '70 privilegiaron dos elementos. Por un lado, el accionar armado de aquellos partidos que tomaron la forma de organizaciones político-militares. Esto tendió a eclipsar otras iniciativas ligadas a los llamados "frentes de masas" (ya sea a nivel de sindicatos, universidad, barrios, etc.) y a reducir toda práctica a formas de "violencia política". Por otro lado, y en oposición a estos postulados, nuevas investigaciones pusieron la mirada en las formas de articulación e inserción de la izquierda con diferentes sectores de la sociedad argentina. En particular, estos estudios se concentraron en la presencia fabril. Ambas vertientes de estudios comparten una orientación decididamente urbana, colaborando de ese modo a generar la imagen de una izquierda que habría quedado al margen del proceso de agitación y conflictividad rural que caracterizó los años '70. De este modo, se omite el estudio de las propuestas políticas de la izquierda hacia el agro y su intervención en el terreno de la lucha rural, de la cual no se declaró prescindente. Los estudios existentes sobre esta articulación izquierda-agro cubren un período alejado (primera mitad del siglo XX) temporalmente del que nos proponemos investigar y comprenden en buena medida corrientes políticas que o bien desaparecieron (anarquismo) o bien se mantuvieron ajenas a la conflictividad social de los '70 (Partido Socialista). Sin embargo, dan cuenta que la izquierda, al menos en sus orígenes, atendió a la realidad agraria e intervino en las luchas sociales que tuvieron lugar en el campo.

En cuanto a los trabajos abocados a las ligas agrarias, estos estuvieron orientados fundamentalmente a la reconstrucción de la génesis, acción y disolución de cada una de las ligas provinciales, y a la discusión en torno a la composición de clase del movimiento. En este sentido, el debate bibliográfico central giró en torno a la existencia o inexistencia de un campesinado en el Nordeste. En paralelo, se ha destacado la influencia de la Iglesia

Católica, de corrientes migratorias y de sectores juveniles, pero ha tendido a subvalorarse la participación de la izquierda partidaria y, cuando esta fue examinada, se redujo a una única organización (Montoneros). De este modo, encontramos una vacancia tanto en los estudios agrarios como en los estudios políticos que justifican una investigación que contribuya a complejizar el conocimiento sobre las formas de acción de la izquierda en una etapa signada por el ascenso de la conflictividad social, tanto en su faceta urbana como rural.

¿Cómo puede comenzar a ser llenada esa vacancia? Creemos que debe ser estudiada la evaluación, la intervención y la inserción de la izquierda en el movimiento liguista del Nordeste argentino entre 1970 y 1976, tomando como objeto de estudio partidos de las diferentes tradiciones políticas (el comunismo, el peronismo de izquierda, el guevarismo, el maoísmo, el trotskismo y el socialismo revolucionario) y las principales ligas agrarias (Movimiento Agrario Misionero, Ligas Agrarias Chaqueñas, Ligas Agrarias Correntinas y la Unión de las Ligas Campesinas Formoseñas). Un programa de trabajo en este sentido, debería cubrir los siguientes aspectos:

- Reconstruir la evaluación y caracterización que las diferentes tradiciones de la izquierda realizaron sobre el movimiento liguista, atendiendo particularmente al carácter de clase que le asignaron.
- Estudiar los fundamentos políticos que llevaron a la izquierda a intentar actuar dentro de las ligas agrarias.
- Identificar el papel que se le asignó a las ligas agrarias en la estrategia política de transformación social de cada organización de izquierda y su relación con la clase obrera urbana y rural.
- Estudiar las formas de acercamiento e inserción de la izquierda en las ligas agrarias.
- Identificar a los dirigentes agrarios pertenecientes a organizaciones de izquierda.
- Estudiar la influencia de las propuestas y consignas de la izquierda en la prensa y las acciones impulsadas por las ligas agrarias.
- Proceder a la comparación de cada objeto de estudio, para avanzar sobre conclusiones más generales.

Una investigación de este tipo será fundamentalmente cualitativo, por tanto se basa en la recolección y análisis de una variedad de materiales empíricos (Maxwell, 1996). Entre ellos se destacan dos grandes grupos. Por un lado, los documentos escritos de la época y, por el otro, testimonios orales brindados desde el presente por los actores (Navarro, 2003). La utilización de ambos materiales empíricos nos permitirá realizar una triangulación

metodológica, combinando dos métodos para el análisis de un mismo fenómeno (DENZIN, 1978; JICK, 1979).

Las fuentes escritas son de diverso tipo y aportan, cada una de ellas, diferente tipo de información para resolver problemas diferentes. Por un lado, los documentos congresales y las revistas teóricas de los partidos son las que presentan mayor contenido intelectual, por tratarse de instancias de discusión, debate y síntesis. Allí se encuentran los diagnósticos de la sociedad elaborados por los partidos y se examinan los problemas de fondos y los actores sociales. Sirven entonces, para reconstruir la caracterización realizada del sujeto liguista. Por otro lado, la prensa periódica resulta una fuente privilegiada para reconstruir el accionar político cotidiano. Para esto contamos con Nuestra Palabra del PC; El Combatiente, Estrella Roja, Nuevo Hombre del PRT-ERP; Política Obrera de PO; La Verdad y Avanzada Socialista del PST y sus antecedentes; El Descamisado, El Peronista, El Peronista lucha por la liberación, La causa peronista, Evita Montonera de Montoneros; No Transar de VC, Nueva Hora del PCR y El Obrero de OCPO y sus afluentes. En el mismo sentido, contamos con publicaciones y volantes específicos de frentes sindicales que atendían a sujetos sociales propios del agro, así como documentos internos que brindan información sobre intentos de desarrollar este tipo de organización. Completan el acervo de fuentes escritas, las prensas periódicas de las propias Ligas Agrarias: Amanecer Agrario del Movimiento Agrario Misionero, Sapucay de Liberación de las Ligas Agrarias Misioneras, Siguiendo la huella del Movimiento Rural de Acción Católica, Boletín de las Ligas Agrarias Correntinas y El campesino de las Ligas Agrarias Chaqueñas. A ello se suma un amplio repertorio de documentos y folletos elaborados por las ligas. Asimismo, relevaremos diarios locales a los efectos de identificar acciones, declaraciones e información sobre integrantes de las Ligas Agrarias (El Territorio de Misiones, El Territorio de Chaco, La Mañana de Formosa, El Litoral de Corrientes).

A ello sumamos testimonios orales brindados desde el presente por los actores (NAVARRO, 2003). Estos serán elaborados a través de entrevistas bajo la modalidad semi-estructurada de final abierto (HAMMER y WILDAVSKY, 1990). Estos testimonios resultan fundamentales para acceder a la información que no fue registrada en la época. En términos metodológicos, utilizaremos esos testimonios a fin de obtener esos datos. La información que recojamos mediante entrevistas será analizada y contrastada con los documentos escritos y el material bibliográfico ya mencionado. Es decir, utilizaremos la fuente oral como un recurso más en nuestra investigación (ARON-SCHNAPPER y HANET, 1993). Nuestro objetivo es entrevistar a dirigentes de las Ligas y a militantes partidarios que actuaron en su seno.

Con estos objetivos, fuentes y metodología, creemos que puede comenzar a ser explorado ese campo vacante que une a las izquierdas que afloraron en los años '70 con los

novedosos movimientos sociales agrarios, iluminando y enriqueciendo de ese modo las diversas prácticas políticas que se desplegaron en una convulsionada década en todo el continente. En este punto, creemos que del desenvolvimiento de esta investigación puede contribuir al conocimiento de la disciplina histórica.

Bibliografía

ADELMAN, J. Una cosecha esquivada. Los socialistas y el campo antes de la Primera Guerra Mundial. **Anuario IEHS**, n. 4, p. 293-333, 1989

ANZORENA, O. **Tiempo de Violencia y Utopía**. Del golpe de Onganía (1966) al golpe de Videla (1976). Buenos Aires: Pensamiento Nacional, 1998.

ARCHETTI, E. Ideología y organización sindical: las ligas agrarias del norte de Santa Fe. **Desarrollo Económico**, v. 28, n. 111, p. 447-461, 1988.

ARICO, J. **La hipótesis de Justo**. Escritos sobre el socialismo en América Latina. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

ASCOLANI, A. Corrientes sindicales agrarias en la Argentina. Socialismo, anarcocomunismo y sindicalismo (1900-1922). **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 15, , pp. 141-151, 1992..

ASCOLANI, A. El anarco comunismo rural argentino. Utopía revolucionaria y sindicalismo (1900-1922). **Estudios sociales**, n. 4, pp. 113-136, 1993.

ASCOLANI, A. La identidad de los obreros rurales pampeanos: representaciones y controversias entre socialistas, anarquistas y sindicalistas (1918-1928), en: Mateo, G y O. E. Mar. **Territorio, poder e identidad en el agro argentino**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

ASCOLANI, A. **El sindicalismo rural en Argentina**. De la resistencia clasista a la comunidad organizada (1928-1952). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.

BARANDIARÁN, L. El Partido Socialista bonaerense y los trabajadores rurales permanentes (Tandil, 1920). **Trabajo y Sociedad**, n. 19, p. 263-278, 2012.

BARANDIARÁN, L. La concepción socialista del trabajador rural: de Juan B. Justo a Juan Nigro. En Graciano, O. y T. Gutierrez (dir.). **El agro en cuestión**. Discursos, políticas y corporaciones en la Argentina, 1870-2000. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BARANDIARÁN, L. La propaganda socialista en el campo bonaerense: la experiencia de los 'comités de zona' (1930-1943). **Nuevo Topo**. Revista de Historia y Pensamiento Crítico, n. 7, p. 147-166, 2010.

BARBETTA, P.; DOMÍNGUEZ, D. Derecho a la tierra y activismo rural en Argentina: De las Ligas Agrarias a los Movimientos Campesinos. **Alternativa**. Revista de estudios rurales, n. 6, p. 1-23, 2016.

BARTOLOMÉ, L. Base social e ideología en las movilizaciones agraristas en Misiones entre 1917 y 1975. Emergencia de un populismo agrario. **Desarrollo Económico**, v. 22, n. 85, p. 25-56, 1982.

BARTOLOMÉ, L. Populismo y diferenciación social agraria: las ligas agrarias en Misiones (Argentina). **Caravelle**. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, n. 28, p. 141-168, 1977.

BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. LXIX, p. 197-225, 1980.

BIDASECA, K. **Colonos insurgentes**. Discursos heréticos y acción colectiva por el derecho a la tierra. Argentina (1900-2000). Tesis de doctorado no publicada. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales, 2006.

CALVEIRO, P. **Política y/o violencia**. Una aproximación a la guerrilla de los años '70. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

CALVO, C. et al. **El hormiguero chaqueño**. De la experiencia de las Ligas Agrarias chaqueñas a las organizaciones sociales y políticas en la actualidad. En XI CONGRESO SOLAR, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 2008.

CALVO, C; PERCÍNCULA, A. Ligas Agrarias en Chaco y Corrientes. Experiencias de organización campesina en contextos de transformación territorial. **De prácticas y discursos**. Cuadernos de Ciencias Sociales, v. 1, n.1, p. 1-34, 2012.

CALVO, C. **Memorias y representaciones sobre las Ligas Agrarias Chaqueñas en organizaciones campesinas (1984-2009)**. En: VIII CONGRESO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Porto de Galinhas, 2010.

CALVO, C. Relatos de vida sobre la represión en territorios rurales del noreste argentino. **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 11, n. 20, p. 69-87, 2017.

CALVO, C. **Representaciones sobre el pasado reciente en el campesinado chaqueño**. El caso de las Ligas Agrarias y la experiencia de la represión. En XI JORNADAS DE SOCIOLOGÍA. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

CALVO, C. **Tensiones entre memorias locales y memorias nacionales en la evocación del pasado reciente**. En 1º JORNADAS DE INVESTIGADORES EN FORMACIÓN. Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires, 2011.

CONTARDO, M. F. Dos experiencias socioeducativas cristianas en Argentina y Brasil. El Movimiento Rural de Acción Católica de Argentina (1958-1972) y el Movimiento de Educación de Base de Brasil (1961-1967). Un estudio histórico en perspectiva comparada. **Cuadernos del CEL**, v. 3, n. 5, p. 206-210, 2017a.

CONTARDO, M. F. **Dos experiencias socioeducativas cristianas en Argentina y Brasil**. El Movimiento Rural de Acción Católica de Argentina (1958-1972) y el Movimiento de Educación de Base de Brasil (1961-1967). Un estudio histórico en perspectiva comparada. Tesis de Magíster, Universidad Nacional de San Martín, 2017b.

DENZIN, N. **The research Act**. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

ETCHENIQUE, J. **Pampa Libre. Anarquistas en la pampa argentina**. Santa Rosa: Ediciones Amerindia, 2000.

FARRAGUT, J. **De productores tabacaleros a productores ligusitas**: las Ligas Agrarias Correntinas y la formación de un sujeto colectivo. En JORNADAS DE INVESTIGADORES 2015, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2015.

FARRAGUT, J. **La lucha liguista en Corrientes**: una aproximación al derrotero de las Ligas Agrarias Correntinas (1972-1976). En XXXVII ENCUENTRO DE GEOHISTORIA

REGIONAL. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2017.

FARRAGUT, J. **Tras las huellas del sujeto histórico liguista**: el caso de las Ligas Agrarias Correntinas. VI REUNIÓN DEL GRUPO DE ESTUDIOS RURALES Y DESARROLLO / I REUNIÓN DEL FORO NEA DE UNIVERSIDADES PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR, Posadas, 2014.

FERRARA, F. **Los de la tierra**. De las Ligas agrarias a los movimientos campesinos. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.

FERRARA, F. **Qué son las ligas agrarias**. Historia y documentos de las organizaciones campesinas del Nordeste argentino. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FERRO, L. **Las mujeres en las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1971-1976)**. En X JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2005.

GALAFASSI, G. Conflictos agrarios del Nordeste argentino en la década de los setenta. **Perfiles latinoamericanos**, v. 26, n. 28, p. 159-183, 2006.

GALAFASSI, G. Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta. **Nera**, v. 10, n. 10, p. 11-36, 2007.

GALAFASSI, G. El Movimiento Agrario Misionero en los años setenta. Protesta, movilización y alternativas de desarrollo rural. **Herramienta**, n. 38, s/p, 2008a.

GALAFASSI, G. La larga marcha del campesinado hacia la revolución. La visión clásica de Francisco Ferrara respecto a las ligas agrarias de los años 70. En Zarrilli, A. (comp.): **Clásicos del mundo rural**. Relectura y análisis de textos. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008b.

GALAFASSI, G. Las Ligas Agrarias Chaqueñas frente al proceso de modernización y desarrollo dominante. Una primera aproximación. En Galafassi, G. (comp). **El campo diverso**. Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

GALAFASSI, G. Rebelión en el campo. Las Ligas Agrarias de la Región Chaqueña y la discusión del modelo dominante de desarrollo rural (1970-1976). En Lázaro, S. y G. Galafassi (comp.): **Sujetos, políticas y representaciones del mundo rural**. Argentina 1930-1976. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

GRACIANO, O. Soluciones para la crisis del capitalismo argentino. Las propuestas socialistas para la transformación de la economía pampeana en los años '30. En Galafassi, G. (comp.): **El Campo Diverso**. Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

GRACIANO, O. Alternativas de izquierda para un capitalismo en crisis. Las propuestas de los partidos Socialista y Comunista de Argentina ante la crisis de su economía agraria, 1930-1943. Girbal-Blacha, N. y S. Mendonça (coord.), **Cuestiones agrarias en Argentina y Brasil**. Conflictos sociales, educación y medio ambiente. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

GRACIANO, O. El agro pampeano en los 'clásicos' del socialismo argentino. Las propuestas hacia el campo de Juan B. Justo, 1894-1928. En: Graciano, O. y T. Gutiérrez. **El agro en cuestión**. Discursos, políticas y corporaciones en la Argentina, 1870-2000. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GRACIANO, O. Entre la transformación socialista y la redención nacional. El pensamiento de izquierda ante la crisis del capitalismo agroexportador, 1914-1933. En Mateo, G., Marí, O.

y Valenzuela, C. (comp.). **Territorio, Poder e Identidad en el agro argentino**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

GRACIANO, Osvaldo. La escritura de la realidad. Un análisis de la tarea editorial y del trabajo intelectual del Anarquismo argentino entre los años '30 y el Peronismo. *Izquierdas*, n. 12, p. 72-110, 2012.

GRACIANO, O. Las izquierdas ante la crisis del capitalismo agrario argentino. Producción de saber para la acción política. En Lázaro, S. y Balsa, J. **Agro y política en la Argentina**. El modelo agrario en cuestión, 1930-1943. Buenos Aires: Ciccus, 2012.

GRACIANO, O. Las izquierdas y la crítica de la economía peronista. Producción de saber social y práctica política. En Graciano, O. y Olivera, G. (coord.). **Actores sociales, partidos políticos e intervención estatal durante el peronismo 1943-1955**. Buenos Aires: Ciccus, Buenos Aires, 2015.

GRACIANO, O. Las Izquierdas y la cuestión agraria en la Argentina del siglo XX. La persistencia de un vínculo en la definición de sus estrategias políticas. En Balsa, J., Mateo, G. y Ospital, S. (comp.). **Pasado y Presente en el Agro argentino**. Buenos Aires: Lumiere, 2008.

GRACIANO, O. Los debates y las propuestas políticas del Partido Socialista de Argentina, entre la crisis mundial y el peronismo, 1930-1950. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 33, p. 241-262, 2007.

GRACIANO, O. Representaciones del agro argentino en el Partido Socialista: entre la Segunda Guerra Mundial y el primer peronismo. 1939-1950. En Galafassi, G. y Lázaro, S. (comp.). **Sujetos, política y representaciones del mundo rural**. Argentina 1930-1975, Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

GRACIANO, O. Utopía social y utopía tecnológica en el pensamiento de las izquierdas argentinas para la transformación del capitalismo agrario, 1890-1945. **Mundo Agrario**, v. 10, n. 20, s/p, 2010.

HENDEL, V. **Siguiendo la huella**. El Movimiento Agrario de Misiones (1971-1976). Una nueva mirada. En XI JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

HILB, C.; LUTZKY, D. **La nueva izquierda argentina: 1960-1980 (Política y violencia)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

JICK, T. Mezclando métodos cualitativos y cuantitativos: Triangulación en acción. **Administrative Science Quarterly**, n. 24, s/p, 1979.

LASA, C. Un proceso de mediación política: Movimiento Rural y Ligas Agrarias Chaqueñas. **Sociedad y Religión**, n. 7, Córdoba, p. 1-36, 1987.

LASA, C. **Ligas Agrarias Chaqueñas**. Un intento de poder popular alternativo. Tesis de Licenciatura, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 1998.

LATTUADA, M. **Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina**. Transformaciones institucionales a fines del siglo XX. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

LEMMI, S. **El Partido Comunista Argentino y el Congreso Nacional de Horticultura y Fruticultura. Junio de 1971**. En XIII JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, Universidad Nacional de Catamarca, San Fernando del Valle de Catamarca, 2011.

LEMMI, S. **Vivir como peón, pensar como patrón.** Conflicto, organización política y conciencia de clase en el sector hortícola del Gran La Plata (1953-2009). Tesis de posgrado, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

LÖBBE, H. **La guerrilla fabril.** Clase Obrera e izquierda en la Coordinadora de Zona Norte del Gran Buenos Aires (1975-1976). Buenos Aires: Ediciones ryr, 2009.

MANGIANTINI, M. **Itinerarios militantes.** Del Partido Revolucionario de los Trabajadores al Partido Socialista de los Trabajadores (1965-1976). Buenos Aires: Imago Mundi, 2018.

MARTOCCI, F. Mariano Vélez revisitado: una lectura socialista del agro pampeano en los años treinta. **Revista de historia americana y argentina**, v. 48, n. 2, p. 1-30, 2013.

MASIN, D. **Ligas Agrarias en la Provincia de Santa Fe:** una aproximación a la construcción y modos de acción de los actores sociales del norte y sur de la provincia. En V JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

MAXWELL, J. **Cualitative research desing.** An interactive approach. New York: Sage Publications, 1996.

MONTIEL, S. **Procesos de participación y cambio en el Movimiento Agrario Misionero.** Tesis de licenciatura, Universidad Nacional de Misiones, 2000.

MOYANO WALKER, M. **El mundo rural en emergencia.** Las ligas agrarias y las cooperativas y sindicatos rurales en el noreste argentino de los setenta. Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, 2011.

NAVARRO, A. La utilización combinada de entrevistas y documentos en el análisis de sucesos históricos. En Martínez, L. **En torno de las metodologías.** Abordajes cualitativos y cuantitativos. Buenos Aires: Proa XXI, 2003.

ODDONE, J. **La burguesía terrateniente argentina.** Buenos Aires: Ediciones Populares Argentinas, 1956.

OLIVO, A. **Anita desde las Ligas Agrarias.** Tierra, trabajo y dignidad. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2013.

OLLIER, M. M. **De la revolución a la democracia.** Cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

OLLIER, M. M. **El fenómeno insurreccional y la cultura política.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.

OLLIER, M. M. **La creencia y la pasión.** Privado, público y político en la izquierda revolucionaria. Buenos Aires: Ariel, 1998.

PACHECO, J. **Montoneros y las contradicciones del programa de liberación nacional (1970-1976).** Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2014.

PACHECO, J. **Nacional y popular.** El MALENA y la construcción del programa de liberación nacional (1955-1969). Buenos Aires: Ediciones ryr, 2012.

PERCÍNCULA, A.; SOMMA, L. y BUZZELA, N. **Ligas Agrarias Correntinas:** una aproximación a la mirada desde el actor. En CONGRESO PREALAS, Universidad Nacional del Nordeste, Corrientes, 2008.

POZZI, P; SCHNEIDER, A. **Los setentistas**. Izquierda y clase obrera: 1969-1976. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

POZZI, P. **Por las sendas argentinas**. El PRT-ERP. La guerrilla marxista. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

RODRÍGUEZ, L. G. Los radicalizados del sector rural. Los dirigentes del Movimiento Agrario Misionero y Montoneros (1971- 1976). **Mundo Agrario**, v. 10, n. 19, s/p, 2009.

ROZÉ, J. P. Coacción y acumulación. El caso de las Ligas Agrarias Chaqueñas 1971-1976. **Ponta de Lanca**: Revista eletrónica de história, memória & cultura, v. 1, p. 37-52, 2007.

Rozé, J. P. La confusa unidad de lo diverso. Las Ligas Agrarias en Argentina. En Antognazzi, I. y Ferrer, R. (coord.). **Del Rosarizao a la democracia del '83**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1995.

ROZÉ, J. P. **Conflictos agrarios en la Argentina**. El proceso liguista (1970-1976). Buenos Aires: Ediciones ryr, 2011.

ROZÉ, J. P. **La larga marcha de un proceso social de conocimiento**. Aprehendiendo el movimiento de las Ligas Agrarias del Nordeste argentino. Resistencia: Edición del autor, 2010.

SARTELLI, E. **La sal de la tierra**. Clase obrera y lucha de clases en el agro pampeano (1870-1940). Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

Servetto, A. Indio Toba no llorando aquel tiempo feliz... Otra vez, Otra vez. De la lucha política al Operativo Toba: las Ligas Agrarias del Nordeste Argentino y el terrorismo de Estado en los años setenta. **PolHis**, v. 5, n. 12, p. 150-173, 2013.

STAVALE, S.; DE SANTIS, D. **Un partido de la clase obrera**. La política del PRT-ERP en el movimiento obrero. Buenos Aires: A formar Filas, 2016.

STAVALE, S. Entre la lucha ideológica y la unidad de acción en las fábricas. La relación del Partido Revolucionario de los Trabajadores con la Tendencia Revolucionaria del Peronismo en los años 70. **Izquierdas**, n. 36, p. 78-104, 2017.

TARCUS, H. **Diccionario Biográfico de la Izquierda Argentina**. De los anarquistas a la 'nueva izquierda' (1870-1976). Buenos Aires: Emecé editores, 2007.

TARCUS, H. ¿Un marxismo sin sujeto? El naturalista Germán Avé-Lallemant y su recepción de Karl Marx en la década de 1890. **Políticas de la memoria**, n. 4, p. 71-90, 2003/2004.

TARROW, S. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 1997.

TORTTI, M. C.; CHAMA, Mauricio (dir.): **La nueva izquierda argentina (1955-1976)**: Socialismo, peronismo y revolución. Rosario: Prohistoria, 2014.

TORTTI, M. C. Crisis, capitalismo organizado y socialismo. En Ansaldi, W., Pucciarelli, A. y Villarruel, J. **Representaciones inconclusas**. Las clases, los actores y los discursos de la memoria, 1912-1946. Buenos Aires; Buenos Aires, 1995.

TORTTI, M. C. Protesta social y "Nueva Izquierda" en la Argentina del Gran Acuerdo Nacional. En Pucciarelli, A. **La primacía de la política**. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

VÁZQUEZ, C. Organización campesina. La Unión de Ligas Campesinas Formoseñas y la migración paraguaya (1960-1970). **Novapolis**, n. 8, p. 13-29, 2015.

VEZZETTI, H. **Sobre la violencia revolucionaria**. Memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

VOMMARO, P. El proceso de movilización social en los setenta desde el protagonismo juvenil: las experiencias del Movimiento Rural de la Acción Católica y las Ligas Agrarias en la Argentina. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2011.

WALLERSTEIN, E. New Revolts against the system. **New Left Review**, n. 18, p. 29-39, 2002.

WERNER, R.; AGUIRRE, F. **Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2009.

Sobre o autor

Guido Lissandrello – Profesor, Licenciado y Doctor en Historia por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Miembro de la Carrera del Personal de Apoyo del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET), con lugar de trabajo en el Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".
Orcid – <https://orcid.org/0000-0003-0380-0460>.

Como citar este artigo

LISSANDRELLO, Guido. Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 189-211, mai.-ago., 2021.

Recebido para publicação em 02 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 09 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 01 de fevereiro de 2021.

Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária

Rafael Navas (*in memoriam*)

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil.

Wanda Griep Hirai

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil.

e-mail: wanda.hirai@gmail.com

Maria Alice Araújo Oliveira

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil.

e-mail: alice.fanut@hotmail.com

Resumo

A utilização de agrotóxicos no Brasil vem aumentando, com consequências para a saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. Historicamente com predomínio de monocultura de cana-de-açúcar, nas últimas décadas, o cenário rural do estado de Alagoas vem sendo transformado com a criação de assentamentos de reforma agrária, ampliando a importância da agricultura familiar, bem como novas culturas e a criação animal vem ganhando importância. O objetivo deste trabalho foi analisar a produção agrícola e o uso de agrotóxicos no assentamento Dom Helder Câmara, localizado no município de Murici - Zona da Mata alagoana. A metodologia utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em 29 famílias, durante os meses de janeiro a julho de 2018. Verificou-se que 11% das famílias fazem uso de agrotóxicos e 34% possuem certificação orgânica. Com relação à declaração de aptidão ao Pronaf, 66% das famílias não possuem o documento, o que impede que o número de agricultores certificados via OCS aumente. A falta de assistência técnica e crédito dificulta a melhora da produção, sendo que 47% das famílias não utilizam nenhum insumo para o manejo das culturas.

Palavras-Chaves: Agroecologia; desenvolvimento rural; produção orgânica.

Agroecological production in the “Zona da Mata” of Alagoas: analysis of pesticide use and the organic alternative in agrarian reform settlement

Abstract

The use of pesticides in Brazil has been increasing, with consequences for the health of rural workers and consumers. Historically with a predominance of sugarcane monoculture, in the last decades, the rural scenery of the state of Alagoas has been transformed with the creation of agrarian reform settlements, increasing the importance of family farming, as well as new crops and animal husbandry has been gaining importance. The objective of this work was to analyze the agricultural production and the use of pesticides in Dom Helder Câmara settlement, located in Murici – “Zona da Mata Alagoana”. The methodology used was the semi-structured interviews, applied in 29 families, from January to July 2018. It was found that 11% of the families use pesticides and 34% have organic certification. Regarding the declaration of

suitability for Pronaf, 66% of households do not have the document, which prevents the number of OCS certified farmers from increasing. The lack of technical assistance and credit makes it difficult to improve production, and 47% of households do not use any inputs for crop management.

Keywords: Agroecology; rural development; organic production.

Producción agroecológica en la zona da mata de Alagoas: análisis del uso de pesticidas y la alternativa orgánica en el asentamiento de la reforma agraria

Resumen

El uso de pesticidas en Brasil ha aumentado, con consecuencias para la salud de los trabajadores y consumidores rurales. Históricamente con un predominio del monocultivo de caña de azúcar, en las últimas décadas, el paisaje rural del estado de Alagoas se ha transformado con la creación de asentamientos de reforma agraria, aumentando la importancia de la agricultura familiar, así como nuevos cultivos y cría de animales ha presentado más importancia. El objetivo de este trabajo fue analizar la producción agrícola y el uso de pesticidas en el asentamiento Dom Helder Câmara, ubicado en el municipio de Murici - Zona da Mata Alagoana. La metodología utilizada fue las entrevistas semiestructuradas, aplicadas en 29 familias, de enero a julio de 2018. Se encontró que el 11% de las familias usan pesticidas y el 34% tiene certificación orgánica. Con respecto a la declaración de idoneidad para Pronaf, el 66% de los hogares no tienen el documento, lo que impide que aumente el número de agricultores certificados por OCS. La falta de asistencia técnica y crédito dificulta la mejora de la producción, y el 47% de los hogares no utilizan ningún insumo para el manejo de los cultivos.

Palavras chave: Agroecología; desarrollo rural; producción orgánica.

Introdução

Em 1962, foi publicado por Rachel Carson o Livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), no qual a autora denunciou o uso de uma substância, amplamente consumida no mundo, conhecida como diclorodifeniltricloroetano – DDT, como nota-se abaixo.

A partir de quando o DDT foi colocado à disposição do uso civil, um processo de escalção tem estado em marcha, pelo qual materiais cada vez mais tóxicos devem ser encontrados. Isto aconteceu porque os insetos, numa reivindicação triunfante do princípio de Darwin, relativo à sobrevivência, dos mais fortes e mais adequados, desenvolveram super raças imunes aos efeitos do inseticida em particular usado contra eles; daí resultou a necessidade de se prepararem substâncias químicas ainda mais mortíferas – cada vez mais letais - e, depois, outras, ainda mais propiciadoras de morte (CARSON, 1962, p. 18).

Como visto, com a resistência das espécies aos químicos usados na agricultura foram produzidas mais substâncias sintéticas com maior toxicidade, acarretando problemas

de contaminação de áreas e alimentos, e conseqüentemente das pessoas.

No período pós-guerra deu-se o início da revolução verde. Ela teve como discurso acabar com a fome, principalmente na África e Ásia, utilizando a estratégia de produzir mais em menores espaços. Assim, foram desenvolvidas as sementes modificadas e posteriormente as sementes transgênicas, sob o argumento do aumento de produtividade e resistência às pragas, agravando os problemas ambientais.

Na década de 1960, o Brasil passou a disseminar o pacote da revolução verde na sua agricultura, disponibilizando subsídios para que os agricultores se adaptassem ao modelo químico-mecânico. Dessa forma, a monocultura, o desmatamento, as sementes transgênicas, a exploração intensa do solo, a intoxicação de trabalhadores, a exploração de mão de obra e a uso excessivo de venenos se ampliaram, sob a lógica capitalista de produção econômica. Os resultados disso podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1: Resultados ambientais, socioculturais e econômicos da revolução verde.

Dimensão	Resultados
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema híbrido cada vez mais colapsado, degradado, águas contaminadas, rios assoreados e nascentes degradadas; • Sistemas produtivos cada vez mais suscetíveis às intempéries das mudanças climáticas; • Solos cada vez mais degradados, depauperados, contaminados, erodidos e compactados; • Biodiversidade e agrobiodiversidade cada vez mais degradadas, com sérios impactos para as diferentes formas de vida, com extinção de espécies e de variedades de cultivares agrícolas.
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Invasão de sementes híbridas e geneticamente modificadas pela biotecnologia é cada vez maior, causando dependência nos agricultores, perda da qualidade dos alimentos e contaminação genética das variedades crioulas; • Perda da soberania alimentar nacional; • Redução e perda dos conhecimentos tradicionais pela ausência de valorização e perpetuidade; • Consumo de baixa qualidade pela cidade, muitas vezes com alimentos industrializados e contaminados por agrotóxicos;

	<ul style="list-style-type: none">• Trabalhadores contaminados ao utilizar os agroquímicos, com impactos negativos à saúde;• Intensificação do êxodo rural, com uma população cada vez mais envelhecida no campo e saída de jovens para os centros urbanos.
Econômico	<ul style="list-style-type: none">• Agricultores com dificuldade de permanecer no campo devido à descapitalização e aos altos custos de produção, enquanto os grandes produtores renegociam suas dívidas e apostam na exportação de grãos e carne; concentração de terra e renda.

Fonte: elaborado pelos autores

Esse cenário no Brasil vem sendo agravado com a aprovação, pela Câmara dos Deputados Federais, do Projeto de Lei 6.299/02, conhecido como “PL DO VENENO” e considerado por ambientalistas como um retrocesso em face das lutas ocorridas ao longo do tempo contra a contaminação dos recursos naturais, dos alimentos e das pessoas. Esse projeto atende aos interesses da classe dominante inserida na bancada ruralista^{*}, que pretende mudar a nomenclatura dos agrotóxicos, defender menos rigor e mais rapidez na liberação dos venenos, e o retorno de alguns produtos que já foram proibidos no Brasil e banidos da Europa. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no ano de 2018 foram autorizados 450 novos produtos. Em 2019 foram liberados 474 produtos, mais do que em todo o ano de 2015. Segundo o MAPA, a maior parte desses produtos são genéricos, ou seja, utilizam ingredientes que já eram utilizados e a liberação visa aumentar a concorrência no mercado, promovendo redução no custo desses produtos. Ao mesmo tempo, aumentam os casos de mortandade de abelhas em vários países, sendo a aplicação de agrotóxicos uma das causas potenciais apontadas para esse fenômeno.

Entre 2001 e 2008, a venda de agrotóxicos no país passou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões, e o Brasil ocupou o primeiro lugar como consumidor mundial de venenos (LONDRES, 2011). Ainda segundo Londres (2011), em 2009 o consumo ultrapassou 1 milhão de toneladas – o que representou o equivalente a 5,2 kg de veneno por

^{*} Trata-se de uma bancada temática existente no Congresso Nacional e se caracteriza como uma estrutura transversal à organização dos partidos políticos, e representa o interesse de um setor específico da sociedade, no caso os produtores rurais brasileiros. Disputam a hegemonia sobre as políticas de Estado. SEMIONATO, Ivete e COSTA, Caroline Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. In *Temporalis*, Florianópolis. v. 12.n. 24 (2012);=, p 215-237. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3094>. Acesso em: 05/03/2021

habitante. Em sete anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no país mais do que dobrou, passando de 7 kg por hectare em 2005 para mais de 18 kg por hectare em 2012. Em relação à intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, segundo Bombardi (2017), as regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores índices.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos rurais que admitiram usar agrotóxicos aumentou 20,4% nos últimos 11 anos e há elevado número de analfabetos que aplicaram esse tipo de produto no campo, com 15,6% dos produtores que usam esses produtos afirmaram que não sabiam ler e escrever e, desses, 89% declararam não ter recebido qualquer tipo de orientação técnica, o que aumenta os riscos de intoxicação (IBGE, 2017).

Teixeira et al. (2014) analisaram as intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola em estados do Nordeste e verificaram que dos 9.669 casos, 69,8% consistiam em tentativas de suicídio, seguidos de acidentes individuais e ocupacionais, tendo o estado de Pernambuco os maiores valores, seguido pelos estados do Ceará, Sergipe e Bahia.

Para o estado de Alagoas, a região do agreste foi a que mais apresentou casos em relação ao número de habitantes, com destaque para os municípios de Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Limoeiro de Anadia e Coité do Noia. Essa região se destaca no estado pela alta produção de hortaliças e pelo fumo, e foi priorizada nas ações da vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos. Segundo o relatório de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado de Alagoas, a incidência de intoxicações acompanha essa tendência, variando de 2,01 para 6,03 casos por 100 mil habitantes. Os principais intoxicados são os trabalhadores rurais que têm um contato direto com os agrotóxicos (PASSOS, 2015). Vale ressaltar que o número de intoxicações pode ser bem maior, pois muitos trabalhadores não procuram os centros de saúde para relatar os casos, e quando o fazem, nem sempre associam os sintomas à aplicação dos agrotóxicos.

Em pesquisa realizada no município de São Sebastião – localizado no Agreste de Alagoas –, Oliveira et. al. (2019) constataram que quase a metade dos agricultores não fazia uso de equipamentos de proteção no momento da preparação e na aplicação de agrotóxicos, e cerca de 40% queimavam as embalagens após o uso. Nenhum dos entrevistados no levantamento fez uso da tríplice lavagem.

Segundo Maia et al. (2018), em Alagoas, no período de 2010 a 2015, foram notificados 185 casos com intoxicação pelo uso de agrotóxicos agrícolas, com predominância para os herbicidas e inseticidas. Passos (2015) aponta que devido às características socioeconômicas dos agricultores familiares em Alagoas, esse grupo tende a ter menor

acesso à tecnologia e à informação. Isso pode resultar no aumento do uso de agrotóxicos na plantação, em comparação com os demais produtores. Destaca que a exposição a essas substâncias tende a ser mais significativa devido à ausência de técnicas de manejo adequadas e ao não uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Na contramão da prática da agricultura altamente dependente de insumos sintéticos e agrotóxicos, as práticas agroecológicas tem ganhado mais atenção como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento rural, buscando formas mais sustentáveis e justas de produção, distribuição e geração de renda, em que as externalidades são reduzidas gradativamente.

Para Abreu et al. (2012) essas agriculturas tidas como alternativas ao modelo convencional são consideradas como de potencial para contribuir e enfrentar os desafios relacionados à segurança alimentar e à preservação do meio ambiente. A agroecologia e a agricultura orgânica possuem objetivos comuns, referem-se à ecologia e questionam o modelo tecnológico implantado durante o século XX, além de se basear em definições, paradigmas e princípios diferenciados. Para os autores, enquanto a agricultura orgânica tem suas raízes na ciência do solo, a agroecologia sustenta seus princípios na ecologia e privilegia as dimensões agrônômica, ecológica, sociológica e política, representando um novo campo de conhecimento de apoio ao processo de transição em direção à sustentabilidade.

Apesar de alguns autores terem destacado as diferenças entre as duas modalidades (orgânica e agroecologia) e o cuidado em não generalizar os termos, pesquisas têm evidenciado que a obtenção da certificação orgânica por agricultores familiares proporciona melhorias nos sistemas de produção e redução no uso de agrotóxicos (NAVAS, 2019; RUANO e NEUWALD, 2019; CASTRO NETO et al., 2010).

O objetivo deste trabalho foi analisar o uso de agrotóxicos e a alternativa da produção orgânica no assentamento Dom Helder Câmara, localizado no município de Murici, na Zona da Mata alagoana.

Metodologia

O assentamento Dom Helder Câmara está localizado no município de Murici, distante 55 km da capital Maceió. O assentamento era uma área particular que se achava em estado de abandono e tinha uma pequena produção de cana-de-açúcar. A ocupação ocorreu em 1999 e após dois anos de luta e resistência das famílias, o INCRA reconheceu que a propriedade era improdutiva e a transformou em assentamento da reforma agrária.

Atualmente, no local moram e trabalham cerca de 34 famílias, que estão distribuídas em duas agrovilas, em lotes que variam entre cinco e sete hectares, dependendo da localização.

Para a coleta de dados foi utilizada entrevista semiestruturada, que, de acordo com Manzini (1991), está focada em um assunto sobre o qual se confecciona um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista faz emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

A entrevista procurou levantar informações a respeito da diversidade de itens produzidos e das criações animais, bem como sobre as formas de manejo do solo e planta, os problemas enfrentados pelos agricultores e as formas de manejo de insetos e doenças, além de aspectos da comercialização e do controle da qualidade.

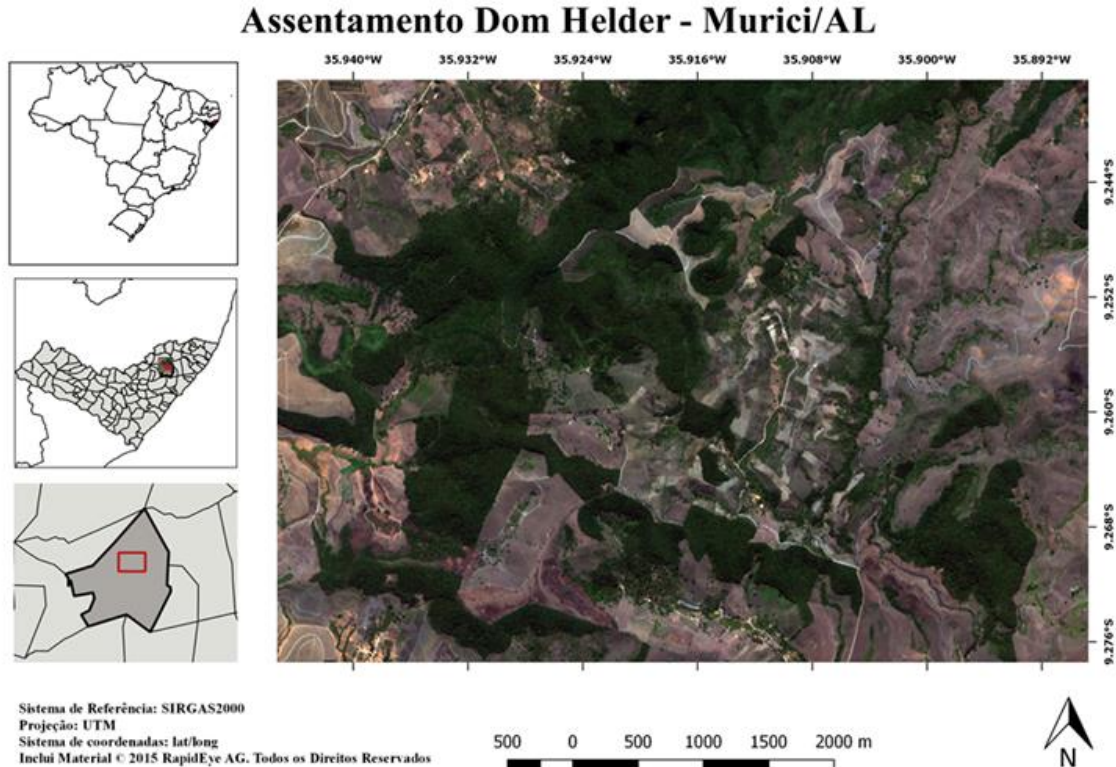
A coleta de dados foi realizada com 29 famílias, entre os meses de janeiro e julho de 2018.

Resultados e discussão

As formas de uso e ocupação do solo no assentamento são representadas por 42% de cultivos agrícolas, 39% de vegetação nativa e 19% de solo exposto, conforme a figura 1.

Observou-se o uso de agrotóxicos em 13,8% dos agricultores do assentamento; esse uso foi justificado pelos produtores em razão das dificuldades para conseguir boa produção de algumas culturas, como inhame e abacaxi, mesmo tendo consciência dos malefícios de seu uso. Vale ressaltar que a parcela de agricultores que não usa nenhum tipo de insumo ou utiliza insumos agroecológicos é alta, como observado na figura 2. Comparando os dados observados na pesquisa com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), verifica-se que no município de Murici, 15,8% dos agricultores afirmaram fazer uso de agrotóxicos.

Figura 1: Localização e área do assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: os autores

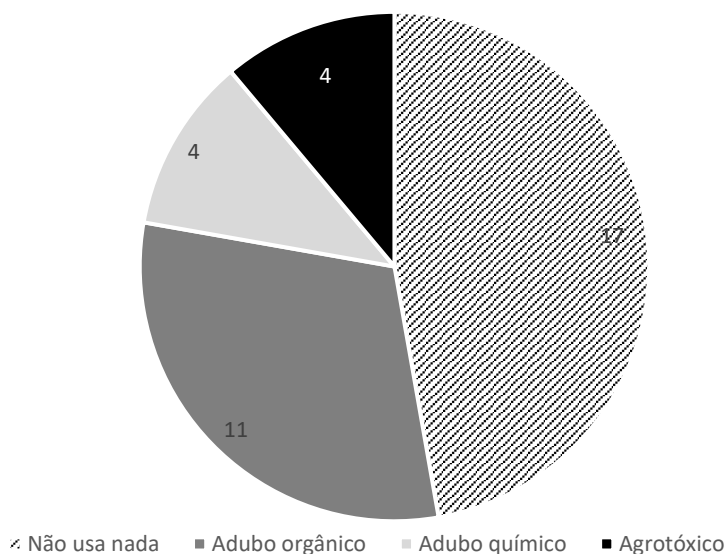
Em pesquisa em Rio Branco, Gregolis et al. (2012) relataram entre agricultores familiares que havia a invisibilidade dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos. Além disso, as mulheres não percebiam a seriedade dos problemas de saúde relacionados à exposição a esses produtos e os homens construam estratégias de negação dos riscos desse uso, agravando os problemas de saúde, o que os difere dos agricultores desta pesquisa, que têm conhecimento dos riscos associados a esses produtos. Esse fato pode ser explicado pela baixa taxa de analfabetismo observada no assentamento Dom Helder (13%), em comparação com outras áreas rurais, pois há pesquisas que relacionam os níveis educacionais ao aumento dos índices de contaminação por agrotóxicos (OLIVEIRA et al., 2019; MAIA et al. 2018; FERREIRA et al., 2014). Além disso, é importante destacar que o assentamento é acompanhado pelos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que incentiva as práticas agroecológicas e o não uso dos agrotóxicos.

Segundo Abreu e Alonzo (2016), estudos realizados no Brasil revelam um quadro de exposição e danos à saúde de trabalhadores rurais pelo uso de agrotóxicos. Os autores

mencionam que os funcionários do comércio são os responsáveis pela indicação para o uso e a aquisição desses produtos; o transporte e o armazenamento são realizados em veículos e construções não adaptados às exigências de segurança, havendo inclusive inviabilidade técnica para seguir as medidas relacionadas aos Equipamentos de Proteção Individual, bem como as regras de preparo e aplicação do agrotóxico, com dificuldades de devolução das embalagens vazias.

Esse fator também foi relatado por Oliveira et al. (2019): nenhum agricultor realizou a devolução das embalagens, em pesquisa realizada no Agreste alagoano. No estado do Ceará, Queiroz et al. (2016) observaram o uso inadequado e desenfreado de agrotóxicos entre agricultores familiares, o que contribuía para o surgimento de agravos à saúde dos trabalhadores, já que estes não utilizavam os Equipamentos de Proteção Individual, propiciando assim uma exposição evitável e danosa à saúde.

Figura 2: Uso de agrotóxicos entre agricultores do Assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: os autores

No assentamento deste estudo percebe-se que os cultivos em sua maioria são destinados para autoconsumo e venda do excedente, o que pode contribuir para o baixo uso de agrotóxicos, visto que a maioria dos plantios se destina ao abastecimento familiar, não havendo, portanto, comercialização em grande escala. Em sua maioria, são agricultores com baixo poder de compra e investimento nas áreas de cultivo, com 34,62% das famílias possuindo renda de até 0,5 salário mínimo, 15,38% com renda entre 0,5 e 1 salário, e 50%

com renda entre 1 e 2 salários. A esse fato se acrescenta a falta de acesso a crédito, sendo que 90,48% das famílias nunca obtiveram financiamento via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

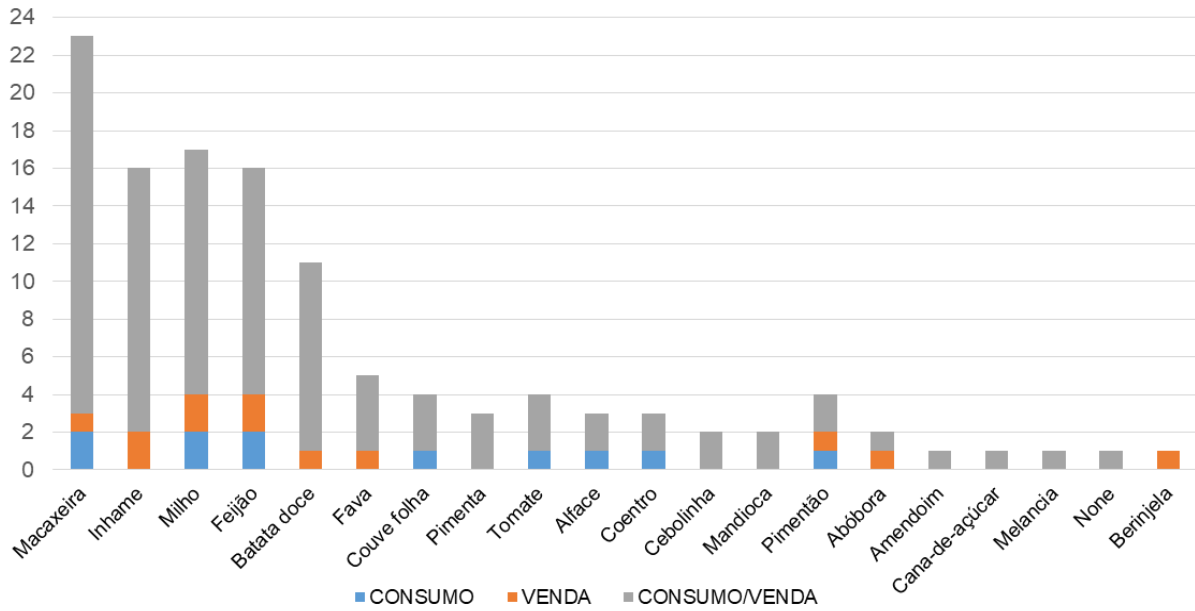
Como pode ser observado nas figuras 3 e 4, as áreas produzem alimentos com variedade e quantidade, sendo uma característica própria da agricultura familiar a diversificação de culturas, de acordo com os princípios da agroecologia.

No assentamento Dom Helder, alguns agricultores possuem certificação orgânica por controle social na venda direta (OCS), totalizando 34% das famílias, onde os mesmos possuem cadastro no sistema nacional de produtores orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa modalidade de certificação permite a venda direta ao consumidor, como nas feiras, e a participação nas políticas públicas, como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vale ressaltar que a associação tem incentivado mais famílias a adotarem a produção orgânica e sua inserção no cadastro nacional, porém 66% dos agricultores do assentamento não possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o que impede que obtenham a certificação via OCS.

Proença et al. (2016) observaram em trabalho com agricultores familiares orgânicos em Mato Grosso que as principais culturas eram hortaliças e frutíferas, cultivadas nos quintais e em pequenos pomares, além da produção de polpas e da criação de frango. Os autores relataram também a riqueza de espécies manejadas, utilizadas tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização, era essencial para atender às necessidades básicas da família e contribuía para a segurança alimentar.

De acordo com os agricultores do assentamento Dom Helder Câmara, as culturas que mais contribuem para a sua alimentação e renda são macaxeira, feijão, inhame e milho, diretamente relacionadas à cultura alimentar da região. Observa-se grande variedade de culturas agrícolas, o que muitas vezes representa uma estratégia utilizada pela agricultura familiar para garantir a manutenção da família. Os cultivos são caracterizados principalmente pelo plantio de hortaliças e frutíferas, além da criação animal.

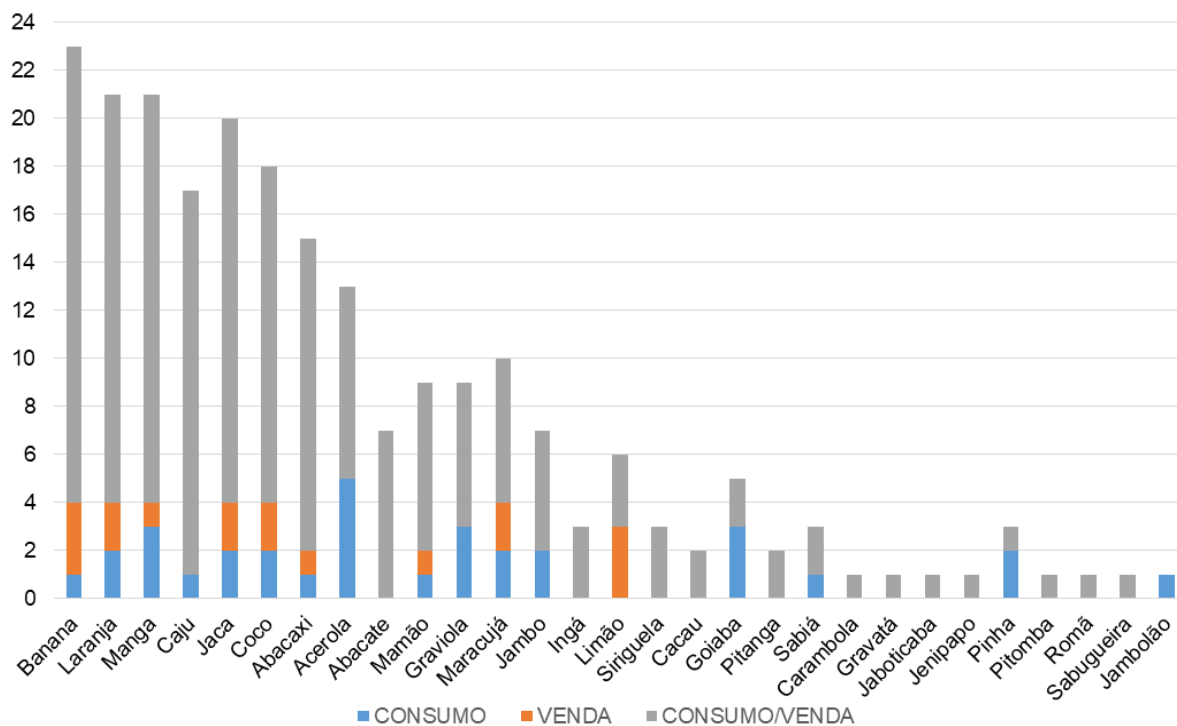
Figura 3: Culturas de ciclo curto produzidas no assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: os autores.

As frutíferas também contribuem para consumo e venda, como observado na figura 4, sendo jaca, banana, laranja e coco as mais importantes produções observadas entre as famílias. Constatou-se que as frutíferas possuem a finalidade principal de autoconsumo, contribuindo dessa maneira para a alimentação.

Figura 4: Frutíferas produzidas pelas famílias do assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: os autores.

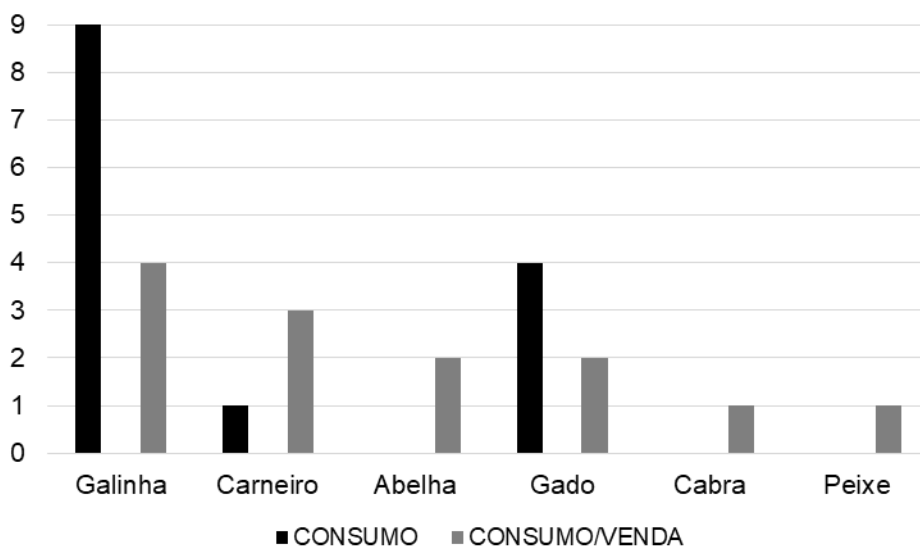
De acordo com Proença et al. (2016), além da importância ambiental, a diversificação de espécies também possui importância social, no sentido de assegurar a fonte alimentar da família, e importância econômica, atuando como um fator de segurança na garantia da renda familiar. A diversificação proporciona ao produtor uma alternativa de comercialização e previne a família de perdas na produção.

Segundo Castro Neto et al. (2010), a produção orgânica pode representar uma alternativa para a agricultura familiar nos aspectos social, ambiental e econômico, pois as práticas de consumo consciente tendem a ocupar um espaço importante no cenário global, e dessa forma colaboram com a sustentabilidade e a valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Além das culturas, boa parte da área do assentamento é destinada à criação de animais, como observado na figura 5. São distribuídas em pequenos espaços, de forma semiextensiva, não comprometendo os cuidados e a saúde do animal.

Essas criações animais facilitam o trabalho no campo e contribuem para a renda e a alimentação das famílias assentadas.

Figura 5: Criações animais do assentamento Dom Helder Câmara.



Fonte: os autores

É relevante que essas áreas tenham diversidade de culturas e criações de animais, pois isso reduz gastos com a compra de insumos externos e sintéticos. Contribuem para uma alimentação saudável, por serem de fácil acesso às famílias, e contribuem para a renda dos agricultores, pela maior diversidade de produtos para venda, em especial nos circuitos curtos, como ocorre com o assentamento, pois o principal local de comercialização são as feiras livres da região.

Entre os agricultores orgânicos (34%), o principal local de comercialização dos produtos são as feiras livres, nos municípios de Maceió e Murici e ocorrem semanalmente. Esse fato reforça a importância da certificação por controle social, pois é um diferencial dos produtos e proporciona garantia aos consumidores. Entre os demais agricultores do assentamento, a comercialização se dá também para atravessadores.

Ao estudar estratégias de comercialização da agricultura familiar no Paraná, Kiyota e Gomes (1999) verificaram que a diversificação dos produtos destinados à venda com aqueles destinados ao consumo familiar possibilitava um leque de alternativas de comercialização e prevenia à família de perdas na produção. A diversificação da agricultura está nos preceitos da agroecologia, pois, como se sabe, a agricultura orgânica entende a produção como sujeita aos processos ecológicos, ou seja, os campos de cultura estão sujeitos a ciclos de nutrientes, interação de pragas e predadores, competição entre culturas e plantas invasoras. Os sistemas mais diversificados apresentam processos ecológicos mais

complexos do que aqueles altamente simplificados, encontrados nos sistemas convencionais e, em particular, nos monocultivos (DAROLT, 2000; PRIMAVESI, 1997).

Navas (2019) identificou que entre agricultores orgânicos do estado de Alagoas, a principal forma de comercialização se dava em feiras livres agroecológicas, com retorno econômico considerado satisfatório pelas famílias, e que a diversificação da produção contribuía para o manejo, integrando cultivos vegetais e criação animal, seguindo os princípios agroecológicos. O autor destacou ainda que a falta de assistência técnica e acesso a crédito eram fatores limitantes para a melhoria na produção das famílias. Esses dois fatores também foram relatados em pesquisa de Santos (2018) com grupo de mulheres quilombolas com OCS, havendo dificuldades na manutenção da certificação pela falta de apoio e políticas públicas.

Segundo Ruano e Neuwald (2019), aumentar o número de agricultores inseridos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos significa reduzir o uso de agrotóxicos, a contaminação do ambiente e das pessoas, bem como os severos impactos sobre a saúde pública.

É importante destacar que 58,6% dos agricultores não utilizam nenhum tipo de insumo. Esse fato reforça a falta de assistência técnica para o público rural e as dificuldades em terem acesso a práticas de manejo, em especial com o uso de insumos locais, promovendo melhorias na produção e reduzindo os custos com a aquisição de insumos.

O estado de Alagoas dispõe da Lei nº 8.041 de 6 de setembro de 2018, a qual institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção orgânica (PEAPO) cuja finalidade é promover ações adutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis, com preços justos e acessíveis a todos e do uso sustentável dos recursos naturais. Conforme consta no artigo 4º da referida lei, a assistência técnica e a extensão rural constam como instrumentos da PEAPO.

Considerações finais

Mesmo com a falta de efetivação de políticas públicas, de acompanhamento, melhoramentos estruturais, falta de incentivo no acesso às tecnologias e informações voltadas às técnicas sustentáveis de produção, o assentamento Dom Helder vem passando por uma transição de produção, tendo, a maioria dos agricultores, adotado a produção agroecológica, com baixo uso de agrotóxicos. A maioria das famílias produtoras tem interesse na obtenção

da certificação orgânica, principalmente pela procura da sociedade por produtos de qualidade e saudáveis consequentemente potencial contribuição na melhoria da renda dos assentados, por meio da venda direta.

Observou-se que a diversidade de cultivos e a integração com a criação animal favorecem o manejo agroecológico e a redução do uso de agrotóxicos entre as famílias e que os agricultores têm conhecimento das normas de produção e vem se adequando à necessidade das visitas de pares às unidades produtoras.

Torna-se necessário implementar de fato a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que mesmo aprovada em setembro de 2018, ainda não teve ações realizadas, pois depende da elaboração do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser elaborado entre órgãos do poder público estadual e a sociedade civil, por meio Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Referências

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillame; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, 2012.

ABREU, Pedro Henrique Barbosa; ALONZO, Herling Gregorio Arguilar. O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 41, v. 18, p. 1-12, 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH, 2017.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1962.

CASTRO NETO, Nelson; DENUZI, Vanessa Stafusa Sala; RINALDI, Rúbia Nara; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percorso**, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

DAROLT, Moacir Roberto. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná. 2000. 330 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

FERREIRA, Delaine; FONTOURA JUNIOR, Eduardo Espíndola; FONTOURA, Flaviany Aparecida Piccoli. Perfil das vítimas de intoxicações por agrotóxicos de um hospital geral em Dourados/MS de 2000 a 2010. **Interbio**, v. 8, n. 1, p. 4-16, 2014.

GREGOLIS, Thais Blaya Leite; PINTO, Wagner de Jesus; PERES, Frederico. Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio Branco, AC. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, p. 99-113, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 26/10/2019.

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA ALAGOANA: ANÁLISE DO USO DE AGROTÓXICOS E A ALTERNATIVA ORGÂNICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

KIYOTA, Norma; GOMES, Marcos Affonso Ortiz. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema - região sudoeste do Paraná. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 2, p. 43-54, 1999.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro. AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MAIA, Jaqueline Mizael Melo; LIMA, Jerônimo Leandro; ROCHA, Thiago José Matos; FONSECA, Saskya Araújo; MOUSINHO, Kristiana Cerqueira; SANTOS, Aldenir Feitosa. Perfil de intoxicação dos agricultores por agrotóxicos em Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 3, n. 2, p. 486-504, 2018.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

NAVAS, Rafael. Impactos socioeconômicos da certificação orgânica por controle social na agricultura familiar de Alagoas. In: RODRIGUES, Tayronne de Almeida; LEANDRO NETO, João; GALVÃO, Dennyura Oliveira (Orgs.). **Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia**, 6. Ponta Grossa: Ed. Atena, 2019, p. 254-263.

OLIVEIRA, Helene Carine de Araújo; SANTOS, Aldenir Feitosa; COSTA, João Gomes; PAVÃO, Jessé Marques da Silva Júnior. Perfil de uso de agrotóxicos no município de São Sebastião – Alagoas. In: RODRIGUES, Tayronne de Almeida; LEANDRO NETO, João; GALVÃO, Dennyura, Oliveira (Orgs.). **Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia**, 6. Ponta Grossa: Ed. Atena, 2019, p. 296-313.

PASSOS, Paula Morena Braga. **Relatório**: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado de Alagoas. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/julho/08/Relat--rio--ALAGOAS.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2018.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia: esfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

PROENÇA, Inês Caroline de Lima; MASSAROTO, João Aguilar; THEODORO, Vanessa Cristina de Almeida. Agricultura orgânica no município de Alta Floresta - MT: estudo de caso em propriedades de base familiar. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14, n. 1, 2016, p. 119-130.

QUEIROZ, Isabelle Frota Ribeiro; VIANA, Lorena Saraiva; SALES FILHO, Raimundo Faustino; RIBEIRO, Marcos Aguiar; ALBUQUERQUE, Izabelle Mont'Alverne Napoleão; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Contextualizando a realidade do uso de agrotóxicos na agricultura familiar. **Extensão em Ação**, v.1, n.13, 2016.

RUANO, Onaur; NEUWALD, Rogério Augusto. **A importância de se reduzir o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos saudáveis**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/artigo-importancia-de-se-reduzir-o-uso-de-agrot%C3%B3xicos-para-produ%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-saud%C3%A1veis>>. Acesso em: 14/06/2019.

SANTOS, Kátia Maria Pacheco. Formação dos Grupos de Organismo de Controle Social em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, SP: estudo de caso do grupo de mulheres de São Pedro. **Redes**, v. 23, n. 3, p. 336-352, 2018.

TEIXEIRA, Jules Ramon Brito; FERRAZ, Carla Eloá de Oliveira; José Carlos Ferreira Couto

Filho; NERY, Adriana Alves; CASOTTI, Cezar Augusto. Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola em Estados do Nordeste brasileiro, 1999-2009. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, v. 23, n. 3, p. 497-508, 2014.

Sobre os autores

Rafael Navas (*in memoriam*) – Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Jaboticabal. Mestrado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo (ESALQ) campus de Piracicaba. Doutorado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo (ESALQ) campus de Piracicaba. Professor na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1841-1257>.

Wanda Griep Hirai – Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9349-3614>.

Maria Alice Araújo Oliveira – Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora associada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9035-1717>.

Como citar este artigo

NAVAS, Rafael; HIRAI, Wanda Griep; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo. Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 212-228, mai.-ago., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Os autores abaixo, responsáveis pela elaboração do manuscrito “Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária”, submetido a Revista NERA, informam a contribuição individual na confecção do trabalho: **Rafael Navas** Autor. Responsável pela elaboração do projeto junto às agências de fomento, coleta de dados junto à comunidade, análise dos dados e redação do artigo. **Wanda Griep Hirai** Co-autora. Responsável pela elaboração do projeto junto às agências de fomento, coleta de dados junto à comunidade e redação do artigo e revisão. **Maria Alice Araújo Oliveira** Co-autora. Responsável pela elaboração do projeto junto às agências de fomento, coleta de dados junto à comunidade e redação do artigo e revisão.

Recebido para publicação em 25 de março de 2020.
 Devolvido para a revisão em 06 de fevereiro de 2021.
 Aceito para a publicação em 08 de março de 2021.

Resenha: Continuum colonial

Régia Cristina Alves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: regia.c.alves@gmail.com

Márcio José Celeri

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: marcioceleri@yahoo.com.br

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**. São Luís: EDUFMA, 2019.

Bartolomeu Rodrigues Mendonça é Sociólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, ambiente, Reservas Extrativistas (RESEX), política, educação e neoliberalismo. Autor do livro *Continuum colonial*, o presente texto tem por objetivo compreender as análises do autor neste que é fruto de sua tese de Doutorado, publicado pela Paco Editorial e EDUFMA.

O *continuum colonial* é uma análise sobre os territórios vividos e em constante conflitos entre os que Mendonça denominou de *herdeiros da colônia* e os *escravos da república*, reverberado nos grandes projetos desenvolvimentistas atuais e alargado pela transnacionalidade de instituições e empresas que visam o uso do território de comunidades tradicionais no Maranhão.

O *continuum colonial* revela as ações de grandes empresas transnacionais e nacionais que se utilizam dos aparatos legais no intuito de usurpar territórios e, conseqüentemente, vidas em prol da acumulação via espoliação. A obra divide-se em uma discussão introdutória, nas bases teóricas, conceituais e visíveis de tais espoliações ao longo de seis capítulos e, por conseguinte, nas considerações finais. Ao longo dos capítulos o autor vai tecendo as investidas dos *herdeiros da colônia* sobre o território dos *escravos da república*, uma obra importante e necessária para pensarmos outras possibilidades de organização social, política e econômica.

Na introdução da obra, Mendonça explica de maneira sucinta como elaborou sua pesquisa e quais conceitos e autores o ajudaram na busca pelo entendimento sobre território, colonialidade, modernidade e *continuum colonial*. O autor apresenta o dilema que comunidades tradicionais do Maranhão, no caso específico desta obra, comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana lidam com os deslocamentos compulsórios provocados, segundo ele, pelo *continuum colonial* político e territorial.

O autor destaca três comunidades como casos empíricos da sua investigação dos deslocamentos compulsórios, a saber: A Resex Tauá-Mirim, localizada na capital São Luís, a comunidade Piquiá de Baixo no Município de Açailândia e o processo de ocupação e deslocamento da população do município de Buriticupu- MA. O trabalho é embasado por autores e teóricos renomados, apresentando nos três últimos capítulos as falas dos *escravos da república*, que ecoam as violências sofridas por estes.

O primeiro capítulo de base teórica tem como título “Colonialidade (=modernidade): o *continuum colonial*”, e revela a escolha do autor pela teoria decolonial, que dialoga com os principais autores latino-americanos, tais como: Dussel, Mignolo, Coronil, Quijano e entre outros que estudam a teoria da decolonialidade nos espaços acadêmicos e debatem conceitos como Modernidade, Colonialidade, Descolonialidade e Decolonialidade, apesar das contribuições teóricas destes autores, as questões ligadas aos conceitos ou categorias, supracitadas tem seus limites e tensões, apesar das divergências o autor concorda com estes autores, quando estes admitem que há exploração e expropriação colonial, além da contribuição fundamental para que Mendonça, pudesse operar a construção do conceito de continuum colonial. Em relação ao seu principal dilema: a modernidade, o autor buscou a partir de bases teóricas críticas compreender que a modernidade é um conjunto complexo, “histórico, econômico e politicamente situado” que atinge grupos sociais distintos de maneira conflituosa, uma vez que estão em situações políticas e sociais opostas e que a colonialidade é face desta primeira.

Por esta razão o autor propõe que a colonialidade é igual a modernidade, ou continuum colonial, uma vez que não houve mudanças significativa no modo operacional da sociedade detentora do poder político, científico, econômico e etc. tanto a Colonialidade quanto a Modernidade não são apenas processos históricos temporais, e sim um conjunto de normas e saberes imposto para legitimar o pensamento hegemônico eurocêntrico que começa no século XV, e se perpetua nos nossos tempos, é a partir dessa observação que Mendonça, constrói o conceito de Colonialidade (=modernidade) ou *continuum colonial*. As expressões da colonialidade, os conflitos, as espoliações, as usurpações e a subalternização dos grupos sociais em questão são postas teoricamente, ilustrando situações que afirmam sua tese sobre o *continuum colonial* revelados na violência dos deslocamentos compulsórios em detrimento de projetos desenvolvimentista e/ou de colonização em territórios maranhenses.

É no segundo capítulo chamado “Os escravos da república na ilha Upaon-Açu ou sobre a resistência ao apagamento de vidas indesejáveis” que o autor avança sua análise e apresenta dados históricos e empíricos sobre as ações dos colonizadores portugueses e do *Continuum Colonial* em terras brasileiras e maranhenses, desde as formas que se apresentavam àqueles nativos do território e os trazidos à força, até as formulações e

imposições de práticas pautadas nos ideais europeus sobre moralidade, civilidade, ordenamento e entre outros, todos pautados na etnocentralidade.

Mendonça busca nos referenciais teóricos explicações para afirmar sua tese, explicitando a violência e a negação e/ou ocultação da história dos *escravos da república* (a qual ele referencia como “vidas indesejáveis”) diante da colonização maranhense. Para o autor os *escravos da república* tiveram sua História apagada no decorrer da colonização e no *continuum colonial* no Estado do Maranhão.

Ao longo de seu segundo capítulo, o sociólogo e professor Bartolomeu Mendonça vai construindo as narrativas sobre o apagamento das histórias dos “indesejáveis” e a necessidade dos colonizadores em apagar a história e os rastros dos *escravos da república*. A visão não eurocêntrica desta obra é uma contribuição histórica importante para entendermos a ocupação territorial maranhense, da colônia à república, e suas implicações no presente.

Neste íterim, o sociólogo centra-se em reconfigurar a invasão europeia portuguesa como a principal causadora da usurpação de terras, massacres, pobreza, conflitos e entre outras ações contra os *escravos da república* que, no passado colonial, tiveram seus corpos e seus territórios invadidos e violados. Mendonça defende que isto é a face da colonialidade (=modernidade) ou *Continuum Colonial*, pois as bases da espoliação, do descaso, do racismo e de toda ordem opressora advém dos *herdeiros coloniais*, revelados nas ações Capital/Estado.

O autor conduz a análise do ponto de vista das perdas que os *escravos da república* tiveram no passado, tais como: território, religião, direito de ser humano, de reproduzir seus modos de vida e suas organizações sociais, que hoje revelam-se como no passado. Ainda no segundo capítulo Mendonça tece a história da capital São Luís antes e depois da invasão dos europeus, e sua abordagem histórica situa os Povos originários como os primeiros grupos maranhenses a perderem suas terras em nome do projeto colonial, que se dizia moderno. Neste capítulo os primeiros relatos de lutas e resistência pelo território começam a aparecer e, como numa trama de tecidos, a luta dos *escravos da república* é tecida, cuja rede entrelaçada pode ser vislumbrada na atualidade, com a luta pela criação da Resex Tauá-Mirim.

No terceiro capítulo, é exposto o contexto dos “deslocamentos compulsórios e o *continuum colonial*”, destacando a relação conflituosa entre Capital-Estado e as comunidades, aqui nesta obra chamados de *escravos da república*. O autor destaca as resistências, lutas constantes, vitórias e retrocessos dos *escravos da república* e das investidas sob os territórios dos *herdeiros da colônia*. Para Mendonça, o *modus operandi* dos deslocamentos compulsórios no Maranhão e, especificamente, nas comunidades estudadas pelo autor revelam-se como parte de ações coloniais que, além de naturalizar a usurpação de territórios,

utiliza-se forças violentas contra esses grupos sociais, que desprovidos de forças decisórias, são obrigados a retirar-se de seus territórios forçadamente.

É trazido ao debate as considerações propostas pela teoria foucaultiana, em que o autor faz uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault, sobre “governo da população”, dialogando ainda com as contribuições de Marx e de Engels em que destacam a análise sobre as ações do Estado burguês e as relações de exploração via oferta de mão de obra barata. Mendonça explana que a alteridade, os colonialismos internos, o racismo e as injustiças ambientais e entre outros revelam-se como projeções do *continuum colonial*.

Deste modo, a análise do *modus operandi* dos deslocamentos compulsórios das comunidades baseados na classificação e hierarquização, sugerem que estes deslocamentos são raízes do julgo colonial baseado no racismo. Bartolomeu Mendonça justifica que a usurpação do território destas comunidades está elencada no discurso do desenvolvimento econômico, e traz ao debate quais outras formas de manter o crescimento financeiro do país sem violentar os direitos das comunidades tradicionais, oferecendo ao leitor uma alternativa de pensamento e novas epistemologias numa tentativa de elencar novas possibilidades de relações sociais e econômicas.

No capítulo quatro, “Piquiá de baixo: uma retirada necessária”, Mendonça articula a ideia de dois aspectos gerais do *continuum colonial*, o governo de populações e a expropriação de terras pelo par Capital-Estado, utilizando como caso ilustrativo a comunidade Piquiá de baixo, do município de Açailândia-MA. O autor apresenta o histórico da reconfiguração territorial de Açailândia, sustentada pelo planejamento territorial nacional desde a década de 1956, e como ficou estabelecida suas dimensões nos dias atuais.

É mister ressaltar que Açailândia serviu como base infraestrutural em dois momentos históricos, erguendo-se como um grande acampamento de trabalhadores operários responsáveis pela construção das rodovias que conectam os estados de Belém à Brasília e, na década de 1980, com a construção de grande impacto ambiental e social vivido pelos moradores açailandenses, pela edificação e operação da Estrada de ferro Carajás pelo consórcio Amazônia Mineração S.A.(AMZA) fundado pela Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) e U.S. Steel, e a conseqüente chegada de empresas guseiras, que se instalaram em Piquiá de baixo.

Estes fenômenos, aparentemente apresentados como natural por alguns autores, segundo Mendonça é um ajuste planejado pelos *herdeiros da colônia* que usurpam territórios e veem aquela população como possuidoras apenas de mão de obra barata. O projeto Grande Carajás e o Projeto Ferro Carajás foi, para o autor, uma via de espoliação do território, culturas e vidas, utilizando-se dos mesmos discursos anteriormente usados pelos *herdeiros da colônia* para adentrarem o território da Amazônia Oriental.

Segundo Bartolomeu Mendonça, a ferramenta mais eficaz do *continuum colonial* ou colonialidade (=modernidade) é a gestão de populações, pois é através desse instrumento que empresas, governos e elites mantêm suas posições de autoridade e superioridade ante àqueles cujos sustentáculos econômicos beiram a nulidade. Deste modo, o autor assevera que quanto mais as classes dominantes produzem riquezas para si, mais produzem pobreza para os outros, denominados como *escravos da república*.

É exposto ao leitor a descrição de Piquiá de baixo como um dos exemplos de violência mais contundente do Estado do Maranhão, passando por vários processos de colonização, desde a expulsão dos indígenas a partir da construção da BR-222 até os dias atuais, com a expulsão dos moradores por conta das atividades siderúrgicas que, desde a década de 1980, poluem o ar, a água e o solo, tornando os modos de vida daquelas pessoas insustentáveis e a permanência na comunidade improvável.

Historicamente foram travadas várias lutas pelo direito à vida pelos habitantes de Piquiá de Baixo contra o avanço das empresas de ferro gusa, a Vale S.A e o Estado, e atualmente os moradores exigem indenizações e reassentamento. Mendonça explica que mesmo que os residentes exijam reassento, este pedido se enquadra em demanda compulsória por conta do seu caráter violento e induzido pela falta de emprego, terras para trabalhar e subempregos, caracterizando-se, para o autor, a face do *continuum colonial* espelhado nas ações destas empresas e pelo Estado, herdeiros da colônia.

No quinto capítulo, "Os deslocados do desenvolvimento no Brasil: da colonização ao *continuum colonial*", o autor discorre sobre o projeto colonial português na América do século XV, o aldeamento e o trato dos colonizadores em relação ao negro africano. É neste capítulo que Mendonça apresenta os atores atingidos pelos deslocamentos compulsórios da colonização ao *continuum colonial*, assinalando os grupos vítimas como sendo aqueles de ancestralidades indígenas e africanas.

O autor pontua que as estratégias usadas pelos colonizadores e pelos *herdeiros da colônia* para manter as relações de dominação são reveladas pelas elites coloniais de outrora, como o uso da violência, da acumulação primitiva (hoje pelo enriquecimento via espoliação), táticas de divisão de grupos, subjugação, subalternização e classificação social para dominar, entre outras ações, apresentadas pelo autor como o *modus operandi* do projeto colonizador, hoje chamado de projetos desenvolvimentistas. Assim Mendonça vai tecendo historicamente a saga daqueles que foram despossuídos, desde invasão europeia portuguesa em terras dos povos originários até os dias atuais, através das ações empresariais e da conivência estatal.

No mesmo capítulo o professor Bartolomeu Mendonça dedica duas seções para explicar a relação dos deslocamentos como face do projeto colonizador e suas implicações no *continuum colonial*, dos grupos analisados pelo autor, os povos originários e os negros escravizados trazidos para o Brasil. A exploração e expropriação desses grupos étnicos são

expostas ao longo do trabalho como faces do *continuum colonial* e da relação de poder entre Capital-Estado e os grupos sociais citados acima, que o autor chama de *escravos da república*.

No sexto capítulo o sociólogo discute a questão do município de Buriticupu dentro da perspectiva da colonialidade (=modernidade) da colonização, da grilagem, expropriação e a luta pela terra, tema que nomeia o título do capítulo. É exposta a forma de colonização e exploração das terras devolutas naquela região e apresentado o *Projeto Pioneiro de Colonização* instaurado no Maranhão na década de 1973, um disfarce para uma experiência de grilagem e expropriação de terras. Mendonça salienta como as leis e órgãos estaduais e federais estavam a serviço do *continuum colonial* e dispostos a assegurar a grilagem de terras por partes dos *herdeiros da colônia*.

Estes órgãos foram responsáveis por angariar fundos para o famigerado projeto de desenvolvimento, excluindo os *escravos da república* de qualquer direito ligado à terra e ao trabalho desenvolvido na mesma. A negação, criminalização e a grilagem de terra são responsáveis por diversos deslocamentos compulsórios, sendo eles geográficos ou não. Para Mendonça, o Projeto Pioneiro de Colonização em Buriticupu, caracterizado pela violência, saque, expropriação e exploração dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, e por falsas promessas de melhoria de vida e de terras, revela a violência do *Continuum Colonial*.

Em suas considerações finais, “para não concluir” como afirma o autor que considera a temática um problema perene e contemporâneo, é exposto como as constantes perdas de terras por parte dos *escravos da república* geraram uma atmosfera de lutas e resistências no território, marcados por mortes, prisões e organizações de movimentos sociais e sindicatos. Mendonça reafirma que a Colonialidade (= modernidade) ou o *continuum colonial* “permanece até então, no espaço e no tempo” sob a estrutura do capital industrial, financeiro, especulativo.

Os *escravos da república* continuam sua marcha na contrapartida dos *herdeiros da colônia*, dispondo de sua força de trabalho, de sabedoria, resistência, inteligência, com suas organizações sociais e políticas, estas apagadas no passado e ignoradas no presente no baluarte do *Continuum colonial*. Esta obra sinaliza para além das relações de poder introjetada nos territórios, mas também a história falada e ouvida daqueles que constroem o território como lugar de reprodução material e imaterial, na contramão do sistema das coisas e enquanto visão não eurocêntrica de organização do espaço e de vidas. portanto esta obra é indicada para todos e todas que tenham interesse e ousadia em pensar e sentir por via daqueles que foram e que são subalternizados e que tenham interesse em combater as injustiças sociais, pensando outras epistemologias e metodologia a partir da visão dos excluídos pelo poder hegemônico elencados pelo eurocentrismo.

Esta obra pode ser encontrada no endereço eletrônico da editora EDUFMA: www.edufma.ufma.br/index.php/produto/continuum-colonial, e no endereço da PACO editora: <https://www.pacolivros.com.br/continuum-colonial>.

Referência

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues: **Continuum colonial**. São Luís: Paco Editorial, EDUFMA, 2019. 352 p. ISBN:978-85-462-1770-0. ISBN:978-85-7862-8990-1.

Sobre os autores

Régia Cristina Alves dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do ensino básico no município de Barreirinhas (Maranhão). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO): Fronteras, Globalización y Regionalización.

Márcio José Celeri – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente Adjunto II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0003-3905-0657>

Como citar esta resenha

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. Resenha: Continuum colonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021.

Recebido para publicação em 12 de agosto de 2020.
Devolvido para a revisão em 01 de abril de 2021.
Aceito para a publicação em 01 de maio de 2021.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçarana – Tanhaçú – Bahia**. V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico.** V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino**. V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial.** V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay**. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba)**. V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais**. V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal.** V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra**. V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídica.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital.** V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**. V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017)**. V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada.** V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano**. Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe.** V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná.** V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe.** V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOIPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOIPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.** V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Gláucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos.

Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil**. V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai**. V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia**. V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai**. V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p.

186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17, n. 25, p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**. V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace**. V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18, n. 26, p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará**. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina.** V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no**

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS**. V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p.

72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano

11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djeni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglío jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de**

produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região**

metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestrutuação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA**. V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**. V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS.** V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.** V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçu – Bahia.** V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital**. V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucrialcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe**. V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada**. V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai**. V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina**. V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe**. V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**. V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais**. V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra.** V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial.** V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná.** V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil.** V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino.** V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba).** V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico.** V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.